

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Classes populares, polícia e punição

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia para obtenção do título de Mestre em Sociologia

Helder Rogério Sant'Ana Ferreira
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Adorno

São Paulo

2002

ABSTRACT 4**RESUMO 5****AGRADECIMENTOS..... 6****INTRODUÇÃO 8**

O INTERESSE PELO TEMA	8
CLASSES POPULARES, POLÍCIA E PUNIÇÃO	11
CLASSES POPULARES	14
A ESCOLHA DA FAVELA DE HELIÓPOLIS	16
A PESQUISA.....	19
A SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	21
Os entrevistados	23
IMPRESSÕES SOBRE HELIÓPOLIS	26
O QUE DIZEM OS ENTREVISTADOS.....	28
Amizade e vizinhança	28
Valores	28
Conflitos.....	29
Carência.....	30
Discriminação.....	31

I - VIOLÊNCIA URBANA E CLASSES POPULARES 33

I.1 – INTRODUÇÃO	33
I.2 - A VIOLÊNCIA E O PODER NA SOCIEDADE MODERNA	36
I.3 - VIOLÊNCIA E PUNIÇÃO NA LITERATURA BRASILEIRA EM CIÊNCIAS SOCIAIS	40
I.3.1 - AS PERCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE.....	40
I.3.2 - O CRESCIMENTO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA	47
Violência e crise econômica.....	52
Mudança nos padrões de criminalidade	55
A crise do sistema de segurança e de justiça criminal.....	57
I.4 - CONCLUSÃO.....	61
II.1 - HISTÓRICO	62
II.2 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA.....	71
II.3 - A ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES E A UNAS.....	79
II.4 - A VIOLÊNCIA EM HELIÓPOLIS.....	88
II.4.1 - O TRÁFICO DE DROGAS SEGUNDO A IMPRENSA.....	89
"A primeira guerra entre as quadrilhas de traficantes"	91
"A segunda guerra entre traficantes": Paraguai X Heliópolis	99
II.4.2 - A QUESTÃO DO TRÁFICO E OS MORADORES	116
II.5 - CONCLUSÃO	128

III - DISCURSOS POPULARES SOBRE POLÍCIA E PUNIÇÃO 130

III.1 - A POLÍCIA: CRÍTICA SOCIOLOGICA E IMAGENS POPULARES	130
III. 2 - O USO DA FORÇA FÍSICA E O "BANDIDO"	141
III.3 - PUNIÇÃO DISCIPLINAR E RECUPERAÇÃO.....	146
III.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
<u>IV - CONCLUSÃO.....</u>	<u>153</u>
<u>V – BIBLIOGRAFIA</u>	<u>157</u>
<u>VI - ANEXO.....</u>	<u>164</u>
ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	164

Abstract

This study intend to examine the working class' concepts of punishment and police. One of the key questions is the understanding of the reasons why poor people, who are the main victims of police violence, support propositions of more severe punishments and reduction of control on the use of letal force by the police. For this, it's fundamental to consider some elements present within the brazilian reality, such as: "moral exclusion", "unbounded body", violence exposure and the penal justice system crisis. From these elements, the "criminals" become someone who deserves a violent treatment and the critiques to the police are that sometimes they associate themselves with the criminals, and sometimes they behave aggressively towards the poor citizens as they were "real criminals". The conclusions of this research indicates that the working class' concepts of police are not homogeneous and, among them, there is place for the defense of the Civil Rights, the limitation to the power of the police and for the punishment as a way to rehabilitate the offender.

key-words: working class, punishment, public security, police, violence

Resumo

Esta dissertação pretende analisar concepções populares sobre punição e polícia. Uma das questões principais é entender por que as camadas populares, que são as principais vítimas da violência policial, apóiam propostas de punições mais severas e de redução do controle sobre o uso da força pela polícia. Para isso, é fundamental considerar alguns fatores presentes na realidade brasileira como: “exclusão moral”, “corpo incircunscrito”, exposição à violência e crise do sistema de justiça penal. A partir desses fatores, os “bandidos” se tornam um outro que merece um tratamento violento e as críticas à polícia são de que, ora ela se associa aos criminosos, ora ela age agressivamente em relação aos cidadãos pobres, como se eles fossem “bandidos”. Além disso, as conclusões desta pesquisa indicam que as concepções populares de polícia não são homogêneas e que há lugar para defesa dos direitos civis, da limitação ao poder de polícia e da aplicação da punição como forma de recuperação do infrator.

palavras-chave: classes populares, punição, segurança pública, polícia, violência

Agradecimentos

Nestes quatro anos - em que elaborei meu projeto de mestrado, realizei minha pesquisa e preparei minha dissertação - inúmeras pessoas contribuíram com o andamento dos trabalhos dando sugestões, apoiando o pesquisador ou suportando pacientemente os momentos de tensão e mau humor do amigo. Desde já, agradeço a todos.

Agradeço, inicialmente, à Fapesp pelo suporte financeiro à pesquisa.

Agradeço ao Núcleo de Estudos da Violência, onde iniciei meu aprendizado como pesquisador. Os coordenadores que me acolheram: Paulo Sérgio Pinheiro, Sérgio Adorno e Nancy Cardia. Toda equipe do NEV envolvida na Pesquisa *Continuidade Autoritária e Construção da Democracia*, pelas discussões que travamos durante a pesquisa e que despertaram em mim a paixão pela sociologia da violência: Marcelo Justo, Petronella Boonen, Glauber Carvalho, Jacqueline Sinhoretto, Helena Singer, Wânia Izumino, Adriana Loche, Viviane Cubas, Célio Luís Leite, Mônica Varasquin, Moisés Batista, Cristiane Aguiar, Débora, Simone e Vilma. E também ao colega Luis Antônio de Souza que foi um importante interlocutor, tendo inclusive sugerido alterações para a publicação.

Agradeço aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia que discutiram comigo o projeto, no seminário coordenado pelo professor Sedi Herano. Dentre esses, agradeço, especialmente, a Viviane Cubas (Vivi) e Francisco Ramirez (Chico), com quem em muitas ocasiões, partilhei a angústia do processo de elaboração de uma dissertação e vivenciei intensamente a troca de idéias e críticas a respeito das nossas pesquisas. Sou grato também a Flávio Pierucci e a Nadya Guimarães pelas considerações enriquecedoras feitas ao texto apresentado à qualificação, as quais trouxeram novos parâmetros para a elaboração da dissertação. Também foram importantes os apontamentos realizados pro Teresa Caldeira e Maria Ruth Sampaio na defesa desta dissertação, por levantarem novas questões a serem abordadas.

Agradeço à Ângela Meirelles de Oliveira, Mariana Fórnos da Silva Santos, Ana Rita Uhle, Dinalva Correia da Silva e João Luís de Sousa que colaboraram na transcrição das fitas. A Clésio Sabino e Cristiane por terem me acompanhado em visitas à Heliópolis.

Agradeço à João Miranda, a amiga Cleide, Suely, Marcelo, Solange, e outros membros da UNAS pelo apoio dado ao levantamento de informações e à escolha de entrevistados. Em Heliópolis, agradeço ainda ao Pastor Carlos da Comunidade Evangélica Jerusalém e também às pessoas que aceitaram conversar ou serem por mim entrevistadas.

Agradeço ainda a Carlos, assistente social da Sehab, Regina da Cohab e Ana Maria Gambier Campos e Lilah Corrade da Sempla. Sem eles teria sido impossível levantar dados sócio-econômicos de Heliópolis.

Finalmente, agradeço às pessoas que estiveram ao meu lado nos momentos difíceis. Ao meu orientador, Sérgio Adorno, que se preocupou em tornar esta dissertação o mais clara e precisa e, ao mesmo tempo, reavivar o espírito de curiosidade e o prazer em se fazer ciência. À Ricardo Lavalle que, ao propor alterações de estilo ao meu texto, fez críticas contundentes, irônicas e divertidas. Aos meus familiares que souberam entender as minhas ausências e distanciamentos. Às pessoas que, neste período dividiram comigo uma república valeparaibana (Waldir, Célio, Edu, João e Humberto) e tiveram que suportar meus momentos de tensão; especialmente a Célio e João que, com humor e amizade, aceitaram meus silêncios e "casmurrices".

Agradeço especialmente a Renata Resende, minha Rê, que esteve comigo em todos os momentos, felizes e tristes, e que com paixão, amor, compreensão e trabalho não permitiram que eu esmorecesse. Com ela e com meus amigos, aprendi, aos poucos, que é possível ter uma vida acadêmica, sem abrir mão das amizades e dos amores.

Introdução

O interesse pelo tema

As indagações a respeito do tema violência e justiça, as quais permitiram formular o projeto de pesquisa, começaram a surgir anos antes da apresentação dele ao Departamento de Sociologia da FFLCH-USP¹, no final de 1998.

No Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) participei da pesquisa “Continuidade Autoritária e Consolidação da Democracia” (1993-1998). Nela foram analisados vários homicídios ocorridos por violência policial, ação de grupos de extermínio e linchamentos no estado de São Paulo nos anos 80. Estes casos possuíam a peculiaridade de ter recebido ampla cobertura dos jornais *Folha de S. Paulo (FSP)*, *O Estado de S. Paulo (OESP)* e *Notícias Populares (NP)*. Uma das hipóteses básicas desta pesquisa era que estas “graves violações dos direitos humanos” e as dificuldades da justiça penal em punir os violadores estavam marcadas na memória das pessoas que habitavam o local na época em que cada crime ocorreu, influenciando em sua confiança nas instituições encarregadas da segurança e justiça públicas.

Numa das etapas desta pesquisa foram realizadas entrevistas em áreas da periferia da região metropolitana de São Paulo, onde a maioria destes crimes ocorreu, para tentar levantar a memória dos moradores a respeito do acontecido e, ao lado disso, averiguar o que pensavam sobre seu bairro, violência, punição e direitos humanos.

Durante esta etapa, despertou-me especial interesse opiniões recorrentes dos entrevistados em relação a crimes e punições. Uns reivindicando leis que estabelecessem a pena de morte e prisão perpétua para “bandidos”. Outros defendendo execuções sumárias de assaltantes e traficantes por grupos de extermínio e policiais. Alguns apoiando o linchamento, como resposta legítima da população a “bandidos perigosos” e a casos de estupro. Outros ainda sustentando, como forma de contenção da criminalidade e punição dos infratores, a ocorrência de novos massacres como o do Carandiru, onde morreram 111 presos em 1992 na Casa de Detenção de São Paulo, e o da Candelária, onde foram assassinados 8 adolescentes, moradores de rua, nas proximidades da Igreja da Candelária no Rio de Janeiro, em 1993. Em todas estas falas, o “bandido” parecia perder seus direitos à integridade física, à vida e à

¹ É importante deixar claro que neste item alguns conceitos não serão ainda definidos precisamente, porque o objetivo é descrever as primeiras reflexões que deram origem ao trabalho, as quais ainda não contavam com o arcabouço teórico que me permitiu definir com precisão o objeto a ser pesquisado. No entanto, cabe dizer que toda esta introdução tratará das condições de vida e das concepções, em torno da questão da violência urbana, dos trabalhadores pobres, moradores da periferia urbana de região metropolitana de São Paulo.

justiça (e no limite, até o direito à cidadania reconhecida para os demais cidadãos), os quais as leis brasileiras teimavam em manter.

Tais opiniões levaram-me a refletir sobre as diferenças existentes entre legalidade e legitimidade no discurso destas pessoas. Parecia-me que as leis brasileiras em torno da questão da segurança estavam com sua legitimidade abalada. O limite de 30 anos de reclusão em estabelecimentos prisionais, os direitos dos apenados de forma geral, e o direito de um suspeito de infração penal a ser julgado publicamente e segundo normas legais (tendo a seu favor o benefício da dúvida e a garantia de uma ampla defesa), expressões dos direitos civis conquistados historicamente perante o arbítrio do Estado, pareciam ser empecilhos ao combate de uma criminalidade crescente e incontrolável que ameaçava o bem estar da sociedade. Parecia haver um abismo entre as concepções dos moradores pobres da região metropolitana de São Paulo sobre punição aos criminosos e os valores pertinentes aos direitos civis de todos os cidadãos, previstos na Constituição Federal de 1988, que devem nortear o sistema penal brasileiro e que estão de acordo com os Tratados e Convenções Internacionais sobre os direitos humanos.

Acompanhando as respostas de inúmeros entrevistados, começava a acreditar que havia entre eles uma concepção hegemônica e latente de justiça penal que passava ao largo da justiça praticada pelo Estado brasileiro. Defendendo punições severas, instantâneas e ilegais, que poderiam ser levadas a cabo por membros da população ou da própria polícia, esta visão de justiça parecia até uma continuidade da tradição cultural, estudada por Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Os homens livres na sociedade escravocrata* (1983). Franco descreveu que nessa sociedade os conflitos entre camponeses eram resolvidos por meio de uma violência privada legítima, a qual parecia ser o desejo último dos meus entrevistados.

A impressão que havia uma concepção de justiça própria da periferia era reforçada por mais três outros fatos observados em campo. Primeiro, os entrevistados não tinham conhecimentos elementares a respeito da estrutura do funcionamento do sistema de justiça brasileiro. Não sabiam o que é um processo penal e igualmente desconheciam quais os papéis desempenhados pelos promotores de justiça e magistrados nos tribunais, demonstrando assim o quão distante lhes eram estas instituições.

Segundo, os entrevistados podiam citar poucos casos em que a atuação policial tenha sido eficiente e contribuído para a segurança nas áreas em que moravam. Mas citavam vários casos de suborno de policiais pelos traficantes. Eles percebiam que as leis estavam sendo despeitadas continuamente, inclusive pelos agentes do estado encarregados de defendê-las.

O terceiro fato é que alguns entrevistados descreviam casos de violência policial contra moradores que nunca haviam representado ameaça à vizinhança e sobre os quais não havia nenhuma suspeita sobre o seu comportamento. Isso mostrava que a idéia de proteção garantida pela lei parecia imprópria à experiência dessas comunidades.

Sem conhecer o sistema de justiça penal e sua importância para garantir os direitos civis dos indivíduos e a segurança da população, sem acesso aos seus benefícios, e sendo vítimas de violência policial, parecia ser possível que os moradores da periferia paulistana possuíssem uma concepção do que deveria ser uma justiça penal que atendesse às suas necessidades e valores. Esta concepção talvez até prescindisse da justiça organizada pelo Estado brasileiro em prol de um sistema de segurança conduzido informalmente pela própria comunidade, seja através da ação de grupos de extermínio, justiceiros ou pelos atos de linchamento.

Ao começar a me aprofundar nas leituras para elaboração do projeto de mestrado, percebi que não havia nas várias pesquisas realizadas junto a moradores da periferia urbana - tal como os estudos de Caldeira (1984), de Zaluar (1985, 1994) e de Fisher (1985) - nada que permitisse suspeitar que as insatisfações, produzidas tanto pela ausência da polícia quanto pela arbitrariedade policial, somadas às defesas de punições sumárias a criminosos, tivessem provocado a idealização de um sistema de justiça "paraestatal" (que prescindisse do Estado). Havia descontentamento em relação à ação do estado na área de segurança nos bairros de periferia das grandes metrópoles estudadas (Rio de Janeiro e São Paulo), mas não havia sido criado pela população algo para preencher este espaço². As críticas às organizações policiais iam mais no sentido de reivindicar sua melhoria do que pretender sua extinção.

Destes estudos, os que mais se aproximaram das reflexões dos moradores de periferia, sobre a polícia e o sistema penal, foram as pesquisas de Zaluar (1985 e 1994). Estas pesquisas trouxeram à tona diferentes relações estabelecidas entre “trabalhadores pobres”, “bandidos” e policiais na periferia urbana do Rio de Janeiro. No quadro descrito por Zaluar, os trabalhadores pobres estabelecem uma relação de “submissão protegida” frente aos traficantes de drogas, ao mesmo tempo em que competem no campo dos valores simbólicos, defendendo o valor da ética do trabalho contra a ética do poder (pelas armas) e do dinheiro ilícito. Quanto aos policiais, a antropóloga observou a grande indignação destes trabalhadores ao receberem a

² Na pesquisa “Continuidade Autoritária e Construção da Democracia”, entre os diversos casos de homicídio estudados, há um em que foi identificada a formação de um grupo de vigilantes formado por grupo de amigos que faziam “segurança” à noite no bairro, armados de paus e armas de fogo, tendo o costume de acompanhar as mulheres que desciam nos pontos de ônibus até as suas casas. Mas casos com esse nível de organização foram difíceis de se encontrar. No entanto, com a realização desta pesquisa foi possível notar que certos grupos de

mesma suspeição e tratamento dados pela polícia aos “bandidos” e, ao terem conhecimento de casos de suborno e extorsão envolvendo policiais e “bandidos”.

Diante do que foi levantado por Zaluar no conjunto habitacional Cidade de Deus, o foco das minhas preocupações foi reorientado. Não era mais importante saber se eles tinham uma concepção ideal e integrada de um sistema de justiça, mas sim, quais eram as suas expectativas ante a insegurança causada pela ação dos “bandidos” e da polícia. Assim, o objetivo passou a ser descobrir, quais eram as concepções de justiça, sistema penal e controle social, dos trabalhadores pobres urbanos, diante da situação de insegurança em que vivem.

Classes populares, polícia e punição

A partir das ponderações, acima apresentadas, comecei a elaborar o projeto de pesquisa de mestrado intitulado: “Concepções populares sobre polícia, sistema penal e controle social”. O objeto se constituía pelas concepções, porque o objetivo era identificar e compreender as falas emitidas por essas pessoas sobre esses assuntos. Eram populares, porque me interessava entender o que membros das *classes populares*³ tinham a dizer sobre um sistema de segurança e penal que é ausente e, em certos casos, violador de seus direitos. Sobre polícia, porque na base do sistema de segurança e penal e em contato com esta população estão as corporações policiais. Sobre o sistema penal, porque me interessava ouvir o que as pessoas tinham a dizer sobre as várias instituições envolvidas no combate à criminalidade: polícia, promotoria, magistratura e sistema prisional. Por fim, o controle social, porque o objetivo era entender que formas de controle estas pessoas defendiam quando se tratava de lidar com indivíduos que colocam em risco a integridade física e os bens de outros indivíduos. Ao pensar uma forma de punição aos crimes, os indivíduos podem revelar a preocupação com um sistema público (e não privado) de justiça penal.

No estudo deste objeto queria identificar experiências dos moradores de periferia em relação à polícia e à justiça penal, usos que têm feito deste sistema e os argumentos que têm orientado suas percepções do que é e de como atua o sistema penal: suas críticas, seus elogios e os anseios em relação à polícia e à justiça. Era importante saber assim: 1) como estas pessoas têm visto as ações das polícias civis e militares, do Ministério Público e da Magistratura na administração da justiça criminal; 2) quais suas opiniões sobre a estrutura do sistema penal, principalmente no que diz respeito aos comportamentos que são considerados crimes pelo Código Penal, aos direitos e garantias processuais facultados aos suspeitos,

infratores, como os traficantes de drogas de Heliópolis, chegam a concorrer com o Estado ao chegarem a estabelecer certas regras nos locais em que dominam e punições para delatores, assaltantes e outros "infratores".

³ O uso que faço deste termo, devido a sua importância, será definido num item a parte, ainda nesta introdução.

acusados e condenados, e às formas de punição; 3) quais as críticas ao sistema penal e quais as expectativas em relação à sua atuação, tanto no que concerne à eficácia, quanto à extensão de sua interferência na vida das pessoas e aos valores que norteiam esta atuação; 4) e acima de tudo, quais têm sido os elementos que fundamentam estes julgamentos, ou seja, que tipo de justiça penal essas pessoas defendem e quais valores os sustentam.

Para orientar as interpretações a respeito destas concepções a serem observadas, o projeto foi elaborado com o objetivo de estabelecer um aproximação deste objeto a partir de quatro pontos.

O primeiro ponto é base sobre a qual os demais se erguem, por afirmar uma certa singularidade destas concepções populares sobre justiça e o sistema público de segurança e punição. Este ponto parte da afirmação de que os moradores pobres de periferia urbana possuem reflexões próprias sobre violência e segurança, surgidas a partir de suas experiências locais e dos seus valores culturais (como a ética do trabalho e a condenação do tráfico de drogas), ainda que essas reflexões possam ser influenciadas pelos discursos presentes na mídia⁴. Uma constatação vem corroborar esta afirmativa. Segundo Zaluar, não há entre os pobres urbanos uma condenação incondicional do roubo como a lei prevê, mas a condenação varia, segundo uma ‘moral de classe’ de quem seja roubado: “pobre ou um ‘grande’, um trabalhador ou uma empresa” (1985: p. 148). Isto permite suspeitar da existência de concepções populares sobre violência, punição e justiça que apresentam diferenças em relação às demais classes sociais.

Os três pontos seguintes são caracterizações dessas concepções populares de justiça e sistema penal.

O primeiro aspecto trata da “justiça de classe”. Esta questão foi muito bem trabalhada por Barrington Moore Jr. Segundo ele, “em muitos lugares e épocas diferentes, a crítica popular à autoridade foi que ela não correspondia a sua obrigação de cuidar dos subordinados, e que oprimia e espoliava quando deveria ter acarinhado e protegido. A objeção clássica à divisão de trabalho e à distribuição dos recursos e produtos da sociedade sustentou que ‘julgamentos desonestos’ permitiram aos poderosos evitar trabalhar arduamente e manter para si os melhores frutos da terra (1987: p. 685-6)”. Esse autor, apresentando uma divisão das

⁴ Caldeira (1991) identificou na mídia dois discursos defendendo soluções concorrentes para o crescimento da criminalidade violenta. De um lado, a defesa da contenção da criminalidade por meio de uma atuação mais truculenta do sistema de segurança e justiça penal junto aos “bandidos”. Neste sentido, o combate à criminalidade e a manutenção da segurança e da ordem se colocam acima dos direitos civis dos cidadãos. De outro, a defesa do controle da violência, incluindo a limitação legal da atuação policial e a punição de julgamentos privados (por meio da ação de grupos de extermínio e justiceiros) e linchamentos. A divulgação destas posições na mídia pode acabar contribuindo para reforçar ou mudar posições existentes na população de forma geral.

sociedades, por época e locais diferentes, em “poderosos” e “povo”, sugere a existência de uma crítica popular à autoridade, que surge dos desrespeitos a um “contrato tácito” de subordinação que estabelece obrigações às autoridades e direitos aos subordinados, no que tange à proteção e à divisão dos frutos produzidos pela sociedade. No Brasil, esta “quebra de contrato” foi tratada por Adorno ao discorrer sobre a distribuição desigual de justiça realizada pelo aparelho penal, conforme o pertencimento de classe. Segundo ele, “o funcionamento normativo do aparelho penal tem, por efeito, a objetivação das diferenças e das desigualdades, a manutenção das assimetrias, a preservação das distâncias e hierarquias” (1994: p. 149). Assim, os trabalhadores pobres brasileiros também podem perceber, relatar casos e tecer explicações para o trato desigual e opressivo dado pela polícia e justiça penal aos “pobres”.

O segundo aspecto consiste na “dupla institucionalização”. Esta questão já foi amplamente tratada pela Antropologia Jurídica, segundo Shirley, o “grande antropólogo Paul Bohannan (...) escreveu que a maioria das sociedades tem ‘dupla institucionalização’, isto é, instituições sobre conduta e instituições para punir condutas extravagantes” (1987: p. 10). Isto significa, que apesar de existir uma “justiça de classe”, mesmo entre os trabalhadores pobres urbanos (que sofrem com o tratamento desigual e opressivo do sistema punitivo brasileiro) deve haver uma preocupação com regras sociais e existência de formas de punição de comportamentos indesejáveis. Assim, estes trabalhadores pobres esperam que a polícia e a justiça penal reprimam e punam condutas que eles próprios condenam. A importância da punição foi tratada também por Martins, num artigo sobre linchamento - acontecimento recorrente nas periferias das grandes cidades. Segundo ele, as pessoas que lincham julgam que “quem não consegue refrear o desejo, o ódio e a ambição, e não vê limites para o desejar, o odiar e o ter, não pode conviver com os demais nem tem direito a uma punição retributiva que o devolva à sociedade. Simplesmente, nega-se como humano” (Martins, 1989: p. 24). O que fica claro nesta citação, é que alguns comportamentos, em certas ocasiões, podem até não ser admitidos como pertencentes aos seres humanos, e seus perpetradores podem ser castigados além dos limites da reciprocidade.

O tipo de punição pode também variar de diferentes formas. Certos crimes podem despertar ímpetos de punição maiores, tais como estupro e roubo seguido de morte. A insegurança frente à criminalidade pode aumentar a certeza de que não há outra forma de contenção que não o uso freqüente e ilimitado da força. Enquanto a defesa dos direitos humanos e/ou “cidadania universalizada” pode levar a procura de punições cada vez menos violentas e que tenham como principal objetivo a recuperação do infrator.

O terceiro aspecto consiste em considerar as questões de punição e das expectativas frente à polícia e ao sistema penal inseridas num conjunto populacional. Isto quer dizer que as relações de vizinhança (mais especificamente as disputas por poder e prestígio, e seus conflitos interpessoais) e os problemas de segurança enfrentados pelos moradores devem influir na forma como eles vêem: as formas legítimas de “competição por reconhecimento e espaço social”, as formas de resolução de conflitos e, no fim, o uso da polícia e do sistema de justiça como árbitros, pacificadores e/ou vingadores das questões internas do grupo de vizinhança.

Antes de passar a descrição da metodologia adotada na pesquisa, é importante definir um conceito fundamental para precisar o objeto a ser estudado: as classes populares. Não há como tratar de concepções populares sem se ater a esta discussão.

Classes populares

Sader e Paoli publicaram um artigo em 1986, com base em pesquisa realizada por eles e Vera Telles sobre a representação dos trabalhadores como classe social na produção das ciências sociais no Brasil, que discute o conceito de classes populares e problematiza o seu uso.

Analisando as representações sobre “os trabalhadores, os pobres, os dominados desta sociedade”, da Primeira República até a década de 70, estes pesquisadores perceberam que todas são “negativas” (construídas sobre elementos não encontrados). Tanto os estudiosos da Primeira República, preocupados com a formação da nação brasileira (como Oliveira Viana), como os ativistas preocupados com a ação política dos trabalhadores para a derrubada ou conquista do Estado (anarquistas, socialistas e comunistas), e os intelectuais da academia que tentaram explicar os motivos que levaram a derrota das forças democráticas em 64, construíram representações sobre os trabalhadores semelhantes em dois pontos: a heterogeneidade das classes trabalhadoras como um fator explicativo para a falta de movimentação coletiva solidária e o paradigma do Estado enquanto campo de constituição das classes. A heterogeneidade era entendida como falta de homogeneidade e solidariedade. Além disso, em última instância, o Estado Novo, por ter estabelecido as leis trabalhistas e regulamentado a relação entre patrões e empregados, era reconhecido como tendo constituído as classes sociais no Brasil.

Segundo Sader e Paoli, esta representação “negativa”, compartilhada pelos pensadores acadêmicos até 70, reconhecia na classe “a falta de uma identidade social e política coletiva, a falta de uma coerência e racionalidade a partir de sua posição objetiva no processo de

produção, a falta de uma consciência adequada de classe, a falta de uma autonomia mínima de movimentação coletiva solidária” (Sader e Paoli, 1986: p. 49). A diversidade interna destes trabalhadores aparecia como obstáculo ao reconhecimento de uma classe real, pertencente ao mundo industrial, pois nem sequer como modo de vida os grupos sociais tinham nitidez em sua feição como classe.

A mudança deste enfoque na academia se deu, segundo eles, a partir do golpe militar de 64 e seu endurecimento após as manifestações e mobilizações políticas de opositores ao regime em 68. Estes acontecimentos provocaram a derrota “dos projetos de democratização através do Estado (por ocupação interna ou assalto revolucionário) (*ibidem*: p. 52). Com o Estado fechado à “experiência social” verificaram-se os “equivocos das interpretações sobre o caráter progressivamente democrático da modernização. Assim, abre-se uma brecha entre uma experiência do real e sua representação instituída e o pensamento se abre para 'corrigir o equivoco' e 'pensar o novo'. Foi preciso, portanto, que se perdessem as ilusões sobre os benefícios possíveis de uma 'boa política' (em substituição a uma 'má política') levada de qualquer modo por meio do Estado, que iria assim redimir uma sociedade desarticulada, um tanto quanto impolitizável e radicalmente desigual. Em seu lugar os pesquisadores puseram a questão de como uma sociedade diversa e plural pode gerar transformações históricas (em direção à liberdade ou à democracia) – o que significa, da ótica deste texto, abrir um lugar para sua representação. Os derrotados se voltam para a busca de novos pontos de apoio para uma oposição à ordem vigente. Intelectuais e atores atribuem novos significados e práticas sociais antes obscurecidas pela lógica institucional. O cotidiano, antes opaco espaço da repetição, passa a ser visto como lugar de luta, onde se produz a dominação e a resistência a ela” (*ibidem*: p. 52-3).

A partir daí, os estudos sobre classes passam a priorizar o cotidiano e não mais as relações estruturais entre aquelas e o Estado. “O ‘social’ não é mais estrutura, mas cotidiano. Os trabalhadores não são mais personificações desta estrutura, nem apenas objetos da exploração do capital, nem apenas produtos das instituições políticas (...). São *sujeitos* que elaboram e produzem representações próprias, de si mesmos: como trabalhadores ou favelados ou mulheres ou operários ou tudo isso, dependendo do movimento de vida coletiva na qual constroem sua experiência. A 'matéria-prima' irredutível da experiência aparece aqui como organizando a identidade e as regras simbólicas que comandam a coletivização” (*ibidem*: p. 62). Assim parece ter sido substituída a preocupação com a consciência de pertencimento de classe, vista como necessária para a articulação política da classe, pela questão da experiência de classe gerada em suas lutas no cotidiano.

Estabelece-se assim a noção *classes populares*, indicando que “o esforço de rigor do analista desloca-se do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento” (*ibidem*: p. 59). Tal noção abre espaço para dar conta do novo fenômeno estudado, os movimentos sociais populares, tal como as associações de bairro. Ao definir esta noção foi necessário apreender as “muitas situações de dominação que são experimentadas em sua especificidade por aqueles que nela vivem; aparentemente díspares e desconexas, estas situações no entanto lhes parecem articular um coletivo presente duplamente: 1 – na experiência única com aqueles que se identificam com e em cada uma destas situações e 2 – na elaboração mais geral de todos, reconhecendo algo em comum, entre as experiências distintas. Isto acontece em fluência, como movimento que se põe coletivamente em luta contra os poderes vigentes, a cada momento redefinindo o campo de lutas e os próprios agentes” (*ibidem*: p. 61).

Dessa forma são consolidados os “estudos de classe” que se referem a “um universo mais amplo, de estudos e ensaios, que utiliza o conceito *classes* às vezes de um modo mais descritivo, mas sempre com um sentido 'nativo', seja na própria análise, seja na referência ao seu objeto” (Guimarães, 1999: 35). Um dos estudiosos a trabalhar o conceito de classes populares dessa forma foi Duhram: “Podemos, com efeito, supor que as forças sociais que modelam a transformação da sociedade brasileira tendem a produzir, para os setores mais pobres da população urbana, condições de existência muitos semelhantes. A uniformização do consumo criada pelo nível salarial, a existência de problemas comuns nas áreas de habitação, saúde, escolarização e acesso ao mercado de trabalho devem promover, nessa população, o desenvolvimento de tipos de sociabilidade, modos de consumo e lazer, padrões da avaliação do mercado de trabalho que lhe são próprias” (Durham, 1986: p. 84). Ao conceito de Duhram, para os termos desta pesquisa, é necessário acrescentar que: 1) entre os tipos de problemas comuns está a violência e a insegurança, 2) entre os tipos de sociabilidade estão as associações de bairro que em muitos casos desenvolvem importante papel representativo dos interesses destas classes, 3) e que, além dos padrões de avaliação do mercado, existem padrões de avaliação das políticas públicas, dentre elas às voltadas para a área de segurança.

A escolha da favela de Heliópolis

A necessidade de aproximar a discussão sobre punição e sistema penal da experiência dos indivíduos a serem entrevistados fez com que o recolhimento das falas se desse no espaço onde as classes populares desenvolvem sua vida local, o lugar em que se encontra a sua

moradia. Além disso, isso era necessário porque um dos aspectos discutidos no projeto tratava de verificar a influência das experiências vividas na “localidade” sobre as concepções dos moradores a respeito dos temas desta pesquisa.

Uma definição de localidade que se assemelha à que se pretendia estudar é encontrada em Alvito (1996): “um agregado de casas e pessoas que mantém entre si uma rede complexa de relações e vínculos de caráter pessoal, face-a-face, como laços de parentesco, amizade, ‘parentela ritual’ (‘compadrio’, por exemplo), vizinhança, grupos informais e pequenas organizações”. É nesta localidade, como veremos adiante, onde os conflitos e a violência são sentidos mais de perto, por estarem próximos do seu refúgio da rua, a casa, nos termos de DaMatta (1982).

Nas regiões metropolitanas do Brasil, como vários estudos atestam, as classes populares habitam bairros operários, cortiços e favelas. Nesta pesquisa optou-se por escolher uma favela⁵ por três razões. 1) Nas favelas, encontra-se a maioria dos moradores de baixa renda das regiões metropolitanas, os quais se enquadram no conceito de classes populares utilizados nesta pesquisa. 2) A pesquisa pretendeu trabalhar com falas fortemente marcadas pelas experiências dos moradores de uma localidade com as questões de segurança e violência. Por isso, foi necessário escolher uma localidade sobre a qual se tivesse informações sobre as dificuldades enfrentadas por estes moradores a este respeito. Neste sentido, várias favelas de São Paulo ganham destaque na mídia por essas questões. 3) Escolheu-se apenas uma favela porque a intenção deste estudo é exploratória, ou seja, levantar informações e dados que permitam refinar hipóteses para uma pesquisa posterior.

A escolha do local foi precedida por um estudo exploratório junto aos dados sobre segurança produzidos pela Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). Esta fundação possui dados produzidos pelas diversas Secretarias Estaduais de São Paulo, inclusive pela Secretaria de Segurança Pública. Uma pesquisa junto ao site desta fundação (www.seade.gov.br), realizada em meados de 1999, permitiu o acesso à tabela “Crimes Contra a Pessoa, segundo Delegacias Seccionais e Distritos Policiais – Município de São Paulo - 1998”. Esta tabela apresenta os registros (ocorrências policiais) de casos de tentativa de homicídio, homicídio doloso, homicídio culposo, lesões corporais dolosas, lesões corporais culposas e “outros”, distribuídos pelos distritos policiais da cidade. O número de crimes registrados em cada distrito policial (DP) dividido pelo número de habitantes

⁵ O IBGE define favela como um "setor especial do aglomerado urbano formado por pelo menos 50 domicílios, na sua maioria carentes de infra-estrutura e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores" (Taschner, 2000).

atendidos por aquele DP, formaria uma taxa capaz de estabelecer uma comparação entre os diversos distritos e permitir a escolha de um deles.

No entanto, cada um destes distritos atende áreas formadas por inúmeros bairros e/ou favelas. Dessa forma, por meio destes dados não há como identificar separadamente os números apresentados pelas inúmeras favelas do município.

O acompanhamento do noticiário da imprensa apresentou melhores resultados e a favela escolhida acabou sendo a de Heliópolis, após serem levados em conta os seguintes pontos:

- 1) Durante os anos de 1999 e 2000⁶, várias notícias publicadas nos jornais de São Paulo relataram as ações de traficantes de drogas naquela localidade: os conflitos entre grupos de traficantes e as ações da polícia. Com uma experiência tão recente na questão de segurança, os moradores certamente possuíam uma “viva” “memória coletiva” sobre os acontecimentos e, certamente, faziam reflexões sobre o problema vivido.
- 2) É uma favela com ocupação antiga, segundo relato de moradores entrevistados. Sua formação se deu no início dos anos 70, o que permite observar relações de vizinhança consolidadas.
- 3) Eu pretendia saber se num lugar onde casos de violência fossem algo freqüente, seus moradores defenderiam, de forma geral, a defesa da aplicação de punições severas como pena de morte e prisão perpétua àqueles que cometessem crimes considerados mais graves. O que poderia ser explicada por uma busca de vingança contra os infratores ou como forma de utilizar o sofrimento causado aos punidos como exemplo a outros infratores (de fato ou em potencial).
- 4) A literatura sociológica também já relatava o problema da violência em Heliópolis. “No segundo semestre de 1987, na favela de Heliópolis, uma das maiores favelas de São Paulo, foi verificada uma venda anormal de barracos. Os próprios favelados atribuíram essas vendas ao clima de insegurança, pois, nessa ocasião, ocorreu uma série de mortes na favela, a maioria das quais atribuídas a justiceiros, que agiam algumas vezes à luz do dia, matando jovens e adultos. As vítimas eram inicialmente ameaçadas, diretamente ou por meio de recados enviados por terceiros; os justiceiros agiam encapuzados, razão pela qual ninguém era capaz de dizer quem eram” (Sampaio, 1995: p. 44).

⁶ Em 22/10/99, a Folha de São Paulo publicou “Favela de SP vive toque de recolher”. A partir desta notícia, comecei a acompanhar o que ocorria em Heliópolis.

5) A questão da violência continuava premente na favela, o que pude constatar, na minha primeira visita, em abril de 2000, ao ouvir inúmeros relatos de assassinatos. Nesta visita, fui informado sobre um conflito entre traficantes, desencadeado no final de 1999 e início de 2000 e, sobre uma operação policial no início daquele ano em Heliópolis.

A pesquisa

Para atender todos os objetivos, a pesquisa seguiu três direções. A primeira foi efetuar, antes de iniciar o trabalho de campo, um conjunto de leituras em torno da sociologia da violência e dos conflitos, ao qual foram se somando outras leituras durante a pesquisa. Os eixos seguidos foram: a) crime, violência, políticas de segurança e justiça, b) medo, insegurança, punição pública. O conjunto inicial de leituras contou com artigos e/ou livros de Sérgio Adorno, Nancy Cardia, Roberto Kant de Lima, Paulo Sérgio Pinheiro, Emir Sader, Antônio Luiz Paixão, Alba Zaluar e Teresa Caldeira. Este programa de leituras permitiu um importante aprimoramento teórico das questões de fundo desta pesquisa, que orientaram o levantamento de dados e de falas dos moradores. O primeiro texto produzido foi reformulado a partir da leitura de outros autores, como Yves Michaud, Nobert Elias e Hannah Arendt. Assim foi constituído o primeiro capítulo desta dissertação.

A segunda direção seguida foi o levantamento de dados secundários. Estes são de três tipos.

O primeiro tipo de dado se caracteriza por serem informações sobre a formação da favela, extraídas da tese de livre docência da professora da FAU, Maria Ruth Sampaio (1990). Esta tese permitiu conhecer o início das mobilizações das associações de moradores para obter água, luz e a regularização da ocupação da área, além de descrever os conflitos gerados nesse processo.

O segundo conjunto é formado por dados sócio-econômicos da favela de Heliópolis e da cidade, coletados junto à Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla), à Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab), à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab) e à Fundação Seade. Estes dados permitiram produzir uma caracterização sócio-econômica dos moradores da favela e das políticas públicas (saúde, educação, segurança, água e esgoto, fornecimento de eletricidade) desenvolvidas no local.

O terceiro foi formado por notícias coletadas nos *sites* dos jornais *FSP* e *OESP*. Foram pesquisadas as publicações da *FSP* de todos os anos de 1994 a 2000. Em relação ao *OESP*, a

busca de notícias se deu a partir do início dezembro de 1995 até final de 2000⁷. Estas notícias permitiram contextualizar a questão da violência, em Heliópolis, neste período.

Estes três tipos de dados secundários foram utilizados, cada qual, na elaboração de um item do segundo capítulo desta dissertação.

A terceira direção seguida consiste na pesquisa de campo realizada na favela de Heliópolis. Esta tarefa foi realizada por meio da utilização de dois importantes instrumentos. Em um caderno de campo anotei informações gerais sobre a favela e seus moradores: nomes de possíveis entrevistados, relatos de conversas com lideranças e outros moradores a respeito da violência⁸, do dia-a-dia na favela, das questões políticas das associações de moradores e das políticas públicas desenvolvidas no local. Além disso, anotava o próprio estranhamento/familiaridade do pesquisador ao visitar aquela localidade e conversar com seus moradores.

O outro instrumento foi um roteiro de perguntas que perpassava os seguintes temas: local de moradia, punição, polícia e sistema de justiça penal⁹. As entrevistas foram conduzidas de forma a partir das avaliações que o entrevistado fazia do seu local de moradia, dos seus vizinhos, dos conflitos existentes e dos principais problemas da localidade. A partir daí, eram feitas perguntas relacionadas ao temas de violência, punição, polícia e justiça penal. Esta seqüência foi importante por permitir identificar a violência como um dos principais problemas enfrentados pelos moradores. Certamente isto teria sido impossível, se a entrevista entrasse diretamente na questão da violência, pois o foco despertado nos entrevistados, de forma geral, para responder a questões sobre violência, poderia impedir que viessem à tona outros problemas que afligem os moradores.

As observações e os relatos anotados no caderno de campo, e a parte do roteiro referente ao local de moradia foram essenciais para a elaboração do último item desta introdução. As falas dos entrevistados sobre os demais temas presentes no roteiro de entrevistas foram o substrato com o qual foram construídas as análises sobre a relação entre traficantes e moradores (no segundo capítulo) e sobre as concepções populares de punição e

⁷ Foi possível obter matérias da *Folha de S. Paulo* e algumas do *Notícias Populares*, no site do Universo Online, podendo coletar todas as matérias que contivessem a palavra Heliópolis desde 1994, início do arquivo público das matérias, até o final de 2000. O mesmo procedimento foi adotado em relação ao site do "Estadão", no qual obtive artigos do jornal *O Estado de S. Paulo*, de dezembro de 1995 até o final de 2000, além de algumas matérias do *Jornal da Tarde*.

⁸ Tratei como "informantes", os indivíduos com os quais conversei, mas que não foram submetidos ao roteiro de entrevista.

⁹ O roteiro de entrevista foi elaborado de forma a tentar responder aos 3 aspectos de discussão teórica previstos no projeto. Para construir a primeira versão do questionário contei com o auxílio do mestrando Francisco José Ramires. Depois o roteiro foi reestruturado com o auxílio do orientador Sérgio Adorno. Então o roteiro foi testado. Finalmente após rediscuti-lo com o Doutor em Sociologia Luis Antônio F. de Sousa, reformulei-o pela última vez. Este roteiro está reproduzido no Anexo 1 desta dissertação.

polícia, elaboradas no terceiro capítulo. Estava prevista uma análise a respeito das falas sobre o sistema de justiça penal que formaria uma das partes do terceiro capítulo. No entanto, as respostas dadas pelos entrevistados às questões do roteiro de entrevista foram suficientes para entender que a maioria deles não tinha muitos conhecimentos sobre o funcionamento deste sistema. Por isso, este silêncio foi analisado no item que trata da polícia.

No último capítulo, a conclusão, retomei os pontos discutidos no projeto sob a luz dos achados realizados na pesquisa, respondendo a algumas daquelas questões e propondo novas indagações.

Como observação final, cabe acrescentar que os dados para esta pesquisa foram coletados até dezembro de 2000.

A seleção dos entrevistados

O método de seleção que pretendia utilizar era o sistema de “bola de neve”, segundo o qual um entrevistado indica outro e assim por diante. Esse procedimento seria seguido enquanto as falas presentes nas entrevistas não estivessem apresentando vários pontos recorrentes. No entanto, após as primeiras frustradas tentativas de falar sobre a questão da violência com alguns moradores ou mesmo de marcar entrevistas com eles, decidi mudar de tática. O receio dos moradores de falar sobre violência parecia vir do fato de eu ser um estranho. Esta impressão foi fortalecida quando, ouvi, por meio de um morador que se negou a dar entrevista, o boato, segundo o qual, um dos moradores entrevistados pelos jornais de São Paulo, a respeito da violência em Heliópolis, havia sido morto por traficantes por ter “falado demais”.

As dificuldades em se falar abertamente sobre a violência, numa localidade onde o tráfico impôs uma espécie de lei do silêncio, levaram-me a recorrer a uma associação de moradores (UNAS – União de Núcleos Associação e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco¹⁰). Por meio desta associação, considerei que seria possível vencer as resistências das pessoas. Ao procurar qualquer pessoa, dizendo que fui enviado por membros da UNAS, consegui não ser mais identificado como estranho, mas apenas como “estrangeiro” naquela localidade. Ao demonstrar ter contato com pessoas conhecidas pelos moradores interpelados pude dar maior segurança a eles no momento de estabelecer a abordagem e pedir-lhes que aceitassem ser entrevistados.

A forma de abordar os moradores era procurar as pessoas indicadas pelos membros da UNAS. Chegava até eles, sozinho ou acompanhado por um membro da associação, e

¹⁰ No segundo capítulo se encontram as informações referentes a esta associação.

explicava-lhes que queria fazer uma entrevista. Dizia que a nossa conversa seria registrada num gravador, para depois ser analisada na Universidade, e que não seria publicada em jornal ou transmitida em ondas de rádio. Admitia que entre os temas da entrevista estavam questões sobre o dia-a-dia no bairro e sobre a violência e a polícia. Revelar os temas a serem tratados mostrou ser problemático, pois despertou o receio nas pessoas, e algumas delas declinaram da proposta da entrevista. No entanto, considerei mais eficiente perder um possível entrevistado do que incluir uma entrevista de uma pessoa que se recusava a falar sobre certos temas. Além disso, o uso da sinceridade parece ter servido como moeda de troca para obter a confiança daqueles que aceitaram meus convites. Por fim, esta decisão também foi mais ética, ao dar conhecimento prévio ao entrevistado sobre o tema da conversa a ser estabelecida.

Esta forma de abordagem trouxe um problema de objetividade para a pesquisa, pois todos os entrevistados deveriam ter relações com algum membro da UNAS. Isto podia trazer um sério problema: só ter entre os entrevistados pessoas que de alguma forma militavam nesta associação, enquanto pretendia ouvir também indivíduos que não tivessem qualquer forma de mobilização política. Era possível que a participação política, seja em nível local, sindical ou partidário, pudesse trazer diferenças nas suas concepções sobre punição, polícia e justiça penal. Embora a análise não tenha se detido sobre essa diferenciação, cabe adiantar que foi possível notar que os dois entrevistados mais envolvidos com as associações de moradores eram os únicos que tinham conhecimentos sobre penas alternativas e que defendiam seu uso para recuperação de infratores.

Foi possível garantir uma maior diferenciação no conjunto de entrevistados seguindo algumas táticas. A primeira foi informar aos membros da UNAS que me auxiliaram (Cleide, Marcelo, Suely, Cristiane) a necessidade de diferenciar o conjunto o máximo que conseguisse, de forma a evitar, principalmente, que só tivesse indivíduos mobilizados politicamente. Descartando os laços políticos, as indicações seguiram laços de amizade, de parentesco e de vizinhança. A segunda foi ter entrevistados indicados pelo maior número de pessoas: Cleide sugeriu 2; Marcelo, 3; Suely, 2, Rosely, 1; Cristiane 2. Isto garantiu também a existência de entrevistados de diferentes pontos da favela: predominantemente a área próxima ao Hospital Heliópolis e à Rua da Mina. A terceira foi seguir clivagens de idade, gênero e relação com associações de moradores, o que formou o seguinte quadro:

Quadro 1 – Estratégia de escolha de entrevistados

Idade/Gênero	Masculino	Feminino
Jovens	1 atendido pela UNAS	1 atendido pela UNAS

	1 não atendido pela UNAS	1 não atendido pela UNAS
Adultos	1 integrante da UNAS 1 não integrante	1 integrante de outras associação 1 não integrante
Idosos	1 Sem ligação c/ associação	1 Sem ligação c/ associação

Os entrevistados¹¹

A primeira entrevistada foi indicada por Cleide. Seu nome é Fátima. Ela é uma mulher branca, de 35 anos. É cearense, tendo saído de lá com sua família por causa de disputa pela posse de uma área de terra e em busca de riqueza. Após terem tentado a vida no Mato Grosso, e não tendo dinheiro para voltar ao Ceará, ficaram em São Paulo e compraram um pequeno barraco na Vila Prudente. Em 1973, foram para Heliópolis morar nos alojamentos provisórios que a prefeitura construiu para os moradores que foram retirados da favela de Vila Prudente. Hoje é solteira e tem uma casa de alvenaria. Participa ativamente dos Projetos da UNAS há mais de 15 anos. Possui ensino superior, é contábil. É militante do PT. Sua religião é a católica. Disse se importar muito com o trabalho comunitário que desenvolve e, por isso, pretende sempre morar em Heliópolis. Mora próximo ao Hospital Heliópolis. Esta entrevistada indicou uma conhecida de infância, chamada Sandra.

Sandra é uma mulher negra de 32 anos. Nascida no norte de Minas Gerais, é moradora de Heliópolis há 26 anos, tendo sua casa próxima ao Hospital de Heliópolis. É casada, tem uma filha, e não está mais empregada, sendo dona de casa. Segundo ela, a grande mudança de sua vida foi sua conversão: é evangélica e estava participando (quando entrevistada) das orações das 19:00, todo dia na sede da Igreja Universal do Reino de Deus em Heliópolis. Possui a 6ª série do ensino fundamental, não é militante partidária, sindical ou de associação de moradores, apesar de conhecer Fátima. Há alguns anos perdeu uma irmã, falecida por ter se envolvido com traficantes. Se tivesse condições financeiras afirmou que já teria se mudado de Heliópolis. Estas duas primeiras entrevistas ocorreram na sede do Projeto Parceiros da Criança¹², na Av. Estrada das Lágrimas, nos meses de maio e junho de 2000.

Ao visitar o Centro de Juventude¹³, existente na Rua Coronel Silva Castro, nº 58, em 18 de junho de 2000, estabeleci contato com Marcelo e Suely, membros da UNAS que

¹¹ Os nomes são fictícios e as entrevistas foram realizadas em 2000. As informações dos entrevistados se referem à época da entrevista.

¹² Este projeto será descrito no segundo capítulo.

¹³ Atualmente este centros são denominados, Espaços Gente Jovem, estabelecimentos que recebem recursos da Secretaria de Municipal de Assistência Social para atender “crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, priorizando a população com renda familiar até 4 salários mínimos. Os centros de juventude prestam atendimento socioeducativo, incluindo complementação escolar, iniciação desportiva, recreação e artes, além de atividades

auxiliaram na indicação de outros moradores a serem entrevistados. Marcelo indicou um adulto e dois jovens, os quais foram entrevistados no Centro.

O primeiro foi Paulo. Um jovem negro de 17 anos, paulistano, filho de pais maranhenses, que viveu com a avó dos 5 aos 12, por causa da separação dos pais e da impossibilidade da mãe em sustentá-lo. Atualmente, ele vive com três irmãos, mãe e padrasto em Heliópolis. Sua religião é a católica. Já fez bicos, entregando panfletos a R\$ 10,00 por dia e, na época da entrevista, estava fazendo o curso de reciclagem de lixo da UNAS. Está cursando a 1ª série do Ensino Médio e fez um curso na Escola de Memorização – Centro de Aprendizagem Acelerada. É membro de um grupo de pagode que ensaia no salão do Centro de Juventude de Heliópolis no sábado à noite. O grupo possui 7 componentes, o mais velho tem 22 anos.

A segunda pessoa foi Mirela. Uma jovem branca, de 16 anos, nascida em Carapicuíba. Ela é solteira e mora com os pais e um irmão mais novo. Não trabalha, seus pais decidiram que a família se mudasse para a Vila das Mercês, após o assassinato de seu tio. Em 1999, chegaram em Heliópolis por causa do alto custo do aluguel; a renda familiar estava em torno de R\$ 1000,00. É estudante da 2ª série do Ensino Médio, participou do curso de reciclagem de lixo oferecido pela UNAS em 2000. É católica praticante, dá aula de catequese para a 1ª comunhão, nos sábados e domingos, na Vila Moraes, onde também faz curso bíblico. Pertence a Renovação Carismática. No sábado à noite, vê os ensaios dos grupos juvenis no Centro de Juventude da Rua Coronel Silva Castro, onde mora, e faz apresentações de dança axé.

O último indicado por Marcelo foi José, um homem branco de 44 anos. Paraibano que aos 17 anos veio para São Paulo querendo ser independente, e conseguiu emprego como metalúrgico. Aos 18 anos, após a morte do pai, trouxe toda a família. Casou-se e teve 7 filhos (um deles se envolveu com o tráfico e morreu numa disputa recente entre traficantes). Trabalha como vigia na área da Cohab em Heliópolis. Sua religião é a católica. Terminou, recentemente, num curso supletivo, o ensino médio, e pretende fazer faculdade de Direito, mas o fará apenas se conseguir uma bolsa de estudos. Participou da fundação da primeira associação de moradores de Heliópolis em 1977. É filiado ao PMDB. Nas eleições para a prefeitura municipal de 1996, apoiou o candidato de Maluf, Celso Pitta, segundo Marcelo, mas atualmente disse estar afastado da política. Participa da Associação Comunitária para a Valorização de Heliópolis, que tem como objetivo buscar o bem-estar para a comunidade. Esta associação participa, junto com a UNAS, na mobilização dos moradores em torno da questão da moradia.

de sensibilização para o trabalho (dos 12 aos 14 anos)...” (SEMPLA, 1998). Em Heliópolis, os EGJ são

Indicadas por Suely foram entrevistadas duas outras pessoas. Primeiro Suely acompanhou-me, em 19 de julho de 2000, à rua 7 de Setembro, onde Fábio, dono de um bar, aceitou ser entrevistado. Fábio é homem branco de 42 anos. Cearense, veio pra São Paulo com dezessete anos. Casou-se com vinte anos e agora tem dois filhos. Sua religião é a católica. É dono de um pequeno bar conjugado à sua residência. Está a espera de se mudar para um módulo com box de comércio do Projeto Cingapura. É analfabeto. Foi filiado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, quando era metalúrgico, profissão que deixou de exercer por causa dos baixos salários.

O outro indicado, Guilherme, foi entrevistado, em 19 de dezembro de 2000, em sua “mercearia”. Esta “mercearia” foi construída com madeira, na calçada da Rua Coronel Silva Castro, em frente ao Centro de Juventude. Guilherme é um homem branco, cearense de 74 anos e morador de Heliópolis há 40 anos. Antes de chegar em Heliópolis, disse ter sido Policial Militar por 25 anos em Brasília, mas isto não é possível, pois teria que ter começado a trabalhar na PM com 9 anos. É possível que tenha sido policial, mas por um período menor de tempo. Está separado há 1 ano e meio e não mantém mais relações com sua família por desentendimentos. Um deles, foi o fato de seus filhos terem desviado dinheiro de uma mercearia que possuiu. Teve 7 filhos, 5 homens e 2 mulheres, com 3 já falecidos. Afirmou ter 2º grau. Frequenta igrejas católicas e evangélicas.

Dois jovens foram entrevistados com a ajuda de Cristiane, que trabalha no Centro de Juventude, localizado próximo à Av. Estrada das Lágrimas, numa de suas travessas. A primeira é Talita, uma jovem negra de 15 anos. Ela nasceu na Bahia e veio com seus pais para São Paulo há 14 anos. Primeiro, estiveram na casa de uma tia de seu pai, em Sacomã, e logo em seguida se mudaram para Heliópolis. Mora com os pais e dois irmãos. Não trabalha e vai à Igreja Católica toda semana. Está na 7ª série do ensino fundamental e já fez curso de teatro com professores de Heliópolis na Casa de Cultura, em Vergueiro. Gosta de sair à noite para se divertir com os irmãos e o namorado e ir ao cinema.

Um jovem, indicado por Cristiane e que se negou a dar entrevista, indicou outro, chamado Renato. Renato é um jovem branco de 19 anos. É paulistano e mora em Heliópolis, próximo à Rua da Mina há 7 anos. Veio do Ipiranga com a mãe, baiana, e o pai que faleceu há três anos com doença de Chagas. É solteiro. Está à procura de emprego, mas não têm encontrado. Sua religião é a católica. Possui o 2º ano do Ensino Médio e continua estudando, na Escola Estadual Raul Cardoso (fora de Heliópolis). Gosta de dançar forró e sair com os amigos nos fins de semana para ir a bailes.

Por fim, a última entrevistada foi uma senhora indicada por Rosely, que trabalha com os jovens em Liberdade Assistida de Heliópolis. Seu nome é Cida e mora próximo à Rua da Mina. Ela é uma mulher negra de 81 anos, natural de Montes Claros-MG, onde não estudou porque seu pai não queria que aprendesse a escrever, pois iria ficar escrevendo cartas para namorados. Teve 13 filhos, mas muitos já faleceram. Há uns 20 anos, estava doente e foi trazida por um filho para São Paulo. Por causa das dificuldades de aluguel, apesar das resistências do marido, construiu um barraco em Heliópolis e se mudou. Viúva há 12 anos. É dona de casa e recebe um salário mínimo de aposentadoria. Mora no 2º andar de casa de sua propriedade, a qual também é habitada por um filho, 2 netos (que estão desempregados) e uma bisneta. É evangélica, membro da Igreja Pentecostal Deus é Amor.

Não se pode dizer que este conjunto de dez entrevistados seja estatisticamente representativo da população moradora de Heliópolis. No entanto, a diversidade presente neste grupo impede que as falas sejam fortemente marcadas por influência de gênero, idade, ocupação, estado de origem, escolaridade, participação política e envolvimento com os trabalhos da associação de moradores. Uma semelhança primordial existente entre os membros deste grupo é a migração que perpassa as histórias destas pessoas, entre os mais jovens esta migração foi vivida pelos seus pais. Neste sentido, Heliópolis parece ter se tornado, para eles, a solução para suas limitações econômicas em conseguir residir numa moradia própria ou alugada, num local regularizado da Região Metropolitana de São Paulo. Condição essa enfrentada, de forma geral, pelas classes populares em São Paulo.

Impressões sobre Heliópolis

Heliópolis é uma favela cheia de vida e de movimento. Nas casas se vêem as marcas de uma ocupação recente e difícil. Embora a maioria das casas seja de alvenaria, a maioria delas não está pronta, muitas estão sem reboco e sem pintura, outras recebendo mais um ou dois cômodos. A construção parece seguir ao ritmo das sobras de dinheiro do orçamento familiar: um décimo terceiro salário, as economias com um filho que já está trabalhando e pode suprir parte de seus gastos com lazer e roupas, um seguro-desemprego, a remuneração por bicos como pedreiro ou eletricista, ou um lucro maior do estabelecimento de comércio. Com mão-de-obra familiar e/ou pagamento de um pedreiro por alguns dias, as reformas vão sendo feitas e o mais importante é se ter a parte interna em ordem: paredes pintadas, eletricidade, água encanada, saída para o esgoto.

Algumas destas casas são sobrados e as partes de baixo podem ser também usadas para guardar um carro, alugar para alguém ou abrir uma pequena mercearia, um boteco, uma locadora de vídeo, uma oficina eletro-eletrônica ou um salão de cabeleireira. Nas avenidas principais, onde passam ônibus e o fluxo de veículos é mais intenso, há lotes ocupados apenas por comércio. A maioria é ocupada por bares, mas há também pizzaria, drogaria, açougue, mercearia, padaria, loja de material de construção. Nessas avenidas e ruas de maior movimento localizam-se também os equipamentos públicos, o hospital, a delegacia de polícia, a companhia da Polícia Militar, os postos de saúde, a Escola Municipal “Luis Antônio Gonzaga”, as creches e os Centros de Juventude, a sede do Parceiros da Criança, a sede da UNAS. Nas ruas menores e pequenas vielas, há apenas botecos e casas.

Com as exceções das Avenidas Estrada das Lágrimas e Almirante Delamare (que vai até o município vizinho de São Caetano do Sul), da Rua Cônego Xavier (que estabelece ligação entre as duas avenidas citadas acima) e da Rua Comandante Taylor (que é a continuação da Almirante Delamare para os carros que vão no sentido centro), nas quais o tráfego de veículos é mais intenso, nas demais vias há pouca circulação de veículos. Também, devido à inexistência de calçadas ou à sua ocupação por entulho e barracas de comércio, as pessoas, geralmente, circulam nas ruas juntamente com os poucos carros que passam.

É nestas ruas que se vê o intenso movimento de Heliópolis, acordando bem cedo com os moradores que trabalham fora da favela, com as crianças que vão para as escolas, creches e centros de juventude, e com o comércio local que se abre. Durante o dia o burburinho é grande: crianças e adolescentes empinam pipas de cima da laje de suas casas e se juntam nas ruas para brincar ou jogar bola nas ruas ou nas quadras do Centro de Juventude, na sede da UNAS ou nos campos do Hospital Heliópolis e da Delegacia; pessoas se dirigem ao comércio local; adolescentes paqueram nas ruas, ônibus conduzem pessoas ao centro de São Paulo e as trazem de volta; e, jovens, desempregados, autônomos e empregados após seu serviço se juntam em pequenos grupos, para conversar, beber, jogar sinuca e beliscar alguma coisa, nos bares e botecos que permanecem abertos até altas horas da noite. À noite, evangélicos reúnem-se em suas igrejas para orar e adolescentes retornam das escolas, aproveitando o tempo restante para namorar ou estar com os amigos.

Nos fins de semana é que sobra mais tempo para os amigos organizarem um churrasco, trabalhar na casa, assistir a uma fita de vídeo ou TV com familiares, almoçar em casa, ir às igrejas, bater papo na rua e em frentes às portas das casas. Os jovens se reúnem para conversar, ouvir e dançar pagode, forró e rap, para sair à noite na favela ou fora dela, indo a alguma danceteria, bar, shopping ou cinema. Há ainda os encontros dos grupos

formados de pagode, de rap, de capoeira, de grafite, de pichação, os times de futebol e também, de oração.

O que dizem os entrevistados

Nas entrevistas realizadas, a favela é vista como lugar bom ou ruim de se morar, dependendo dos aspectos que cada um concebe como o mais importante. Caracterizações recorrentes permitem construir um retrato da comunidade. Os seis principais traços desta figura são: amizade, valores, conflitos, carência, discriminação e criminalidade. O último ponto a criminalidade será abordado no capítulo dois desta dissertação.

Amizade e vizinhança

É unânime, entre os entrevistados, que a favela é uma vizinhança formada por vários grupos de parentesco, onde o típico é a vinda de um primeiro parente de um outro Estado, geralmente da região Nordeste do país, ou mesmo de outra favela de São Paulo, e que recebe em sua casa, pais, sobrinhos, irmãos e até mesmos filhos, à busca de um local onde eles possam construir suas casas.

A vizinhança é também o lugar onde se faz amigos que se visitam, conversam e prestam favores. Já entre os adolescentes, é na vizinhança que se forma o grupo de amigos. Estes amigos vão aos bailes fora da favela, formam grupos de pagode, rap ou de grafiteagem, jogam futebol e empinam pipas.

Valores

Conforme os relatos dos entrevistados, as relações de vizinhos seguem determinados valores. O primeiro deles é o “cuidar de sua vida”. Traduzindo, pode-se dizer que se espera que um vizinho não se intrometa em vida alheia, fazendo comentários que possam difamar os atos e a vida que os demais levam, e mesmo fazer pressão sobre os atos dos outros moradores¹⁴, como, por exemplo, interferir em briga de casais.

O segundo é ser sociável, conversar, possivelmente compartilhar as dificuldades, as alegrias, os seus projetos, os acontecimentos de conhecimento público ou particular. Não se deve fechar em sua casa, como se não morasse ali, como se não quisesse conviver com os demais vizinhos por se sentir socialmente superior e ter desprezo.

¹⁴ Dois entrevistados jovens classificaram como maus vizinhos àqueles que têm o costume de reclamar de som alto existente entre moradias em festas e mesmo barulho nas ruas.

O terceiro é o prestar favores em momentos de necessidade. Este costume de se prestar favores fortalece os contatos e os laços entre os vizinhos.

O quarto é que sejam moralmente exemplares, bons pais, trabalhadores, honestos, que não se envolvam com traficantes, assaltantes ou brigas.

Uma última característica que é reivindicada pelos dois entrevistados engajados na associação de moradores: a participação nas lutas pelas melhorias da comunidade.

Estes cinco valores elencados parecem orientar as disputas de prestígio e distinção entre os moradores e as relações de vizinhança.

Conflitos

A convivência também tem seus momentos de tensão. Os entrevistados falam em discussões que ocorrem, podendo, em alguns casos, chegar a se tornar uma briga com agressões.

O principal causador das discussões é, segundo eles, o uso de bebida ou droga. Este motivo pode estar associado a outros dois: ofensas que são tomadas como atingindo à honra¹⁵ e desespero pelo fato de não se conseguir emprego. Mas há outras questões que provocam conflitos: disputa por participação dos projetos de moradia que sempre são incapazes de atender a quantidade de moradores interessados, briga de adolescentes ao disputarem paqueras ou namorados.

Em reunião do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg¹⁶) de Heliópolis, em 30 de novembro de 2001 - com a participação de três moradores da favela, o Pastor Carlos, o Delegado auxiliar, Dr. Vince Prova e duas moradoras dos condomínios de renda média superior na área da favela - pude observar outros dois tipos de desavenças na vizinhança. O primeiro tipo tinha relação com os bailes nos finais de semana, promovidos num bar da favela, causando barulho, além das 10 horas da noite do domingo, e atrapalhando àqueles que desejavam dormir. O segundo tipo tratava-se da falta de segurança num dos Postos de Saúde da favela: crianças e adolescentes, suspeitos de ter ligação com tráfico de drogas, estavam

¹⁵ O uso de violência para defender, não só a integridade física, mas também a honra, é considerada aceitável por boa parte da população brasileira. Pesquisa de opinião, realizada em 10 capitais do Brasil, do Núcleo de Estudos da Violência, detectou que 37% dos brasileiros consideram justo usar violência para defender a honra (Cardia, 1999).

¹⁶ O Decreto nº 23.455, de 10 de maio de 1985 (Gestão Montoro), dispôs sobre a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs): "Artigo 1º - ... com o objetivo de colaborar no equacionamento e solução dos problemas relacionados com a segurança da população, Parágrafo Único - Constituirão base para a atuação dos aludidos Conselhos, no município da Capital, a área de cada Distrito Policial e Companhia de Policiamento e, nos demais, o respectivo território. Artigo 2º - ... serão integrados por autoridades policiais, designadas pelo Secretário de Segurança Pública, que os coordenarão e por representantes de associações, prefeituras municipais e outras entidades prestadoras de serviços relevantes à coletividade e sediadas na área da respectiva Unidade Policial". Imprensa Oficial, Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública.

quebrando as lâmpadas externas do prédio e causando outras depredações. A suspeita era de que faziam isso para usar e traficar drogas.

Segundo os entrevistados jovens, as discussões entre vizinhos, entre inquilinos e moradores, e entre familiares podem chegar a agressões, as quais terão interferência de vizinhos para serem interrompidas. Não foi este o ponto de vista das lideranças¹⁷, que certamente costumavam ser chamados a "colocar a mão na massa" e que passaram a se sentir intimidados a exercer este papel. Esta interferência parece estar restrita aos casos de envolvimento de parentes e amigos próximos. Nestes casos, a intimidade entre a pessoa que interromper as agressões e os envolvidos na briga dá salvaguardas ao mediador de ser alvo do rancor de alguma das partes. O entrevistado Paulo mostra bem o espaço que garante legitimidade à intervenção de um terceiro:

“Até que, algumas vezes, eu morava aqui, aí tinha um casal que brigava sempre, e nós ouvíamos, mas não interferíamos por que era briga de casal. Então eles poderiam depois que acabou, voltá e o vizinho é que ia ficá mal. (Por) Que o vizinho foi lá, pra ajudá. Agora se for alcoolizado, o cara chega alcoolizado em casa e começa a briga, o vizinho deve partir e separa. Interferir, né. Que aquela pessoa naquele momento tá fora de si.”

(Paulo, 17 anos, estudante, aluno do curso de reciclagem de lixo da UNAS).

No entanto, conforme relataram os entrevistados, não se deve interferir nas brigas que envolvam policiais ou traficantes sob pena de agressão ou morte.

As ameaças de morte ou de agressão são respondidas de duas formas. A primeira é a mudança da favela para a casa de parentes em outros estados, aconselhável para casos de ameaças feitas por traficantes e por bandidos considerados perigosos. Depois de certo tempo (anos, talvez), com a morte ou prisão dos criminosos, se poderá voltar à favela.

O segundo tipo de resposta é o grande instrumento pacificador das disputas entre a maioria dos moradores: a "conversa". Na "conversa" se esclarece palavras mal ditas ou mal interpretadas, atos realizados e suas motivações. Nas desavenças entre os moradores comuns (os que não têm ligação com o tráfico de drogas), mesmo naquelas em que são proferidas ameaças de morte ou terminam em brigas, a "conversa" é o primeiro recurso a ser utilizado. Principalmente porque se sabe que, às vezes, as ameaças verbais são mais tentativas de intimidação do que uma promessa de consumação de atos.

Carência

¹⁷ Fátima e José afirmam que no passado era comum haver interferência, mas hoje com a "banalização da violência", as pessoas estão com medo de interferir em conflitos alheios.

Ao serem entrevistados, os moradores de Heliópolis abordaram as carências da favela. Algumas carências atingem diretamente as pessoas de mais baixa renda da favela, como o caso de uma família que morava em barraco construído em cima de lama, tal como citada por Sandra, ou famílias que não têm o que comer, tal como relatou Guilherme. Outras carências, segundo os entrevistados, atingem o conjunto dos moradores. A principal é a questão da moradia: os moradores se preocupam com a legalização dos lotes, o valor das prestações dos apartamentos do Cingapura e das construções da Cohab, o tamanho das residências para o qual, às vezes, têm que mudar devido aos projetos para a área. Há também a carência de renda, pessoas que procuram emprego e não encontram e outros que trabalham como autônomos, mas ganham muito pouco para sustentar a família.

Discriminação

Outro ponto importante para se discutir é a visão de Heliópolis como lugar violento e a "pecha" de "bandido" que persegue seus moradores. Vejamos as seguintes situações:

"E - ... cê perdeu os amigo seu de...do Moinho Velho (onde morava há um ano atrás) por quê?

Perdi a maioria. De repente preconceito porque eu moro aqui, eu perdi... porque sempre assim, sempre que eu queria ver eles eu tinha que ir lá, eles nunca vinham aqui. Medo, preconceito. Aí recentemente, essa semana aí eu fui lá, né, eu cumprimentei... até achei estranho que eu cumprimentei eles, eles... né, me trataram assim meio estranho. Aí depois eles falaram pro meu primo que não queria mais amizade assim... ter a mesma... ter a mesma amizade comigo, porque vai que de repente eu tava envolvida com alguma gente assim da vida errada aqui, algum bandido. Falaram pro meu primo e eu fiquei mó chateada, eu acho que não tem nada a ver, né? Eu tenho personalidade acima de tudo, eu não preciso me misturar com esse tipo de gente." (Mirela, 16 anos, solteira, estudante, aluna do curso de reciclagem da UNAS)

(Comentários de Sandra sobre a importância de se morar numa casa ou apartamento construído)

"Muitas pessoas que trabalhavam comigo. Muitas pessoas. "Ah, cê mora, cê mora na favela. Ah, legal", já torcia a cara porque você mora na favela. Fa-Vela, já fala tudo, né?(...) "Isso, é diferente, há uma diferença, há uma diferença. De repente cê vai, cê pega um amigo seu que mora em outro lugar, entendeu, longe da favela. Aí você leva na sua casa, por mais que você queira que não, ela repara na sua casa. Muitas vezes, ah, eu tiro isso pelas minhas irmãs, minhas irmãs tem amigos lá fora. Mas muitas vezes ela não leva, quer dizer não levava, porque agora leva, porque agora ela não mora mais em barraco, agora ela mora no apartamento. Cê entendeu?

E - Mas repara cê diz assim como?

Eles reparam, quer dizer, já "Puxa que lugar perigoso, puxa aqui mora fulano, aqui mora siclano, puxa vi isso passar na televisão." Então sabe, há uma diferença, há uma diferença muito grande." (Sandra, 32 anos, dona de casa)

Essa “pecha” interfere não apenas na discriminação de colegas de trabalho ou amigos, mas também na dificuldade de se arrumar emprego tendo como endereço de residência uma favela. Os entrevistados reclamam que o resto da cidade não é capaz de reconhecer que na periferia não há só violência, bandido e crime.

I - Violência urbana e classes populares

I.1 – Introdução

Os temas da violência e da justiça têm sido objeto de preocupação das ciências sociais brasileiras há, pelo menos, duas décadas. Sociologia, Antropologia e Ciência Política têm dado diferentes ênfases e enfoques com o propósito de compreender por que essa violência emergiu na sociedade brasileira contemporânea (se é que já não existia no passado) e quais os impactos sobre os direitos dos cidadãos.

Até o presente momento, há três revisões bibliográficas, realizadas por cientistas sociais brasileiros, que tentaram dar conta do andamento das pesquisas neste campo.

Adorno, em 1993, publicou uma resenha sobre “A criminalidade violenta no Brasil”. Na introdução a sua resenha Adorno afirmou que, durante longo tempo, a abordagem científica da criminalidade no Brasil teve por diretriz exclusivamente o saber jurídico e a legislação penal. Segundo ele, a partir do final dos anos 70, as ciências sociais têm procurado ponderar sobre possíveis conexões entre o agravamento da violência criminal, o tipo de desenvolvimento econômico-social presente nesta sociedade agrário-industrial, a forma de exercício do poder de Estado e a permanência de políticas de segurança e de justiça penal herdadas do regime autoritário.

Como enfoque para analisar esta literatura especializada, Adorno escolheu explorar as relações entre controle social do crime, violência e poder, problematizando a organização social do crime como o produto de uma teia complexa de relações sociais que vincula os delinquentes aos agentes institucionais posicionados de modo diverso nos aparelhos encarregados de preservação da ordem pública. Assim é possível, segundo o autor, destacar o reticulado de poder e cultura que expressa, no interior destes aparelhos, conflitos, acomodações e negociações.

Apesar de ter um enfoque próprio, Adorno afirma que se podem classificar os estudos a respeito da criminalidade em quatro categorias: “(a) os que cuidam do movimento da criminalidade; (b) os que descrevem e problematizam o senso comum a respeito do perfil social dos autores de delitos; (c) aqueles que examinam a organização social do crime sob a perspectiva do delincente; e (d) os estudos que analisam políticas públicas penais” (Adorno, 1993b: p. 3).

Em seu balanço da literatura, Adorno concluiu que tais estudos têm sugerido que a contenção da criminalidade urbana, no regime democrático, não pode ser realizada apenas por meio da redução das desigualdades sociais ou pelo enrijecimento das medidas dissuasórias.

Segundo ele, cabe perceber a crescente importância, “nas sociedades democráticas, do pluralismo jurídico e da norma às expensas do sistema judicial centrado na lei” (1993b: p. 9). Para Adorno, esse entendimento sugere a institucionalização de um regime jurídico que encarne novos princípios de avaliação e julgamento, direcionado para a responsabilização da sociedade, provocando uma alteração no princípio intrínseco ao direito de punir: “o valor fundamental atribuído à liberdade cede lugar ao valor atribuído à vida” (*idem, ibidem*).

A preocupação com a violência e o crime na sociedade democrática brasileira dá também o tom do balanço realizado por Zaluar (1999). Tal como Adorno, esta autora percebeu um vínculo entre a produção das ciências sociais sobre estes temas e as últimas duas décadas de história do país. Segundo Zaluar, neste período marcado por fortes mudanças políticas, sociais e econômicas, os cientistas sociais participaram como pesquisadores e como cidadãos, principalmente com o advento das organizações não-governamentais.

Em seu artigo, Zaluar se propôs a classificar as subdivisões do tema (violência e crime) e elencou cinco subtemas: (1) “a reflexão sobre o que é violência e seus múltiplos planos e significados” – no qual a preocupação dos pesquisadores quase sempre tem sido de apontar os males a serem combatidos; (2) “as imagens ou representações sociais do crime e da violência e o medo da população” – os estudos tendem a criticar as ações da mídia, manipulando o sentimento de insegurança da população, por meio de exageros, superexposição de notícias criminais e exploração da comoção causada por determinados crimes; (3) contar as vítimas e relatar os crimes – trata-se de pesquisar os números e caracterizar os sentidos da vitimização e da criminalidade. Parte destes estudos têm demonstrado o crescimento da criminalidade violenta; (4) “a procura de explicações para o aumento da violência e da criminalidade” – de forma geral, os estudos tratam da questão da relação entre pobreza e violência e os efeitos do crime organizado; e (5) “o problema social da criminalidade como tema de política pública” – num primeiro momento, os estudos se dividiam em dois paradigmas de controle de criminalidade: um, preocupado com o efeito das políticas sociais sobre a criminalidade e a necessidade de mudanças estruturais de longo prazo, e outro, destacando os custos da vitimização e defendendo a autonomia da segurança como política pública. Num segundo momento, as críticas se centram na militarização da segurança e a preocupação geral passa a ser o controle democrático da política de segurança (*ibidem*: p. 26-7).

Finalizando sua discussão, Zaluar discutiu a relação entre os cientistas sociais e as políticas públicas, e as limitadas possibilidades do conhecimento produzido influir sobre as ações das burocracias públicas, principalmente devido ao dissenso político. Isto não a

impediu, no entanto, de sondar caminhos. Segundo ela, o movimento em direção à democracia, à igualdade e à inclinação para a paz, “caso parta de um projeto político almejado, dependeria de um processo de educação permanente para as novas formas de viver, de prestar contas, de construir formas democráticas e participativas de controle, de exigir a segurança como um bem coletivo ou público” (*ibidem*: p. 92).

A última revisão bibliográfica realizada nas ciências sociais brasileiras é a de Kant de Lima (2000). Este autor propôs realizar uma abordagem sistemática da bibliografia nacional que envolve os temas da violência, da criminalidade, da segurança pública e da justiça criminal. Segundo ele, após vinte anos de produção acadêmica regular, “essas áreas temáticas ocupam, hoje, uma posição importante nos debates entre cientistas sociais brasileiros, seja pela crescente compreensão de sua complexidade e interesse público, seja pelo acúmulo de interpretações de materiais empíricos e análises que estão a exigir alguma sistematização comparativa” (*ibidem*: p. 45).

A metodologia utilizada por Kant de Lima se centrou nos “autores mais citados nas resenhas até agora”, em seus textos, nos autores que estes primeiros mais citam e nas indicações bibliográficas destes dois grupos de autores.

Kant de Lima classifica essa produção de 1970 a 2000 em áreas e sub-áreas temáticas, procurando detectar suas principais perspectivas analíticas e localizar suas conjunturas teóricas e político-sociais específicas.

O resultado desta pesquisa é a classificação dos estudos em áreas:

- a temática da delinqüência e da criminalidade violenta - composta por três subáreas: "a) delinqüência infanto-juvenil e a categoria de 'menor'", "b) aumento da criminalidade urbana, mudanças de padrão e perfil social dos acusados e seus efeitos de violência", "c) A questão do crime organizado e do tráfico de drogas";

- a temática da polícia e do sistema de justiça criminal;

- a temática das políticas públicas de segurança;

- a temática da violência urbana (imagens, práticas e discursos)

A partir deste mapeamento do campo dos estudos sobre a violência nas ciências sociais brasileiras cabe indicar o percurso deste capítulo. Parte-se de uma discussão teórica sobre os conceitos de violência e poder nas ciências sociais em que se toca fundamentalmente na questão da legitimidade das instituições de controle da violência. Em seguida são analisadas pesquisas de opinião realizadas no Brasil, sobre violência, polícia, punição e sistema de justiça, nas quais se destacam as seguintes questões: percepção de aumento da

criminalidade, apoio a punições mais severas e à ação mais truculenta da polícia no combate à criminalidade e descrença nas instituições encarregadas da pacificação da sociedade. Por fim, são apresentadas algumas teses defendidas a respeito do aumento da criminalidade violenta e se discute a possibilidade desse aumento contribuir para a crítica aos controles legais do uso da força e da punição no Estado de direito brasileiro.

I.2 - A violência e o poder na sociedade moderna

A sociedade e Estado modernos germinaram a partir dos fins da Idade Média com o declínio do feudalismo e a ascensão do capitalismo, e o processo de racionalização da sociedade e “desencantamento do mundo” (Weber, 1996).

Analisando o contexto destas transformações Elias identificou o que chamou de processo civilizador. Segundo ele, vários fenômenos contribuíram para o processo de integração da dividida Europa feudal e culminaram na formação do Estado Absolutista, entre os principais: 1) a competição e conflitos entre os senhores feudais que reduziram o seu número e levaram à formação de vastos territórios dominados por apenas um deles; 2) a progressiva diferenciação funcional que fez crescer a interdependência entre os membros da sociedade; 3) os processos cada vez mais intensos de formação do capital: como o florescimento dos burgos e da burguesia e a expansão do comércio e das manufaturas (Elias, 1990).

No Estado Absolutista teve início, segundo Elias, um processo de pacificação da sociedade. Para o autor, a existência de um monopólio de força garantiu a formação de espaços sociais pacificados, nos quais os atos de violência tornaram-se excepcionais. Essas mudanças na sociedade (sociogênese) refletiram, segundo Elias, na estrutura de personalidade de seus membros (psicogênese). Os indivíduos passaram a ser protegidos contra os ataques de violência e forçados a reprimir seus impulsos sociais de ataque. Simultaneamente, a teia de interpenetração existente na sociedade, com o crescimento da divisão das funções sociais, garantiu maiores ganhos de competitividade àqueles que foram capazes de moderar suas paixões, de controlar seus impulsos e de serem senhores da sua conduta, sabendo levar em conta os efeitos de suas próprias ações ou de outras pessoas sobre uma série inteira de elos na cadeia social (*ibidem*).

A partir do processo de pacificação da sociedade, a violência deixa de ser recurso cotidianamente utilizado para a defesa ou ataque ante outros membros da sociedade para se tornar instrumento dominado pelo Estado. Os casos de violência interpessoais antes considerados como questões privadas tornam-se crimes de *lesa majestade* e problema do

Estado. Assim, ao mesmo tempo em que o rei tem autoridade sobre seus súditos, garante-lhes proteção, por meio de uma estrutura de poder (Bendix, 1996).

Esse processo de controle e a instrumentalização da violência assume um papel essencial na formação do Estado moderno. Weber percebeu esta importância e construiu sua definição de Estado sobre o conceito de violência. Segundo Weber, o Estado “é uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. É, com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do ‘direito à violência’” (Weber, 1993: p. 56). Assim, se a violência nem sempre é utilizada pelo Estado, só a violência cometida ou permitida por ele pode não sofrer punição. Nesses casos, a violência tende a ser aceita como legítima pela população.

Hannah Arendt tem uma especial preocupação com a idéia de uma violência que seja legítima, pois, para ela, a violência não cria “poder”. Segundo ela, havia, no final dos anos 60, um consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, de que a violência é tão-somente a mais flagrante manifestação do poder. Citando frase de Wright Mills, que define a violência como a forma básica de poder, Arendt afirma que tal definição é tributária da concepção weberiana de Estado: domínio do homem pelo homem, por meio da violência legítima ou supostamente legítima. A autora defende que esta concepção do poder político associada a organização dos meios de violência faz eco a consideração marxista de Estado como um instrumento de opressão sob os auspícios da classe dominante (Arendt, 1994).

De qualquer forma, o ponto chave da discussão de Arendt, sobre esta questão, são suas definições de poder, violência e autoridade. Segundo ela, o poder é uma habilidade humana para agir em acordo. Conseqüentemente, o poder não pertence a um indivíduo, mas ao grupo e permanece existindo apenas enquanto a união dos membros é mantida. Uma distinção básica é que o poder depende de apoio, enquanto a violência depende de implementos. A violência possui um caráter instrumental, posto que seus implementos são elaborados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural (em último estágio até substituí-lo)¹⁸. Por fim, a autoridade, por sua vez, pode ser investida em pessoa: “sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeçam, nem a coerção, nem a persuasão são necessárias” (*ibidem*: p. 37). Enquanto o respeito à pessoa e ao cargo conservam a autoridade, o desprezo a mina.

Após apresentar estes conceitos, Arendt descarta o se pensar o poder em termos de comando e obediência, pois isto restringe a questão do poder e violência, apenas em termos do poder de governo. Segundo ela, “do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é poder” (*ibidem*: p. 42). Assim, a violência pode gerar obediência, mas não legitimidade por parte de quem é subjugado por ela.

O argumento de Arendt é até esse ponto forte o suficiente para que, nestes termos, violência e poder sejam entendidos como pares de opostos e mutuamente excludentes. No entanto, ela afirma que se nada “é mais comum do que a combinação de violência e poder, nada é menos freqüente do que encontrá-los em sua forma pura e, portanto, extrema” (*ibidem*: p. 38). Por fim, Arendt defende que a violência aparece onde o poder está em risco, mas deixada sem controle pode destruí-lo. Assim, acima de certos limites, o poder perde sua legitimidade. Esta idéia de limitação de poder é muito importante, porque é base da concepção de Estado de Direito, isto é, de um poder constituído a partir de leis e instituições que lhe torna legítimo e eficaz.

O uso da violência como instrumento é tratado, por ela, quando afirma que a violência, em assuntos internos a um Estado, funciona como último recurso do poder contra criminosos ou rebeldes, entendidos como aqueles que se recusam a seguir o “consenso da maioria”. Quando a desobediência civil às leis, aos dominantes e às instituições torna-se coletiva, em períodos revolucionários, constitui-se a ruptura do poder então constituído.

As relações entre violência e poder também fazem parte dos trabalhos de Dahrendorf. Na sua visão, no século XX, a questão da violência, enquanto problema social, muda radicalmente. A revolução e a guerra civil, frutos da luta de classes, se constituíram nas grandes ameaças, do século XVIII até meados do XX, ao tecido que forma o “contrato social”. A partir da segunda metade do século XX, o problema passa a ser “a dissipação da lei e da ordem pela impunidade” (Dahrendorf, 1987).

A tese defendida por este autor é que têm ocorrido nas sociedades modernas uma desistência sistemática de punições. Estes são alguns dos principais fatos apontados por ele para comprovar sua hipótese: “Os fatos se iniciam numa área intermediária entre o desconhecimento e a não detecção, quando a polícia toma conhecimento dos crimes, mas não os registra. (...) Existe a isenção de punições, devido à fraqueza, tal como quando a polícia fecha os olhos a delinquentes conhecidos. Uma menor prontidão em aplicar as punições pode tornar-se parte integrante de um clima social prevalecente. Existe a desistência deliberada de

¹⁸ Arendt entende o vigor como uma entidade individual inerente ao caráter de um objeto ou pessoa,

punições, no caso de réus primários ou jovens. Existe o processo inteiro de amolecimento das punições de forma que infratores em potencial sabem que uma ameaça de prisão perpétua não significará mais que quinze anos de detenção (como na Suécia). Existe a incapacidade de se lidar com as infrações, por serem muito numerosas, ou porque pessoas demais estão envolvidas nelas, ao mesmo tempo” (Dahrendorf, 1993: p. 24-5).

Segundo ele, a validade das normas sociais depende de sua moralidade e de sua eficácia. De um lado, as normas devem ser julgadas corretas. De outro lado, elas devem ser obedecidas na sociedade. Uma garantia da validade das normas é a força presente e clara das sanções. Inversamente, se as sanções não são aplicadas às violações das normas, Dahrendorf conclui que a validade das normas está em perigo e que a sociedade está à beira da anomia. Mas nem sempre esse processo de desistência sistemática de punições leva à anomia. Segundo o autor, isto pode significar uma mudança social que provocou uma transformação dos julgamentos morais sobre certos comportamentos, fazendo-os passar de desviantes para normais.

Para Dahrendorf, a anomia se constitui numa condição social de máxima incerteza, em que um indivíduo não pode prever o comportamento do outro. Isto porque a previsibilidade depende da vigência do contrato social: os membros da sociedade estando associados sob determinadas regras e com uma autoridade capaz de fazer as sanções vigorarem. A previsibilidade e a ordem dependem, segundo ele, da certeza de punição no caso de um comportamento desviante. Neste sentido, Dahrendorf afirma que todas as sociedades convivem com taxas significativas de criminalidade e isso não lhe retira o vigor ou a liberdade, sequer mesmo o monopólio de violência legítima pelo Estado chega a ser colocado à prova.

Cabe destacar que o conceito de violência utilizado por Dahrendorf consiste numa forma de transgressão do sistema de valores morais da sociedade. Essa definição de violência toca em um ponto fundamental que a antropologia soube desenvolver mais fortemente: a percepção da violência varia conforme a cultura em que ela está inserida. Segundo Zaluar, a força “torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente” (1999: p. 28). Assim definida, a violência varia historicamente e culturalmente de acordo com as regras e tratos em vigor em cada sociedade, descolando-se de qualquer avaliação universalmente maniqueísta.

metaforicamente, é o “poder de uma pessoa”.

Uma limitação do conceito de Zaluar é não ter delimitado os atos que constituem violência, não contribuindo nas tentativas, por exemplo, de mensurar o fenômeno. Isto foi realizado por Yves Michaud, a qual está presente em várias definições de violência. Ele propôs que “há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indiretamente, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais” (Michaud, 1989: p. 10-1). Tomando como base esta definição, pode-se destacar que a violência é um fenômeno social, relacional, instrumental e que implica a idéia de algum tipo de dano.

Para concluir esta discussão é importante chamar a atenção para dois pontos fundamentais para o objeto tratado nesta pesquisa: a questão da legalidade/legitimidade e a crença nas instituições. A legalidade se prende a idéia de um Estado constituído por leis racionais, as quais constituem instituições que as implementam e defendem. A legitimidade tem a ver com o apoio que as leis, as instituições e o Estado recebem da população e varia conforme suas expectativas são ou não atendidas. Se essas expectativas não são atendidas esta legitimidade é abalada. Na questão da violência, se este fenômeno não é contido satisfatoriamente, se não é previsível que aqueles que utilizam a violência sofrerão sanções, a população tende a perder a confiança nas instituições, levando os indivíduos a tentar resolver privadamente seu problema de segurança. Por isso, para manter a legalidade e, principalmente, a legitimidade e a crença nas instituições é que o Estado se encarrega de punir as violações da lei.

I.3 - Violência e punição na literatura brasileira em ciências sociais

I.3.1 - As percepções de violência e punição na sociedade

A partir da discussão sobre violência, sanção e legitimidade iniciada no item anterior, pode-se agora tratar dos estudos brasileiros sobre como a população em geral, tem percebido a violência e as respostas do Estado a ela. A violência é vista como um problema? Como são avaliadas as ações do Estado e de suas instituições para contê-la?

No Brasil, uma das primeiras pesquisas de opinião sobre a violência foi *O Rio contra o crime* realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1985 e coordenada por Alba Zaluar. Este *survey* contou com a participação espontânea de 228.027 pessoas, o que já demonstra o altíssimo interesse da população pela questão.

A primeira questão proposta trouxe como resultado que 55,8% dos entrevistados já haviam sido assaltados e 77,7% possuíam um familiar que fora assaltado. Comentando este

resultado, Zaluar afirma que o roubo é o crime com maior incidência entre as classes populares. Ao mesmo tempo, é o crime com maior visibilidade para a população e para a polícia. A conjugação destes fatores implica, segundo ela, numa estigmatização das classes populares e numa maior vigilância policial. A repressão policial indiscriminada a todos os membros desta classe termina ainda por causar revoltas em alguns de seus membros, autocumprindo a profecia de que as classes populares são perigosas (Zaluar, 1994). A autora toca numa questão fundamental, se a percepção sobre a criminalidade pode não variar conforme as classes, a suspeição social e ação policial se dirigem, principalmente, para uma classe em particular.

Zaluar chama atenção ainda sobre os dados que apontam a desconfiança em relação às instituições responsáveis em prover a segurança à população. Segundo ela, mais de 60% dos entrevistados não confiam na justiça e quase 2/3 não confia na polícia. Estes dados provocam uma pergunta “eliseana”: como pacificar uma sociedade em que as principais instituições encarregadas de fazê-lo não inspiram segurança em boa parte da população? Esta questão é fortalecida por outros resultados. Dados da pesquisa apontaram que os que confiam mais na polícia tendem a sugerir medidas de policiamento ostensivo como combate à criminalidade. Enquanto, os que não confiam na polícia, são os que mais reivindicam medidas repressivas como “o aumento de penas (30% dos que não confiam para 23% dos que confiam) e a instituição da pena de morte (43% dos que não confiam e 32% dos que confiam na justiça)” (*ibidem*: p. 38). Estes dados sugerem que o nível de confiança nas ações do Estado interfere no tipo de repressão esperada e que quanto mais grave a situação dos órgãos de questão da segurança é percebida, mais medidas repressivas são propostas.

A pesquisa também levantou sugestões dos entrevistados para a melhoria da segurança na sociedade. Em primeiro lugar, despontou o combate à corrupção. Zaluar interpreta o resultado afirmando que o conhecimento dos crimes do colarinho branco e sua relação com os desvios de recursos dos cofres públicos sensibilizam a população. Segundo ela, o conhecimento da impunidade destes crimes praticados pelas classes privilegiadas e pelos governantes da nação gera desconfiança na justiça e atinge a própria legitimidade do pacto social. Assim, a anomia, nos termos de Dahrendorf, surge não só ligada aos crimes violentos, mas também aos crimes de corrupção.

Outra pesquisa realizada no Rio de Janeiro em 1996 - que abrangeu a região metropolitana, confirma estes altos níveis de descrença nas instituições. A pesquisa *Lei, Justiça e Cidadania* (CPDOC-FGV/ISER, 1997) entrevistou 683 vítimas de crimes e 895 pessoas não vitimadas. Os dados revelam que apenas 18% das vítimas de furto, 20% das

vítimas de roubo e 23% das vítimas de agressão recorreram à polícia. O motivo alegado foi descrença e medo da polícia por 29% das vítimas de agressão, 30,5% das de furto e 42,5% das de roubo. Estes dados não permitem dimensionar os fenômenos da descrença e do medo separadamente, mas, de qualquer forma, sugerem que uma parcela considerável da população declara não estar disposta a procurar a polícia para denunciar os crimes em relação aos quais foram vítimas. Assim, o poder público não toma conhecimento de inúmeros crimes e as vítimas não obtêm nenhuma resposta do Estado frente ao dano que lhe foi causado.

Estas proporções se tornam maiores quando se verifica que 21,4% das vítimas de furto e 13,3% das de roubo alegaram, como motivo para não ter levado o caso a polícia, a falta de provas, demonstrando que há dúvidas quanto à capacidade investigatória da polícia. Neste último caso, o abalo da confiança se dá pela crença na sua ineficiência.

Esta pesquisa apontou outra questão, a solução privada para os problemas de segurança. Das vítimas de agressão, 27,4% afirmaram não ter recorrido à polícia por ter preferido resolver a questão por meio de terceiros ou sozinho. Responderam da mesma forma 11,2% das vítimas de furto e 6,3% das vítimas de roubo. A conclusão dos pesquisadores é que “a falta de confiança nas instituições públicas e a valorização de redes informais na mediação de conflitos articulam-se, produzindo esta sub-notificação generalizada das ocorrências criminais, gerando impunidade dos agentes agressores e conseqüentemente a corrosão da capacidade regulatória e coercitiva do sistema público” (*ibidem*: p. 39).

Analisando estes resultados em termos de pacificação da sociedade, o problema não é a mediação de conflitos para além das instâncias estatais, mas sim o uso de violência como instrumento de resolução destes conflitos e vingança. Neste sentido, os resultados mostraram que há entre os entrevistados aqueles que apoiaram o linchamento (11,2%) e outros que afirmam ser um erro compreensível (40,2%). Em termos de legitimidade, a questão é que a solução privada pode estar significando para estes indivíduos, não uma escolha em termos de utilizar o Estado ou outro meio disponível, mas uma escolha em termos da maneira mais eficaz (ou única) de responder ao crime a contento.

Os resultados indicaram também que, se há medo da ação da polícia, há certa condescendência à violência policial: 52,1% dos entrevistados consideraram injustificável o uso de métodos violentos para a confissão de suspeitos, 40,4% afirmaram que em certos casos é justificável e 4,1% defenderam estes métodos para qualquer caso. Isto toca na questão da reciprocidade existente na sociedade. Parece haver um consenso quanto à importância de se conter a violência policial, mas para parcela da população parece que isto não significa que todos, principalmente suspeitos e/ou criminosos, precisam estar protegidos contra ela.

Por fim, se, por um lado, a polícia não é procurada para solucionar os crimes em muitos casos, por outro lado, quando se pensa em políticas de controle da criminalidade, 66,3% dos entrevistados nesta pesquisa concordaram totalmente (e 13,7% tenderam a concordar) que quanto maior a presença de policiais nas ruas, menor a criminalidade. Estes dados reforçam a impressão de que, se há dúvidas em relação à capacidade da polícia investigar os crimes e até mesmo um certo receio em relação aos seus agentes, é certo que a sua ação ostensiva é capaz de contribuir para a redução da criminalidade.

Esta pesquisa também abordou temas relativos às instituições encarregadas de administrar os conflitos e determinar punições aos infratores da lei: a justiça comum como um todo e a criminal, em particular. Em relação à justiça comum, os dados revelam que os entrevistados deram, em média, 6,47 (numa escala de 1 a 10) de nota para justiça do trabalho, e 5,00 para a justiça comum. Estas médias revelam que os entrevistados não estão totalmente satisfeitos com estas instituições, e que esperam mais da justiça promovida pelo Estado. Outro dado é que apenas 8,2% dos entrevistados bateram às portas da justiça comum, o que parece significar uma baixa capacidade desta instituição de juridicializar os conflitos. Um dos motivos que ajudam explicar este baixo uso da justiça comum parece ser o resultado de outra questão: 54,1% dos entrevistados concordaram que a justiça comum no Brasil não funciona porque é lenta. Os resultados parecem mostrar que não basta para a população o Estado administrar os conflitos, mas que é necessário fazê-lo com rapidez.

Quanto à justiça criminal, a pesquisa abordou a questão da discriminação. A maioria dos entrevistados disse acreditar que a justiça criminal discrimina, conforme cor e condição econômica. Se uma pessoa negra e uma branca praticarem o mesmo crime, a justiça vai tratar a negra mais rigorosamente, segundo 66,4% dos entrevistados. Esta crença é maior entre os negros (70,9%), mas não muito menor entre os brancos (64,5%). Se uma pessoa rica e uma pobre praticarem o mesmo crime, a justiça vai tratar a pobre mais rigorosamente, segundo 95,8% dos entrevistados. As pessoas de nível econômico baixo¹⁹ entrevistadas desacreditam um pouco menos na justiça (92,5% deles emitiram esta mesma resposta). Estes dados sugerem que há um consenso entre a população de que não há isonomia nas ações da justiça, variando conforme cor ou condição social de cada infrator. O que indica que há um paradoxo para as instituições democráticas brasileiras e para o Estado de Direito: a lei é igual para todos, mas não parece ser aplicada igualmente para todos.

Uma última pesquisa traz resultados mais recentes e outras questões. A pesquisa *Atitudes, Normas Culturais e Valores em relação à Violência* (Cardia, 1999) abrangeu 10

capitais brasileiras: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Manaus, Porto Velho e Goiânia. No total, foram entrevistadas 1600 pessoas, com 16 anos ou mais, e com diferentes graus de escolaridade e renda.

Esta pesquisa questionou os entrevistados acerca dos crimes que consideram mais graves e que sempre deveriam ser punidos. Em qualquer cidade (com exceção de Manaus e Belo Horizonte) ou faixa etária, o estupro foi considerado o crime mais grave, no total foi escolhido por 63% dos entrevistados. Logo em seguida, estão homicídio (47%) e o seqüestro (44%). Houve grandes variações entre as porcentagens envolvendo esses dois crimes, conforme a cidade e a faixa etária. Os grupos acima de 35 anos consideram o seqüestro como crime mais grave que o homicídio: na faixa de 50 e mais, por exemplo, o seqüestro foi escolhido por 56% dos entrevistados, contra 55% dos estupros e 39% dos homicídios. O mesmo ocorreu nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (citado por 48%, 51% e 65% dos entrevistados, respectivamente), o que pode indicar que nestas cidades o seqüestro é mais freqüente.

A pesquisa apontou também que a preocupação com a violência não se refere apenas a ação de infratores. As violências que mais incomodam as pessoas segundo os entrevistados são: a dos “bandidos” (41%), entre pessoas (17%) e da polícia (15%). Ao contrário do que o senso comum costuma ter como certo, o que estes resultados sugerem é que não é apenas o grupo social identificado como “criminosos” que pratica todos os atos violentos presentes na sociedade.

Os entrevistados também admitiram mudar seus hábitos por causa da violência: 50% dos entrevistados admitiram já ter evitado ou evitar sair à noite, 38% declararam já ter deixado de circular por alguns bairros ou rua, 24% afirmaram ter mudado o trajeto da casa para o trabalho e para escola e 16% relataram ter deixado de usar uma linha de ônibus. Ainda que se considere que estas situações possam estar ocorrendo com pouca freqüência e que estas decisões individuais podem estar sendo tomadas, menos por motivo de ocorrências violentas e, mais pelo sentimento de insegurança, parece que o Estado não têm cumprido o seu papel de garantir a segurança dos cidadãos e que a possibilidade de ser vítima de violência é levada em conta pelos indivíduos ao decidir sobre questões do seu cotidiano. Destaca-se ainda que se 15% dos entrevistados disseram ter evitado conversar com vizinhos. Assim, a própria sociabilidade, em certos bairros, parece estar sendo prejudicada.

Esta pesquisa tratou também da questão da punição corporal nas famílias e nas escolas. Considerando primeiramente a punição exercida pelo pátrio poder foram obtidos os

¹⁹ Nessa pesquisa foram considerados pessoas com nível sócio-econômico baixo aquelas com renda média em

seguintes resultados: 47% dos entrevistados afirmaram concordar totalmente que “os pais têm direito de corrigirem os filhos como bem entenderem” (*ibidem*: p. 39) e 75% discordaram totalmente que as crianças muito desobedientes devem apanhar bastante. Estes dados sugerem que as punições aplicadas pelos pais aos seus filhos, para a maioria da população (53%), não podem ser exercidas sem o respeito a certos limites. Além disso, a punição corporal não deve ser utilizada mesmo como recurso contra a insubordinação filial para 3/4 dos entrevistados. Volta-se à questão da reciprocidade, se é aceitável usar de violência contra um filho, por que não seria permitido usá-la em relação a um "bandido", alguém que rompe caras regras de convivência.

Quando se considera a relação aluno/escola, 26% dos entrevistados consideram justo um professor bater em um aluno, se este o tivesse agredido. Isto pode indicar que a violência é percebida, por uma parcela considerável da população, como uma forma justa de se reagir à agressão. Essa aprovação é maior entre os jovens entrevistados (16-24 anos= 40% dos entrevistados), o que sugere que o contato maior com a violência é capaz de tornar mais aceitável o seu uso.

Essa aceitação da violência varia também segundo determinados valores. Segundo os resultados desta pesquisa, 43% dos entrevistados afirmaram ser justo usar a violência para se proteger, 43%, para proteger a sua casa, 37% para defender a sua honra e 6% para que os outros obedeçam. Isto indica que o uso da violência para exercer autoridade é praticamente descartado. Mas o seu uso para a defesa da honra, contra um insulto verbal, por exemplo, pode ser mais freqüentemente considerado justo.

A forma como as pessoas entendem a violência pode ser notada também pelas explicações dadas de por que as pessoas cometem violência. Os resultados deste *survey* indicam que, para a maioria dos entrevistados, a violência está associada principalmente ao comércio e uso de drogas e ao consumo de bebidas: para 75% dos entrevistados as pessoas cometem violência por usar drogas, para 78% porque vendem drogas e para 68% porque bebem e provocam os outros. Outro conjunto de respostas se refere aos conflitos existentes nas relações interpessoais: defesa da honra (30% afirmaram que as pessoas cometem violência porque são provocadas por outros) e disputas por parceiros (30% responderam que pessoas usam violência por sentirem ciúmes do seu par). Um terceiro conjunto está relacionado à “personalidade” do agressor: 31% dos entrevistados afirmaram que as pessoas cometem violência porque têm prazer em machucar alguém; 32%, porque têm preconceito/ódio racial. Um quarto grupo de respostas se refere à auto-afirmação dos

torno de 1,9 salário mínimo (um salário mínimo = US\$ 120,00).

indivíduos na sua comunidade e na sociedade: segundo 34% dos entrevistados, as pessoas cometem violência porque querem se sentir importantes; para 37%, porque têm que manter a fama de “duronas”; 30%, porque querem impressionar seus amigos; e 27%, porque, no bairro quem não for “durão” se torna vítima. Isto sugere que, nas disputas sociais entre os indivíduos por prestígio social, a violência pode ser usada como afirmação pessoal, o que indica que o Estado não está sendo capaz de reprimir o uso da violência nas disputas interpessoais.

Um último conjunto de respostas trata do uso da violência como instrumento de defesa: 35% dos entrevistados afirmaram que as pessoas cometem violência porque querem proteger suas famílias; 31%, porque querem se proteger; e 27%, porque têm medo de serem machucadas. Estes resultados podem indicar que o Estado não tem pacificado a sociedade e nem garantido a segurança individual dos seus cidadãos.

Os entrevistados também responderam perguntas sobre a “eficiência de certas instituições que servem à comunidade em assuntos de direitos do cidadão” (*ibidem*: p. 79). Atendo-se às instituições responsáveis pela segurança, justiça criminal e punição, foram obtidas as seguintes respostas. Em relação à polícia federal, a soma do conjunto de entrevistados que avaliou sua atuação como *regular*, *ruim* e *muito ruim* alcança 54%. Quanto à polícia civil, essa soma alcança 74%; para a Polícia Militar, o resultado é 77%; e 64% para a guarda municipal. Os dados não estão separados em *regular*, *ruim*, e *muito ruim*, mas pode-se notar que estas instituições têm um desempenho muito insatisfatório junto à população. Comparando os resultados por cidade e considerando as diferenças entre as somas de respostas “muito boa” e “boa” para a atuação destas instituições, nota-se que a melhor avaliação da polícia federal foi em Goiânia (muito boa = 12% e boa = 53%) e a piores foram em São Paulo (3% e 26%) e no Rio de Janeiro (6% e 27%). A Guarda Municipal foi melhor avaliada em Belém (1% e 44%) e pior avaliada em Recife (0% e 18%) e São Paulo (1% e 19%). A polícia civil é melhor avaliada em Goiânia (3% e 42%) e pior avaliada em São Paulo (1% e 19%) e Rio de Janeiro (1% e 13%). Por fim, a Polícia Militar foi melhor avaliada em Porto Alegre (6% e 44%) e pior avaliada em São Paulo (1% e 15%) e Rio de Janeiro (0% e 10%). Isto parece indicar que estas instituições em muitas cidades, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, têm frustrado em muito as expectativas da população.

Passando para as outras instituições avaliadas, nota-se que as opiniões dos entrevistados são ainda mais críticas. A soma das respostas, *regular*, *ruim* ou *muito ruim* é de 63% para a Defensoria Pública, de 78% para a Justiça e 82% para as prisões. Estes resultados indicam que a população considera muito insatisfatória a atuação destas instituições, o que contribui para comprometer suas funções de prestar assistência judiciária aos cidadãos de

baixa renda, resolver os conflitos, condenar os crimes e punir os infratores. Novamente as avaliações mais críticas ocorreram em São Paulo, somando as respostas “muito boa” e “boa” chega-se às seguintes proporções: 16% para a Justiça e 8% para as prisões.

Embora 15% dos entrevistados tenham afirmado que é a violência da polícia que mais incomoda, há certos casos em que essa violência (ou discriminação) recebe certa aprovação. Dos 1600 entrevistados, 30% concordaram totalmente que a polícia tem direito de revistar pessoas suspeitas pela aparência, 17% concordaram totalmente que um policial pode bater em um preso que tenha tentado fugir, 16% que o policial pode atirar em suspeito armado. Isto sugere que uma parcela da população defende a punição física utilizada pela polícia.

Além disso, os resultados abaixo sugerem que a boa parte da população defende uma atuação mais violenta ou abusiva da polícia, mesmo contra direitos, como a liberdade de manifestação e greves. Em São Paulo, a polícia deve atuar prendendo os estudantes que estiverem participando de uma passeata (para 49% dos entrevistados), os camelôs que resistirem à retirada de barracas (61%), os professores que estiverem em uma passeata por melhores salários (43%), os operários em greve (51%), as pessoas envolvidas com uma ocupação de terras organizada pelo MST (53%). Isto parece indicar que, para boa parte da população, a polícia não deve ser utilizada apenas para garantir a segurança, mas para reprimir ações políticas que podem interferir no exercício do livre ir e vir e no uso particular das propriedades privadas.

Por fim, cabe ressaltar as reações quanto ao crescimento da violência. As respostas revelaram que, com pequenas alterações por idade e cidade, 93% deles acreditam que a violência tem crescido ultimamente.

Esta discussão sobre o que a população tem a dizer sobre a violência e segurança pública será retomada nos capítulos 2 e 3 ao se analisar os resultados obtidos com a pesquisa de campo e com a aplicação do roteiro de entrevistas em Heliópolis. Aqui cabe primeiro, saber como as ciências sociais têm reagido à afirmação, pelo senso comum, de que a violência tem aumentado. Quais as explicações para o que têm ocorrido no Brasil, nos últimos anos?

I.3.2 - O crescimento da criminalidade violenta

Pesquisas no Brasil e no exterior têm apontado o crescimento da violência. Segundo Adorno, pesquisadores de diversos países e vários estudos têm verificado o crescimento da criminalidade urbana violenta a partir da década de 50: Gurr estudando países de língua inglesa, Morris analisando a situação da Grã-Bretanha, Bessete na França e, nos Estados Unidos os *Uniform Crime Report*, preparados anualmente pelo FBI (Adorno, 1998).

No Brasil, a situação não é diferente. Conforme os dados apresentados na Tabela 1, de 1979 a 1998, houve um crescimento de 273,72% da taxa de homicídios por 100.000 habitantes. Além disso, se em 1979 cada homicídio representava, em média, 1,57% do número de mortes do país, em 1998, a porcentagem alcança 4,40.

Tabela 1
Homicídios
Brasil
1979-1998

Ano	Homicídios	População	Homicídios /100.000	Varição	Total mortos	Homicídios /mortes
Total	515.986	NA	NA	112,74	15.505.653	NA
1979	11.194	118.552.504	9,44	...	711.742	1,57
1980	13.910	119.002.706	11,69	23,79	750.727	1,85
1981	15.213	121.154.159	12,56	7,43	750.276	2,03
1982	15.550	123.774.229	12,56	0,05	741.614	2,10
1983	17.408	126.403.352	13,77	9,62	771.203	2,26
1984	19.754	129.025.557	15,31	11,17	809.825	2,44
1985	19.726	131.639.272	14,98	- 2,12	788.231	2,50
1986	20.477	134.228.492	15,26	1,80	811.556	2,52
1987	23.086	136.780.739	16,88	10,64	799.621	2,89
1988	21.100	139.280.140	15,15	- 10,24	834.338	2,53
1989	28.708	141.714.953	20,26	33,72	815.773	3,52
1990	31.988	144.090.756	22,20	9,59	817.284	3,91
1991	30.580	146.825.475	20,83	- 6,18	803.836	3,80
1992	27.651	148.684.120	18,60	- 10,71	827.652	3,84
1993	30.512	151.556.521	20,13	8,26	878.106	3,47
1994	32.620	153.726.463	21,22	5,40	887.594	3,68
1995	37.171	155.822.296	23,85	12,42	893.877	4,16
1996	37.775	157.070.163	24,05	0,82	908.882	4,16
1997	39.761	159.636.413	24,91	3,57	903.516	4,40
1998	41.802	161.790.311	25,84	3,73

Fonte: Centro Nacional de Epidemiologia - CENEPI/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE/Ministério da Justiça-Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENAP.

No caso dos homicídios os dados do Datasus, presentes na Tabela 2, são capazes de mostrar a evolução das mortes de 1991 a 1997 em várias capitais do país. Com exceção de Belém, Porto Velho, Rio Branco e Maceió, as demais cidades apresentam taxas superiores em 1997 do que em relação a 1991. Proporcionalmente, os maiores crescimentos da taxa ocorrem em Curitiba, Salvador, Rio de Janeiro, Recife e Vitória.

Tabela 2
Mortes causadas por homicídio
Taxa por 100.000 habitantes
Brasil e capitais
1991-1997

Local	1991	1992	1993	1994	1995	1996(3)	1997
Brasil (1)	21,04	19,06	20,2	21,21	23,83	24,76	25,53
Brasília	33,29	28,33	36,10	35,76	39,53	38,31	35,59
Belém	27,16	26,43	17,11	23,13	20,2	22,72	23,79
Porto Velho	55,99	43,47	40,43	39,21	22,49	32,97	38,35
Rio Branco	46,61	49,32	52,57	38,01	39,24	35,83	36,61
Maceió	45,15	42,09	42,96	42,15	48,05	49,37	38,44
Recife (2)	69,4	64,44	71,26	63,83	71,17	78,82	105,3
Salvador	1,88 (4)	26,19	22,79	26,58	32,82	42,5	41,87
Belo Horizonte	15,25	13,72	13,3	12,52	17,7	18,93	20,67
Rio de Janeiro	35,01	19,22	32,49	39,95	61,52	67,4	65,79
São Paulo	50,28	45,32	44,22	46,09	56,42	57,79	56,69
Vitória	63,76	49,79	77,02	87,54	90,52	83,87	103,49
Curitiba	15,44	15,23	18,76	19,65	21,6	22,08	26,64
Porto Alegre	29,44	29,96	17,65	23,79	28,51	29,64	37,21

Fonte: Departamento de Informática do SUS - Datasus.

(1) Cálculo feito com a população de 146.136.910, do IBGE, Censo 1991 e estimativas para os anos seguintes. Para 1995, a população era de 155.822.296 habitantes.

Homicídios e Lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas - óbitos por ocorrência (Datasus)

(2) Dados das capitais, segundo estimativas do IBGE.

(3) Para esse ano o Datasus modificou a classificação. A utilizada aqui é CID-BR - Agressões

(4) O fato de este número ser muito diferente dos demais anos sugere problemas na coleta da informação.

Como base no Anuário Estatístico da Fundação SEADE, Adorno (1998) constatou que no Estado de São Paulo, os homicídios passaram de responsáveis pela perda de 3.483,4 anos de vida/milhão de habitantes em 1979, para a perda de 10.337,1 ano de vida/milhão de habitantes em 1991.

Estudos em São Paulo, Caldeira (2000) e Lima (2000), e Rio de Janeiro, Campos Coelho (1988), também apontaram o aumento das taxas de roubo, furto e homicídio. No caso de São Paulo, conforme Tabela 3, comparando os anos de 1983 e 1998, é possível notar um aumento do total de crimes registrados e das taxas por 100.000 para homicídios/tentativas, roubos/tentativas, uso e tráfico de entorpecentes, porte ilegal de armas, furtos/tentativas de furto de veículos e roubos/tentativas de roubo de veículos.

Tabela 3
População residente e crimes por 100.000 habitantes, segundo os principais tipos
Município de São Paulo
1983, 1993-1998

População e principais tipos de crimes	1983	1993	1994	1995	1996	1997	1998
População	8.794.554	9.709.424	9.752.644	9.793.962	9.836.129	9.856.879	9.918.862
Total de crimes	3.109,75	4.008,25	4.073,46	3.686,13	3.639,15	3.903,63	4.553,21
Crimes contra a pessoa	1.070,79	1.107,77	1.115,39	1.008,59	798,96	873,40	927,25
Homicídios/Tentativas	34,15	50,72	57,96	64,19	68,16	69,36	73,00
Lesões corporais	377,32	313,82	310,59	268,71	243,24	279,46	296,99
Crimes contra o patrimônio	1.907,09	2.747,19	2.811,08	2.533,89	2.709,48	2.876,62	3.408,77
Roubos/Tentativas	487,64	544,47	562,71	582,05	674,53	806,38	1.004,87
Roubo seguido de morte	3,73	2,51	2,52	2,49	2,45	2,05	2,62
Roubo de veículos/Tentativas	...	212,87	248,57	226,55	299,40	304,53	386,63
Furtos/Tentativas	1.197,47	1.156,37	1.129,66	947,15	899,67	992,25	1.004,73
Furtos de veículos/Tentativas	...	497,74	532,68	475,19	555,48	466,62	530,41
Crimes contra incolumidade pública	40,32	33,64	34,93	39,27	33,42	38,59	48,95
Uso/Tráfico de Entorpecentes	29,04	40,71	28,46	31,96	25,29	30,01	40,25
Crimes contra os costumes	43,30	36,27	35,88	33,35	28,93	29,92	31,27
Estupros/Tentativas	15,03	14,08	14,74	14,25	12,32	12,76	13,42
Porte de armas	21,10	35,98	31,82	31,32	35,54	35,01	45,59

Fonte: Secretaria da Segurança Pública - SSP/Delegacia Geral de Polícia - DGP/Departamento de Planejamento e Controle da Polícia Civil - Deplan/Centro de Análise de Dados - CAD; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade. In: Lima (2000).

A resposta da Polícia Militar tem sido, por vezes, combater a criminalidade com o uso de uma força desnecessária, ilegal e desproporcional, contribuindo ainda mais para o crescimento da violência. Segundo dados levantados por uma pesquisa conduzida por Pinheiro, em 1982, morreram 26 policiais em ação. Em 1989, 92. Os cidadãos comuns mortos pela polícia de 286, em 1982, chegaram a 585, em 1989, no Estado de São Paulo (Pinheiro, 1991b). Segundo o Relatório Anual de Prestação de Contas da Ouvidoria de Polícia de São Paulo – 1999, em 1992, foram mortas 1421 pessoas por policiais militares e 7 por policiais civis. Em 1999, o número de mortes foi superior aos 6 anos anteriores, sendo mortas 577 pessoas por policiais militares e 87 por policiais civis.

Para explicar esse padrão de violência existente no Brasil contemporâneo e urbano podemos agrupar as explicações em três classes. Uma delas é a que estabelece uma relação de causa e efeito entre a crise econômica brasileira dos anos 80 e 90 e a violência. Uma segunda causa é a mudança nos padrões de criminalidade. A terceira causa é a crise do sistema de segurança e de justiça criminal.

Violência e crise econômica

No Brasil, uma das mais enfáticas defesas da correlação entre crise econômica e violência foi realizada pela dissertação de mestrado de Liliana E. Pezzin (1986). Em sua pesquisa, a autora utilizou modelos de econometria e os aplicou a variáveis como emprego na indústria, analfabetismo, densidade demográfica, crescimento da população, renda populacional, população migrante, distância da residência do centro da cidade e gastos *per capita* com segurança pública na região metropolitana de São Paulo. Trabalhou com séries históricas de 1970 a 1984, comparando estas diversas variáveis à taxa de criminalidade *per capita* por natureza do delito (crimes contra o patrimônio, crimes contra a pessoa e o total geral de crimes).

Para fundamentar sua hipótese, Pezzin, analisando o processo de urbanização, afirmou que a alteração da estrutura das necessidades (materiais e não materiais) dos migrantes do campo, juntamente com o crescimento demográfico, implicaram na formação de um imenso mercado consumidor potencial a pressionar o sistema de produção de bens e serviços no Brasil. Assim, nos momentos de crise, os crimes contra o patrimônio se tornam uma alternativa viável para a satisfação das novas necessidades. O fluxo de novos contingentes para os crimes contra o patrimônio parece ser, segundo ela, o responsável pela intensificação crescente da incidência de violência nestes crimes, por causa da falta de habilidade e experiência dos novos criminosos que as suprem mediante o uso de armas.

A autora conclui que as acentuadas oscilações negativas no nível de emprego e taxa de salário, que afetaram as classes de mais baixa renda no período da crise econômica 80/84, refletiram-se positivamente na maior incidência e contribuição dos delitos patrimoniais para o volume total da criminalidade na cidade de São Paulo (Pezzin, 1986).

Campos Coelho foi um dos primeiros a criticar esta associação entre criminalidade, de um lado, e pobreza, desemprego, níveis salariais e ciclos econômicos, de outro, defendida por Pezzin. Analisando os próprios dados produzidos por ela, Campo Coelho afirmou que a variável de dissuasão (gastos com segurança pública) possui maior correlação com as taxas de aumento da criminalidade dos que os índices de emprego industrial e pobreza utilizados na

pesquisa. Além disso, a correlação entre aumento da criminalidade e analfabetismo apresentou valores negativos, o que contrariou uma das expectativas de Pezzin.

Apresentando dados do Rio de Janeiro, Coelho mostra uma situação oposta à verificada por Pezzin:

"Durante a maior parte do período de crise e de recessão econômica que se estendeu de 1980 a 1983, a criminalidade violenta no Rio de Janeiro declinou, ao contrário do que faria prever a perspectiva da justiça distributiva. Não é necessário lembrar os efeitos devastadores da crise sobre o nível de emprego e, de maneira geral, sobre a situação das camadas menos privilegiadas da população; ainda assim, não apenas declinaram as taxas de homicídio e de estupro (também o índice de criminalidade violenta) como igualmente caíram as taxas de roubo (certamente a modalidade de crime mais importante no contexto das teorias que propõem a hipótese do 'crime como estratégia de sobrevivência')" (Campos Coelho, 1988: p. 152).

Zaluar, identificando-se com Campos Coelho, criticou o que chamou de cientistas sociais tributários de Merton que fazem uma associação direta entre pobreza e violência: "Baseados no pensamento liberal e utilitarista, consideram que os pobres cometem crimes porque, com o status de trabalho não-qualificado e a conseqüente baixa renda, jamais obteriam, nos padrões socialmente valorizados, o poder e alta renda provenientes do vício organizado, da fraude e do crime" (*apud* Zaluar, 1999: p. 64). A autora recoloca, ainda, outros argumentos defendidos por Campos Coelho: a relação direta entre pobreza e violência não explica as diferenças de criminalidade entre os sexos, as elevadas taxas na classe etária de 19 a 25 anos, o porquê da relação inversa entre taxa de desemprego e delinquência juvenil, e por último, por que são tão poucos os infratores entre a população total de nível sócio-econômico baixo se os comportamentos criminosos devem ser os mais racionais para este estrato (Campos Coelho, 1980). Zaluar referenda estas críticas afirmando que, em levantamento feito no conjunto habitacional Cidade de Deus no Rio de Janeiro, as pessoas envolvidas em atividades ilícitas constituíam apenas 1% da população (*ibidem*).

Caldeira, como Campos Coelho, se referiu diretamente a pesquisa de Pezzin, referendando várias críticas já produzidas por aquele autor. Embora reconhecendo que a pesquisa de Pezzin apontou que os crimes contra a propriedade estavam positiva e significativamente correlacionados aos indicadores de pobreza, urbanização, migração e desemprego (Caldeira, 2000: p. 131), Caldeira afirma também que, segundo os cálculos de

Pezzin, há maior relação entre estes crimes e os gastos com segurança. Além disso, a autora chama a atenção para três outros pontos.

O primeiro é o fato de a pesquisa de Brant entre a população carcerária do Estado de São Paulo ter revelado que 54,3% dos presos estavam empregados quando foram detidos (1986: p. 82). Isto indica que a criminalidade não tem relação direta com o desemprego.

O segundo ponto é que Pezzin apresentou como possível explicação para o crescimento da criminalidade violenta a falta de habilidade dos novos criminosos que começaram a atuar a partir da crise econômica. Não tendo experiência no cometimento de crimes estes infratores utilizam, segundo Pezzin, mais a violência. Diante disso, Caldeira afirma que essa hipótese pressupõe que a maioria dos crimes violentos é cometida por não-profissionais, indo contra os estudos de Coelho (1988), Paixão, Mingardi (1998), Zaluar (1994) "que insistem que na última década o crime tornou-se cada vez mais organizado e profissional, e que esta tendência se expressa principalmente no uso de armas, tráfico de drogas e em grandes empreitadas como o roubo de edifícios inteiros e o seqüestro de executivos" (Caldeira, 2000: p. 132).

Assim, segundo Caldeira, os modelos de explicação que relacionam o crime e os indicadores de pobreza urbana e marginalidade se tornam ineficazes para explicar o aumento da violência e do crime violento.

Em pesquisa recente Saporì e Wanderley (2001), utilizaram séries temporais de taxas de roubos, de homicídios e de desemprego das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e aplicaram testes estatísticos para aferir o grau de relação entre desemprego e violência. Mesmo reconhecendo limitações do tamanho da amostra (17 anos) e considerando que uma maior segmentação dos dados (por gênero, idade e por localização) poderia permitir resultados mais consistentes, os autores concluem que "não foram encontrados indícios consistentes de que as variações das taxas de desemprego implicariam variações presentes ou futuras dos índices de violência, inevitavelmente" (Saporì e Wanderley, 2001: 68).

Por fim, apreende-se que nenhum estudo conseguiu ainda verificar cabalmente as dimensões desta relação e tão pouco responder satisfatoriamente as inúmeras evidências que refutam a associação direta entre as condições econômicas urbanas e a criminalidade. Um estudo que pretenda responder esta questão possivelmente deverá priorizar o uso de pesquisas de vitimização como fonte da criminalidade, porque as estatísticas policiais não dão conta dos crimes que ocorreram, principalmente dos que ocorrem contra o patrimônio. Assim, por enquanto as crises econômicas e o desemprego têm sido mais capazes de explicar a trajetória

de certos indivíduos para o mundo do crime, do que ser um fator primordial para se entender o crescimento da criminalidade urbana violenta no Brasil contemporâneo.

Mudança nos padrões de criminalidade

A mudança nos padrões de criminalidade pode ser entendida a partir do surgimento de um novo tipo de crime: o crime organizado. Segundo Zaluar, este crime está baseado na lógica de acumulação capitalista, envolvendo tráfico de drogas e de armas, corrupção das corporações policiais e aliciamento de jovens das periferias urbanas (1999).

A questão do aliciamento de jovens é das mais importantes, pois auxilia a entender, em parte, a relação entre o crime organizado e a violência. Tratando desta questão, Zaluar, em suas pesquisas no Conjunto Habitacional de Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, identificou o “condomínio do diabo”: “no esquema de extorsão e nas dívidas com traficantes ou policiais, os jovens que começaram como usuários de drogas são levados a roubar, a assaltar e algumas vezes até a matar para pagar aqueles que os ameaçavam de morte – policiais ou traficantes – caso não consigam saldar a dívida. Muitos deles acabam tornando-se membros de quadrilhas, seja para pagar dívidas, seja para se sentirem mais fortes diante dos inimigos criados, afundando cada vez mais nesse circuito diabólico” (*ibidem*: p. 67).

Além do “condomínio do diabo”, Zaluar defende que o tráfico também exerce uma forte atração sobre alguns jovens (pobres ou não) por permitir altos ganhos e por afirmar o uso da violência como forma de coragem e fonte de respeito social (1985).

Seguindo muito próximo de Zaluar, Soares (antropólogo, ex-subsecretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro (1999-2000), secretário nacional de Segurança Pública, em 2003) apresenta uma interpretação de porque o tráfico de drogas e o uso da violência exercem forte atração social sobre os jovens e adolescentes e remete a discussão para a questão da exclusão:

“Acreditávamos (...) que o tráfico armado de drogas nas favelas - tinha mais relação com a escassez de recursos simbólicos para a construção positiva das identidades dos meninos do que com a escassez de recursos materiais para sua sobrevivência física. (Soares, 2000: p. 158).

A exclusão é definida, neste caso, por Soares, como impossibilidade do indivíduo ser reconhecido pelo resto da sociedade. Segundo ele, “os meninos pobres e negros” caminhando pela cidade não são notados pelos outros cidadãos e se pedem alguma coisa tendem a receber “expressões de enfado, indiferença ou até repugnância” (*ibidem*: p. 159). Para poder construir sua identidade alguns destes meninos fazem uma construção pelo avesso de si próprios,

"apoiando a auto-estima, o sentimento do próprio valor, no reconhecimento negativo que obtêm dos outros quando lhes provocam medo. É só pelo medo que essa garotada perdida, sem rumo e sem esperança, anulada pela indiferença generalizada, consegue a migalha reconfortante de nossa atenção" (*idem, ibidem*). Assim, o provocar o medo e o usar a violência garantem visibilidade, reconhecimento e inclusão.

Esta interpretação da realidade social deve ser matizada. A princípio, mesmo que se aceite que os meninos das classes populares caminhem pelos centros urbanos sem poder participar dos benefícios econômicos e receber a atenção necessária para se sentirem reconhecidos e terem seu espaço entre os demais cidadãos, isto não quer dizer que não possam encontrar espaço em suas próprias comunidades, apoiados por suas famílias, pelas associações de moradores e dentro dos grupos que fazem samba, grafite, trabalho voluntário (com o apoio de ONG's) ou que participam do movimento hip-hop. Entretanto, entre aqueles que não conseguem esse reconhecimento social de maneira positiva, o uso de armas (facilitada por meio do envolvimento com o tráfico de drogas) e de violência pode garantir certamente respeito e reconhecimento, mesmo que negativos.

Além do "condomínio do diabo" e do uso da violência como auto-afirmação, outro ponto que deve ser discutido para se tratar deste novo padrão de criminalidade é o fato do uso da violência ser condição *sine qua non* para se poder fazer parte do comércio ilegal de drogas.

Pela violência, uma quadrilha pode se defender (às vezes, pode também utilizar o suborno) de uma ação policial ou de outras quadrilhas que estejam querendo invadir seu espaço de venda. Também por este meio são punidos usuários que não saldaram suas dívidas e pessoas que tenham feito denúncias à polícia. A força pode ainda garantir pelo domínio de novos territórios a abertura de novos pontos de venda. Até mesmo as disputas por poder dentro da própria quadrilha podem ser resolvidas pelo uso das armas. Assim, uma quadrilha terá maiores lucros, quanto mais pessoas e mais armas ela possuir e quanto mais temida (o que se consegue com o uso exemplar de violência) ela for.

Por fim, pode-se afirmar que há uma relação entre o tráfico de drogas e violência. Segundo Soares, o casamento entre o tráfico de drogas e de armas gerou um excedente de armas, homens e tempo criando uma "espécie de exército de reserva para todas as demais práticas criminais, exército que se mobiliza sempre que atraído por recompensas valiosas e fáceis, ou quando convocado por empreendedores mais ousados e capazes de exercer liderança" (*ibidem*: 274). Estudos mostram ainda que tem havido um crescimento do tráfico de drogas em São Paulo (Lima, 2000: p. 36), e é bem possível que o mesmo esteja acontecendo em outras metrópoles brasileiras.

No entanto, faltam estudos e dados que possam indicar até que ponto o tráfico de drogas (e outros tipos de crime organizado, como roubo de carga, roubo de veículos, seqüestros, assaltos a bancos, e o tráfico de armas) são responsáveis pelo aumento do número de homicídios, tentativas de homicídios, lesões corporais e roubos. Lima, por exemplo, chega a afirmar que, na capital paulista, os crimes violentos "seriam motivados por várias condicionantes e situações do cotidiano das relações sociais presentes no espaço urbano e não apenas na lógica do tráfico de drogas" (*idem*: p. 37).

A crise do sistema de segurança e de justiça criminal

Para conseguir explicar o aumento da criminalidade violenta, alguns autores propõem como causa a crise do sistema de segurança e justiça penal.

Um dos modelos que estabelece esta relação causal é o do "processo civilizador" de Nobeit Elias, segundo o qual a pacificação é construída por meio do monopólio estatal da violência e controle dos impulsos individuais agressivos. Assim, a reduzida presença do Estado para garantir a segurança da população, controlar a violência e controlar as morais éticas de grupos particulares, que afirmam o orgulho de não se submeter a nenhum compromisso exterior ou poder superior, "diminuem a pressão social para o controle das emoções e da violência física, resultando nos baixos sentimentos de culpa no uso aberto da violência nos conflitos" (Zaluar, 1999: 71). A não mediação pelo Estado dos conflitos interpessoais permite à afirmação de uma espécie de lei do mais forte: cada um, ao se envolver em disputas por bens simbólicos – respeito, mulheres, dinheiro -, deve-se impor pela força.

Outro modelo relaciona a formação histórica do sistema judiciário como fundamental para a contenção da vingança que é responsável por ciclos intermináveis de violência. Girard (1990) defende o papel privilegiado do sistema de justiça em conter ciclos de violência, em comparação com outros métodos não modernos: rituais de sacrifício, vendetas e duelos. Neste sistema, a violência não é mais vingada privadamente. Seu ator sofre uma represália de um "soberano especializado nessa função" e o processo é encerrado, contendo a possibilidade de continuidade do ciclo de vingança. Caldeira, aplicando este modelo à realidade brasileira, nota que o sistema judiciário não tem podido interromper efetivamente os ciclos de vingança, porque lhe falta autoridade e legitimidade:

"Apesar de o judiciário nunca ter desfrutado de um alto grau de legitimidade, recentemente ele perdeu ainda mais credibilidade em razão de sua incapacidade de punir os responsáveis pelo número crescente de crimes violentos, de conter as execuções sumárias extralegais

cometidas pela polícia e a vingança privada dos justiceiros e esquadrões da morte, e porque as pessoas tendem a ignorá-lo e a resolver os conflitos pessoalmente ou por acordos privados" (Caldeira, 2000: p. 205).

Os pontos apresentados por Caldeira indicam que não é só a incapacidade de punir os responsáveis pelos crimes violentos (principalmente se forem cometidos por policiais) que abala a credibilidade do sistema, mas também o fato dele não ser visto como lugar apropriado para resolução de conflitos. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, realizada em 1987 pelo IBGE, demonstrou que apenas 15% dos que tiveram problemas criminais recorreram à justiça: "das 5.974.345 pessoas que foram vítimas de roubo ou furto, ao longo do ano de 1987, 68% delas não recorreram à polícia, e das 1.153.300 pessoas que sofreram alguma agressão física, no mesmo período, 66% não recorreram à polícia. Os principais motivos para as vítimas não recorrerem são 'não querer envolver a polícia' e 'não acreditar na polícia'" (Cardia, 1994: p. 51). O fato de as pessoas não acreditarem ou não quererem envolver os órgãos do Estado para resolver seus conflitos e seus crimes coloca em xeque a capacidade da justiça criminal de proteger os cidadãos e de substituir qualquer vingança privada.

Esta ineficiência dos sistemas de segurança e justiça envolve suas diferentes agências: polícia, justiça civil e criminal e sistema penal.

Em relação à polícia dois pontos são destacáveis: a ineficiência e a violência policial. A ineficiência policial pode ser definida como a incapacidade do sistema policial garantir segurança aos indivíduos e identificar, prender e obter provas contra os infratores. A questão da violência policial é importante pelo fato de o Estado não ter mecanismos de conter o uso desnecessário de violência pelos seus próprios agentes. Observando estes pontos, Pinheiro fez o seguinte diagnóstico da polícia, em que se destacam as questões de racionalização dos gastos em segurança e de adaptação das instituições policiais às regras de uma sociedade democrática, na qual devem vigorar o respeito aos direitos dos cidadãos e o controle do uso da violência:

(1) descompasso entre o dever de assegurar os direitos democráticos e a segurança, e a ineficiência em controlar a criminalidade violenta, o crime organizado e as práticas irregulares e ilegais da polícia (prisão arbitrária, tortura, execuções sumárias). A polícia continua atuando como guarda-fronteiras entre as classes;

(2) diferenciação regional: de um lado estados mais avançados na promoção do Estado de Direito ao lado de Estados que sofrem gravemente com o clientelismo, corrupção, nepotismo, carência de recursos e ineficiência;

(3) ineficiência da organização em controlar o arbítrio e melhorar o desempenho de seus membros;

(4) autonomia excessiva e a falta de controle das polícias pelos governos estaduais;

(5) ausência de comunicação e cooperação entre as polícias civis e militares;

(6) incentivo ao uso de armas das corporações e de armas particulares por policiais fora de serviço;

(7) a má divisão dos recursos para o pagamento de pessoal na polícia: salários altíssimos para os cargos mais altos, ao lado de baixíssimos salários na base; incentivando os “bicos” e aumentando a vulnerabilidade dos policiais à violência;

(8) precariedade da investigação criminal: falta de pessoal e de equipamentos aos investigadores, e precariedade da polícia científica;

(9) o anacronismo de uma polícia ostensiva militarizada pelo fato de não haver mais grandes ameaças violentas aos governos estaduais (Pinheiro, 1998).

As críticas às atuações das polícias não se baseiam só nos flagrantes casos de atuação violenta e arbitrária contra os membros das classes populares, mas também pela fraca atuação ostensiva da polícia na proteção dos moradores de classes populares. Segundo o *Mapa de Risco de violência de São Paulo* (CEDEC, 1996) as maiores taxas de homicídio verificam-se em bairros pobres, sendo que a prioridade dos órgãos de segurança – deslocamento de homens e viaturas - no município de São Paulo está no combate aos crimes contra o patrimônio que ocorrem nas áreas com as melhores condições sócio-econômicas.

Esta falta de eficiência policial compromete o funcionamento do sistema de justiça penal. Assim, embora inúmeras pessoas não registrem boletins de ocorrência por furtos, agressões e roubos, a capacidade da justiça criminal de apresentar uma resposta aos furtos, roubos, agressões e homicídios que são registrados é baixa. Vários estudos comprovam esta incapacidade do sistema de transformar os boletins de ocorrência criminal em julgamento. Adorno (1993a) relatou que, na região metropolitana de São Paulo, no ano de 1985, apenas 36,98% das ocorrências de crime contra o patrimônio transformaram-se em inquérito policial e, dos crimes contra a pessoa apenas 52,26%. No ano de 1982, para o Estado de São Paulo, apenas 65% dos inquéritos policiais resultaram em denúncia e apenas 22% em condenações. Dois outros dados são alarmantes por demonstrar que esses números são ainda menores dependendo do grupo vitimado. No caso de homicídios de crianças e adolescentes de 1991 até 1994, no município de São Paulo, apenas 3,3% dos casos resultaram em condenação em primeira instância (Adorno, 1998). A Comissão Pastoral da Terra (órgão pertencente à igreja católica no Brasil) tornou público que dos 1730 casos de assassinatos de trabalhadores rurais,

de líderes sindicais e religiosos e de advogados, entre 1964 e 1992, apenas 30 tinham ido à julgamento até 1992 e, dentre eles, só havia condenações em 18 casos (Pinheiro, 1997).

Segundo Adorno (1998) a situação da justiça penal é a de um funil, cuja base, formada pelos crimes que são oficialmente detectados, é extensa e cujo gargalo, formado pelos crimes cujos autores chegam a ser processados e condenados, é estreito. Mesmo quando se condenam os infratores a situação não é menos crítica, devido às condições do sistema prisional, que é a forma primordial de punição legal no Brasil. Um dos estudos neste campo é a pesquisa de Adorno com dados procedentes do Ministério da Justiça, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, da Fundação Seade, do censo penitenciário do Rio de Janeiro de 1989 e aqueles levantados e analisados por Edmundo Campos Coelho, para o Rio de Janeiro. O estudo de Adorno apontou a superlotação do sistema carcerário brasileiro, ao lado de milhares de mandados de prisão a serem cumpridos. Outro problema detectado foi a falta de estabelecimentos adequados para o cumprimento da pena e para a ressocialização do preso: estima-se que a cada dois que saem um comete novo crime e retorna à prisão. Nas palavras do autor, “as conseqüências para o processo de ressocialização do preso sentenciado à pena privativa de liberdade – seja lá o que se possa entender por ressocialização – são irreversíveis, afetando, sobretudo as condições sociais de retomada dos direitos civis” (1993a). Assim, o sistema prisional não tem conseguido garantir a “recuperação” de boa parte dos tutelados sob seus cuidados, o que pode contribuir para que venham a cometer novos crimes.

Este campo de estudos tem crescido muito, existindo várias questões a serem alvos de mais pesquisas. Adorno aponta que merecem mais análises: “o envelhecimento da legislação penal e processual penal brasileiras face ao cenário emergente do crime e da violência nos anos 80; os tumultos no andamento dos inquéritos policiais e dos processos penais, fundados quase sempre em falhas técnicas na coleta de provas (documentais e testemunhais), na realização de perícias e no andamento burocrático dos documentos oficiais; a longa morosidade desde o registro de uma ocorrência policial até a expedição de uma sentença judicial, o que contribui para a diluição das provas e da materialidade do delito e para a impossibilidade de responsabilização penal, agravando ainda mais o problema da impunidade; crise fiscal promovendo a redução de investimentos na área de segurança pública e justiça, com sérias repercussões nas condições de trabalho, na divisão de trabalho entre agências que compõem o sistema de justiça criminal (acirrando conflitos intra e entre agências), na produtividade dos profissionais (operadores técnicos e não-técnicos do direito) e mesmo em seus processos de recrutamento, seleção, treinamento e reciclagem periódica” (1998: 243).

Ponto comum entre estes vários estudiosos dos sistemas de segurança e justiça, a busca de eficiência, respeitando a lei e os direitos dos cidadãos e com a limitação do uso da força pelos agentes do Estado, tem sido pensada como forma de não contribuir ainda mais para a disseminação da violência pela sociedade.

I.4 - Conclusão

O crescimento da criminalidade violenta tem levado toda a sociedade, independente de classe social, a reagir e mesmo refletir sobre a questão da segurança pública e privada. Como na literatura em ciências sociais, o senso comum estabelece relação entre a violência e diversos fatores: desemprego, tráfico de drogas e mau funcionamento do sistema de segurança e justiça. A crise desse sistema, responsável diretamente pela manutenção da lei e da ordem, influencia as concepções populares a respeito de justiça, punição e polícia. A forma de atuação deste sistema, o tratamento desigual em relação às classes populares, a incapacidade de punir inúmeros infratores e o medo que a atuação policial desperta em boa parte da população podem inibir a crença nos valores da democracia e do Estado de Direito (igualdade, liberdade, punição justa e legal).

Com a não pacificação da sociedade e a imagem de uma polícia que age constantemente em defesa de interesses privados, os métodos privados de solução de conflitos podem ganhar força. A punição física e a vingança podem ganhar status de solução eficiente e justa, inclusive como métodos de ação para o sistema público de segurança e justiça.

II – Heliópolis: história, condições de vida e violência

“O rápido crescimento urbano do Brasil, como em outras partes da América Latina, foi criticado por ter atraído imensas populações que se concentraram no setor informal, uma vez que as cidades careciam de empregos no setor formal para sustentar a todos. (...) Esses habitantes ‘marginais’ esforçavam-se para melhorar de vida incrementando seus barracos ou mudando para melhores moradias (...) Não obstante, os habitantes urbanos marginais eram vistos com apreensão pelas classes média e alta, que os consideravam criminosos em potencial ou de fato e, portanto, como uma ameaça à ordem pública. Eles eram, aos olhos dos abastados, os ‘marginais’, as ‘classes perigosas’, a despeito do fato de que milhares de empregados domésticos que serviam pacificamente nas casas das classes favorecidas viessem dessas mesmas fileiras”. Thomas Skidmore (1998)

O rápido processo de urbanização do Brasil e de migração do campo para cidade é um fenômeno que hoje, na cidade de São Paulo, nem de longe tem a mesma dimensão do que ocorria nas décadas de 40 e 50, às quais a descrição do brasileiro Thomas Skidmore se refere. No entanto, tal como veremos neste capítulo, as dificuldades em se melhorar de vida e o morar sem ter propriedade da área ocupada são realidades em que vive ainda hoje grande parte dos membros das classes populares que habitam as regiões metropolitanas brasileiras.

Este capítulo pretende, em primeiro lugar, através de fontes secundárias, apresentar um histórico de Heliópolis, de seu surgimento até os dias atuais, priorizando as questões de moradia, movimentos sociais e violência. Em seguida, será apresentada uma caracterização sócio-econômica da favela, tratando, entre outras coisas, dos equipamentos públicos instalados, das condições de moradia e da renda dos moradores. Em terceiro lugar, trataremos da organização dos moradores e suas lutas políticas por melhorias das condições de moradia. Em quarto lugar, através de levantamento de notícias dos jornais *FSP* e *OESP*, de 1994 a 2000, será apresentada a inserção de Heliópolis na questão da violência urbana. Por fim, ouviremos o que moradores entrevistados dizem sobre a favela e seus problemas de segurança.

II.1 - Histórico

A história de Heliópolis está inserida no processo de formação das favelas na cidade de São Paulo, quando as classes populares, em peso, saem dos cortiços rumo à periferia. No livro *A Política dos Outros*, Teresa Caldeira (1984), baseando-se em estudiosos de urbanismo em São Paulo, como Bonduki, Langenbuch e Morse, faz uma reconstrução histórica do

processo de ocupação do solo na cidade de São Paulo no século XX. Segundo ela, até 1940, tanto as diferentes classes sociais como também as áreas comerciais, industriais e residenciais se interpenetravam numa região concentrada próximo ao marco zero da cidade. Os trabalhadores pobres, em geral, viviam em cortiços, pagando aluguéis proporcionalmente altos em relação aos seus salários, por um pequeno espaço e em condições de higiene muito precárias. Essa situação começou a mudar a partir de 1940²⁰, quando os loteamentos periféricos passaram a ser acessíveis. A utilização do ônibus como o principal meio de transporte de massa permitiu o transporte a esses locais. Também o “Plano das Avenidas” do Prefeito Prestes Maia, desapropriando inúmeras construções no centro e ampliando a zona comercial, trouxe especulação imobiliária, encareceu os aluguéis e afastou a população mais pobre do centro da cidade.

A transposição das moradias populares para a periferia se explica também, segundo Caldeira, pelo contínuo crescimento populacional e déficit habitacional no centro, pela abertura de lotes em bairros periféricos a preços razoáveis e pela Lei do Inquilinato de 1942 que congelou o valor dos aluguéis por dois anos e que, com prorrogações até 1964, manteve seus preços muito baixos, o que levou muitos prédios habitados como cortiços a serem vendidos ou demolidos.

A procura por moradia a menores custos continua até hoje. Segundo notícia do jornal *FSP* - intitulada “Fuga do aluguel dissemina favelas em SP” e baseada nos Censos Demográficos do IBGE de 1991 e 2000 -, o número de favelas da capital passou de 585, em 1991, para 612, em 2000²¹. Como o próprio título da notícia sugere, a ocupação desta periferia nem sempre se dá regularmente.

A invasão de áreas públicas ou privadas desocupadas e compra de lotes grilados²² ou sem serviços urbanos previstos em lei é a regra na constituição das favelas. Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, o antropólogo James Holston (1993) discute a grilagem de terras e a situação de ilegalidade na periferia de São Paulo. Holston indica que a irregularidade dos lotes é o que garante a possibilidade de construção de uma moradia por pessoas que não possuem condições de pagar aluguéis ou comprar lotes ou residências em áreas regulares da cidade. É importante acrescentar ainda as dimensões deste

²⁰ Na defesa da dissertação de mestrado, a Prof^a Dr^a Maria Ruth Sampaio, apontou uma correção. Segundo ela, os loteamentos periféricos começaram a surgir em número considerável ainda nos anos 10. Citou também um artigo de Anhaia Mello, daquela época, em que este afirma, segundo ela, que a cidade se tornaria ingovernável se tivesse que estender a rede de serviços públicos para toda a periferia.

²¹ Notícia de 07/01/2001: “Fuga do aluguel dissemina favelas em SP”. A notícia traz ainda demarcação do fenômeno pelo IBGE, que define favela como o conjunto de mais de 50 unidades habitacionais que ocupam ou ocuparam, até recentemente, terreno de propriedade alheia (pública ou privada). Tais moradias são dispostas de forma desordenada e densa e os conjuntos são, em sua maioria, carentes de recursos públicos essenciais.

fenômeno. Este autor cita estimativa extraída do livro *São Paulo: Crise e mudança*, de Rolnik *et alii*, produzida pela Secretaria do Planejamento de São Paulo: por volta de 1990, 65% do total da população da cidade de São Paulo residia violando leis de propriedade e leis de urbanização.

É este processo de ocupação irregular das áreas do município sem infra-estrutura básica de serviços públicos que engendrou a formação e desenvolvimento da favela Heliópolis, a qual foi analisada pela socióloga Maria Ruth Sampaio (1990). Baseando-me na sua tese de livre docência pude fazer o relato que se segue sobre o desenvolvimento desta favela até o final do governo Jânio Quadros (87-88).

O ponto de partida da favela Heliópolis se deu, ao contrário do que se possa pensar, por meio da ação do poder público (Sampaio, 1990). Em 1971, a prefeitura municipal de São Paulo (Gestão Paulo Maluf, 70 - 71) iniciou, por meio da Secretaria do Bem Estar Social, o desadensamento das favelas de Vila Prudente e Vergueiro, deslocando parte de seus moradores para alojamentos que seriam provisórios, localizados em gleba de propriedade do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS – no bairro do Ipiranga.

Naquela época, a gleba, com área de 2.707.065m², possuía apenas 36 casas que ocupavam lotes que variavam de 141 a 697m² nas ruas Almirante Mariath, Siqueira Bulcão, Coronel Silva Castro, Comandante Taylor, Almirante Oliveira Pinto e Barão do Rio Prata, que faziam parte do Conjunto Residencial Vila Heliópolis. Tais casas foram vendidas pelos IAPAS a terceiros até 1985. O Instituto também vendeu uma área de 423.731 metros quadrados à Petrobrás, em 1967, e teve desapropriada pela Sabesp uma parte substancial da gleba. Além disso, inaugurou, em abril de 1969, o Hospital Heliópolis e construiu na Av. Almirante Delamare um Posto de Assistência Médica (PAM).

Após a instalação dos primeiros alojamentos provisórios, novos moradores foram construindo seus barracos nas proximidades. Entre estes estavam alguns operários que trabalharam na construção do Hospital e do PAM, e que viam o local como uma possibilidade de escapar dos gastos com aluguel. Ao lado disso, grileiros começaram a vender lotes na gleba por volta de 1977 - fazendo crescer ainda mais a ocupação da área – e a pressionar estes primeiros ocupantes a pagarem pelos seus lotes ou desocuparem-no.

Para fazer frente à pressão (ameaças e violências) que começou a ser exercida por grupos de homens que circulavam na área a mando de grileiros e para reivindicar os serviços públicos de água e luz, alguns moradores iniciaram um processo de organização, apoiados por

²² Este termo se refere à propriedade de terra com título falsificado.

pastorais da Igreja Católica. Por sua vez, pretendo a liberação da área, o IAPAS passou a impetrar uma série de processos de reintegração de posse contra os grileiros e os demais ocupantes.

Em 1980, moradores preocupados com as condições de vida e moradia fundaram a Sociedade Amigos e Moradores da Favela Heliópolis, como forma de dinamizar as pressões sobre a prefeitura para a regularização das moradias e para a instalação de serviços públicos básicos. No fim de 1982, a prefeitura, por meio da Unidade Regional de Atendimento Habitacional do Ipiranga, iniciou a implantação de dois programas – Pró-luz e Pró-água²³ – na favela de Heliópolis. No mesmo período, foi erguido um galpão para o funcionamento da Organização Socioeducativa do Menor (OSEM) e foi implantada uma horta comunitária.

Em 1º de julho de 1983, o IAPAS obteve a reintegração de posse da gleba, junto ao juiz da 6ª Vara Federal de São Paulo, mas não houve desocupação pela polícia. Após ação das associações de moradores e da prefeitura – Gestão Mário Covas (1983-86) – foi assinado convênio em 20 de fevereiro de 1984 entre o Ministério do Interior e o Ministério da Previdência Social para a transferência da gleba Heliópolis para o Banco Nacional da Habitação (BNH), com o intuito de utilizar a área para programa habitacional a ser desenvolvido pela Cohab (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo) e destinado a famílias de baixa renda. O acordo foi anunciado pela imprensa e desencadeou a ação de vários atores: pessoas interessadas em ocupar lotes na área, instalação de segurança privada pela Cohab, associações de moradores interessadas em preservar áreas livres para construção de escolas e creches, e grileiros preocupados com a perda do negócio de venda de lotes.

Ao final do governo Covas, a morosidade das negociações entre IAPAS e BNH e a não liberação das verbas para pesquisa sócio-econômica na gleba impediram que os projetos de urbanização da favela fossem adiante. Assim, o desapontamento e desarticulação dos moradores e a falta de segurança provida pela Cohab nos locais desocupados permitiram que outros locais fossem invadidos, comprometendo a capacidade da área de, com a urbanização, absorver todos os moradores. Além disso, seja por vontade de voltar aos estados natais, seja por ameaças de grupos armadas para que desocupassem suas casas, alguns moradores se mudavam.

No governo municipal de Jânio Quadros (1987-88), a Cohab, a prefeitura municipal e o BNH firmaram convênio visando estabelecer normas para concessões de empréstimos e abertura de linhas de créditos para a implantação do Projeto Habitacional Integrado de Heliópolis. A faixa de renda familiar para o atendimento passou do limite de até 5 salários

mínimos para até 10 SM. Seguindo o Projeto Modelar da Cohab, que previa a construção de casas de 24m² em lotes de 102m², foram erguidas 66 unidades habitacionais ao lado do PAM, 162 na Praça Piloto e 110 unidades ao lado da garagem da Administração Regional do Ipiranga. Além disso, começaram a ser construídos apartamentos para faixas de renda média e baixa. Segundo Sampaio, a visão do governo municipal era que uma área distante apenas 8 Km da Praça da Sé era valorizada demais para abrigar apenas população de baixa renda.

Ainda nesse governo, em outubro de 1987, fruto de um acordo, entre a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) - ligada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República - e a prefeitura municipal de São Paulo, que previa a construção de 10 mil casas em regime de mutirão na cidade, e após pressão de lideranças dos moradores de Heliópolis, foram levantadas 201 casas com 24m² de área construída, em lotes de 75 m². A Cohab conseguiu também junto a SEAC linhas de crédito para melhoria e reparos, já previstos no Projeto Habitacional Integrado de Heliópolis, de 2.458 casas.

A campanha para a eleição municipal de 1988 trouxe - através da compra, pela Secretaria de Saúde do Governo do Estado (Gestão Orestes Quércia - 1987-90), de área de 1000m² mantida pelo grileiro Tonhão - uma creche que foi inaugurada pelo governador e sua mulher. Em área cedida pela Cohab à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, foi construído também o 95º DP da cidade. Também a prefeitura inaugurou em área livre da Estrada das Lágrimas, uma creche, uma Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) e a Escola de Ensino Fundamental Luiz Gonzaga ²⁴.

Em artigo publicado em jornal, o Superintendente de Habitação Popular da prefeitura de São Paulo na gestão da Prefeita Luiza Erundina (1989-1992), Nabil Bonduki²⁵, descreve que, durante este governo, foram construídos blocos de apartamentos - com o objetivo de “desadensar” a favela - e casas em mutirão, além de investimentos em urbanização em parte da favela. Também foram terminados quatro prédios de apartamentos de classe média, iniciados na gestão Jânio Quadros, formando o Condomínio Piazza San Carlos, com 288 apartamentos, segundo documento obtido junto à Cohab.

Em dezembro de 1993, no primeiro ano do governo municipal de Paulo Maluf, houve um sério confronto entre policiais e moradores da favela Heliópolis²⁶, por causa da moradia

²³ Estes programas foram criados após convênios assinados entre a prefeitura (gestão Reynaldo de Barros - 1980-83), a SABESP e a Eletropaulo.

²⁴ Após o final do governo Jânio Quadros (1987-88), a descrição histórica sobre a favela se baseia nas notícias colhidas nos jornais *FSP* e *OESP*.

²⁵ *FSP*, 25 de junho de 1996, “Do plano ao fogo de Heliópolis”.

²⁶ Estas informações foram retiradas da notícia, “Prédio tinha virado ‘favela vertical’”, *OESP*, 17 de junho de 1996.

irregular em prédios inacabados da Cohab. Segundo notícia da *FSP*²⁷, iniciados pela Cohab, em 15 de setembro de 1987 (governo municipal de Jânio Quadros – 1987-88), estes prédios, devido ao término da verba da Caixa Econômica Federal, tiveram suas obras paralisadas no início de 1988.

Em 13 de dezembro de 1993, a justiça concedeu à Cohab liminar para a reintegração de posse da área (onde estavam localizados os prédios inacabados da Cohab). No dia 16 do mesmo mês, tentativa de desocupação desta área da favela gerou conflito entre policiais e moradores. O conflito terminou, quando a justiça suspendeu a reintegração de posse²⁸. No conflito da favela, a polícia usou bombas de gás lacrimogêneo, carros blindados e helicópteros, e os moradores resistiram com pedras e montaram barricadas. Houve feridos, mas sem gravidade. Segundo a notícia, o conflito só não foi maior porque o despejo foi suspenso no meio da ação, mas não deixou de envolver os moradores de “classe média” que moravam nos prédios da Cohab que já estavam concluídos. “Durante o confronto, os três blocos de apartamentos de classe média, bem em frente da favela, foram apedrejados. Os favelados acreditavam que a Justiça havia decidido pela sua expulsão por causa de um abaixo-assinado dos vizinhos da frente”²⁹. A notícia sugere que havia desconfiança entre os ocupantes do prédio da Cohab e dos moradores dos Condomínios da classe média que explodiu em conflito aberto nesta ocasião.

Em 22 de novembro de 1994, a Cohab conseguiu recurso favorável à reintegração de posse, e moradores entraram na justiça, pedindo a suspensão da decisão. Em 19 de dezembro de 1995, a justiça deu sentença favorável à Cohab, e os moradores entraram com recurso para invalidá-la³⁰. Thélío de Magalhães, em artigo de 17 de junho de 1996 para o *OESP*, afirmou que a sentença só poderia ser executada se fosse confirmada pelo 1º Tribunal de Alçada Civil, o que não ocorreria em tempo inferior a dois anos.

A disputa política entre a UNAS e a prefeitura (na gestão Paulo Maluf) continuou também em relação ao Projeto Cingapura. Em notícia de 14 de maio de 1996, do *OESP*, “Chegada do Cingapura divide favelados”, com subtítulo “Os que não têm nada a perder estão eufóricos, mas quem gastou dinheiro na casa não quer se mudar”, José Geraldo de Paulo Pinto, secretário da UNAS, contradiz a garantia dada pelo então Coordenador de Desenvolvimento da Secretaria da Habitação, Atílio Piraíno Filho, de que, para a implantação do Projeto Cingapura, as casas com boa infra-estrutura não seriam destruídas. Segundo a

²⁷ *FSP*, 18 de junho de 1996, “Como aconteceu o incêndio”.

²⁸ *FSP*, 18 de junho de 1996, “Como aconteceu o incêndio”.

²⁹ *OESP*, *idem*, *ibidem*.

³⁰ *FSP*, *idem*, *ibidem*.

notícia, José Geraldo revelou que, para a construção dos 600 apartamentos previstos no Cingapura, a prefeitura entrou com uma ação para derrubar 50 casas feitas de bloco e que era necessário entrar na Justiça para reverter esta decisão.

Enquanto não saía a decisão judicial sobre a questão dos prédios da Cohab ocupados pelos moradores de Heliópolis, ocorreu um incêndio³¹ em um deles no dia 16 de junho de 1996. No incêndio, que destruiu parte de um prédio inacabado e cerca de 50 barracos, quatro pessoas, sendo duas crianças, morreram. Sessenta pessoas sofreram intoxicação ou queimadura e 400 desabrigados foram removidos para um albergue na Zona Leste³².

No prédio ocupado, os moradores “havia colocado paredes, portas, janelas e móveis e puxaram água e luz da rua, clandestinamente. Nos andares mais altos, faltava segurança; no térreo, o problema era a sujeira, pois não havia esgoto. A água escorria pelas paredes”³³.

Em campanha eleitoral para a prefeitura municipal, o prefeito Paulo Maluf (fazendo campanha para Celso Pitta) e a candidata do PT, Luiza Erundina³⁴, visitaram Heliópolis, após o incêndio. A visita e as acusações de Maluf, responsabilizando o PT pelo incidente, provocou reações inflamadas de alguns moradores. Após dizer, em entrevista concedida às 10 horas da manhã na favela, que a culpa pelas mortes era dos advogados do PT e da juíza, por não permitirem a reintegração de posse do terreno à prefeitura e a remoção dos moradores, “o prefeito Paulo Maluf foi encurralado, ontem de manhã, nas vielas da favela de Heliópolis por cerca de 150 moradores, que chegaram a tentar agredi-lo. O Opala particular do prefeito foi sacudido pelos favelados e foi atingido por uma pedra”³⁵. Na confusão, um policial da Guarda civil Metropolitana atirou para o alto na tentativa de intimidar os moradores. Na “correria e empurra-empurra”, Miguel Borges Leal, presidente da UNAS, foi agredido pela GCM, depois de ter se aproximado do prefeito e o chamado de mentiroso³⁶.

A revolta de alguns moradores contra o prefeito foi explicada por João Miranda, membro da UNAS. A associação havia feito uma proposta à prefeitura para transformar prédios inacabados da Cohab em habitações populares para os invasores. Mas o prefeito “... ’nunca ouviu a gente. Ele fez 600 apartamentos do Cingapura na favela, que foram dados aos moradores da região do córrego Sacomã”³⁷.

³¹ Este não foi o primeiro incêndio ocorrido em Heliópolis a ser noticiado. Em 25 de dezembro de 1995, vinte barracos também foram destruídos pelo fogo. *FSP*, 26 de dezembro de 1995, “Incêndio destrói 20 barracos na zona sul”.

³² *OESP*, 17 de junho de 1996, “Incêndio mata quatro, na maior favela de S. Paulo”.

³³ *FSP*, 17 de junho de 1996, “Prédio tinha virado ‘favela vertical’”.

³⁴ *OESP*, 17 de junho de 1996, “Erundina visita local para levar ‘solidariedade’”.

³⁵ *FSP*, 18 de junho de 1996, “Grupo de moradores tenta agredir Maluf”.

³⁶ *OESP*, 17 de junho de 1996, “Favelados apedrejam carro e expulsam Maluf”.

³⁷ *FSP*, 18 de junho de 1996, “‘Eu ia dar um tapa na cara dele’”.

A esta revolta se juntou o medo da remoção e alguns moradores, em 18 de junho, montaram barricadas em duas entradas da favela para evitar que a prefeitura e a polícia tentassem desocupar a área nas imediações do prédio incendiado. O segurança David Salmista Sabóia Farias, 30, que afirmou ser um dos líderes da favela, revelou a tensão a que chegou a situação: “Estamos dispostos a matar ou morrer, mas ninguém tira a gente daqui para levar a qualquer lugar”. Alguns moradores afirmaram que existia um arsenal na favela, que incluía espingardas calibre 12 e até granadas. A situação ficou mais calma, quando o delegado Antônio Carlos da Silva, do 95º DP, foi até a favela com dois policiais e afirmou que não iria ocorrer remoção³⁸. No jornal Nacional, da Rede Globo, foi transmitida uma imagem que um morador mostrava uma granada. No dia seguinte, um morador justificou o fato: “A gente sabia que era de brinquedo e ninguém esperava que causasse tanta repercussão”³⁹.

Em 20 de junho, lideranças dos moradores e o presidente da Cohab, Marcos Helou, chegaram um acordo, pelo qual, parte dos ocupantes da gleba H, onde ocorreu o incêndio, seriam retirados para o início da construção de 9 prédios do Cingapura no local. Pelo acordo, as famílias poderiam ocupar os alojamentos da Emurb em Heliópolis (com capacidade para 600 famílias), quadras de centro esportivo e, em último caso, creches e escolas municipais⁴⁰.

Em artigo de 02 de julho de 1996, na *FSP*, intitulado “Fazer planos e fazer casas”, o secretário municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Lair Krahenbuhl, afirmou que até o final do governo municipal de Paulo Maluf (1993-96) seriam entregues 780 apartamentos de um total de 4 mil previstos no Projeto Cingapura para Heliópolis. Tais apartamentos possuem, em média, 42m², divididos em dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Segundo documento obtido junto à Cohab, foram também inaugurados 270 apartamentos, formando o “Condomínio Morro Verde”, para famílias de Renda Média Superior⁴¹.

A pressão das lideranças sobre a prefeitura continuou. Segundo notícia da *FSP* de 24 de março de 1997, “Favelados invadem terreno na zona sul”, os moradores da margem do córrego Sacomã “invadiram no final da tarde de ontem um terreno vazio numa área vizinha, (...) na esquina da rua Juntas Provisórias com a estrada das Lágrimas”. A matéria apresentou ainda entrevista com José Geraldo de Paula, da UNAS, afirmando: “Não pedimos quadras esportivas (...) queremos que a prefeitura faça moradias para as pessoas que vivem na beira do córrego”.

³⁸ *FSP*, 19 de junho de 1996, “Favela arma barraca contra remoção”.

³⁹ *OESP*, 19 de junho de 1996, “Favelados afirmam que granada era de brinquedo”.

⁴⁰ *OESP*, 21 de junho de 1996, “Moradores chegam a acordo sobre Heliópolis”.

⁴¹ Segundo documento obtido junto à Cohab (Tabela de preço para revenda – dezembro de 2000), a renda familiar necessária para obter financiamento de compra dos apartamentos de Renda Média Superior construídos em Heliópolis estava acima de R\$2600,00, segundo valores atualizados até dezembro de 2000.

Em 16 de julho de 1997⁴², já na gestão municipal do prefeito Celso Pitta (1997-2000), foram entregues 88 Unidades Habitacionais de dois prédios iniciados na gestão Jânio Quadros. Durante a inauguração, a UNAS distribuiu manifesto criticando o ato de inauguração e afirmando que Maluf havia prometido 545 Unidades Habitacionais (UH) para maio.

Documento obtido junto à Superintendência de Habitação Popular (HABI), órgão da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab) dá conta da construção de 825 unidades habitacionais que seriam entregues até abril de 2001 na quadra A, onde foram arroladas 2495 famílias, a maioria sendo entregue ainda na Gestão Pitta.

Em 03 de julho de 2000, a Cohab e o Ministério Público assinaram um Termo de Compromisso de Ajustamento⁴³, cujo objetivo é a regularização de áreas ocupadas por terceiros desde de dezembro de 1994. O projeto em Heliópolis pretendia atender 6 mil famílias moradoras da gleba K. Além disso, a Cohab planeja e têm construído mais outras Unidades Habitacionais nos padrões renda baixa e renda média na favela.

Como pudemos ver, Heliópolis já tem quase 30 anos de ocupação. Nestes anos, já passaram pela cidade mais de 7 prefeitos, e, apesar da pressão política exercida pelas lideranças, a prefeitura ainda não resolveu a questão da ilegalidade dos lotes na maioria das glebas da favela e, como veremos a seguir, muito menos garantiu o acesso de grande parte dos moradores, a conexões regulares de água, esgoto e eletricidade. Apesar de ter transcorrido tanto tempo e das frustrações geradas neste processo, as associações de moradores têm conseguido manter-se na luta política pelo atendimento de seus direitos à moradia, saúde, segurança e educação dentre outros.

Assim, a história de Heliópolis tem se mostrado pouco diferente de outras áreas de moradia na periferia urbana estudadas por outros cientistas sociais. Estudando o Jardim das Camélias, no distrito municipal de São Miguel Paulista em São Paulo, um bairro de periferia com ocupação regular, Caldeira observou que "como em tantos bairros da periferia de São Paulo, a precariedade dos serviços e da infra-estrutura do Jardim das Camélias só não é maior porque, em anos recentes, os moradores se organizaram em uma série de movimentos reivindicativos e conseguiram que algumas de suas demandas fossem atendidas" (Caldeira, 1984: p. 66).

⁴² *Folha de S. Paulo*, 19 de julho de 1997: "Rojão fere garoto em inauguração".

⁴³ Segundo documento obtido junto à Cohab - do Fórum de Desenvolvimento de Heliópolis, "Proposta de Legalização e Comercialização dos Lotes" -, no qual estava anexado a "Assinatura de autorização para o Projeto Moradia Legal".

II.2 - Caracterização sócio-econômica

Matéria publicada pelo jornal *OESP*, “Uma cidade chamada Heliópolis”, de 19 de março de 2000, contém dados fornecidos pela Eletropaulo, Correios, SPTrans, Secretaria Municipal de Saúde e UNAS. Estes dados ajudam a dimensionar as condições em Heliópolis. Cabe lembrar que os dados desta pesquisa foram coletados até dezembro de 2000.

A notícia informa que em Heliópolis há 13.300 casas (sendo 95% de alvenaria), 2547 unidades em projetos habitacionais (apenas estas estão regularizadas), numa área de 1 milhão de metros quadrados. Conforme a UNAS, cerca de 3 mil famílias ocupam áreas com risco de desmoronamento em época de chuvas. Além disso, segundo notícia da *FSP*, das 63 ruas da favela, 12 não estavam asfaltadas e apenas duas não são iluminadas⁴⁴.

A matéria publicada pelo *OESP* informa ainda que a maior parte das famílias possui renda na faixa de um a cinco salários mínimos. Possuem geladeira, TV, som e eletrodomésticos 90% dos moradores. Há 4.330 telefones particulares e 100 públicos. Contam com quatro carteiros que entregam, em média, cinco mil objetos por dia. Em relação ao transporte coletivo contam com 95 veículos em oito linhas de ônibus. Na área de bem-estar social há seis creches. Há também três Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI).

Complementando estes dados, por meio de visita à favela e consulta ao *Guia Ruas São Paulo* (2002), pude comprovar que há ainda na favela e nos bairros vizinhos 15 escolas públicas: Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) Otávio Silva Jr., EMEI Antônio F. Lisboa, Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Luiz Gonzaga do Nascimento, EMEF Presidente Campos Sales, EMEF Antônio de A. Machado, Escola Estadual (EE) Manuela L. Vergueiro (Escola Fundamental), EE Melvin Jones (EF), EE Prof. Demosthenes Marques (EF), EE Profª Maria O. G. Bueno (EF), EE Prof. Astrogildo Silva (EF), EE Melvin Jones (EF), EE Jacques Maritain (EF), EE Prof. Ataliba de Oliveira (Ensino Médio), EE Prof. Guálter da Silva (EM), EE Profª Eurídice Zerbini (EM). Em relação à saúde, há um hospital e dois postos de saúde (um municipal e um federal). Na área de segurança, há uma delegacia (95ºDP) e uma Companhia da Polícia Militar.

Estas informações permitem notar que Heliópolis está bem integrada à cidade, podendo contar com diversificados equipamentos urbanos como serviços públicos de transporte, saúde, educação, telefonia e correios.

Com intuito de conhecer melhor as características demográficas de Heliópolis é importante levar em conta os números obtidos na Contagem populacional de 1996, realizada

⁴⁴ *FSP*, 22 de outubro de 1999: "Favela tem população jovem".

pelo IBGE⁴⁵. Este senso apontou a existência de 40.284 moradores em Heliópolis, num total de 9947 domicílios, nos distritos censitários 68 e 34.

Embora a contagem populacional não tenha feito levantamento de renda dos moradores, os dados de escolaridade indicam o predomínio de indivíduos pobres. A tabela abaixo indica que a ampla maioria da população de Heliópolis possui no máximo até sete anos de estudo (79,8%), enquanto no município essa proporção é de 59,7%.

Tabela 4
Anos de Escolaridade
São Paulo e Heliópolis
1996

Categorias	São Paulo	%	Heliópolis	%
Total de pessoas com idade igual ou superior a 4 anos	9.049.145	100,0	32.141	100,0
Sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo	1.043.351	11,5	3.246	10,6
1 a 3 anos de estudo “primário incompleto”	1.390.551	15,4	7.524	27,3
4 a 7 anos de estudo – “1º grau incompleto”	2.966.110	32,8	13.455	41,9
8 a 10 anos de estudo – “1º grau completo”	1.506.820	16,7	5.189	16,1
11 a 14 anos de estudo – “2º grau completo”	1.380.229	15,3	1.903	5,9
15 ou mais anos de estudo – “superior completo”	762.084	8,4	273	0,8
Sem informações	301	0,9

Fonte: Contagem populacional de 1996 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

No total, existiam 21.075 pessoas acima de 4 anos com o ensino fundamental incompleto. Sabendo que a população de 5 a 14 anos era de apenas 4.536 pessoas, é fato que ao menos 16.539 (21.075 menos 4.536) pessoas com mais de 14 anos (acima da idade regular para se concluir o ensino fundamental) não possuíam o ensino fundamental completo. Comparando com o total da população com mais de 14 anos (24.457), este contingente representa 67,6% desta parcela da população.

Sabe-se que a competição no mercado de trabalho reserva, em geral, aos indivíduos com mais anos de escolaridade e formação as atividades econômicas mais rentáveis. Então, devido ao baixo perfil educacional, a população moradora de Heliópolis, de forma geral, deve ser empregada em trabalhos com baixas qualificações e salários.

A renda dos moradores pode ser também conhecida por meio dos custos de moradia. Dados divulgados pela UNAS à FSP revelaram os custos de moradia em Heliópolis. Segundo essas informações, o valor de aluguel das casas alvenaria estava entre R \$250,00 e R\$ 300,00

⁴⁵ Os dados que seguem foram obtidos após desagregação feita gentilmente pelo Departamento de Informações da Secretaria Municipal do Planejamento. Até a finalização desta dissertação os dados do Censo 2000 do IBGE não estavam disponíveis.

em 1999. As casas nas áreas de risco tiveram seus preços cotados em R\$ 10 mil e, nas áreas nobres, R\$ 30 mil⁴⁶.

Dados obtidos junto à Cohab, proprietária da área ocupada, e junto à HABI, órgão responsável pelo Projeto Cingapura, permitem caracterizar o estado de ocupação da área. O “complexo Heliópolis” foi dividido pela Cohab em 13 glebas num total de 966.831,15 m². Cabe lembrar que este “Complexo Heliópolis” é formado por áreas de ocupação irregular, áreas de projetos de moradias (popular e de classe média) e áreas públicas (escolas, Distrito Policial e Companhia da Polícia Militar).

A situação delas é a seguinte⁴⁷. A gleba A foi entregue à HABI para a realização do Projeto Cingapura, onde estão sendo construídos, em projeto com verbas destinadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2495 apartamentos⁴⁸. As glebas B e J estão invadidas e não há dados sobre elas. Nas glebas C e I, há 558 apartamentos de renda média superior. A gleba D foi cedida para implantação da Delegacia de Polícia, onde está também instalado uma Companhia da Polícia Militar e um campo de futebol. Na gleba E, estão sendo construídas pela Cohab 80 Unidades Habitacionais para famílias de baixa renda. Na gleba F, há unidades habitacionais de padrão modelar ocupadas irregularmente, e o restante está ocupado pelo núcleo⁴⁹ “Imperador” da favela, que será removido para implantação de um pátio de manobras do Metrô. A gleba G possui 269 alojamentos provisórios atualmente ocupados pela demanda criada com a remoção de moradores das glebas H e N, além da ocupação do entorno de alojamento. A gleba H que, até 17 de junho de 1996, possuía 545 famílias que ocupavam três prédios iniciados e o espaço em seu entorno, teve removidas 341 famílias após o incêndio. Atualmente possui, com o término dos prédios, 220 Unidades Habitacionais. A K se constitui na maior gleba de Heliópolis e é habitada, segundo estimativas, por 6 mil famílias. Segundo o Projeto Moradia Legal da Cohab, em fase de implantação, esta área será submetida à regularização fundiária. A gleba L possui 336 Unidades Habitacionais de renda popular, além de 600 apartamentos do Projeto Cingapura ocupados por moradores vindos da Favela Sacomã. Por fim, na gleba N, há 344 unidades habitacionais (UH) de renda popular que deveriam ser entregues em 2001, podendo a área alcançar até 1376 UH, segundo o projeto.

⁴⁶ FSP, 22 de outubro de 1999: “Favela tem população jovem”.

⁴⁷ Com a exceção da gleba A, as demais informações foram obtidas em entrevista realizada, em 2000, com Regina, assistente social da Cohab.

⁴⁸ Estas informações foram obtidas na HABI.

⁴⁹ As lideranças de Heliópolis dividem a favela em núcleos, cada qual tendo sido ocupado em tempos e ritmos diferentes.

Esta divisão em glebas se deu no processo de sucessivas ocupações da área total por famílias de baixa renda e grileiros e a formulação de consecutivos projetos da Cohab para a área. Isto fez Heliópolis agregar moradias regularizadas, projetos habitacionais em andamento e uma maior parte de casas irregulares. Assim, após tantos projetos habitacionais, nem toda área da antiga favela de Heliópolis, pode ser a rigor ser definida como favela. No entanto, os moradores dos projetos habitacionais, com exceção dos moradores dos condomínios de Renda Média Superior, não estão em melhores condições de vida frente aos "favelados" que vivem em casas próprias de alvenaria em ruas calçadas, a não ser pelo fato de já estarem regularizados.

Além destas informações foram levantados os perfis sócio-econômicos dos moradores das glebas N⁵⁰ e H⁵¹, junto à Cohab, e da gleba A⁵², junto à Sehab. Na gleba H, foram estimadas 1.924 pessoas, num total de 545 famílias cadastradas, na N, 329 famílias e na A, 8.857 pessoas.

Tabela 5
Renda Familiar
Glebas de Heliópolis

Renda familiar	Gleba N	%	Gleba A	%	Gleba H	%
	(1999)**		(1996)		(1996)	
Total de famílias	329	100,0	2.480	100,0	545	100,0
Sem renda	19	5,8	115	4,6	50	9,17
Até 1 sm	6	1,8	57	2,3	0	0,0
1 a 3 sm*	128	39,0	593	23,9	232***	42,57
3 a 7 sm	152	46,2	898	47,5	242****	44,4
Acima de 7 sm	24	7,2	537	21,7	21*****	3,86
Sem informações	0	0,0	15	0,6	0	0,0

Fonte: Companhia Metropolitana de Habitação - Cohab-SP/Secretaria Municipal de Habitação - HABI.

* Salário mínimo = sm, em outubro de 1996.

** Outubro de 1999. Salário mínimo = R\$ 136,00.

*** Para esta gleba, foram agrupadas as famílias de 1 a 2 sm.

**** Para esta gleba, foram agrupadas as famílias de 3 a 8 sm.

***** Para esta gleba, foram agrupadas as famílias acima de 8 sm.

⁵⁰ Cohab, Diretoria Comercial e Social, Gerência Técnica Social, Perfil Sócio-econômico dos moradores das U.H.'S. – gleba N – Heliópolis. Outubro de 1999.

⁵¹ Cohab, Diretoria Comercial e Social, Gerência Técnica Social, Cadastramento - Quadra H – Heliópolis. 21 a 23 de junho de 1996.

⁵² Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Habitação Popular, Superintendência de Habitação Popular – HABI – Arrolamento da Favela Heliópolis. Relatório Analítico. Julho de 1996. Diagonal Urbana Consultoria S/C Ltda.

A renda destes diferentes grupos de moradores apresenta algumas variações. Como se pode notar no quadro acima. A renda das famílias parece ser maior na gleba A, depois na N, e menor na H. De qualquer forma, para ao menos metade desta população, o pagamento de um aluguel, mesmo que por apenas 2,5 salários mínimos, representa um gasto de no mínimo 50% da renda destas famílias, o que torna inviável a moradia por aluguel em áreas regulares da cidade, onde os contratos de locação, geralmente, só são assinados, após a comprovação de que o locatário só comprometerá até 30% de sua renda com a moradia.

A situação empregatícia dos moradores das glebas A e N encontra-se na tabela abaixo.

Tabela 6
Situação empregatícia
Glebas de Heliópolis

Situação ocupacional	Gleba N (1999)	%	Gleba A (1996)*	%
Total	329	100,0	4.447	100,0
Empregado registrado	153	46,6	2.965	66,7
Empregado sem registro	42	12,8		
Autônomo com INSS	1	0,3	519	11,7
Autônomo sem INSS	79	24,0		
Aposentado	5	1,5	126	2,8
Pensionista	10	3,0		
Empregador			33	0,7
Bico			180	4,1
Desempregado	39	11,8	624	14

Fonte: Companhia Metropolitana de Habitação - Cohab-SP/Secretaria Municipal de Habitação - HABI.

*O relatório sobre a gleba A não separa empregados em registrados e sem registro e nem os autônomos naqueles com INSS e nos sem INSS. Não há também os dados sobre as categorias "outros" e "sem informação".

Tais dados, embora não deixem claro quais tipos de empregos estamos falando, permitem notar as taxas consideráveis de desemprego. Além disso, esses dados são importantes por apontarem que parte destes indivíduos não tem possibilidade de realizar contratos imobiliários com a HABI, por não possuírem renda regular, como o constatado a respeito de certos moradores da gleba A: “Considerando a possibilidade de realização de contratos imobiliários, apenas os empregados (66,7%), os aposentados (2,8%) e, provavelmente, os empregadores (0,7%), têm fonte regular. Portanto, cerca de 29,8% não podem fazer comprovação de renda regular, e na maior parte dos casos, de renda média mensal” (HABI, 1996; citado em nota acima). Isto aponta os limites de certas políticas públicas de moradia em atender toda a população.

O relatório sobre a gleba A traz outros dados sobre a situação dos imóveis e da infraestrutura básica. Mostra que esta gleba era, antes da desocupação para a construção do Projeto Cingapura, uma área consolidada com mais da metade dos imóveis ocupados há mais de cinco anos⁵³, embora 12,3% tivessem se consolidado no último ano, demonstrando a contínua ocupação populacional na área. Mais de 90% dos imóveis eram de uso residencial, mas havia também imóveis comerciais, de serviços e mistos (residência-comércio ou comércio-serviço). Eram alugados apenas 4,3% dos imóveis, sendo regra geral o uso do imóvel pelo próprio dono (93,1%). Dois terços dos imóveis eram de alvenaria, mas quase 30% eram de madeira e 1,2% de restos de materiais.

Em relação ao número de cômodos por imóvel, constatou-se que havia 32,4% de imóveis com três cômodos e 25,4% com dois. Além disso, 5,6% possuíam apenas um cômodo, 25,2%, quatro ou cinco cômodos, e 10,2%, 6 ou mais.

Praticamente todos os imóveis possuíam rede elétrica (embora 46,5%, por meio de ligações irregulares). A maior parte deles possuíam instalações sanitárias (88%), outros 5,6% utilizavam com outro(s) imóvel(s) e 5,1% não possuíam instalação sanitária. Todos os imóveis possuíam abastecimento de água, embora 52,2% possuíssem ligação irregular.

A partir disso, o relatório conclui que se devia levar em conta, para o projeto habitacional, que boa parte da população não tinha, até aquele momento, gastos de água e luz no seu orçamento. Quanto ao esgotamento sanitário, apenas 21% dos imóveis o faziam pela rede oficial, 68,4% utilizavam rede não-oficial, e 5,1%, um canal a céu aberto. Em relação à coleta de lixo dois terços dos imóveis estavam acondicionados para a coleta, no entanto, 21,9% depositavam em via pública e 6,3% em cursos de água.

Esses dados só existem para a gleba A, mas podem ser utilizados para se inferir a situação de toda a favela de Heliópolis. Isto porque, conforme os números de Heliópolis na Contagem Populacional de 1996 há uma grande homogeneidade na favela em termos de escolaridade.

Pode-se afirmar isso, ao se levar em conta três pontos:

1) Supondo-se que os baixos níveis de escolaridade tendem a pertencer a populações de baixa renda e com limitadas condições de moradia, e sabendo-se que estes níveis são baixos para a quase totalidade dos moradores da população da favela, é possível inferir estes dados referentes à gleba A para a toda favela;

⁵³ Os dados são de 1996 e área tem sido desocupada para a construção dos prédios Cingapura.

2) Além disso, a semelhança entre os dados da gleba A, colhidos em 1996, e da gleba N, colhidos em 1999, tende a confirmar que a situação não se alterou significativamente nos últimos anos, comprovando a atualidade destas informações;

3) Notícia do *OESP*⁵⁴, citada acima, apresenta números para o conjunto da favela, muito semelhantes aos existentes no relatório sobre a gleba A: o abastecimento de água é feito através de 5.533 ligações oficiais de água e 7.767 clandestinas. Há 4.433 ligações elétricas oficiais e 8.867 clandestinas. A ligação regular de esgoto se faz presente em apenas 29,14% dos domicílios.

Outra questão a ser mencionada é que dentro dessa homogeneidade de baixas condições de renda e moradia, há uma certa diferenciação econômica entre os moradores. Embora sejam inexpressivas as famílias com renda superior a 10 SM, segundo o relatório sobre a gleba A, havia, num extremo, 1,5% de famílias com renda *per capita* de mais de 5 SM, e, no outro, 4,6% de famílias sem renda. Além disso, havia 36% que possuíam renda *per capita* familiar inferior a um SM⁵⁵. Estes resultados apontam para diferentes tipos de carência existentes nesta população, pois parte dela, além de não ter moradia regular, tem sérias limitações econômicas.

Concluindo este item, nota-se duas facetas da situação de Heliópolis. A primeira se deve em parte a localização da favela. Ocupando uma área distante apenas 8 Km do centro da cidade, ao lado de um Hospital e num distrito municipal (Sacomã) com uma rede pública com capacidade de atendimento da população em diferentes áreas de políticas públicas proporcionalmente semelhante à da média do município, tal como mostram a maioria dos números abaixo.

A segunda faceta é constituída pelas limitações das políticas públicas. Isto pode ser notado pela demanda não atendida nas creches e centros de juventude, como indica o quadro abaixo. Além disso, mesmo que a capacidade de atendimento permita cumprir a demanda, os equipamentos públicos podem não está-la suprindo. É caso do Hospital Heliópolis. Em 30 de agosto de 2000, a 6ª Vara da Fazenda Pública concedeu limitar ao Ministério Público obrigando o hospital a reparar uma série de irregularidades em 90 dias. Segundo o promotor César Pinheiro Rodrigues, "os problemas vão desde a falta de enfermeiros e ausência de medicamentos até instalações inadequadas"⁵⁶.

⁵⁴ *OESP*, 19 de março de 2000: "Uma cidade chamada Heliópolis".

⁵⁵ Estas discrepâncias podem ser em parte explicadas pelo número de pessoas de cada família exercendo atividades econômicas. Estes dados mostram as correlações entre os baixos salários e o desemprego para a inserção desses moradores nos estratos de mais baixa renda da sociedade.

⁵⁶ *FSP*, 1º de setembro de 2000: "Justiça determina melhoria das condições em 2 hospitais de São Paulo".

Tabela 8
Vagas em creches e centros de juventude
São Paulo e distrito municipal de Sacomã
1996

Atendimento público	São Paulo			Sacomã		
	Demanda	Capacidade	Cobertura	Demanda	Capacidade	Cobertura
Total						
Creches	265.336	85.382	32,18%	5419	1615	29,75%
Centros de Juventude	335.048	36.465	10,88%	6.974	990	14,20%

Fonte: Secretaria Municipal do Planejamento de São Paulo - SEMPLA. In: “Tabelas complementares ‘Educação e creche’ (Dossiê 12)”.

Tabela 9
População em idade escolar e matrículas efetuadas no sistema público de educação
São Paulo e distrito municipal de Sacomã
1996

Atendimento público	São Paulo			Sacomã		
	População (1996)	Matrículas (1998)	Matr/pop.	População (1996)	Matrículas (1998)	Matr/pop.
Total						
Ensino Público Fundamental	1.760.135*	1.466.451	0,83	29.042*	23.786	0,82
Ensino Público Médio	943.263**	439.564	0,48	19.887**	5.462	0,27

Fonte: Secretaria Municipal do Planejamento de São Paulo - SEMPLA. In: “Tabelas complementares ‘Educação e creche’ (Dossiê 12)” e “Dados populacionais/Renda, 1940-2000”.

* População de 5 a 14 anos de idade.

** População de 15 a 19 anos de idade.

Em termos educacionais, no distrito de Sacomã (onde está localizada favela Heliópolis), a principal deficiência parece ser quanto a vagas públicas para o Ensino Médio. Em relação à infraestrutura básica urbana, nota-se que em mais da metade das residências de Heliópolis há ligações clandestinas de água, luz e esgoto, as quais estão construídas, também em sua maioria, sobre lotes irregulares.

Desta faceta, fazem parte também os números da violência na favela.

Tabela 10
Crimes contra a pessoa
São Paulo e 95° DP
1998

	São Paulo		95° DP	
População	9.918.862		118.327	
	Ocorrências	Ocor. /100.000	Ocorrências	Ocor. /100.000
Lesão corporal culposa	23.149	233,4	151	127,6
Lesão corporal dolosa	29.458	297,0	168	142,0
Homicídio culposo	932	9,4	3	2,5
Homicídio doloso	4.801	48,4	73	61,7
Tentativa de homicídio	2.357	23,8	14	11,8

Fonte: Secretaria da Segurança Pública - SSP/Delegacia Geral de Polícia - DGP/Departamento de Planejamento e Controle da Polícia Civil - Deplan/Centro de Análises de Dados - CAD; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade.

Estes dados revelaram que no 95° DP de Heliópolis a taxa de homicídios por 100 mil, em 1998, foi 25% maior que a média da cidade de São Paulo, o que demonstra a carência de segurança existente na área. Esta questão será tratada mais profundamente num item posterior.

Ao final deste item, pode-se perceber que as dificuldades enfrentadas pela maioria desta população vão além da questão da moradia. Uma população adulta, em sua maioria com baixos níveis de escolaridade e, por isso, despreparada para competir por trabalhos qualificados - num mercado cada vez mais competitivo e, no qual, a tecnologia tem garantido aumento de produção com redução de postos de trabalho e baixa remuneração. Pela renda que possuem, tem que contar com as políticas públicas de saúde, educação e segurança, entre outras, as quais nem sempre, como se pode ver, contam com recursos e qualidades suficientes para atenderem suas necessidades. Dessa forma, como veremos a seguir, várias iniciativas, de dentro e de fora de Heliópolis, tem procurado suprir as necessidades sentidas por essa população, além do que o Estado têm conseguido.

II.3 - A organização dos moradores e a UNAS

O propósito deste item é mostrar como os moradores foram se organizando, cobrando políticas públicas e desenvolvendo atividades sociais, ora em parceria com o Estado, ora em substituição a ele.

Por isso, começemos com a história da organização dos moradores, analisando entrevistas realizadas com lideranças de Heliópolis entre 1987 e 1990 (Sampaio, 1990). As pessoas entrevistadas naquela época foram: Miguel Borges Leal (presidente da UNAS), João

Isaías (que foi o primeiro presidente da Sociedade Amigos e Moradores da Favela de Heliópolis); José Francisco (líder da região da Praça Dom Pedro); e outras lideranças (Naná, Dona Lili e Cleide). O trabalho sobre este material foi essencial para o resgate do início das articulações entre os moradores da área.

Cleide, que chegou aos seis anos, para morar com sua família no alojamento provisório instalado pela prefeitura em 1972, contou que a prefeitura, naquela época, colocou assistentes sociais para auxiliar e orientar os moradores sobre limpeza, lixo, esgotos, os quais incentivaram a participação da população na vida comunitária. Havia uma certa organização para manter os bens que eram da comunidade: um chafariz, banheiros, chuveiros e tanques de lavar roupa. Naquele tempo, existiam em Heliópolis pouquíssimos barracos. O apoio inicial da prefeitura aos moradores dos alojamentos não se manteve por muito tempo, conforme afirmou Cleide, o trabalho das assistentes sociais foi logo suspenso.

Já Naná, que chegou a Heliópolis no início dos anos 70, contou que se instalou na área, onde hoje está o PAM, e construiu casa, chiqueiro, galinheiro e ainda uma residência para a sobrinha. Mas por volta de 1975, Mariano (identificado como grileiro), auxiliado por seus familiares, começou a visitar área dizendo que era dono da área e exigindo a mudança dos moradores, os quais, a princípio, recusaram. Depois, Mariano propôs que a família de Naná lhe comprasse o terreno que ocupavam e, dizendo possuir documentos, começou a vender lotes nos arredores. Com a pressão, em 1978, a família de Nana decidiu sair e se instalar perto do alojamento. Segundo ela, depois de algumas semanas, um outro grileiro após avisar que ali não podiam ficar, tentou com trator e junto com amigos policiais retirar cinco famílias. As famílias resistiram com paus e vassouras. A atuação dos grileiros parece que se estendia por toda a área de Heliópolis.

Miguel Borges Leal, presidente da UNAS, narrou que a associação dos moradores em Heliópolis teve início em 1978, contando com o incentivo do bispo do Ipiranga, Dom Celso. Este bispo contribuiu para a instalação da Pastoral das Favelas no bairro, a qual tinha como objetivo auxiliar os moradores em suas reivindicações por melhores condições de vida. Segundo Naná, os moradores foram ajudados pelo padre Segundo e a irmã Nice. Dessa ligação com a Igreja⁵⁷, nasceu a primeira Comissão de Moradores.

Neste período, surgiram as primeiras reivindicações de água e luz, junto à prefeitura municipal. Conforme João Isaías, que chegou em 1978, naquela época, as reuniões com a

⁵⁷ A atuação de religiosos da Igreja Católica tem sido fundamental na organização dos moradores de Heliópolis. Até hoje espaços da igreja são cedidos para reuniões e atividades e vários dos líderes de Heliópolis, em algum momento, ao se verem desempregados, foram contratados pelos religiosos, como agentes pastorais que deveriam desenvolver trabalhos em prol da comunidade.

população eram realizadas no meio da rua e os moradores contavam com ajuda de assistentes sociais da Administração Regional do Ipiranga. De acordo com Miguel, em 1978 e 1979, a ocupação começou a se expandir em direção à São João Clímaco (bairro localizado no fim da Av. Estrada das Lágrimas).

Em 1980, João Isaías se tornou presidente da então fundada Sociedade, Amigos e Moradores de Heliópolis, que nasceu com intuito de organizar as reivindicações dos moradores e passou a trabalhar ao lado e em concorrência com a Comissão de Moradores. Com material, ao que parece obtido junto à prefeitura, esta comissão construiu uma sede e, nos fundos, foi morar seu presidente. Além da sede, foi erguido o “Azulão”, um barracão para servir de creche para 200 crianças.

Genésia Miranda, que chegou à favela em 1981 com seu marido João, disse que, após se instalar no barraco recém comprado recebeu a visita do grileiro Flávio Mariano que lhe disse que deviam pagar aluguel pelo lote que ocupavam. Genésia recusou-se a pagar. Logo após este incidente, começou a trabalhar com uma assistente social da igreja de Vila Arapúa, Silvia, ajudando os moradores na mobilização política e na resistência à pressão dos grileiros. Nessa época, os grileiros também não quiseram deixar entrar os operários que iriam instalar água e luz.

Após isso, Frei Sérgio, coordenador da Pastoral da Favela, comprou dois barracos de famílias que queriam voltar para o Nordeste e neles foram organizadas reuniões entre moradores. Nesta sede, foi fundado o primeiro Clube de Mães, organizado por Genésia e Silvia: elas faziam reformas de roupas, bazar e conversavam com as mães sobre o problema dos grileiros, do qual todas tinham medo. O mesmo Frei foi responsável, segundo Genésia, na luta contra os grileiros por conseguir, durante um certo período, a ajuda de duas assistentes sociais da Regional do Ipiranga e também por apresentar aos moradores, entre eles Miguel, o advogado José Mentor⁵⁸, que trabalhava com loteamentos clandestinos.

Genésia contou que tinha certeza de que os grileiros não eram donos da terra e que tentava convencer os moradores a não pagar as taxas de aluguel cobradas por eles, apesar das ameaças de derrubarem os barracos. Com isso, passou a ser vigiada por pessoas a mando dos grileiros e seu marido começou a acompanhá-la às reuniões temendo pela sua segurança.

Mas as brigas com os grileiros não foram apenas verbais. Genésia narrou, com detalhes, um dia em que Geraldo Mariano compareceu ao barraco do Clube das Mães e deu-

⁵⁸ O advogado, líder do governo Marta Suplicy na Câmara Municipal em 2001, iniciou seu trabalho com os movimentos sociais através do Centro de Estudos e Atividades Sociais do Departamento Jurídico XXII de Agosto, fundado em 1977, na PUC-SP, e que recebeu apoio de sua reitoria, da Comissão dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo e do Cardeal Arcebispo de São Paulo D. Evaristo Arns (Sampaio, 1990).

lhes 24 horas para desocuparem o "barraco" que estava, segundo ele, sobre suas terras. Após isso, dirigiu-se ao seu barraco com mais oito homens e tiveram uma briga com seu marido e cunhado, os quais tiveram de ser hospitalizados. Genésia demonstrou indignação ao dizer que havia muitos moradores na rua que se esconderam ou fugiram e não ajudaram. O desfecho não foi mais trágico, devido à ação de duas assistentes sociais que gritaram pela rua e foram chamar a polícia, e com isso interromperam a briga.

Segundo Genésia, foi registrado um Boletim de Ocorrência. Após o incidente, Frei Sérgio apresentou-lhes ao Dr. Jairo, advogado criminalista, que passou ajudar, soltando os moradores que freqüentemente eram presos pelas denúncias dos grileiros ao 26º DP.

De acordo com Miguel, diante da ameaça dos grileiros, alguns moradores foram à Delegacia, à polícia federal, ao gabinete do prefeito Mário Covas (1983-86) e aos vereadores. Por meio do trabalho do advogado José Mentor, já sabiam naquela época que Heliópolis havia se constituído sobre área pertencente ao IAPAS e, com ele, mais os advogados, Jairo da Fonseca e Jucéria, foram à sede do IAPAS em São Paulo. O IAPAS já havia pedido reintegração de posse da área. Nessa época, as TV Bandeirantes e Cultura foram acionadas e fizeram entrevistas sobre a questão.

Em 1984, segundo Genésia, um acontecimento marcou a história da organização dos moradores em Heliópolis. Havia na Av. Estrada das Lágrimas uma área grande ocupada por um Parque de Diversões que estava para se mudar. O grileiro Geraldo Mariano (Geraldão) já havia afirmado que iria ocupá-la. Os moradores resolveram proteger a área. No dia 12 de janeiro, deu-se o conflito. Geraldão compareceu com seus comandados, houve briga e os moradores acabaram vencendo e cercaram-na. Jornais foram avisados e o conflito documentado. Segundo Genésia, este episódio mostrou que havia mais moradores defendendo a ocupação da área.

Com o conflito, o Diretor do IAPAS afirmou na TV que a área pertencia ao Instituto, e os moradores, contando com a colaboração do padre Celso, e das assistentes sociais da Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social (Fabes), Lucila e Eliana, tiveram audiência com o Diretor⁵⁹.

Em novembro de 1983, a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), por ser o órgão da prefeitura responsável pelos projetos de urbanização e sua implantação, havia

⁵⁹ A atuação da Fabes junto à favela já vinha de longa data. Em 13 de abril de 1983, a Supervisão Regional de Serviço Social do Ipiranga, pertencente à Fabes, apresentou proposta de solução para toda a área, em que entre outras coisas, pedia a doação da área para a prefeitura municipal de São Paulo para usá-la na implantação de loteamentos sociais, a fim de atender não só moradores de Heliópolis, mas também às favelas em situação de emergência na região do Ipiranga. Foi proposta ainda a realização de um processo de discussão com a população para a definição posterior do projeto habitacional.

apresentado o “Plano Habitacional Integrado Heliópolis”, que previa a construção de conjuntos de edifícios habitacionais e a urbanização da favela. Após pressões de moradores e da prefeitura, a área foi transferida, em 20 de fevereiro de 1984, do IAPAS para o BNH. Já em 02 de março, a Cohab estaria autorizada a tomar a guarda da área denominada Heliópolis.

As lideranças começaram então a concordar que era necessário unir os esforços e fazer a Comissão de moradores crescer. Foi convocada uma assembléia, a qual reuniu cerca de 500 pessoas. Desta surgiram uma nova comissão e sub-comissões nos núcleos de moradores Mina, PAM, Lagoa, D. Pedro, Portuguesa e Heliópolis.⁶⁰

Os moradores ocuparam, nessa época, mais de 15 campos de futebol mantidos por pessoas de fora de Heliópolis, com medo de que fossem vendidos pelos grileiros, como já havia sido feito com outros seis. A divisão em sub-comissões nos núcleos também serviu, segundo Sampaio, para auxiliar no trabalho de vigilância da área contra novas ocupações e venda de lotes por grileiros.

Em nova Assembléia da Comissão de Moradores em 12 de fevereiro, com 3 mil participantes, os moradores aprovaram as seguintes propostas:

"1- Que o IAPAS, que é dono, venda para a Prefeitura toda a terra e a Prefeitura venda os lotes, urbanizados, aos moradores, de acordo com suas posses;

2- Que a Prefeitura faça a urbanização da área, com as ruas, lotes, áreas comunitárias (creche, escola, água, esgotos, luz, etc.) e áreas de lazer com a participação da Comissão de Moradores;

3 – Que a Prefeitura forneça plantas para a construção de casas, através de mutirão, e que a construção possa ser feita aos poucos;

4 – Que a Prefeitura financie a compra de material de construção (alvenaria) para as famílias sem condição de comprá-lo” (*ibidem*: p. 67)

Começaram a haver reuniões freqüentes entre as lideranças, moradores de Heliópolis e assistentes sociais da Cohab para discutir o projeto de moradia para a área, orientar os moradores a não venderem barracos⁶¹, impedir a entrada de novas famílias e resolver questões quanto às ligações de água e luz, à abertura de ruas, coleta de lixo e à transferência de famílias que estavam ocupando áreas de risco. Essas reuniões contavam com a participação da

⁶⁰ “A Comissão de Moradores era constituída de mais de 100 pessoas, distribuídas em dez núcleos, (...), que correspondiam às regiões Mina, Flamengo, Lagoa, Viracopos, São Francisco, Portuguesinha, Imperador, Heliópolis, Sacomã e Pam. Em cada núcleo existia representante que fazia parte da coordenação central da Comissão de Moradores” (Sampaio, 1990: p.70).

Comissão de Moradores de São João Clímaco e Heliópolis (da qual participava Miguel), da Associação de Moradores de Heliópolis (presidida por João Isaías) e o Grupo do PAM (liderado por Cláudio Dionísio Lima). Com os atrasos da implantação do Projeto Heliópolis, a Comissão de Moradores de São João Clímaco solicitou "reunião conjunta com o Secretário da Habitação, vereador Madeira, o presidente da Cohab e o gerente do BNH em São Paulo, Dr. Vannini, a fim de se ter uma definição" (Sampaio, 1990: p. 82). Numa segunda reunião em 12 de dezembro de 1984, para tratar dos detalhes de implantação do projeto, o vereador Madeira propôs a formação de uma Comissão de Representantes com membros das três entidades para estar presente nas reuniões com a Cohab/Sehab. A partir dessa idéia e pressão, será formada a UNAS, União de Núcleos, Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco.

Apesar dos esforços dos moradores, os grileiros continuaram agindo e novas famílias continuaram a ocupar o lugar, principalmente devido à ineficiência do sistema de segurança privada instalado pela Cohab para preservar a área. O projeto da Gestão Covas acabou não progredindo, principalmente, devido aos atrasos decorrentes da transferência legal da área para a Cohab.

Já no Governo Jânio Quadros em 1986, a UNAS se tornou a principal interlocutora dos moradores junto aos órgãos públicos, como a Cohab e HABI (responsável pelo Projeto Cingapura), e aquela com maior capacidade de angariar recursos, seja da prefeitura, governo do estado e governo federal, seja junto a empresas privadas ou ONG's nacionais e estrangeiras.

Segundo Cleide, a história dessa associação tem se feito por meio de acertos e erros e de demonstrações de força e fraqueza. Para ela, em várias ocasiões "faltou maturidade ao movimento". Ela disse que, durante a gestão Jânio Quadros, tiveram vários enfrentamentos com os técnicos da Cohab, não aceitando diálogo e exigindo medidas em relação às quais tiveram que recuar posteriormente: como o fato de terem aceitado a delimitação de lotes de 50 m², com área construída de 32 m² na construção das casas em mutirão. Em outro episódio, Cleide afirmou acreditar que teria sido melhor aceitar a proposta da Cohab, de não incluir os 19 ocupantes da gleba L que já haviam sido deslocados para outras áreas, para virem morar nos primeiros embriões construídos de um projeto da Cohab. A maioria destas pessoas acabou vendendo o lote para pessoas de fora, agravando a falta de espaço na área. Em outra ocasião, faltou ao movimento força para, conforme havia sido decidido em Assembléia em 1987,

⁶¹ No caso de venda de barracos, segundo determinação da Cohab, os novos moradores por não estarem cadastrados, não têm direito de participarem do Projeto Habitacional da área que ocupam e podem ser removidos do local.

assegurar o campo de futebol do Luxemburgo para os moradores, o que não foi feito por medo da chegada da polícia. Conforme Cleide, essa fraqueza permitiu que as melhores áreas de Heliópolis fossem ocupadas por apartamentos para classe média.

Atualmente, a UNAS tem conseguido liderar ou cooperar com os maiores projetos nas áreas de educação, lazer, qualificação profissional de adolescentes, assistência social e moradia.

O jornal *A Voz da Comunidade*⁶², de dezembro de 1999, noticia vários empreendimentos da UNAS em Heliópolis⁶³. Na área de educação, possui projeto de reforço escolar infantil, com recursos do Programa Comunidade Solidária, do Governo Federal, e do Instituto General Motors, desenvolvido na Av. Estrada das Lágrimas (Projeto Parceiros do Futuro) que, juntamente com os Centros de Juventude⁶⁴ (com recursos destinados pela prefeitura) atendem 650 alunos de 7 a 14 anos. Possui, junto com a Universidade São Marcos, um projeto de alfabetização que atende 250 pessoas, a cada 6 meses, em dez salas distribuídas nos núcleos da favela. Coordena grupos de adolescentes para discussão de prevenção de DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis). Participa de projeto para a construção de escola profissionalizante, em área atrás da 95° DP, através do Programa de Educação Profissionalizante do Ministério da Educação. Desenvolveu curso pré-vestibular para 60 alunos, em 1999, com proposta para chegar a 120 em 2000. Em 2000, segundo o coordenador do projeto no CJ Heliópolis, foi desenvolvido Curso de Reciclagem para 180 adolescentes na favela.

Na área de esportes e cultura, a UNAS recebeu recursos da Companhia Siderúrgica Nacional para a construção do Centro Cultural e Esportivo na Rua da Mina, inaugurado no final de 2000 e onde está agora a sede da associação⁶⁵. Possui uma rádio comunitária, operando na frequência de 98,3 FM, que tem tentado se regularizar e que possui uma programação dirigida à comunidade.

O governo estadual (Gestão Mário Covas – 1994-2001) concedeu também à UNAS a responsabilidade pela entrega do vale-leite para famílias cadastradas, conforme programa para famílias carentes. A UNAS participa ainda de projeto de liberdade assistida, administrado

⁶² Este jornal foi desenvolvido na Escola Estadual Ataliba de Oliveira, com alunos desta e das escolas Eurydice Zerbini e Campos Sales, vizinhas à favela. O jornal conta com o apoio do Projeto Parceiros do Futuro, da Fundação Telefônica, Imagens Educação e é encontrado na Internet, com o endereço – www.jornalcomunitario.org.br/escola2/2pagina4.htm

⁶³ Estas informações foram complementadas através de Cleide, Diretora da UNAS.

⁶⁴ Os Centros de Juventude passaram a chamar Espaços Gente Jovem, a partir de 2001.

⁶⁵ Vários desses projetos têm recebido apoio de políticos e outras entidades, sem o qual a UNAS teria dificuldades para realizá-los. Neste projeto da quadra poliesportiva, por exemplo, a UNAS contou com o apoio do Deputado Federal Aloísio Mercadante (eleito senador em 2002) e foi parceira da Escola Municipal de Ensino Fundamental Campos Sales e de lideranças religiosas da Igreja Santa Edwiges.

pela Febem-SP, voltado para o atendimento de jovens condenados por infrações da região do Ipiranga.

Participa do processo de mediação da mudança dos moradores da gleba A para os apartamentos do Projeto Cingapura na mesma gleba. Em 1999, desenvolveu parceria com a Administração Regional (AR) do Ipiranga, a qual, através da arrecadação de R\$ 3.860,00 junto a 58 famílias, permitiu comprar o asfalto para a pavimentação das ruas Natali e São Simão.

Participa ainda do Fórum de Desenvolvimento de Heliópolis. Este Fórum é composto pelas seguintes entidades: Associação Brasileira de Resgate Social (ABRAS), Associação Comunitária para Valorização de Heliópolis, Associação Pró-Moradia e Qualidade de Vida, Movimento Democrático Popular, Pastoral Heliópolis (através da Irmã Maria Aparecida Corrêa Custodio), Sociedade de Defesa e Apoio às Comunidades Urbanas, UNAS e União das Mulheres Batalhadoras.

O Fórum apresentou proposta de legalização e comercialização dos lotes⁶⁶ da gleba K que possui, aproximadamente, seis mil famílias, e que, entre outras diretrizes, reivindica preservação das casas de alvenaria, entrega de escritura definitiva e Concessão de Permissão de Uso dos Equipamentos Sociais existentes.

No ano de 2000, pude acompanhar três eventos que envolveram esta associação.

A “Caminhada pela Paz”, na favela de Heliópolis, que percorreu as ruas da favela, reuniu mais de 200 pessoas, em 14 de junho de 2000. Entre os manifestantes estavam, os organizadores, diretores da UNAS, alunos, professores e diretores das escolas públicas da região e representantes de algumas ONG’s e sindicatos da cidade de São Paulo (como o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, a União Municipal dos Estudantes Secundaristas e o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo). O tema da manifestação pública foi reivindicação de cidadania, direitos, e paz, e críticas a um dos maiores problemas dos moradores: a violência.

Acompanhei também jovens da UNAS e seus coordenadores no dia 07 de julho de 2000 nas manifestações públicas em torno da campanha “Basta! Eu quero paz” organizado pelo Instituto Sou da Paz e outras ONG’s, na Praça da Sé, centro de São Paulo, onde estava exposto painel pintado por jovens de Heliópolis sobre a questão da violência.

Pude acompanhar ainda as eleições para a escolha da nova diretoria da UNAS, que teve visibilidade em toda a favela e reuniu mais de 6 mil eleitores no dia 10 dezembro de 2000, onde concorreram três chapas: a chapa 1 que continha o maior número de diretores da

⁶⁶ Estas informações foram retiradas do documento que contém tal proposta, do qual obtive cópia na Cohab.

UNAS e tinha como candidato o então presidente João Miranda; a chapa 2, com o ex-presidente, candidato Miguel Leal Borges; a chapa 3, com o ex-presidente Raimundo Bonfim, da Central de Movimentos Populares. O resultado da eleição foi a vitória da chapa 1, obtendo a maioria na diretoria da UNAS.

É importante afirmar que não se pode resumir as atividades comunitárias voltadas para a melhoria das condições de vida em Heliópolis à ação da UNAS. A igreja católica e atuação de seus religiosos têm sido fundamentais na organização dos moradores de Heliópolis. Até hoje espaços são cedidos para reuniões. Segundo entrevista realizada em 2000, com Cleide, que trabalha no Projeto Parceiros do Futuro, a Igreja Santa Edwiges, entre outras atividades, possui uma farmácia comunitária, creche e trabalho com aidéticos.

Há também a atuação de várias igrejas evangélicas na área, que além de fazerem ação religiosa, visando cultivar seus ritos e aumentar o número de fiéis, desenvolvem também trabalhos para a comunidade. Entrei em contato com o trabalho de duas delas. A Fundação Renascer abriu espaço em 2000 para formação escolar primária para adultos em sua sede, recebendo os adultos recém alfabetizados pelo programa da UNAS. Por sua vez, a Jerusalém, Comunidade Evangélica do Heliópolis, desenvolve trabalho de atendimento aos moradores através de voluntários.

Segundo entrevista em maio de 2000 com o Pastor Carlos Altheman, na sede desta última instituição, na Rua Comandante Taylor, prestam serviço 8 dentistas, 7 advogados, 3 médicos, 2 professores de inglês e 8 psicólogos. Há ainda 3 salas de alfabetização, 1 de curso de estética, 2 de cursos de corte de cabelo, 2 para formação de manicure, além de uma professora de bordado e outra de dobradura. Há ainda a doação de cestas básicas para famílias necessitadas. Segundo o Pastor, há por volta de 40 Igrejas Evangélicas atuando em Heliópolis, desenvolvendo atendimento religioso e filantrópico.

Resta dizer que, embora tanto as igrejas, quanto às associações desenvolvam trabalhos comunitários, em termos de formação política e aprendizado de participação política, o trabalho de padres da Igreja Católica e das associações de moradores, de uma forma geral, parecem possuir uma ação mais voltada para as reivindicações dos direitos dos cidadãos e cobrança dos deveres do Estado.

Concluindo, o envolvimento de moradores com as associações e igrejas existentes em Heliópolis têm contribuído para fortalecer laços sociais existentes na localidade. Além disso, várias iniciativas de ONG's, universidades, empresas (inclusive transnacionais) têm preenchido as lacunas ou fortalecido as políticas públicas, conseguindo melhorar, por

exemplo, as condições de lazer e educação desta população que possui rendas familiares muito baixas.

No entanto, os laços existentes e mesmo o associativismo representado pela UNAS, como se verá a seguir, não foram capazes de conter a influência que as quadrilhas de tráfico de drogas e seu "ethos guerreiro" têm exercido sobre alguns jovens de Heliópolis. Entretanto, isto não permite concluir que a sociabilidade local não tem capacidade de auxiliar na prevenção da violência. Segundo Zaluar, "é imprescindível a recuperação das redes de sociabilidade vicinal e o fortalecimento das organizações vicinais, com a participação efetiva dos moradores no espaço público construído pela crítica social que desenvolveram no passado, assim como no processo recente de decisão sobre a urbanização de favelas, sobre a distribuição dos serviços e recursos do Estado, revitalizando sua tradição política baseada no associativismo, na produção e crítica cultural, bem como na festa. Essa prática social é indispensável para se desconstruir a violência difusa, que está em toda a parte porque tomou conta de corações e mentes, principalmente dos homens mais jovens que se trata de reconquistar" (1998: p. 318).

II.4 - A violência em Heliópolis

A violência se encontra ao lado de outras preocupações dos moradores de Heliópolis, como a moradia e o desemprego. Como em outras esferas de políticas públicas, o Estado está presente em Heliópolis buscando assegurar a segurança desta população. São mantidas duas unidades policiais - um Distrito Policial e uma Companhia. Além disso, existe um Conselho Comunitário de Segurança aberto para os moradores participarem de um diálogo junto às polícias civil e militar, visando um melhor atendimento das necessidades de segurança na área. Cabe dizer também que há ações das associações de moradores, escolas e igrejas cobrando ações das autoridades públicas contra a violência (como passeatas) e repudiando os comportamentos violentos (campanhas pela paz e pregações nas igrejas).

No entanto, apesar dessas mobilizações, instrumentos e ações públicas, a violência é um dos problemas que afligem os moradores, influenciando certamente na forma como eles refletem sobre a questão da punição e analisam a atuação policial.

Por isso, antes de se analisar as falas dos moradores entrevistados em Heliópolis sobre os principais temas propostos por esta pesquisa, é necessário verificar a situação em que têm vivido estes indivíduos, nos últimos anos, para se ver o contexto que constitui o pano de fundo de suas falas sobre os temas de punição e polícia.

Dois instrumentos de pesquisa foram utilizados para entender em que condições a situação de segurança se apresenta em Heliópolis: um recorte histórico baseado em fontes secundárias (teses e imprensa escrita) e entrevistas e observação *in locus*. Os resultados desse trabalho constituem os dois itens a seguir.

II.4.1 - O tráfico de drogas segundo a imprensa

O objetivo deste primeiro item é descrever os acontecimentos envolvendo a segurança dos moradores de Heliópolis.

Como se pode ver no item sobre a organização dos moradores, até o final dos anos 80, os relatos de violência se referem à ação dos grileiros e seus homens contra os moradores. Na época, a intenção dos grileiros era receber pagamentos pelos lotes em que os ocupantes construíram suas moradias. Os casos de não pagamento podiam resultar em expulsão violenta dos ocupantes.

Em 1986, com a transferência da propriedade da área para a Cohab houve redução da ação de grileiros, mas isso não significa que a área tenha ficado mais segura para seus moradores (Sampaio, 1990). Sampaio, identificando as vendas de barraco na favela, em julho de 1987, notou que um dos principais motivos alegados para a venda foi a insegurança. Muitas mortes ocorreram na área e foram atribuídas a justiceiros que chegavam a atuar durante o dia. Segundo ela, entre os dias 14 e 15 de outubro de 1987, no escritório da Cohab na favela, “apareceram quatro pedidos de transferências, todos resultantes de insegurança – três das famílias receberam uma ameaça de morte, duas das quais dirigidas a filhos menores, e uma ameaça foi dirigida a um adulto, que ficou absolutamente apavorado, e um 4º caso, de casa sujeita a sucessivos roubos, que desanimaram o morador em trabalhar para adquirir um bem e ser roubado” (*ibidem*: p. 135).

Sampaio notou ainda que essa violência afugentava inclusive as associações de moradores: “O que causa espanto é que a UNAS sempre tão ciosa dos problemas dos moradores, não tocava, nem de leve, nesse grave problema dos justiceiros. Sem dúvida, seus membros tinham medo de se envolver” (*idem, ibidem*).

Nos anos 90, apareceram em cena os traficantes de drogas alterando a questão da violência.

Ao analisar o material de imprensa de 1994 a 2000 foi possível encontrar dois conjuntos de acontecimentos que se destacam entre as demais notícias sobre a violência em

Heliópolis: "a primeira guerra entre quadrilhas de traficantes"⁶⁷ (de novembro de 1997 a maio de 1998) e "a segunda guerra entre quadrilhas de traficantes" (de outubro de 1999 a junho de 2000). Conforme veremos a seguir, pela gravidade da situação, é provável que estes períodos tenham sido os mais marcantes, em termos de violência, para os moradores de Heliópolis. Isto permite sugerir que não é possível entender o que estes indivíduos pensam sobre as questões de violência e segurança sem conhecer o que se passou nestes períodos. O que não quer dizer que nos demais intervalos de tempo a situação fosse da mais absoluta tranquilidade.

Entre as notícias que coletei de 1994 até novembro de 1997, há algumas sobre roubos seguidos de morte, geralmente nas avenidas que cruzam a favela, vitimando, sobretudo motoristas que utilizam estas vias para se locomover pela região metropolitana. Além disso, foram noticiados homicídios dentro da favela, que levantavam suspeitas sobre os traficantes. Houve também, neste período, notícias de fuga de presos no 95º DP que se localiza dentro da favela. No intervalo entre as duas "guerras entre quadrilhas" (de maio de 1998 a outubro de 1999), ocorreram outros incidentes: assalto a armazém em que se suspeitava da ação de quadrilha escondida em Heliópolis, triplo homicídio de pessoas supostamente ligadas ao tráfico, morte de adolescente por vingança ou acerto de contas do narcotráfico e morte de policial supostamente ligado ao tráfico de drogas. No entanto, existem nestes dois períodos três fatores que os diferenciam dos dois primeiros: 1) há dezenas de dias de intervalo entre uma notícia e outra; 2) não houve mega-operações especiais da polícia; 3) não há notícias sobre a existência de "toques de recolher" na favela.

Nos dois períodos em que houve "guerras entre quadrilhas de traficantes" os conjuntos de notícias trazem quatro tipos básicos de informação:

- a descrição dos crimes, contendo elementos que auxiliam na caracterização das ações das quadrilhas;
- as ações policiais para inibir as ações das quadrilhas, prender os responsáveis pelos assassinatos e garantir segurança à população;
- os impactos das ações das quadrilhas de tráfico de drogas sobre o dia-a-dia da favela e as reações dos moradores;
- a pressão da imprensa sobre a Secretaria de Segurança Pública e sobre as corporações policiais, cobrando o fim dos assassinatos e a prisão dos responsáveis.

⁶⁷ É necessário comentar duas possíveis dúvidas que podem advir da leitura desta definição. Em primeiro lugar, o termo "primeira" não significa que não houve outras guerras entre traficantes, mas apenas que foi a primeira guerra registrada pela imprensa pesquisada naquele período. Em segundo lugar, o termo "guerra" pretende significar que o conflito entre quadrilhas em disputa se desenrolou em vários incidentes.

Levando em consideração estes quatro tipos de informação, estes dois períodos serão descritos a seguir.

"A primeira guerra entre as quadrilhas de traficantes"

Em 02 de novembro de 1997, um tiroteio entre policiais militares e duas quadrilhas de traficantes na Favela Heliópolis deixou cinco mortos, três homens acusados de ser criminosos, um jovem e uma criança. A ação policial começou quando um policial suspeitou de homens armados parados em uma esquina da Av. Almirante Delamare e acionou outros policiais. Com a chegada do reforço, iniciou-se tiroteio que durou, aproximadamente, uma hora. “Os 15 suspeitos fugiram e se esconderam no barracão do Grêmio Unidos de Vila Carioca, na entrada da favela. Um dos suspeitos foi morto dentro do vestiário. Outros dois bandidos também foram mortos pela polícia”⁶⁸. Segundo a polícia, foram apreendidos duas pistolas, dois fuzis e uma metralhadora, que foram encontrados no Grêmio, após o tiroteio.

Moradores do local afirmaram que o jovem e a criança foram mortos em baixo de uma cama, após traficantes passarem pela rua descarregando rajadas de metralhadoras contra o barraco. Um tenente-coronel da PM informou que este expediente era utilizado pelos traficantes para desviar a atenção da polícia. Um traficante preso e levado ao 95º DP, o Paulinho, admitiu que estava ocorrendo uma briga entre quadrilhas de traficantes dos núcleos *16 de Dezembro* e *Imperador* pelo controle de Heliópolis. Essa mesma notícia ainda informou que um dos “cinco mortos foi levado ainda com vida para o pronto-socorro Heliópolis”, identificado como Geraldo, o qual “seria um dos líderes da favela”.

O que parece ter chocado mais os moradores não foram as mortes em si, mas o fato de terem sido vitimadas pessoas que não tinham ligação com o tráfico: “acostumados com a violência diária da favela, os moradores não estavam muito surpresos com o ocorrido, mas lamentavam a morte de dois meninos inocentes”⁶⁹. Esta notícia sugeriu que a violência já estava enraizada na favela e que para estes moradores a vida de um traficante (um outro) possui menos valor de que a de um morador comum (um igual).

O incidente provocou críticas à atuação da Polícia Militar na área. O próprio delegado titular do 95º DP na época, Marco Antonio Azcoul, criticou a atuação da Polícia Militar. Segundo ele, a PM não patrulhava as ruas da região⁷⁰. O subcomandante da área, Major PM Francisco Rissi Filho, defendendo a Polícia Militar, reconheceu que apenas as ruas em que podiam circular carros eram patrulhadas. Segundo ele, isto ocorria porque colocar os policiais

⁶⁸ OESP, 03 de novembro de 1997: "Tiroteio deixa 5 mortos na Favela Heliópolis".

⁶⁹ OESP, 03 de novembro de 1997: "Disputas são constantes na região".

⁷⁰ FSP, 04 de novembro de 1997: "PM não polícia", diz delegado".

a pé em vielas e becos, seria deixá-los como alvo fácil. A Polícia Militar reconhecia assim que havia locais que não podiam contar com patrulhamento policial rotineiro. Com isso é possível se notar a formação de quistos na favela sem presença ostensiva da polícia. A ação das quadrilhas de tráfico parece ter sido capaz de coibir não só a liberdade dos moradores, mas também inibir a ação policial⁷¹.

As quadrilhas de tráfico de drogas que atuavam em Heliópolis, segundo a imprensa, além de possuir considerável armamento, haviam conseguido construir uma arquitetura defensiva na favela. Matéria da *FSP*⁷² informou que estava sendo investigada pela polícia uma rede de túneis construída por traficantes de drogas sob a favela. Uma ramificação, segundo a notícia, foi encontrada em 09 de outubro, quando traficantes fugiram por ela, após a polícia ter descoberto um minilaboratório para fabricação de crack. O delegado titular do 95º DP afirmou que a apreensão de armas importadas não deixava dúvidas quanto à conexão entre os traficantes de Heliópolis e o tráfico internacional de drogas. As quadrilhas de tráfico de drogas de Heliópolis tinham uma tal organização que lhes permitiram, segundo o que foi noticiado na época, construir túneis, comprar armas importadas, produzir crack e ter, talvez, até conexões com quadrilhas internacionais de tráfico de drogas e armas. Para tais quadrilhas terem chegado a tal desenvolvimento, certamente os pontos de venda de droga de Heliópolis eram (e ainda são) altamente rentáveis. Isto pode ser explicado em parte pela ótima localização da favela: está a apenas 8 KM do centro da cidade, cercada por grandes avenidas (Av. das Juntas Provisórias, Almirante Delamare) e próximo a Rodovia Anchieta que interliga São Paulo a cidade portuária de Santos.

Em outra notícia⁷³, há informação de que existiam cerca de 20 núcleos independentes de tráfico de drogas. Segundo o investigador do 95º DP, Edson Tadeu Bória, os traficantes dominavam várias partes da favela e as facções de traficantes eram conhecidas pelo nome da rua onde se instalaram. Conforme afirmou o investigador, caracterizando as atividades ligadas ao tráfico, estas facções se reuniam toda à noite em barracos pertencentes a elas mesmas. O investigador declarou também que os tiroteios pelo controle dos pontos eram quase semanais e, nos últimos dois meses, quatro tiroteios haviam ocorrido entre policiais civis e bandidos. Embora o investigador tenha destacado as ações dos policiais civis contra as quadrilhas de

⁷¹ Isto parece reforçar a hipótese revelada a mim por um funcionário da Sehab, segundo a qual, a própria geografia da favela favorecia a ação do tráfico. Este funcionário, o assistente social Carlos, afirmou também que acreditava que com as construções dos prédios do Projeto Cingapura na gleba A, foram reduzidos os locais para a venda de drogas naquela gleba. Isto pode ter levado, segundo ele, a quadrilha que atuava naquela área a entrar em conflito com outras por novos pontos de venda.

⁷² *FSP*, 04 de novembro de 1997: "PM investiga rede de túneis".

⁷³ *OESP*, 04 de novembro de 1997: "Após mortes, medo domina Favela Heliópolis".

tráfico de drogas, estas não pareciam capazes de abalar o comércio de venda de drogas e a presença armada dos traficantes.

Segundo a autora da matéria, os moradores estavam esquivos e se recusavam a falar sobre o assunto com medo de represálias de traficantes. Isto confirma o expediente utilizado pelos traficantes de represália a qualquer morador que passe informações à polícia ou à imprensa colocando em risco sua atividade: a lei do silêncio.

Em 17 de novembro de 1997, com a morte de dois homens na Av. Almirante Nunes em Heliópolis, as suspeitas recaíam sobre os traficantes de drogas⁷⁴. Esta constante presença do tráfico de drogas em Heliópolis e a visibilidade na mídia podem ter influído na mudança das ações das agências policiais.

No último dia do mês de novembro, a PM fez uma megaoperação policial na favela, com 80 soldados e 20 carros, procurando encontrar traficantes. Numa perseguição a suspeitos de tráfico, alguns policiais invadiram um barraco e houve troca de tiros. Conforme a notícia⁷⁵, "os policiais teriam sido recebidos a tiros". Nesta invasão foi morto o adolescente E. A. O., de 16 anos, o qual, segundo os policiais, estava atirando com um revólver calibre 357. Na operação, a polícia apreendeu ainda "cinco bananas de dinamite com detonador, um fuzil AR-15, uma espingarda calibre 12, uma metralhadora, uma pistola 9 mm, um revólver, um colete à prova de balas, cerca de 600 cartuchos de munição de vários calibres e vários carregadores". Além disso, segundo a notícia, drogas foram apreendidas e dois suspeitos levados presos para o Distrito. Os nomes dos suspeitos foram guardados sob sigilo, porque os policiais temiam uma tentativa de resgate pelos traficantes da favela. Esta notícia indica que a polícia começava a usar cada vez mais força em Heliópolis, pretendendo coibir a ação das quadrilhas de traficantes de drogas.

Em 05 de dezembro, começou uma grande ação da polícia em Heliópolis. Só a PM enviou 496 homens do Comando de Policiamento de Choque (CPChoque), no que a matéria da *FSP* definiu como a primeira ocupação de uma favela em São Paulo, para o combate à criminalidade. A ocupação foi fruto, segundo o jornal, de uma reunião na semana anterior entre o Secretário da Segurança Pública, José Afonso da Silva, e os comandantes das polícias civil e militar, em que o secretário exigiu que as duas polícias se unissem para combater a criminalidade crescente.

O contingente da PM foi instruído para permanecer 15 dias na favela. A PM se instalou em base em frente ao Hospital Heliópolis com 65 carros, 12 caminhões, 22 motos, 22 cães, dez cavalos e dois helicópteros. Sua estratégia inicial era percorrer vielas e becos da

⁷⁴ *FSP*, 18 de novembro de 1997: "Garoto de dois anos é morto em chacina".

favela, com cavalos e motos, revistando suspeitos e entrando em bares em busca de armas e drogas. O comandante interino do CPChoque, o tenente-coronel Ruy César Melo, afirmou que a ação foi motivada por constantes tiroteios entre criminosos e policiais que acabavam atingindo moradores da favela. Segundo ele, "o objetivo é devolver a tranqüilidade aos trabalhadores que vivem na favela. A ação de traficantes está muito intensiva, com assaltos, cobranças de pedágio e mortes de inocentes"⁷⁶.

A polícia civil enviou equipes do Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos (Denarc) e do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) em busca de homicidas e traficantes. Segundo o delegado Marco Antônio Ribeiro Campos, diretor do Denarc, "há uma inversão dos valores em Heliópolis, com bandidos dando as cartas. A polícia precisou intervir para restabelecer a ordem e dar segurança"⁷⁷.

Esta operação policial ocorreu após a constante cobertura da mídia sobre os acontecimentos em Heliópolis e, em seguida, a um tiroteio entre policiais e traficantes. A pressão da mídia e a reação dos traficantes às operações policiais parecem ter catalisado o processo que levou a ocupação da favela pela polícia.

Esta operação policial obteve certo sucesso. Foi descoberto outro túnel utilizado por uma quadrilha de traficantes que começava em um córrego e seguia rumo à favela, desembocando em várias casas e bares de Heliópolis. Além disso, a polícia prendeu dois homens procurados por homicídios, três acusados de porte ilegal de armas e um, em flagrante, por tráfico de drogas⁷⁸. No dia 07 de dezembro, a polícia revistou 505 pessoas e fez uma prisão por porte de drogas e uma apreensão de arma branca⁷⁹. No dia 08, a PM, em uma blitz feita pela Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar), prendeu cinco homens e deteve dois adolescentes, suspeitos de integrar uma quadrilha de ladrões de banco. Os policiais afirmaram ter encontrado com os suspeitos dois revólveres, munições de pistolas e revólveres, e um fuzil⁸⁰. No dia 10 de dezembro, o tenente-coronel Rui César Melo anunciou que a operação já havia conseguido apreender 20 armas em Heliópolis⁸¹. Estes resultados indicaram que as ações policiais começavam a reduzir a liberdade de ação e o poder das quadrilhas de tráfico de droga e de roubo à banco.

Por sua vez, a ocupação da favela não interrompeu certas atividades de lazer dos moradores de Heliópolis. Conforme noticiou o *OESP*, "Música tocada alto nos botecos, muita

⁷⁵ *FSP*, 1º de dezembro de 1997: "Operação da PM acha arsenal e deixa 1 morto".

⁷⁶ *FSP*, 06 de dezembro de 1997: "Polícia ocupa maior favela de São Paulo".

⁷⁷ *Idem, ibidem*.

⁷⁸ *FSP*, 06 de dezembro de 1997: "PM encontra rede de túneis".

⁷⁹ *FSP*, 08 de dezembro de 1997: "Número de PMs em Heliópolis cai 90%".

⁸⁰ *FSP*, 09 de dezembro de 1997: "Polícia prende 5 e detém 2 no 4º dia de blitz em Heliópolis".

gente tomando sol nas calçadas, andando pela rua, bebendo e jogando sinuca nos bares. Uma mulher amamentava o bebê sentada na porta de casa, ao lado de outra que fazia tricô. Um grupo de amigos preparava um churrasco ao ar livre, fugindo do calor dos barracos”⁸².

O delegado Renato Felisoni, do 95º DP, destacou os resultados da operação. Segundo ele, a favela estava mais sossegada, os moradores, antes "reféns do tráfico", se sentiam mais livres. Por isso, os moradores estavam começando a denunciar os traficantes e a contar anonimamente onde eles se escondiam e guardavam suas armas.⁸³

A Polícia Militar utilizou outra tática para conquistar a confiança dos moradores. No dia 09 de dezembro, a tropa de choque da PM conduziu médicos, dentistas, veterinário e enfermeiros à favela Heliópolis para atender os moradores. Segundo o tenente-coronel Rui César Melo, comandante do Comando de Policiamento de Choque (CPChoque), o objetivo era "mostrar aos moradores que viemos para ficar"⁸⁴.

No dia 10 de dezembro, segundo a *FSP*, a PM faria um balanço da operação, a qual deveria durar mais dez dias. "Depois disso, o policiamento da área irá substituir a tropa de choque, segundo o comandante do CPChoque".⁸⁵ Em 18 de dezembro, a Comando de Policiamento de Choque da PM se retirou de Heliópolis. Segundo informações divulgadas pela PM, nesta operação foram abordadas 11.811 pessoas e apreendidas "uma granada, drogas, 40 revólveres e pistolas e munições de armas exclusivas das Forças Armadas". Ao final da operação, o Departamento de Comunicação Social da Polícia Militar divulgou a informação de que essas operações continuariam a ocorrer em outras favelas do Estado de São Paulo e que se fosse verificado o aumento das ocorrências policiais em Heliópolis, o local poderia ser ocupado novamente⁸⁶.

Segundo o *OESP*, a desocupação de Heliópolis trouxe apreensão nos moradores, porque a falta do policiamento ostensivo no local poderia reviver a falta de segurança que dominava a favela antes da ocupação. Moradores entrevistados pela jornalista Natalie Antar descreveram-lhe como era esta situação de insegurança: assaltos na favela não relatados por causa de ameaças; recorrentemente escutava-se tiros ou encontrava-se pessoas baleadas após as 20 horas, o que tornava desaconselhável sair de casa à noite; nas próprias casas, por vezes, moradores ouviam tiros e se escondiam.

⁸¹ *FSP*, 10 de dezembro de 1997: "Choque leva dentista e médico a Heliópolis".

⁸² *OESP*, 08 de dezembro de 1997: " Domingo foi de festa em favela, mesmo com PM".

⁸³ *Idem, ibidem*.

⁸⁴ *FSP*, 10 de dezembro de 1997: "Choque leva dentista e médico a Heliópolis".

⁸⁵ *Idem, ibidem*.

⁸⁶ *OESP*, 23 de dezembro de 1997: "Moradores de Heliópolis temem volta da violência".

Segundo a dona de casa, Vivianir Ferreira, de 29 anos que morava com o marido e dois filhos na favela, era possível se sentir protegida com a presença da polícia, "pois sabia que não iriam tentar nada". A preocupação com a saída da polícia foi sintetizada por um entrevistado: "Agora está tranquilo, pois a saída dos policiais é recente, mas não sei por quanto tempo"⁸⁷.

Em 26 de dezembro, 212 integrantes da Tropa de Choque e do batalhão responsável pela área da favela ocuparam-na, vistoriaram 137 bares, examinaram os documentos de 228 carros e apreenderam 21 carteiras de habilitação. Foram abordadas 984 pessoas e 10 foram levadas ao 95ºDP: duas portavam cocaína e três tinham 19 talões de cheques com 19 cartões de crédito roubados. Esta operação terminou às 17:30⁸⁸. A Polícia Militar havia saído, mas continuava fazendo blitzs na favela constantemente.

Em 08 de janeiro de 1998, 250 homens do Comando de Choque da Polícia Militar participaram de outra blitz em Heliópolis. Nesta operação foram presos três homens numa residência onde foram encontradas peças usadas de motos, muitos aparelhos eletrônicos e uma arma⁸⁹. Estas operações já não conseguiam atingir diretamente o tráfico de drogas. Segundo o tenente Carlos Henrique Forner, "a bandidagem está ciente de nossa presença"⁹⁰. Isto confirma o que já havia dito pelos moradores, que os infratores haviam reduzido sua atuação por causa do policiamento presente. A polícia havia afugentado o tráfico, mas sua retirada poderia permitir a volta da ação das quadrilhas na favela.

No dia 15 de janeiro, um crime concretizou os receios dos moradores. "Osvaldino Novaes dos Santos, de 59 anos, apontado como sendo um dos 'chefes' da Favela Heliópolis, onde morava há 35 anos, e dois de seus filhos foram assassinados no fim da tarde de ontem por um bando formado por cerca de 10 marginais. Os corpos foram arrastados até a Avenidas Juntas Provisórias. A polícia suspeita que tenha sido para alertar os demais favelados sobre quem seria o atual "chefão". Santos respondia por inquéritos de homicídios e agressões, e detinha, segundo a polícia, o poder às custas de força e violência". Uma dona de casa e um operário de construção foram atingidos, nos pés, por balas perdidas. A insegurança se fazia novamente presente⁹¹. Esta notícia registrou ainda que a polícia não conseguia obter maiores informações, pois imperava a lei do silêncio. No entanto, notícia da *FSP*, informou que o

⁸⁷ *Idem, ibidem*.

⁸⁸ *OESP*, 27 de dezembro de 1997: "Polícia Militar ocupa novamente a Favela Heliópolis e prende 10 pessoas".

⁸⁹ *OESP*, 09 de janeiro de 1998: "Favela ocupada".

⁹⁰ *FSP*, 27 de dezembro de 1997: "PM faz operação em Heliópolis".

⁹¹ *OESP*, 16 de janeiro de 1998: "Chefe da favela é morto com dois filhos".

DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa) já tinha um suspeito de ser o autor da chacina e que ele deveria ser preso nos próximos dias⁹².

No dia 16, a PM - com 120 homens, 20 cavalos e 16 cães - faz nova operação na favela Heliópolis e prende dois foragidos⁹³. Apesar das poucas informações dos jornais, nota-se que as operações já não conseguiam um significativo número de apreensões de armas e drogas, e detenções.

Se dentro de Heliópolis, a situação era calma, isto não significa que as quadrilhas de traficantes não continuassem atuando. No dia 23, na Vila Clementino, bairro de classe média na zona sudoeste de São Paulo, dez homens armados de metralhadoras invadiram o 16º DP, por volta das 3 horas da manhã, agrediram o delegado de plantão e resgataram 24 presos. Houve perseguição policial. Após tiroteio um dos "supostos invasores foi morto e dez presos fugitivos foram recapturados". Segundo o secretário-adjunto da Segurança Pública, Luiz Antonio Alves de Souza, o objetivo do grupo era resgatar o traficante Santiago Rivas Veja Júnior, 28, preso na última operação da PM na favela Heliópolis. Além disso, os invasores foram identificados como pertencendo ao grupo de traficantes da favela⁹⁴. A organização das quadrilhas de tráfico era tamanha que os chefes, mesmo presos, mantinham o controle sobre a quadrilha.

Em fevereiro outro conjunto de assassinatos ocorreu em Heliópolis. Na noite de 16 de fevereiro de 1998, três homens foram executados. Os corpos foram encontrados nas ruas Alegre e São Gregório com vários tiros. Segundo a polícia, havia suspeitas de vingança e participação dos traficantes nas execuções⁹⁵. É bem possível que, após a saída da polícia - que ocupou a favela de 05 a 18 de dezembro -, os traficantes estavam restabelecendo as suas atividades comerciais e seu "sistema de acerto de dívidas".

Em 04 de março de 1998, motorista que conduzia um caminhão roubado da indústria Policon, ao ser preso, afirmou que dois assaltantes da favela Heliópolis haviam-no obrigado a cometer o roubo, ameaçando a vida da sua família⁹⁶. Não é possível confirmar a veracidade desta informação, mas, de qualquer forma, a notícia traz indícios sobre a existência de quadrilhas de assaltantes em Heliópolis. É bem provável que a ação dessas quadrilhas tragam menos insegurança aos moradores que a dos traficantes, porque esse tipo de atividade não necessita de áreas de venda (mantidos pelo uso de força) e porque os assaltos provavelmente

⁹² *FSP*, 16 de janeiro de 1998: "Crime deixa três mortos e dois feridos".

⁹³ *FSP*, 17 de janeiro de 1998: "PM volta a ocupar a favela de Heliópolis".

⁹⁴ *FSP*, 24 de janeiro de 1998: "Grupo resgata 24 presos em bairro nobre".

⁹⁵ *OESP*, 18 de fevereiro de 1998: "Chacina deixa 3 mortos na Favela Heliópolis. Prova precária inocenta Ivo Noal de homicídio".

⁹⁶ *Notícias Populares*, 05 de março de 1998: "Acusado diz ter sido forçado por ladrões a roubar caminhão".

ocorrem, preferencialmente, contra agências bancárias, veículos de cargas e veículos comuns, nos bairros mais privilegiados da cidade.

No dia 9 de março de 1998, por volta das 22 horas, ocorreu a invasão do 95º DP. Segundo notícia do *OESP*, o objetivo era libertar dois assaltantes. "A delegada Cristiane Maria de Oliveira, de 39 anos, grávida de três meses, foi espancada por assaltantes durante o resgate de 13 presos na madrugada de ontem...". A invasão foi realizada por dois homens que se passaram por investigadores do 90º DP, a procura de uma vaga para o suposto detido que conduziam. Dois carcereiros do 95º DP foram indiciados por suspeita de auxiliar à fuga⁹⁷.

A invasão do distrito policial de Heliópolis indica que nem mesmo a segurança dos policiais estava garantida. Além disso, surgiu também suspeitas sobre o envolvimento de carcereiros no plano de resgate dos presos. A segurança pessoal e a confiança nos colegas de trabalho ficaram comprometidas para os agentes públicos de segurança que trabalhavam no DP de Heliópolis, afetando certamente a qualidade de serviço prestado àquela população.

Em 23 de maio, a PM fez nova megaoperação em Heliópolis. Os policiais percorreram "becos escuros e apertados da favela". O Comandante Geral da PM, o Coronel Carlos Alberto de Camargo, percorreu a favela e mostrou ao jornalista Crispim Alves o local onde, segundo ele, um tenente foi encurralado e foi alvo de disparos de uma metralhadora AR-15. O Coronel, respondendo se seria possível impedir que o ano de 1998 fosse mais violento que o de 1997, afirmou que isso dependeria da "crise social" ser resolvida: "o desemprego cria um clima de angústia. Na sociedade, serve de base para prosperar focos que banalizam a violência. Essa crise social é que precisa ser revertida. Ela resulta em violência urbana". Segundo a notícia, o Coronel criticou ainda a "política econômica" e a falta de intervenção social nas regiões mais carentes, e afirmou que outra polícia do mundo não conseguiria apresentar os mesmos resultados que a PM, nas mesmas condições enfrentadas pela polícia brasileira⁹⁸. O Comandante Geral da Polícia Militar admitiu assim que não possuía nenhuma solução imediata para a questão da violência em São Paulo. Utilizou ainda o argumento de que a crise social, entendida como desemprego e falta de políticas sociais, era responsável pelo aumento da violência⁹⁹.

⁹⁷ *OESP*, 10 de março de 1998: "Trio invade DP, espanca delegada grávida e solta 13".

⁹⁸ *FSP*, 23 de maio de 1998: "Coronel culpa crise social e entrega a Deus".

⁹⁹ Tal como discutido no capítulo primeiro desta dissertação, não se pode dizer que a crise econômica e a pobreza conduzam as pessoas à criminalidade, mas, por sua vez, políticas sociais, mobilidade econômica e baixos níveis de emprego podem contribuir para reduzir a atratividade exercida pelas atividades criminosas. Outro ponto a se comentar é que se, por um lado, o comando da Polícia Militar admitiu os limites da ação policial, por outro, não reconhecia os problemas de corrupção, violência policial e a falta de patrulhamento nas periferias urbanas, presentes nas críticas dos cientistas sociais, abordados no primeiro capítulo.

Chegava o fim a "primeira guerra entre traficantes de drogas" em Heliópolis. A partir daí, até quase o final de 1999, a situação parece ter ficado mais tranqüila para os moradores. No entanto, é possível notar que os traficantes de drogas, as quadrilhas de assaltantes continuavam atuando em Heliópolis¹⁰⁰. Além disso, o 95º DP teve um policial investigado por suspeita de homicídio e envolvimento com o tráfico de drogas. Com exceção da morte por um tiro acidental de uma menina, neste período, os demais crimes atingiam, principalmente, a polícia e os homens envolvidos com o tráfico de drogas e de quadrilhas de assaltantes.

"A segunda guerra entre traficantes": Paraguai X Heliópolis

Na noite de 14 para 15 de outubro de 1999 várias pessoas foram mortas em Heliópolis. Três jovens levaram tiros, quando estavam em uma casa de três cômodos da Rua E, que foi invadida por um grupo de homens fortemente armados. Na Rua Cônego Xavier um jovem foi morto e duas pessoas, feridas nos disparos. Foi encontrado ainda um casal morto à bala na Viela Delamari. Segundo a delegada que foi ouvida, eram necessárias investigações para saber se haviam ligações entre os casos, nos dois primeiros casos, os autores dos crimes haviam sido vistos numa Kombi¹⁰¹. Já notícia da *FSP* apresenta outras informações. Segundo ela, os crimes foram atribuídos a um grupo formado por cerca de 7 homens que percorreu as ruas da favela em um Kombi de cor bege, armado com metralhadoras e pistolas. A polícia civil, segundo este jornal, estava suspeitando que os crimes estavam relacionados a disputas por pontos de drogas e a brigas entre traficantes. Assim foram descritos os dois primeiros crimes:

"A seqüência de mortes começou por volta das 18h30 de anteontem. (...) O grupo parou primeiro na rua Cônego Xavier, esquina com a rua Itamarati. Sem fazer nenhum comentário, os homens saíram da Kombi e mataram Heleno Barbosa de Andrade, 16. Depois amigos que estavam ao lado do adolescente também foram baleados (...). Após os disparos, o grupo andou mais 400 metros e parou a Kombi na praça Santa Edwiges. Segundo testemunhas, os homens desceram do veículo atirando para o alto e gritando para que ninguém saísse correndo. Mulheres com crianças de colo e adolescentes estavam conversando perto da praça. Com os disparos, houve pânico e correria. Com medo dos

¹⁰⁰ O que pode ser verificado pelas notícias sobre violência em Heliópolis: *FSP*, 05 de agosto de 1998: "Bando rende 25 e rouba R\$ 930 mil"; *OESP*, 06 de setembro de 1998: "57ª chacina do ano na Grande SP deixa 5 mortos na zona leste"; *OESP*, 30 de dezembro de 1998: "Garoto de 9 anos mata prima com garrucha"; *OESP*, 20 de fevereiro de 1999: "Ranking aponta bairros mais violentos de SP"; *Notícias Populares*, 12 de abril de 1999: "Adolescente é morto a tiros em favela de SP"; *OESP*, 1 de agosto de 1999: "Apesar do frio, SP tem noite com 8 homicídios"; *OESP*, 3 de agosto de 1999: "Preso principal arrombador de cofres e SP"; *OESP*, 29 de agosto de 1999: "Dois PMs fora de serviço são mortos a tiros".

¹⁰¹ *OESP*, 16 de outubro de 1999: "Sete são mortos em duas chacinas na capital".

tiros, os comerciantes baixaram as portas. O primeiro a ser morto pelo grupo foi Jairo Maurício da Costa, 21. Ele estava sentando na frente de uma casa conversando com dois amigos: Renata Oliveira Silva, 14, e Marcos Cortis da Costa, 17, que saíram correndo e se esconderam dentro da casa. Os homens invadiram o local e mataram Renata (...) e Marcos, que tinha passagem pela Febem, no banheiro. Segundo testemunhas, os criminosos disseram que mataram as pessoas erradas depois de examinar os corpos."

Novamente, os moradores de Heliópolis estavam sob o fogo cerrado de disputas entre quadrilhas de traficantes, sem que a polícia conseguisse detê-las. A partir de 18 de outubro as quadrilhas em disputa por pontos de venda de drogas impuseram um toque de recolher. Os "soldados" do tráfico alertaram, de casa em casa, para a possibilidade de confrontos entre os "grupos rivais" e aconselharam para que ninguém ficasse na rua após as 21 horas. Segundo um estudante: "Eles deram a ordem: quem tiver na rua leva tiro também". As padarias e pequenos comércios também foram avisados¹⁰².

Em 18 de outubro, houve um pedido de pais e alunos para que as aulas terminassem mais cedo na Escola Ataliba de Oliveira, perto de Heliópolis. Os professores do período da noite da escola saíram escoltados por um carro da Polícia Militar¹⁰³.

No dia 20 e seguintes, cinco das sete escolas de Heliópolis e dos arredores começaram a dispensar seus alunos das turmas da noite, antes do horário normal das 22h30. As escolas receberam ligações de pessoas que ameaçavam invadir as escolas se elas não fossem fechadas: anônimos prometeram invadir a escola estadual Gualter da Silva para matar três alunos jurados de morte. Pais e alunos também procuraram os funcionários das escolas pedindo a mudança de horário¹⁰⁴. Os diretores das escolas visitados pela reportagem da *FSP* pediram mais policiamento no local¹⁰⁵. Neste dia, os membros da UNAS foram chamados pelos funcionários da secretaria da Escola Municipal de Primeiro Grau Campos Sales (próxima da favela Heliópolis) e "escoltaram" cerca de mil pessoas pelas ruas principais da favela¹⁰⁶. A disputa entre os traficantes estava comprometendo também a educação das crianças e dos adolescentes.

Em 21 de outubro, o secretário-adjunto da Segurança Pública, Mário Papaterra Limongi, informou que iria confirmar as informações sobre a situação em Heliópolis pelo delegado-geral e iria solicitar a intensificação do policiamento no local. Segundo a notícia, a

¹⁰² *FSP*, 22 de outubro de 1999: "Tráfico decreta toque de recolher e faz escolas de SP dispensar alunos".

¹⁰³ *FSP*, 22 de outubro de 1999: "Alunos e professores recebem escolta".

¹⁰⁴ *FSP*, 22 de outubro de 1999: "Tráfico decreta toque de recolher e faz escolas de SP dispensar seus alunos".

¹⁰⁵ *FSP*, 22 de outubro de 1999: "'Soldados' do tráfico avisam horário".

¹⁰⁶ *FSP*, 22 de outubro de 1999: "Alunos e professores recebem escolta".

Polícia Militar informou que já vinha realizando operações no bairro e negou que a situação estivesse fora de controle¹⁰⁷. Essas informações sugerem que a imprensa conseguia obter informações mais rapidamente e com maior precisão que uma Secretaria de Estado e que o comando da Polícia Militar ou que a Polícia Militar era incapaz de admitir que não conseguia manter a tranquilidade nas ruas de Heliópolis.

Para alguns moradores a situação se normalizaria com a presença da polícia. Alexandre Silva, gerente da padaria Delícia Real, localizada na Av. Estrada das Lágrimas, afirmou em 22 de outubro que estava respeitando o horário ditado pelas quadrilhas de traficantes e que deixaria de fazê-lo tão logo houvesse policiamento na área¹⁰⁸. A diretoria de ensino da região Centro-Sul, Sandra Vicentina Rabaça, afirmou, no mesmo dia, que a partir do dia 25, com "a maior presença da polícia" seria possível voltar ao horário normal¹⁰⁹.

Em 22 de outubro, começou ação da polícia. A primeira teve início às 16 horas com cerca de 60 homens da Polícia Militar, tendo sido revistadas 860 pessoas e vistoriados cerca de 80 veículos. A polícia se retirou às 21 horas e divulgou que não houve presos e nem ocorrências graves. Segundo o capitão Carlos Alberto Galindo dos Santos, que comandava a operação, "as coisas" depois deste horário se "acalmavam" em Heliópolis. A mesma matéria criticou a decisão da polícia de ter saído neste horário, com base nos relatos dos moradores que afirmavam que os traficantes "sobem da parte baixa da favela" depois das 21 horas¹¹⁰. Estas informações sugerem que a Polícia Militar estava desinformada sobre as condições de insegurança e sobre as ações dos traficantes na favela.

A Secretaria de Segurança Pública determinou às polícias civil e militar que elaborassem um plano emergencial, estando prevista uma operação em conjunto na favela. Segundo o secretário-adjunto da Segurança, Mário Papaterra Limongi, "cerca de 80% da favela está estabilizada, mas tempos um foco de problema no restante de Heliópolis, na favela do Pilão, onde há confrontos entre traficantes". Além disso, ele afirmou que os policiais estavam presentes na favela. Naquele dia, por exemplo, a Polícia Militar estava tentando se reunir com os representantes das escolas para garantir a normalização dos horários das aulas e o delegado Edmundo de Lacerda Neto do 95º DP abriu inquérito para investigar as ameaças recebidas por telefone pelas escolas públicas¹¹¹.

¹⁰⁷ FSP, 22 de outubro de 1999: "Secretaria vai instaurar sindicância contra diretores".

¹⁰⁸ FSP, 23 de outubro de 1999: "Se houver polícia, a padaria abre, diz gerente".

¹⁰⁹ FSP, 23 de outubro de 1999: "Horário antigo deve voltar".

¹¹⁰ FSP, 23 de outubro de 1999: "PM monta ação em favela sob o toque de recolher, mas decide ir embora às 22h30".

¹¹¹ *Idem, ibidem*.

A polícia começava assim a responder aos apelos da imprensa, funcionários das escolas públicas e moradores, mas ainda havia "desconfiança" por parte da PM em relação à veracidade da imposição do "toque de recolher" pelos traficantes. Segundo o capitão Edson de Jesus Sardana, os policiais estavam patrulhando normalmente a favela e não havia relatos de confrontos com traficantes¹¹². Isso sugere que os traficantes evitavam agir durante os momentos de presença policial, para não correrem risco.

A pressão pela ocupação da favela presente na imprensa pode ser percebida por um artigo publicado no editorial da *FSP*, de 23 de outubro de 1999, com o título "Território livre do tráfico". Vejamos alguns trechos:

"... Se o Estado não tomar providências, a deterioração pode seguir o rumo conhecido: crime estabelece cabeça-de-ponte, ocupa um território, forma clientelas por meio do terror e da distribuição de serviços e bens. Às vezes, vence até a batalha das mentalidades, pois vez e outra se vêem bairros e favelas do Rio comemorando a fuga de traficantes e efemérides da vida criminosa.

A polícia paulista deve, pois, agir logo, ocupar emergencialmente Heliópolis, controlar a ameaça mais imediata e, a seguir, instalar-se no bairro. Não se pode tolerar a criação de zonas ainda mais francas de crime na cidade".

Segundo o jornal, a polícia não podia, assim, se furtar da luta contra o domínio das quadrilhas de tráfico na favela.

No dia 23 de outubro, a Polícia Militar enviou oito equipes da Rota para abordar pessoas e veículos em Heliópolis durante todo o dia¹¹³. A Secretaria de Segurança Pública, para tentar esclarecer o que estava ocorrendo em Heliópolis, anunciou que o clima de terror se devia a uma disputa entre traficantes da favela com um grupo recém-chegado¹¹⁴.

Segundo notícias da imprensa, o dia-a-dia dos moradores de Heliópolis continuava sendo alterado pela insegurança causada pela disputa entre os traficantes. Vários exemplos neste sentido foram elencados. Um pastor que não quis se identificar por medo de sofrer represálias, afirmou que avisava seus fiéis que "mesmo tendo fé, em caso de tiroteio, não podem se arriscar a sair da casa". Dizia também para se manterem em silêncio sobre o que estava acontecendo para não entrar em conflito com os traficantes. Este pastor afirmou ainda que por causa do toque de recolher muitos fiéis faltaram ao culto¹¹⁵. No fim de semana,

¹¹² *FSP*, 23 de outubro de 1999: "Tráfico dita regras onde o Estado falta".

¹¹³ *FSP*, 24 de outubro de 1999: "Rota ocupa favela de Heliópolis".

¹¹⁴ *FSP*, 25 de outubro de 1999: "Pastor recomenda boca fechada".

¹¹⁵ *Idem, ibidem*.

segundo a *FSP*, os bares ficaram mais vazios e a torcida, formada por famílias inteiras, faltou ao tradicional jogo de futebol do domingo, ao lado do Hospital Heliópolis. Por sua vez, os adolescentes estavam saindo menos durante à noite e evitando andar em grupos para não serem confundidos com grupos de traficantes rivais¹¹⁶.

No dia 25, além do contingente da Polícia Militar presente em Heliópolis, membros da guarda civil metropolitana também estiveram no local. No entanto, apesar das promessas da Secretaria Estadual de Educação de que as aulas nas escolas das redondezas seriam até o horário normal, os alunos da escola municipal Luiz Gonzaga Junior foram liberados às 21h30 e escoltados pela Guarda Civil Metropolitana¹¹⁷. O medo rondava os moradores.

Após quase quarenta dias sem notícias sobre violência envolvendo Heliópolis, em 02 de dezembro, 9 pessoas foram assassinadas na favela Paraguai, próxima à rua Francisco Mesquita, em Vila Prudente (zona sudeste de São Paulo). Segundo a notícia, os assassinos chegaram em dois carros e desceram disparando tiros com pistolas 380 e 765. Um menino de 12 que foi ferido com os tiros, mas sobreviveu, informou que os assassinos eram da favela Heliópolis, onde a polícia fazia buscas durante a madrugada¹¹⁸. Um dos mortos foi o comerciante José João de Souza, pai de "Barriga", que segundo a *FSP*, comandava o tráfico na favela Paraguai¹¹⁹. Segundo essas informações, os traficantes de Heliópolis, ainda não contidos pela polícia, tentavam expandir seus pontos de venda de droga para outra favela.

Segundo o comandante do 21º Batalhão da Polícia Militar (BPM), Luiz Carlos Nogueira, os moradores da favela da Vila Prudente afirmaram que o clima de tensão havia começado semanas atrás, quando os traficantes da favela Heliópolis começaram a intimidar os moradores. Conforme o relato destes moradores, esses traficantes passaram pelas ruas da favela atirando para o alto, em represália contra o traficante "Barriga" que não concordou com a divisão dos pontos de venda de drogas na favela de Vila Prudente. O comandante afirmou ainda que estava preocupado com a possibilidade de novas mortes¹²⁰.

Com esse crime, a polícia intensificou o policiamento na Vila Prudente. Para o comandante-geral da PM, Rui César Melo houve um reforço com seis carros da Rota, somando 25 policiais". No entanto, o comandante-geral afirmou que a região é muito grande e que era impossível a polícia estar em todos os lugares ao mesmo tempo. A única forma, segundo ele, para acabar com a guerra dos traficantes era identificar os líderes por meio de

¹¹⁶ *FSP*, 25 de outubro de 1999: "Toque de recolher acaba com todo o lazer no fim-de-semana de Heliópolis"

¹¹⁷ *FSP*, 26 de outubro de 1999: "PM não evita toque de recolher".

¹¹⁸ "Maior chacina do ano mata 8 na Grande SP".

¹¹⁹ *FSP*, 06 de dezembro de 1999: "Disputa entre dois traficantes causa 4 chacinas e 18 mortes em 4 dias em SP".

¹²⁰ *FSP*, 06 de dezembro de 1999: "Reforço da PM não evita assassinatos".

uma investigação feita corretamente. Esta foi a primeira declaração, encontrada nas fontes utilizadas nesta pesquisa, que a PM propunha novos métodos de ação policial que não passavam pelas abordagens de pessoas, veículos e residências realizadas durante as ocupações da favela pelos policiais militares¹²¹.

O delegado Ricardo Salvatore da 5ª Seccional Sul afirmou que a polícia estava trabalhando para solucionar os casos. Segundo ele, a polícia possuía alguns suspeitos, mas estava tendo dificuldade em obter informações por causa do receio dos moradores em desrespeitar a "lei do silêncio". O delegado Octacílio de Oliveira Andrade Júnior, da equipe A-Sul do DHPP, afirmou que havia três equipes trabalhando no caso¹²².

Apesar das ações da polícia, a "guerra de traficantes" fez mais vítimas. Outras nove pessoas foram mortas em três locais diferentes nos arredores de Heliópolis e Vila Prudente e todas elas haviam sido amordaçadas e amarradas com fitas de náilon verdes. Por volta das 22 horas do dia 4 de dezembro, três pessoas foram mortas, com tiros na cabeça, na rua General Bagnualo, na Vila Prudente. A única vítima identificada foi Francineide Clementina Veloso, sobrinha ou filha do traficante "Barriga". Os outros dois mortos eram uma mulher por volta de seus 40 anos e um rapaz com aproximadamente 30 anos. A polícia estava suspeitando que a mulher morta fosse Francisca Andrade de Souza, mãe de Francineide.

Às 23 horas, a três quilômetros dali, na avenida Henry Ford, na Mooca, morreram uma criança com idade próxima aos 12 anos, um adolescente e uma mulher que parecia ter 50 anos. Segundo a polícia, o garoto era Franceni Clementino Veloso, irmão de Francineide.

No dia seguinte, 05 de dezembro, por volta de 14h30, três pessoas foram encontradas com tiros na cabeça na rua Diogo de Mendonça, no Ipiranga. Uma menina de 12 anos sobreviveu a três tiros e foi levada ao Hospital Ipiranga por policiais do Comando do Policiamento de Trânsito (CPTran). Os mortos eram duas senhoras com idades próximas a 50 anos e uma menina de 13 anos. A sobrevivente informou à polícia os apelidos de cinco homens que, segundo ela, cometeram o crime. Todos eram da favela Heliópolis e podiam ter ligações com o traficante "Carioca"¹²³. Policiais do DHPP estavam fazendo escolta da menina no hospital, por medo de um ataque dos assassinos¹²⁴.

Essas nove execuções sugerem que a quadrilha do traficante "Carioca" estava francamente exterminando familiares e cúmplices do traficante "Barriga". Sua capacidade em localizar e seqüestrar as vítimas indicam quanto organizada estava esta quadrilha.

¹²¹ *Idem, ibidem.*

¹²² *Idem, ibidem.*

¹²³ *FSP*, 06 de dezembro de 1999: "Disputa entre dois traficantes causa 4 chacinas e 18 mortes em 4 dias em SP".

¹²⁴ *FSP*, 06 de dezembro de 1999: "Polícia teme atentado a testemunha".

No dia 07 de dezembro de 1999, a *FSP* publicou "Confronto existe há 7 meses". Segundo esta notícia, policiais militares do 21º Batalhão da Polícia Militar informaram que, em maio, foram apreendidas nove armas de fogo (espingardas e revólveres calibre 38) no bar do pai de "Barriga". O comandante Luiz Carlos Nogueira afirmou que "Barriga" pretendia usar as armas em uma ação na favela Heliópolis. A "briga" entre os dois, segundo o comandante, começou quando "Carioca" tentou forçar "Barriga" a comprar drogas de outro fornecedor¹²⁵. Estas informações sugerem que o conflito não se formou apenas em relação à divisão de pontos de venda de drogas, mas quanto à concorrência entre os fornecedores de drogas às quadrilhas que controlam estes pontos.

Com todos estes crimes e as ameaças proferidas pelos traficantes de Heliópolis, por volta de 11 mil famílias das favelas Vila Prudente, Paraguai e Jacareípe estavam vivendo sob toque de recolher. Embora a PM tenha informado que 25 policiais em cinco carros estivessem fazendo policiamento permanente na região da Vila Prudente, os moradores informavam que a polícia só permanecia na área durante o dia. Com o toque de recolher moradores e comerciantes estavam se recolhendo às suas residências por volta das 20h. A polícia descartou realizar novas megaoperações nas três favelas. Por sua vez, segundo a *FSP*, moradores de Heliópolis informavam que não havia mais toque de recolher na favela¹²⁶.

No dia 08 de dezembro de 1999, cerca de cem homens das polícias civil e militar realizaram operação nas favelas de Heliópolis e da Vila Prudente. De acordo com a *FSP*, a operação envolveu policiais do Denarc, do DHPP, do Garra e da Rota. Segundo o delegado operacional do Denarc, José Roberto Arruda, a operação foi realizada por causa dos altos índices de violência registrados na área e porque a polícia recebeu várias denúncias de que fugitivos estavam escondidos no local. Com base nestas denúncias foi obtido um mandado de busca coletivo nas favelas junto a um juiz corregedor. Na operação foi presa uma pessoa e nenhuma droga foi apreendida. Com esses resultados não foram atingidos os objetivos de prender os responsáveis pelos crimes e aprender drogas. O delegado atribuiu o fracasso ao vazamento de informações¹²⁷.

Mesmo após essa operação policial, em 13 de dezembro, segundo a *FSP*, o toque de recolher continuava nas favelas Vila Prudente, Paraguai e Jacareípe. Neste dia, foi assassinado o traficante Valério Cotta Oliveira, o "Carioca", de 23 anos, com vários tiros no peito, em sua casa, em Heliópolis. "Carioca" era suspeito nas investigações promovidas pelo DHPP em relação às 18 pessoas mortas em chacinas na área. Um dos suspeitos pelo assassinato de

¹²⁵ *FSP*, 07 de dezembro de 1999: "Confronto existe há sete meses".

¹²⁶ *FSP*, 07 de dezembro de 1999: "Tráfico impõe toque de recolher".

¹²⁷ *FSP*, 09 de dezembro de 1999: "Blitz em 2 favelas termina com 1 preso".

“Carioca” era o traficante “Barriga”, que teve sete familiares mortos entre as citadas 18 vítimas. Outro suspeito para a polícia era o chefe do tráfico de Heliópolis, o “Sujeirinha”, que teria assassinado seu próprio “gerente” (“Carioca”), por estar preocupado com as mortes¹²⁸. Os motivos elencados sugerem dois pontos que tornam ainda mais complexa a relação do tráfico com a violência. As mortes produzidas pela disputa entre as quadrilhas de traficantes podem gerar novas mortes por vingança aos amigos e parentes mortos. O chefe do tráfico pode acabar punindo certos erros de seus funcionários com a morte.

No dia 15 de dezembro a *FSP* publicou a notícia “Quem é quem na guerra do tráfico”. Conforme o jornal, a droga vendida em Heliópolis vinha da Bolívia e era refinada no Mato Grosso, sendo depois distribuída para São Paulo e Rio de Janeiro. Um traficante conhecido como “Naldão” comandava o tráfico na favela do Jardim Elba e distribuía drogas para as quadrilhas das favelas de Vila Prudente, Heliópolis, Parque Santa Madalena e da Juta. Esta notícia informou ainda que “Barriga” era gerente do traficante Geraldo¹²⁹. Apesar de todas essas informações publicadas na imprensa, os traficantes conseguiam continuar atuando sem serem detidos.

Após quase um mês sem notícias sobre a situação na região, em 09 de janeiro, às 15h houve uma tentativa de fuga em massa de detentos do 95º DP. Conforme a notícia, os policiais civis perceberam a tentativa de fuga e acionaram a Polícia Militar. Segundo funcionário do distrito policial, no “máximo” dois presos conseguiram escapar¹³⁰. Novamente, o distrito policial de Heliópolis indicava não possuir uma segurança eficaz.

Após dois meses sem terem sido noticiadas mortes relacionadas ao tráfico, em 24 de fevereiro a polícia registrou dois duplos homicídios em Heliópolis e suspeitava que haviam sido cometidos a mando dos traficantes das favelas Vila Prudente, Sem Terra e Paraguai¹³¹. Na mesma notícia em que são relatadas estas mortes, os jornalistas Alessandro Silva e Soraya Agége escrevem que a morte de “Carioca” era uma represália do traficante “Barriga”, contra a quadrilha do “Sujeirinha”. Esta informação afasta a hipótese, segundo a qual, “Sujeirinha” havia provocado a morte de seu gerente, o “Carioca”.

Ao que parece em resposta a estas mortes, em 25 de fevereiro de 2000, cinco pessoas morreram e seis foram baleadas na Favela Paraguai. Segundo a polícia, os assassinos estavam procurando o traficante “Barriga”, sob mando do traficante “Sujeirinha”. De acordo com testemunhas ouvidas pela *FSP*, um grupo de seis ou sete homens chegou pouco antes das 14h

¹²⁸ *FSP*, 15 de dezembro de 1999: “Gerente do tráfico em Heliópolis é morto”.

¹²⁹ *FSP*, 15 de dezembro de 1999: “Quem é quem na guerra do tráfico”.

¹³⁰ *OESP*, 10 de janeiro de 2000: “PM impede fuga em massa de distrito”.

¹³¹ *FSP*, 02 de março de 1999: “Tráfico sitia e expulsa”.

à entrada da favela em três carros. Eles desceram dos carros correndo para dentro da favela e atirando. A primeira vítima foi morta a uns 10 metros da entrada. Entre os mortos estavam: Margarida Caetano da Silva, de 47 anos; Carlos Bispo dos Santos, de 42 anos, Marcelo da Cruz, de 22 anos; S. J. S., de 13 anos, e G. A. S. de 17 anos¹³². A ação dos traficantes de Heliópolis parece ter atingido pessoas que não tinham ligação com o tráfico de drogas, está hipótese é reforçada por notícia do *OESP* que afirma que nos assassinatos de parentes ou colegas do traficante “Barriga” foram mortas pessoas sem ligação com o tráfico, para a eliminação de testemunhas¹³³.

Ao noticiar o caso, o *OESP*, informou que não revelou o nome dos sobreviventes por receio de retaliações dos autores do crime. A única informação sobre a ação da polícia, no dia 26, foi a de que o caso seria investigado pelo DHPP¹³⁴.

Após a chacina, os moradores da Favela Paraguai e da Sem Terra foram constantemente ameaçados. As ameaças foram feitas por meio de ligações para os telefones públicos que atendiam estas comunidades. Os responsáveis pelas ameaças afirmavam querer as favelas abandonadas até o Carnaval (o sábado de Carnaval seria no dia 4 de março) e que matariam quem não saísse. Segundo um morador ouvido pela reportagem da *FSP*, o medo era maior porque os moradores estavam acostumados a conviver com o tráfico de drogas, mas nunca haviam visto um caso em que as pessoas mortas não tinham nenhuma relação com o tráfico. Conforme a notícia da *FSP*, nos últimos 4 dias do mês de fevereiro, cerca de 30% dos barracos das favelas foram abandonados por seus moradores. Estas informações sugerem que os traficantes, que comumente impunham “toque de recolher” e “lei de silêncio”, estavam decretando a expulsão dos moradores destas favelas¹³⁵. Houve críticas severas ao trabalho realizado pela polícia, segundo uma moradora da favela Sem Terra, “a polícia só vem aqui para tirar o lixo, pois, depois de mortos, os favelados viram lixo”¹³⁶.

No dia 29 de fevereiro, 18 policiais militares chegaram à favela Sem Terra, mas isso não reduziu o medo dos moradores que estavam se mudando naquele dia. Em 1º de março, segundo a *FSP*, mais 30 famílias deixaram o local e das 450 pessoas que viviam na área, 60% já haviam abandonado seus lares. Neste dia, enquanto o Secretário de Segurança Pública, Marco Vinício Petrelluzzi, afirmava que estava sendo aumentado o número de policiais presentes na área, a *FSP* anunciava que não havia mais nenhum policial no local, após os 18 homens enviados no dia anterior terem se retirado às 2h da manhã.

¹³² *FSP*, 26 de fevereiro de 2000: “Traficantes mata 5 na favela Paraguai”.

¹³³ *OESP*, 26 de fevereiro de 2000: “Guerra do tráfico matou 18 pessoas em dezembro”.

¹³⁴ *OESP*, 26 de fevereiro de 2000: “Chacina deixa 5 mortos na Vila Prudente”.

¹³⁵ *FSP*, 1º de março de 2000: “Medo esvazia 30% dos barracos em duas favelas”.

¹³⁶ *FSP*, 02 de março de 2000: “Os órfãos”.

Estas informações sugerem que a hierarquia existente na Secretaria de Segurança Pública ou estava faltando com a verdade ou não conseguia transformar em ato uma ordem vinda do comando. Na mesma notícia que contém estas informações, foram registradas as declarações de Petrelluzzi segundo as quais as últimas mortes ocorridas na favela Paraguai não eram fruto da ação de traficantes de drogas. Petrelluzzi também não quis dar detalhes das investigações. Pelas ações posteriores das agências policiais, é possível que estas afirmações de Petrelluzzi fizessem parte de uma tentativa iludir os traficantes e contribuir para eles reduzissem suas precauções em termos de prevenção contra ações policiais¹³⁷.

Também no dia 1º de março, três homens foram encontrados mortos (amarrados e com tiros na nuca), em uma viela da rua 26 de outubro, a cerca de 100 metros do 95º DP e da 5ª Companhia do 3º Batalhão da Polícia Militar. Ninguém havia procurado a polícia para informar o que havia ocorrido e as suspeitas caíam sobre as quadrilhas de traficantes: a de "Sujeirinha" e a de "Barriga"¹³⁸.

No dia 02 de março, as polícias civil e militar realizaram uma atuação conjunta nas favelas Sem Terra e Paraguai. Mas, segundo a própria PM, naquele dia dos 450 barracos, estimava-se que 70% já estavam abandonados. De acordo com os moradores, mesmo neste dia, eles continuaram recebendo telefonemas ameaçadores. Além disso, na entrada favela, escrito a giz estava a seguinte frase: "A soma da morte: 14 em dezembro, 5 em fevereiro. Quem serão os próximos? Há-há-há"¹³⁹.

Em 08 de março, dois dias depois do prazo dado pelos traficantes para que as favelas Paraguai e Sem terra fossem desocupadas, 90% das 480 famílias da Favela Paraguai já tinham saído. Nos editoriais do jornal *OESP*, há inúmeras críticas a ação do Estado. Vejamos alguns trechos como exemplo:

"Não bastassem os crimes brutais cometidos diariamente pelas ruas de São Paulo, os marginais começam agora a substituir o Estado em alguns pontos da cidade: ditam as leis e tornam-se donos de áreas inteiras. A audácia dos criminosos ganha sua força e sua organização se mostra eficiente diante do despreparo da polícia. Apesar das cinco chacinas que ocorreram no local e poder de fogo dos traficantes, as autoridades da segurança pública se limitam a enviar, diariamente, três carros com oito policiais à Favela Paraguai, com a missão de impor autoridade e proteger os moradores. (...) Diante dessa situação, o que a PM fez foi mandar um recado para os traficantes: 'Estamos aqui para cumprir a lei e não vamos deixar ninguém expulsar os moradores'. Só que num confronto os oito policiais não

¹³⁷ *FSP*, 02 de março de 2000: "Polícia abandona vigilância".

¹³⁸ *OESP*, 02 de março de 2000: "Três homens são executados na Favela Heliópolis".

teriam nem como proteger a si mesmos, levando-se em conta o armamento das quadrilhas e o número de "soldados" do tráfico. A polícia civil, por sua vez, no Boletim de Ocorrência da matança, referiu-se às vítimas como "desconhecidos". Há uma observação no documento: 'Como sempre, não foi possível obter testemunhas'. Ora, o trabalho da polícia civil não depende exclusivamente da contribuição das testemunhas, mas da sua capacidade de investigar. O verdadeiro combate ao crime organizado e às matanças nessas favelas deveria se iniciar com investigações sérias sobre o paradeiro de Barriga, o líder do tráfico na Favela Paraguai, e Sujeirinha, o sucessor de Carioca, em Heliópolis. Desbaratar essas quadrilhas e punir seus integrantes, a começar pelos líderes, é a única capaz de devolver a paz aos moradores das duas favelas."¹⁴⁰

Este editorial indica claramente a cobrança do jornal em relação aos deveres do Estado de garantir a segurança da população, coibir o crime e punir os criminosos. O jornal critica diretamente a ação da Polícia Militar na favela Paraguai por conter poucos homens para garantir a segurança dos moradores. Em relação à polícia civil, o jornal pede investigações que não fiquem a espera da contribuição de testemunhas.

No dia 8, a Polícia Militar estava realizando plantão de 24 horas na favela Paraguai, mas mesmo assim os moradores estavam indo embora. Segundo o *OESP*, alguns estavam indo morar em outras favelas, outros querendo ir para outros estados¹⁴¹; possivelmente para casa de parentes. Na favela Sem Terra, conforme a *FSP*, as últimas dez famílias saíram na noite do dia 8. Algumas famílias foram inclusive morar sob viadutos e pontes¹⁴². Policiais do 21º BPM afirmaram que não havia falta de policiamento, mas, apesar de a polícia ter até mantido helicópteros no local, os moradores continuaram abandonando a favela¹⁴³. Isto sugere que, o afastamento de "Barriga" da favela permitiu que os traficantes de Heliópolis obrigassem os moradores a abandonar o local, apesar das ações policiais na área.

No dia 9 de março, a *FSP* publicou retratos falados de Antônio Miguel Cavalcante, o "Tonhão" (assistente de "Sujeirinha") e de Lusérgio Soares de Oliveira, o Sujeirinha. Ao final da notícia que continha essas informações, a *FSP* divulgou dois telefones para que os leitores que possuíssem informações sobre os traficantes pudessem repassá-las à polícia. Outras informações fornecidas pela polícia civil esclareciam que os policiais possuíam fotos e retratos de outros quatro acusados¹⁴⁴, mas que havia dificuldades em efetuar suas detenções

¹³⁹ *FSP*, 03 de março de 2000: "Polícia do Rio apreende 100 kg de maconha".

¹⁴⁰ *OESP*, 09 de março de 2000: "As vítimas da guerra do tráfico".

¹⁴¹ *OESP*, 09 de março de 2000: "Nem plantão da PM impede fuga de favelados".

¹⁴² *FSP*, 09 de março de 2000: "Favela de SP vira cidade fantasma".

¹⁴³ *FSP*, 09 de março de 2000: "Favela da região fica deserta".

¹⁴⁴ *FSP*, 09 de março de 2000: "Seis acusados são identificados".

porque os chefes certamente não morariam na favela e os moradores tinham medo de fazer denúncias¹⁴⁵. Não eram somente os moradores que estavam sob ameaça dos traficantes, os bombeiros do 1º Grupamento de Salvamento que auxiliaram a socorrer as vítimas da chacina do dia 25 de fevereiro na favela Paraguai também receberam telefonemas ameaçadores¹⁴⁶.

Uma moradora das favelas que estavam sendo desocupadas deu informações que podiam explicar os motivos originais da guerra entre os traficantes. Segundo ela, a construção do Centro de Detenção Provisória da Vila Prudente (com capacidade para 768 presos e que seria inaugurado em maio), a duzentos metros do ponto de venda de drogas da quadrilha de "Barriga", por ter vigilância 24 horas por dia, impediria o seu funcionamento. Por isso, o traficante começou a invadir a área dominada pelo traficante "Sujeirinha", o que provocou o início das mortes¹⁴⁷. Analisando o tráfico de drogas, como uma atividade econômica e comercial, em que atuam fornecedores, vendedores e consumidores, pode-se indicar que as próprias necessidades de sucesso no exercício da atividade de venda de drogas havia resultados os assassinatos que desencadearam a guerra entre as quadrilhas de traficantes de Heliópolis e das favelas Paraguai e Vila Prudente. A preocupação com as atividades do tráfico teria sido a origem das ameaças para a desocupação das favelas Sem Terra e Paraguai. Conforme notícia do *OESP*, havia a suspeita de que a quadrilha do traficante "Sujeirinha" pretendia colocar pessoas ligadas a ele nos barracos abandonados¹⁴⁸.

No dia 09 de março, as polícias civil e militar realizaram uma nova operação em Heliópolis. Com 450 homens e 2 helicópteros, das 9 horas da manhã à 1 hora da tarde, a polícia vistoriou 50 estabelecimentos comerciais, 120 residências e 300 pessoas. Foram detidos 10 suspeitos e apreendidas 4 armas e pequenas porções de cocaína, maconha e crack, mas nenhum líder do tráfico foi preso¹⁴⁹. O poder do tráfico sobre este território para chegar ao seu ponto máximo, ao decidir quem poderia morar no local.

O comandante do Policiamento de Choque, Osvaldo de Barros Júnior, reconheceu ao jornal *FSP* que o resultado ficou abaixo do esperado, mas o delegado Ubiracyr Pires da Silva, titular da Divisão de Entorpecentes do Denarc, afirmou que a favela Heliópolis concentra microtraficantes e que a polícia, ao realizar operações de busca e apreensão como a que havia

¹⁴⁵ *FSP*, 09 de março de 2000: "Para a polícia, chefe não vive no local".

¹⁴⁶ *FSP*, 09 de março de 2000: "Traficantes ameaçam até bombeiros".

¹⁴⁷ *FSP*, 09 de março de 2000: "Obra de cadeia seria origem da guerra".

¹⁴⁸ *FSP*, 11 de março de 2000: "Em favela, Covas garante segurança a morador".

¹⁴⁹ *FSP*, 10 de março de 2000: "Polícia ocupa favela com 450 homens".

ocorrido, aos poucos acabaria com o tráfico na favela¹⁵⁰. Neste dia, foi montado um posto de polícia no estacionamento do Hospital Heliópolis¹⁵¹.

Neste mesmo dia, respondendo a questões formuladas por jornalistas, o secretário de segurança pública afirmou que a violência em Heliópolis era um caso isolado no Estado. Prometeu ainda continuar ocupando as favelas Heliópolis e Paraguai, prender os envolvidos com as quadrilhas e acabar com a sensação de insegurança. O secretário afirmou também que "enquanto houver problema social na favela, a questão não será resolvida. Outros grupos vão aparecer e assumir o tráfico"¹⁵². O secretário reclamou ainda das críticas que vinha recebendo¹⁵³.

As declarações do secretário indicam que, apesar do empenho da secretaria e das polícias estaduais, suas ações não estavam conseguindo resultado satisfatório. As táticas policiais de patrulhamento e as ocupações da favela (abordagem de vários moradores, de domicílios e automóveis) da Polícia Militar e tentativa da polícia civil de conseguir obter informantes não estavam surtindo, até o momento, qualquer efeito.

Ainda neste dia, o então governador Mário Covas (1995-2001) admitiu que fugiria, se estivesse ameaçado como os moradores das favelas Sem Terra e Paraguai¹⁵⁴. No dia seguinte, em 10 de março, junto com o pré-candidato a prefeito, Geraldo Alckimin, prometeu aos moradores da favela Paraguai um projeto de moradias a serem construídas em regime de mutirão. Na visita, segundo a *FSP*, os moradores aproveitaram para pedir também uma escola e um campo de futebol, além de casas para outras favelas¹⁵⁵. O governador prometeu também que a polícia iria ocupar, por tempo indeterminado, parte das favelas Sem Terra, Paraguai e Heliópolis. Neste dia, três equipes da Polícia Militar, totalizando 12 homens, estavam nas favelas¹⁵⁶. Conforme o *OESP*, o governador afirmou ainda que os moradores que saíram das favelas Sem Terra e Paraguai poderiam voltar, porque a polícia só iria sair da área após a prisão do "Barriga" e do "Sujeirinha"¹⁵⁷.

Alguns moradores que decidiram ficar, além dos demais problemas, foram demitidos ou não podiam prestar serviços temporários, pelo medo de seus empregadores¹⁵⁸. Isto sugere que o medo de alguns moradores da cidade lhes impedia de distinguir os moradores destas favelas dos traficantes em guerra.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*.

¹⁵¹ *OESP*, 10 de março de 2000: "Polícia faz megaoperação na favela Heliópolis".

¹⁵² *FSP*, 10 de março de 2000: 'Caso é isolado', diz secretário".

¹⁵³ *OESP*, 10 de março de 2000: "Secretário promete prisão de traficantes que fizeram ameaças".

¹⁵⁴ *FSP*, 10 de março de 2000: "Polícia faz megaoperação na Favela Heliópolis".

¹⁵⁵ *FSP*, 11 de março de 2000: "Covas promete moradia para favelados".

¹⁵⁶ *FSP*, 11 de março de 2000: "PM ocupa favela para enfrentar tráfico".

¹⁵⁷ *OESP*, 11 de março de 2000: "Em favela, Covas garante segurança a morador".

Alguns moradores passaram inclusive a ficar receosos de falar com os jornalistas. Conforme um morador da favela Paraguai afirmou "Quem fica famoso e sai no jornal pedindo Justiça em um dia, no outro fica famoso também porque morreu"¹⁵⁹.

Na madrugada do dia 11 de março, a polícia civil conseguiu prender Antônio Miguel Cavalcante, o "Tonhão", em Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo. Principal suspeito de ser responsável pelos assassinatos cometidos na Favela Paraguai, a mando de "Sujeirinha". O primo de "Tonhão", Aluísio, também foi preso por ser suspeito de ter participado das execuções. Na casa onde estavam foram apreendidos R\$ 7 mil e documentos de vários veículos. O diretor do DHPP, Marco Antônio de Paula Santos, afirmou, que a prisão do segundo no comando da quadrilha de "Sujeirinha" provocaria sua desestabilização¹⁶⁰. Notícias de 13 março da *FSP* informavam que a investigação dos crimes nas favelas estava sendo comandada pela Equipe Especial de Investigações sobre Homicídios Múltiplos, criada há 15 dias¹⁶¹.

Mesmo com essa prisão e a presença da polícia nas favelas Paraguai, Sem Terra e Heliópolis, poucos moradores haviam voltado para as casas abandonadas, e continuavam com medo, principalmente do que iria acontecer depois da saída da polícia¹⁶².

No dia 13, foram presos Gilmar Pereira Lopes, Igor de Alencar e Aloísio Soares de Lima, o Lula, na cidade de Mairinque. Conforme o delegado titular da Equipe Especial de Investigações sobre Homicídios Múltiplos, as investigações continuariam até a prisão de "Sujeirinha". A polícia esclareceu ainda que "Tonhão" havia se juntado a "Sujeirinha" com intenção de se vingar de "Barriga", que teria, entre os seus comandados, pessoas responsáveis pela morte de seu irmão e dois de seus primos. Isto sugere que, entre os traficantes, questões comerciais e vinganças familiares se unem facilmente¹⁶³.

Estas informações foram confirmadas em entrevista do detido Aluísio Cavalcante, primo de "Tonhão", o qual admitiu que a intenção da quadrilha de "Sujeirinha" era matar "Barriga" e seus familiares, inclusive crianças. Segundo ele, nas duas investidas do grupo formado por "Carioca", "Pipoca", "Gilmar", "Tonhão", "Ravel" e ele próprio, se não fosse encontrado o "Barriga", a ordem era matar inocentes¹⁶⁴. A quadrilha rompeu com a expectativa presente entre os moradores das favelas, segundo a qual, não são alvos de mortes

¹⁵⁸ *FSP*, 11 de março de 2000: "Moradores perdem o emprego".

¹⁵⁹ *FSP*, 11 de março de 2000: Frases - Cotidiano.

¹⁶⁰ *FSP*, 11 de março de 2000: "Polícia prende, na Grande São Paulo, integrante do bando de traficantes da Favela Heliópolis".

¹⁶¹ *FSP*, 13 de março de 2000: "Presos em São Paulo gerentes do tráfico"; "Polícia de SP prende gerentes do tráfico".

¹⁶² *FSP*, 13 de março de 2000: "Moradores da Paraguai ainda têm medo".

¹⁶³ *OESP*, 14 de março de 2000: "Presos mais 3 homens ligados a líder do tráfico".

pessoas sem ligação com o tráfico de drogas. A partir daí, as ameaças contra os moradores e ordem de expulsão das favelas eram prontamente levadas à sério.

O secretário-adjunto da Segurança Pública, Mário Papaterra Limongi afirmou que com essas prisões, "acredito que conseguimos restabelecer a autoridade da polícia"¹⁶⁵. De certa forma, isto foi confirmado pelos moradores da favela Paraguai, no dia 13, mais algumas famílias retornaram à favela. Uma moradora, a dona-de-casa Nilza Lorentino de Souza afirmou que estava voltando porque ficara sabendo que o governador havia mandado a polícia permanecer na favela¹⁶⁶. No dia 14, outros moradores continuavam retornando às favelas Paraguai e Sem Terra, afirmando que voltavam por causa da promessa do governador Mario Covas de fazer um projeto de construção de casas populares¹⁶⁷. Como vários barracos de madeira foram desmontados, alguns moradores que voltaram começaram a construir suas casas em outros locais, nas próprias favelas¹⁶⁸

No dia 15, o *OESP*, em seus editoriais, defendeu a tese de que a foi a imprensa que provocou a ação do governo de Estado e da polícia. Vejamos o seguinte trecho:

"Durante meses, os moradores estiveram à própria sorte, sem a mínima proteção policial. Somente quando a imprensa começou a divulgar as ameaças que estavam sendo feitas pelo bando de Sujeirinha - através do único telefone público da Favela Paraguai diziam aos moradores que os barracos seriam incendiados se eles não os abandonassem -, o governador Mário Covas ordenou que as autoridades da segurança pública fizessem o que, até então, elas diziam ser impossível devido à "lei" do silêncio que vigora nas favelas: localizar e prender os bandidos, além de colocar sob proteção policial ininterrupta os moradores e as casas dos favelados. Uma semana depois, pelo menos cinco dos acusados de participação no tráfico da Favela Heliópolis estavam atrás das grades"¹⁶⁹.

Embora se possa afirmar que o tempo das investigações policiais pode ter coincido com as ordens emitidas pelo governador, o fato de a imprensa ter divulgado inúmeras notícias sobre o caso e colocado as imagens públicas do governador, da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Militar e da Polícia Civil na berlinda, certamente, ao menos, contribuiu para dinamizar suas ações.

¹⁶⁴ *Agora São Paulo*, 15 de março de 2000: "Ordem do tráfico era matar, diz preso".

¹⁶⁵ *FSP*, 14 de março de 2000: "Polícia desmonta grupo do tráfico em SP".

¹⁶⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁶⁷ *FSP*, 15 de março de 2000: "Moradores voltam a ocupar favelas".

¹⁶⁸ *FSP*, 15 de março de 2000: "Moradores começam a voltar à Favela Paraguai".

¹⁶⁹ *OESP*, 15 de março de 2000: "Ações contra o tráfico".

O jornal *OESP* cobrou ainda a prisão de "Sujeirinha" e de toda a quadrilha de "Barriga". Além disso, afirmando que a concentração de submoradias existentes nas favelas contribui para "que o traficante estabeleça a sua lei e sua autoridade", aconselhou mais uma ação dos governos municipal e estadual: o atendimento dos "favelados" nos programas de habitação popular¹⁷⁰.

Na madrugada do 16, os moradores da Favela Paraguai que permaneceram ou voltaram para a favela passaram por um novo susto. Um incêndio, na parte da favela que estava desocupada, destruiu três barracos. Os policiais militares do 21º Batalhão, em plantão na favela, chamaram o Corpo de Bombeiros e fogo foi controlado em 20 minutos. Alguns moradores disseram acreditar que o incêndio tenha sido provocado pelos traficantes, como uma forma de reforçar a ameaça aos moradores¹⁷¹.

No dia 24 de março, notícia do *OESP* informou que com a queda do poder de "Sujeirinha", depois das prisões realizadas, outros dois traficantes identificados como Péricles da Silva, o "Bola" e seu parceiro "Pio" tentaram instalar-se em Heliópolis. O delegado do DENARC, Ricardo de Mello Vargas, afirmou que, por meio de denúncias, o "Bola" foi preso¹⁷². Essas informações indicam que, com o vácuo de poder em Heliópolis, outros traficantes começaram se apresentar para preenchê-lo.

Não houve novos acontecimentos relacionados à violência, noticiados em março de 2000, com exceção da informação dada pelo secretário de segurança pública Marco Vinício Petrulluzzi, no dia 28 de março, que o contingente policial em Heliópolis continuava reforçado. O secretário, em operação das Polícias Militar e Civil nas favelas do Jardim Elba, do Morro e da Praia, prometeu que "a polícia de São Paulo não vai admitir que situações como as registradas nas Favelas Paraguai e Heliópolis se repitam"¹⁷³. Isto indica que o que havia ocorrido nestas favelas se tornava um ponto de comparação para a Secretaria de Segurança Pública.

Em 25 de abril, notícia do *OESP*, informou que a maior parte dos barracos da favela Paraguai estava desocupada. Mesmo com a presença de 15 policias em 5 pontos fixos na favela, 24 horas por dia, moradores permaneciam com medo e se perguntavam o que aconteceria quando a polícia desocupasse a favela¹⁷⁴.

Em 22 de junho, a polícia prendeu em Catarina, a 398 quilômetros de Fortaleza, Lusérgio Soares de Oliveira, o "Sujeirinha", que estava na lista dos dez bandidos mais

¹⁷⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁷¹ *OESP*, 17 março de 2000: "Fogo destrói barracos na Favela Paraguai".

¹⁷² *OESP*, 24 de março de 2000: "Com 'Sujeirinha', tráfico faturava R\$ 12 mil por dia".

¹⁷³ *OESP*, 29 de março de 2000: "Governador acompanha blitz em três favelas".

¹⁷⁴ *OESP*, 25 de abril de 2000: "Ex-moradores têm medo de voltar à Paraguai".

procurados do país. Também foram presos dois irmãos dele, José Soares de Oliveira e Lucimar Soares de Oliveira, além de quatro ladrões¹⁷⁵. Terminava assim, o segundo período de operações especiais da polícia em Heliópolis.

O impacto que estas duas "guerras entre quadrilhas de traficantes" causou no dia-a-dia dos moradores de Heliópolis pode ser sintetizado pelas falas sobre o medo e sobre a atuação da polícia.

Um aluno da Escola Municipal Luiz Gonzaga foi entrevistado quando houve pressão dos traficantes para o término antecipado das aulas:

Folha - Por que você está indo embora (ontem, às 20h14)?

R. - Oito da noite precisa recolher, senão os caras sobem. Hoje (ontem) estão dizendo que eles vão subir entre as 20h30 e as 21h.

Folha - O que eles fazem?

R. - Começam a dar tiros em qualquer um. Mataram dois amigos meus dentro de casa (deles) e uma menina (mortos em uma chacina na última quinta-feira).

Folha - Qual o motivo do toque de recolher?

R. - Por causa de uma besteira. Os caras lá de baixo querem controlar (os pontos de tráfico) aqui (região alta da favela).

Folha - Essa decisão de dispensar alunos é só da escola?

R. - Não. Também é dos alunos. Tem gente que mora lá em baixo e tem medo de encontrar os caras pelo caminho, na saída da escola.

Folha - Isso já aconteceu?

R. - Já, mas as coisas estão mais pesadas porque agora eles estão subindo de perua e carro. Eles abrem a perua e começam a atirar. A padaria, que normalmente fecha às 22h, está fechando às 19h. Todos estão fechando às 19h¹⁷⁶.

Nesta entrevista, fica manifesto os problemas causados pelos traficantes aos moradores de Heliópolis, o que permite construir a hipótese que estes indivíduos reflitam sobre possíveis soluções para a questão do tráfico na favela, inclusive uma forma de punição a estes infratores.

Quanto à atuação policial, uma matéria jornalística¹⁷⁷ apresentou dois tipos de reações dos moradores à ocupação da favela pela polícia. O primeiro tipo: uma moradora afirmou a

¹⁷⁵ OESP, 23 de junho de 2000: "Acusado pela chacina de Heliópolis é preso".

¹⁷⁶ FSP, 22 de outubro de 1999. "Medo faz aluno respeitar horário".

¹⁷⁷ OESP, 08 de dezembro de 1997: "Domingo foi de festa em favela, mesmo com PM".

jornalista Rosa Bastos que deveria haver polícia sempre em Heliópolis, porque assim os moradores ficariam muito mais tranquilos. Neste comentário está implícito o fato de que a polícia, até a ocupação, não exercia um patrulhamento constante e eficaz na favela.

O segundo tipo de reação pode ser exemplificado pelas reclamações de Marcelo Soares, de 15 anos. Segundo ele, num único dia fora abordado doze vezes pela polícia, numa delas "o policial falou que se me encontrasse na rua de novo ia me deixar pelado e procurar maconha até achar". Marcelo fez também denúncias de maus tratos: "Fazem perguntas que a gente não sabe responder e, se a gente se enrola, toma tapa na orelha". Além disso, outro morador trouxe outro motivo de descontentamento com a ação da polícia. O ajudante de cozinha Joselito da Conceição Santana, de 25 anos, afirmou que "não se pode mais dar um passo sem ter de levantar os braços e 'encostar' na parede" e defendia-se afirmando sua condição de trabalhador"¹⁷⁸.

A insatisfação surgia por parte do grupo de moradores que parecem ter estado sob suspeição dos policiais: os jovens. Além disso, estes moradores foram capazes de denunciar os abusos cometidos pelos policiais em ação. A determinação dos policiais em prender os traficantes ignorava os direitos dos cidadãos e abalava a relação entre a comunidade e a polícia.

Isto permite notar que a presença da polícia levou os moradores a refletirem sobre sua atuação, elaborando críticas e defendendo formas de ação.

II.4.2 - A questão do tráfico e os moradores

Observando os fatos que ocorreram em Heliópolis e as entrevistas analisadas, é possível notar que para se compreender a relação entre o tráfico de drogas e a violência é necessário se levar em conta as várias facetas da questão, as quais estão mutuamente interrelacionadas.

Uma primeira faceta é o fato de o tráfico de drogas se constituir numa atividade econômica. Há plantações de maconha, papoula e coca e refinarias para a produção de cocaína, crack, heroína e outros narcóticos, em alguns países do mundo. Existem rotas de comércio entre regiões e países produtores e os diferentes locais de consumo existentes. Estas rotas de comércio abastecem os pontos de venda, os quais repassam os produtos aos consumidores. Como as demais atividades econômicas um dos principais objetivos dos indivíduos que controlam cada ponto desta cadeia é o lucro. Em cada um destes pontos

¹⁷⁸ *Idem, ibidem.*

inúmeros indivíduos prestam serviço em troca de remuneração que pode ser em dinheiro ou em espécie.

Na América Latina, países como a Colômbia e a Bolívia são conhecidos como sedes de importantes cartéis que controlam refinarias e plantações de coca e maconha. No Brasil, a polícia federal tem descoberto a existência de inúmeras áreas de plantio, mas o país é mais conhecido por conter inúmeros intermediários que enviam drogas para os Estados Unidos e Europa.

Além disso, o Brasil também é um país consumidor. Segundo Zaluar, o uso da cocaína se disseminou, aqui como em outros países ocidentais, a partir da década de 70 com as mudanças sociais pós Segunda Guerra Mundial: "o hedonismo colocou o prazer e o lazer à frente das preocupações humanas. O jogo, as drogas, a diversão tornaram-se o objetivo mais importante na vida para muitos setores da população, especialmente os mais jovens" (Zaluar, 1994: 241). Essas novas gerações, que colocaram a busca do prazer como uma das importantes ocupações do homem, estão assim aptas a contarem com estimulantes para obterem novas sensações.

A segunda faceta é a ilegalidade. O comércio e o uso de drogas são proibidos em quase todo mundo. Entre os argumentos que justificam esta proibição está o fato de as drogas poderem causar vício, romper os auto-controles conscientes, provocar males à saúde e prejudicar o convívio social. Há em relação à proibição inúmeros aspectos a serem considerados. Primeiro, a proibição não é capaz de evitar que exista demanda, a qual garante o consumo da droga produzida. Segundo, a criminalização coloca os órgãos de segurança e justiça pública (polícia, justiça penal, sistema prisional e, às vezes até Exército) no trabalho de destruição de plantios, apreensão de drogas e prisão de traficantes. Terceiro, a criminalização faz aumentar os riscos e os cuidados com a produção e o tráfico. Isto coloca limites à oferta e acarreta numa valorização do produto que permite altos lucros nas vendas realizadas com sucesso. Quarto, a criminalização faz com que parte dos lucros seja investida na proteção do tráfico contra prisões de envolvidos, apreensões de drogas e armas, e desativação de centros produtores. Esta proteção envolve o aliciamento de pessoas, a compra de armas e a corrupção de autoridades. Quinto, na ilegalidade as regras de concorrência são outras que as do mercado legal. Se a concorrência reduz os lucros, a expansão dos pontos de venda e a retirada de concorrentes do tráfico os faz crescer. Assim, o uso da violência pode ser necessário para a expansão ou proteção dos pontos de produção e venda. Sexto, a ilegalidade faz com que os conflitos (provenientes das cobranças de dívidas, das disputas por pontos de vendas e das

alterações na hierarquia das organizações) sejam resolvidos privadamente e que o uso da força seja o melhor instrumento.

A violência pode ser entendida como uma terceira faceta do tráfico. De um lado, seu uso é necessário para a proteção das atividades das quadrilhas e instrumento de poder de cada um dos envolvidos em relação aos demais, como já discutido acima. De outro lado, a violência tem um valor simbólico intrínseco. Segundo Zaluar, em suas pesquisas em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, "os bandidos jovens e pobres do bairro estudado são adeptos de uma ideologia moderna e individualista que não se baseia, porém, nos direitos positivos da participação democrática, mas nos negativos: a ilusão quanto à independência absoluta do sujeito e de sua liberdade de agir sem restrições está atrelada a uma concepção extremamente autoritária de poder. Se o chefe ou 'o cabeça' são concebidos como homens inteiramente autônomos e livres, esta capacidade de exercer a sua vontade, sem restrições, faz-se à custa da submissão dos seus seguidores denominados 'teleguiados', uma relação sempre mediada pelas armas de fogo modernas bem como pelo poder do dinheiro que o chefe acumula" (*ibidem*: 249).

Uma quarta faceta é a ação dos Estados-Nacionais que se divide em três direções: tratamento de viciados, campanhas contra o uso de drogas e a utilização do aparato de segurança e justiça para reprimir o tráfico de drogas (os Estados Unidos chegam a ponto de enviar remessas de divisas para alguns países, como a Colômbia, para fortalecer o combate ao tráfico). Destacando a questão do combate ao tráfico, o Brasil conta com ações das polícias civil, militar e federal e, esporadicamente, com o exército. Este aparato age na localização e destruição de plantações, na interceptação de carregamentos, no fechamento de pontos de venda e na detenção dos envolvidos. Além das dificuldades dos agentes em identificar os suspeitos, encontrar os locais, e resistir as reações armadas dos traficantes, há a corrupção das autoridades. A corrupção por vezes, impede a prisão de suspeitos, facilita a fuga de presos, permite o comando de quadrilhas por traficantes presos e leva autoridades a se relacionarem permanentemente com traficantes.

Uma quinta faceta são os diferentes arranjos que o sistema de distribuição de drogas ao consumidor possui. Segundo Mingardi, em São Paulo, "ele varia de acordo com a região da cidade ou do Estado, com o tipo de droga vendida e com o nível do grupo de traficantes" (Mingardi, 1998: 152). Em relação à cidade de São Paulo, este autor afirma que "segundo avaliação de seus próprios integrantes, os grupos do centro são mais confusos, não delimitam seu território e tem hierarquia muito frouxa. Já em algumas regiões da periferia as 'bocas' são

mais estruturadas. Existem vigias para avisar a aproximação da polícia, o 'passador' ou 'avião', que entrega a mercadoria, o gerente da boca e o dono" (*ibidem*: 157).

Uma sexta faceta se constitui dos prejuízos que o tráfico de drogas traz à sociedade. Entre outros, há dois importantes tipos: gastos de recursos públicos e ocupação de servidores no combate ao tráfico e uso de entorpecentes e os inúmeros problemas provenientes das ações das quadrilhas. Soares elencou 13 pontos para descrever os males causados pela associação entre o tráfico de armas e de drogas no Rio de Janeiro:

"1. *Provocam um assustador número de mortes.* (...) podemos estimar que, na década de 90, o tráfico tenha produzido na capital do estado, cerca de 20 mil vítimas, a maior parte homens, jovens, pobres, e não-brancos. O número escandaloso de mortes violentas é diretamente proporcional à desorganização do tráfico, porque elas ocorrem sobretudo em função das disputas entre os grupos pelo controle territorial (...).

2. *Desorganizam a vida associativa e política das comunidades.* (...) é praticamente impossível garantir a sobrevivência de qualquer associação local sem que haja algum grau de promiscuidade, cujos efeitos invariáveis são a humilhação e o monitoramento das lideranças cívicas e políticas locais.

3. *Impõem um regime despótico às favelas e bairros populares.* O caráter territorial desse domínio se caracteriza pela subordinação de toda a comunidade às regras ditadas pelos criminosos: (...) determinadas áreas são vetadas à passagem, mesmo dos moradores; toques de recolher regem horários de saída e entrada das casas e da própria favela; (...) conflitos domésticos ou entre vizinhos são mediados, julgados e administrado pelos barões locais do tráfico, que se responsabilizam, inclusive, pela aplicação das penas. (...)

4. *Recrutam força de trabalho infantil e adolescente para descartá-la pela via previsível, mas incontornável da morte prematura.* (...) Os meninos transportam drogas e armas para os adultos e são aproveitados sempre que possível, nas missões em que há sérios riscos de prisão.

5. *Disseminam valores belicistas contrários ao universalismo democrático e cidadão.* O tráfico de drogas e armas, estabelecido como despotismo territorial, desenvolveu uma subcultura de gueto, refratária aos valores universalistas e ao princípio da equidade, que dão sentido ao conceito de cidadania (...) a hegemonia masculina afirma-se, paralelamente, à supremacia da coragem e da lealdade, sempre restritas às artes da guerra e ao âmbito hierarquizado e excludente do grupo de referência, o que corresponde à afirmação de um quadro explosivo de faccionalismo fratricida.

6. *Destroem estruturas familiares e a dinâmica da reprodução cultural.* (...) Todos os que conhecem as favelas cariocas sabem quão freqüentes são os choques entre as duas formas de autoridade: aquela que emana dos vínculos familiares e a outra, que decorre da participação na estrutura do tráfico. (...) Quando a hierarquia tradicional familiar é subvertida, nesse contexto de medo, morte prematura e violência, os principais mecanismos de socialização cultural, que garantem a continuidade da vida coletiva, sofrem forte desestabilização.

7. *Degradam a lealdade comunitária tradicional,* substituindo-a por relações exclusivistas com grupos paramilitares e por um narcisismo consumista extremo. (...) Nas favelas em que o tráfico tem presença marcante, a identidade predominante deixa de ser a da comunidade e passa a ser a do grupo criminoso, que usa o vínculo simbólico com uma das grandes 'famílias' do tráfico (Comando Vermelho, Terceiro Comando ou Amigos dos Amigos) para diferenciar-se dos rivais. (...) (Em relação ao narcisismo consumista, há) uma combinação singular entre o sentimento de poder e auto-realização, que a participação no tráfico oferece de modo perverso, e o sentimento de frustração e ressentimento da maioria, que recusa o envolvimento criminoso mas experimenta o fardo da exclusão social. (...)

8. *Fortalecem e disseminam o patriarcalismo, a homofobia e a misoginia.* Ao valorizar a valentia, a lealdade faccional e as posturas belicistas, as dinâmicas dos tráficos de drogas e armas reforçam o patriarcalismo e seus corolários, como a submissão das mulheres e a estigmatização dos homossexuais. (...)

9. *Estimulam reações que tendem a estigmatizar a pobreza e os pobres,* promovendo imagens negativas das comunidades, favelas e bairros populares, que passam a ser vistos como fontes do mal (...) Resultado: os moradores das favelas sofrem (...) como vítimas de preconceitos e de medidas arbitrárias, elas mesmas criminosas e promotoras da barbárie, como a premiação faroeste, entre tantas outras formas de acobertamento e estímulo à brutalidade policial. (...)

10. *Promovem o entrelaçamento entre o chamado 'crime de colarinho branco', praticado por membros das camadas médias e das elites, e a criminalidade que prospera nas favelas e nos bairros populares* (...) A disposição bélica da tropa que atua no varejo dos morros se beneficia da competência financeira e administrativa dos cúmplices com escolaridade superior. Por sua vez, esses evitam sujar as mãos com sangue e com a pequena propina cotidiana (...)

11. *Atuam como fonte de muitas outras atividades criminosas.* (...) Há no Rio de Janeiro, tropas sempre prontas para agir no varejo da criminalidade, alimentadas por armas que se alugam ou emprestam no circuitos de reciprocidade e de negócios clandestinos. (...)

12. *Induzem muitos policiais à corrupção.* (...) A sem-cerimônia dos traficantes é menos descuido do que confiança na impunidade, sendo que nesse caso, impunidade não é equivalente a incompetência policial, mas a corrupção. Essa confiança repousa na certeza de que os acordos serão cumpridos. A certeza decorre da experiência: os policiais corruptos têm honrado os acordos, ou seja, têm sistematicamente, traído as instituições a que pertencem. Por outro lado, a transgressão dos acordos é cobrada com violência extrema. (...) Os termos do acordo variam: ora se limitam a celebrar o entendimento em torno da liberdade de comercializar as drogas, ora se estendem ao próprio negócio, definindo cotas de participação nos lucros, estabelecendo responsabilidades pelo transporte da droga em segurança ou envolvendo a venda de armas apreendidas em outros morros. (...) Forma diversa de corrupção é o achaque no varejo, seja ao consumidor que ousa subir o morro (...), seja ao traficante preso, a quem se oferece a possibilidade de compra da própria liberdade (...).

13. *Penetram, pela via das drogas, em toda a sociedade e no Estado, como nenhuma outra modalidade criminosa.*(...) Em torno do tráfico, giram negócios bilionários. No Brasil, eles são milionários. Suficiente ricos e poderosos - ainda que fragmentados - para influir em eleições, em governos e em todos os níveis dos poderes constituídos." (Soares, 2000: 267-7).

Levando-se em conta estas facetas torna-se mais fácil a compreensão dos casos de violência que ocorreram em Heliópolis, principalmente a partir dos anos 90. O estabelecimento de pontos de venda de drogas por quadrilhas de traficantes e o controle dos arredores trouxe vários problemas aos moradores destes locais. As notícias mostraram inúmeras deles como: a suspeição policial e os maus tratos da polícia, o "toque de recolher", a "lei do silêncio", as mortes e o medo.

As notícias indicam também que as ações rotineiras da polícia eram incapazes de impedir as atividades dos traficantes. Além disso, as operações especiais da polícia realizadas durante as "guerras" de quadrilhas de traficantes e sob pressão da mídia obtiveram sucesso relativo. No segundo período analisado, em que houve operações policiais consecutivas, a quadrilha de "Barriga" foi desmantelada, mas isto não impede a ocupação da área por outra

quadrilha. A quadrilha de "Sujeirinha" foi praticamente, extinta pela polícia, depois de quase um ano do início da guerra entre as quadrilhas. Mas os cuidados dos moradores frente à violência não se mostraram reduzidos. Em 17 de setembro de 2000, a *FSP* publicou pesquisa, segundo a qual a região de Vila Prudente - que abrange Ipiranga, Vila Prudente, Cursino e Sacomã (onde se localiza a maior parte da favela Heliópolis) - concentrava o maior número de eleitores paulistanos que se utilizavam o "toque de recolher voluntário" como medida contra a violência. Nesta região, 13% dos entrevistados afirmaram que não saíam à noite e 58% evitavam locais, ruas ou pessoas ao escurecer¹⁷⁹.

Nesse período, em meados de junho de 2000, entrei em contato com as lideranças da UNAS e entrevistei moradores sobre suas relações com a favela e concepções de polícia, punição e justiça.

Entre os entrevistados é possível identificar certa separação existente entre os moradores e os traficantes e assaltantes que é importante para se entender o medo que envolve o tráfico. Neste sentido, cinco pontos devem ser esclarecidos.

Primeiro, os moradores acreditam que, de maneira geral, não corre risco de sofrer agressões ou ameaças de morte pelos traficantes ou perseguição pela polícia quem não se envolve com o tráfico, ou seja, não é viciado, não é amigo¹⁸⁰, não faz trabalhos, não participa dos grupos de traficantes, não se intromete nas suas ações contra outros moradores, não se envolve nas disputas por área de atuação e por prestígio e, muitos menos, inclina-se a fazer alguma denúncia à polícia¹⁸¹. O terror que acometeu os moradores da favela Paraguai e os levou a abandonar suas casas, tal como visto no item acima, parece ter sido a quebra desta crença que trazia tranquilidade aos moradores.

Segundo, por causa do poder que o tráfico possui em função de suas armas e disposição de usá-las, e pela incapacidade da polícia (principalmente por sua corrupção e ineficácia) em conter esta criminalidade, há padrões de comportamento dos moradores para fazer frente à ameaça que o tráfico representa às suas integridades físicas: alguns

¹⁷⁹ *FSP*, 17 de agosto de 2000: "Toque de recolher é saída para violência".

¹⁸⁰ "... esse menino ele conversa com todo mundo aqui, ele fala com todo mundo aqui, esse que foi baleado na perna, então ele conversa com todo mundo, inclusive comigo, com as minhas amigas, aí a minha mãe falou assim "ó você não fica próxima dele porque os cara lá da outra boca, da boca de cima falaram que quando vier pra pegar ele, vai pegar ele e pegar quem tá junto". Então é esse o medo da minha mãe e eu acho que de... da maioria das mães, é de você tá perto de não ter nada a ver e pagar" (Mirela, 16 anos, solteira, estudante, aluna do curso de reciclagem da UNAS).

¹⁸¹ A disputa por prestígio, para ser visto como poderoso, rico e valente foi brilhantemente discutida por Zaluar (1985, 1994, 1999).

entrevistados destacaram a lei do silêncio¹⁸², outros, a questão do toque de recolher ou “a porta aberta”¹⁸³.

Terceiro, há diferenças entre os moradores nas suas relações com os traficantes. Essas diferenças são de duas ordens. A primeira passa por uma relação de "respeito" que os traficantes estabelecem com os moradores de dentro da área de atividades da quadrilha e por uma hostilização que pode existir com moradores de áreas dominadas por outros grupos de traficantes. Isto foi destacado por apenas um dos entrevistados, que se referiu à diferença entre os traficantes da área da Mina e os do núcleo Heliópolis¹⁸⁴. Segundo ele, os traficantes que atuavam na Mina deixam as pessoas de toda a favela circular pela região que dominavam, enquanto ele, morador do núcleo da Mina, por exemplo, não podia ir à noite ao núcleo Heliópolis porque corria-se o risco de vida, já que os traficantes dali não respeitavam os moradores do núcleo da Mina, por quererem dominar os pontos de tráfico de toda a favela. Esta certa identificação de moradores de uma área com os traficantes que atuam no local foi percebida também na periferia do Rio de Janeiro, em Cidade de Deus, por Zaluar (1984).

A segunda ordem de diferenças é o fato de certos moradores pertencerem, mais ou menos, ao mesmo “pedaço¹⁸⁵” (Magnani, 1998) dos traficantes. Pertencer ao pedaço é participar das festas, ser amigo ou num grau bem menor de envolvimento, ser amigo de infância, ter relações de parentesco ou ser reconhecido como liderança da comunidade.

Duas situações podem exemplificar isso. Sandra me contou que não respeitou o toque de recolher imposto pelos traficantes de Heliópolis porque os conhecia desde de criança. Um outro informante, por sua vez, não ficou com medo, como outros moradores, de sofrer represália dos traficantes, quando, durante a mega-operação policial, estes estavam vigiando as pessoas que tinham telefones fixos ou celulares, e até mesmo danificando algumas linhas, por ser parente distante dos traficantes do núcleo Heliópolis. É importante dizer que isto não faz com que estes moradores sejam menos críticos aos problemas que o tráfico de drogas traz para a favela.

¹⁸² Perguntando a Renato se alguma vez pensou em denunciar traficantes à polícia, obtive a seguinte resposta: "Não. (Por que não?) Ah, não sei, né meu? As vez eles pode descobrir, aqui tem muita gente que sabe das coisas, né? Eles pode descobrir e pode matá a gente aqui...". (Renato, 19 anos, solteiro, desempregado).

¹⁸³ Mirela falando sobre as implicações para os moradores da presença do tráfico: “Que nem aconteceu a pouco tempo, né, o... esqueci o nome... toque de recolher que eles ficavam nessa guerra de tráfico que teve com a outra favela, eles exigiam que a gente ficasse dentro de casa e teve em algumas casas que eles passaram e pediram pra gente ficar dentro de casa, mas deixar a porta aberta porque se eles quisessem se esconder eles ter... poder entrar, né, na nossa casa...” (Mirela, 16 anos, solteira, estudante, aluna do curso de reciclagem da UNAS).

¹⁸⁴ “O cara de lá ele quer comandar a favela inteira do tráfico, e os daqui num quer deixar, né?” (Renato, 19 anos, solteiro, desempregado).

¹⁸⁵ "O termo na realidade designa aquele espaço intermediária entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (Magnani, 1998)".

O quarto ponto foi levantado por alguns entrevistados que não participam do pedaço dos traficantes: a “cisma”. Perguntando a José por que pessoas morrem nas mãos dos traficantes recebi a seguinte resposta.

“Geralmente são viciados, geralmente eles cisma, basta ele sonhar que você entregou ele, ele acha, tiver um sonho que o cara entregou, ele vai lá manda... já acaba com o cara.” (José, 44 anos, casado, vigia, presidente de uma associação de moradores)

Paulo disse de outra forma, quando perguntado sobre por que tem medo dos traficantes.

“Apesar que tem alguns que são conhecido, que não fazem nada, mas tem outros que são maus, que se cê olha feio pra ele, ele já vem te enquadrando mandando cê levantar a camisa pra vê se cê tá armado. Então o pessoal fica com receio disso.” (Paulo, 17 anos, estudante, aluno do curso de reciclagem de lixo da UNAS)

O bom senso dos moradores os leva a se precaver contra uma possível “cisma” dos traficantes, mas há limites de sua influência sobre esse ponto: um sonho perturbador, a fé cega numa interpretação de uma previsão de mãe de santo, um surto causado pelo uso de cocaína, ou por uma depressão pode levar o traficante a matar pessoas que, a princípio estão fora do quadro de vítimas usuais (traficantes rivais, usuários com dívidas atrasadas e membros da própria quadrilha em disputa e pessoas que não são traficantes ou usuários¹⁸⁶, mas que convivem com traficantes – familiares, amigos, namoradas).

Quinto ponto: são as vantagens que o tráfico, principalmente, e as quadrilhas de traficantes podem trazer aos moradores. Essas vantagens não são concedidas num ato causado por uma consciência de um coletivo que abarca todos os moradores da favela, e que os considera merecedores de compartilhar os lucros destas atividades, nem mesmo se dá, em Heliópolis, conforme um esquema clientelista para garantir obediência e respeito frente a uma população abrangente. Vejamos o seguinte trecho de entrevista:

E - Tem um negócio no Rio, que às vezes o pessoal fala que os traficantes ajudam os morador... O pessoal tá precisando de dinheiro, pra remédio, pra comida...os traficante ajudam... o que cê acha?

“Aqui eu acho que não ajuda não, viu. Ah, ajuda. Deve ajudar alguns moradores aqui, mas não é desse jeito não. Eles só querem pra eles mesmo... Eles só quer que...os outros se ferrem, né meu? Compre as droga dele e já era!” (Renato, 19 anos, solteiro, desempregado)

Nenhuma das pessoas com quem conversei em Heliópolis apresentou os traficantes com os "bandidos" das sociedades camponesas, estudadas por Hobsbawn (1975), que partilham seus bens com a comunidade. Nem mesmo ocorreu como nas entrevistas gravadas pelo cineasta João Moreira Sales, para o filme "Notícias de uma guerra particular", nas quais alguns favelados do Rio de Janeiro falam sobre a ajuda que os traficantes concedem aos moradores. O que parece existir em Heliópolis é um prebendalismo que se restringe ao círculo de parentes, amigos e conhecidos dos traficantes. Isto talvez ocorra por três motivos. O primeiro é porque Heliópolis ao ser muito populosa não permite que as quadrilhas de traficantes tenham laços muito estreitos com todos os moradores. O segundo consiste na possibilidade de os traficantes e assaltantes não estarem preocupados com o bem estar e nem com o apoio de todos os moradores. O terceiro motivo é que certamente a maioria dos moradores não quer se envolver com uma atividade que vicia pessoas, cria conflitos nas famílias e que é responsável por colocar seus empreendedores numa vida de fuga e de morte rápida. Assim, mesmo as famílias com dificuldades financeiras irão preferir pedir ajuda a outros moradores que não os traficantes. Mas retornemos às vantagens.

A primeira vantagem é a capacidade que a atividade do tráfico tem de conter a criminalidade dentro da favela e contra os moradores. Nenhum dos entrevistados mostrou preocupação alguma com roubo e furto. Renato chegou a dizer que se pode deixar carro aberto ou chegar a qualquer hora da noite sem perigo de assalto. A explicação para isso foi dada por Renato e Marcelo, ambos disseram que não há com que se preocupar, porque as pessoas sabem que os traficantes não querem problemas que possam trazer a polícia ao local. Isto também impede que policiais possam destratar moradores em novas visitas.

Esta situação difere um pouco da encontrada por Magnani em outro bairro (não citado por ele) de São Paulo, no início dos anos 80. Um de seus entrevistados lhe disse:

"Lá na vila tem muito bandido e a gente conhece eles. Quando venho do trampo (trabalho), de noite, eles estão lá, nos bar perto do ponto do búzio (ônibus) e até pede cigarro pra gente. Eu dou, xará, numa boa, eles são bandido, mas quem é do 'pedaço' não tem erro não, tá limpo, eles respeita. Só assalta lá na cidade, nas outras vila" (Magnani, 1998).

É bem provável que o fato de Heliópolis ter mais de 50 mil habitantes não permite que todas as pessoas se conheçam. Assim, não haveria problemas para um "bandido" assaltar um

¹⁸⁶ Resposta de Talita sobre a principal causa da violência, em que mostra uma punição que pode ser aplicada pelos traficantes aos usuários: "Droga, eu acho que droga, pelo fato deles querer e num ter dinheiro e dever o que comprou e não pagou, então pra ele já é motivo de ir lá e matar o outro" (Talita, 15 anos, solteira, estudante).

morador desconhecido, desde de que as quadrilhas de traficantes não procurassem exercer um certo controle sobre a criminalidade local.

A segunda vantagem é a oportunidade de trabalho, ascensão social e prestígio social. A atração principal se dá em relação aos adolescentes. Vejamos os seguintes relatos:

(Talita responde a questão sobre a maior preocupação dos moradores)

“ (...) assim muito, porque tem muito aquela coisa de 'Ah, o cara é bandido, então ele é legal', porque não é assim que porque ele é bandido ele é legal, e quer ser assim, pessoas que tem uma aparência legal, que você conversando, então ficam aquela coisa de tá sempre saindo eles, tá na..., por exemplo, com carro do ano, essas coisas assim. Então muitos deles ficam naquela coisa de que eles são legal, 'não tem nada a ver, eu tô com eles mas não sou bandido', e de certa forma você acaba se envolvendo e depois não dá mais pra sair.” (Talita, 15 anos, solteira, estudante)

(Perguntando a Paulo por que os adolescentes entravam no tráfico, recebi a seguinte resposta)

“Tem alguns que tem um pensamento... voa bastante, né. Acho que assim, cê trabalha uma semana e ganha 400 reais, cê pode comprá roupa de marca, você pode anda bonito, você pode conquistar aquela garota linda. Então, eu acho que esse pessoal qué a ganância, ganância por dinheiro. Então você qué sempre tá bem vestido. Cê qué tê a sua namorada linda. O pessoal não procura o lado mais comprido, que é procurar um emprego e trabalhar. Você pode tê ... pode tê tua roupa e sua namorada. Então o pessoal acha que essa vida é mais fácil e ganha mais dinheiro. É mais fácil, mas é mais curta.” (Paulo, 17 anos, estudante, aluno do curso de reciclagem de lixo da UNAS)

O tráfico traz a possibilidade para alguns adolescentes, por causa da remuneração que garante, de conseguir realizar determinadas ações, como “sair sempre”, “conquistar aquela garota linda” e “poder andar sempre bem vestido” (“roupa de marca”), acima do que uma vida regular de trabalho pode propiciar. O prejuízo contido nesta escolha está na impossibilidade de se levar uma vida longe disso, seja pela ação da polícia ou pelas disputas internas ao tráfico. Esta atração que o tráfico exerce, principalmente, sobre os adolescentes, pela imagem de poder e riqueza que ostenta, também é presente nos estudos de Zaluar no Rio de Janeiro (1994 e 1999).

Mas também, há relatos de casos de adultos que sempre participaram do mundo do trabalho e não do mundo dos bandidos, e que disseram pretender entrar para o tráfico. Vejamos o seguinte relato:

“uma pessoa, um outro dia aconteceu aqui, né, tem uma família que ela tinha um barraco lá no Heliópolis (...) Lá tá tendo um projeto e ele não pode ser beneficiado no projeto, aí ele pegou e ocupou uma área aqui na região, e ele foi despejado dessa área. Então ele teve, tava conversando comigo, aí falou assim pra mim: 'Olha, eu não

tenho mais o que fazer', aí ele veio aqui procurar um lugar pra ele morar. Aí, eu falei, 'eu não tenho', conversando com ele, né. Aí, ele falou, 'minha única saída era você (...) Olha, eu vou entrar na vida da, eu vou trabalhar pros caras', quando a gente fala trabalha pros cara, vai estar vendendo droga. Aí (...) ele falou assim, 'Porque eu vou ficar um tempo, mas a minha família vai ser respeitada e vai ter onde morar'. E aí eu conversei com ele, no sentido que ele ia piorar mais ainda a vida dele. E aí ele falou assim, 'Olha, eu tô desempregado, eu não tenho nada em casa pra fazer. Eu tou cansado já de procurar emprego, eu não acho emprego de nada, eu fico me humilhando, procurar as pessoas, e eu não tenho nada, eu vou fazer'. (...) (Fátima, 35 anos, participante da UNAS)

Nesse relato, nota-se que a entrevistada entende que o tráfico abre a possibilidade de atrair homens desempregados, que não conseguem arrumar emprego e que estão sem um lugar para suas famílias morarem, se sentindo humilhados por isso. Essa atração consegue vencer, em certos casos, o risco que a atividade carrega e a condenação moral que recebe por ser responsável por morte e por vício. Neste depoimento vemos um indivíduo que admitiu a derrota na sua inserção no mundo do trabalho e, na defesa do respeito e conforto de sua família e que estava considerando a possibilidade de participar da venda de drogas.

Após analisarmos estes cinco pontos da relação entre moradores e traficantes (e quadrilhas de assaltantes), podemos dizer que os maiores temores dos moradores se concentram nos tiroteios e na atração sobre os adolescentes e jovens.

Os tiroteios - que podem resultar de desentendimentos entre policiais e traficantes ou de traficantes em disputa - representam riscos para os moradores, para seus amigos e parentes que freqüentam a região, pelas balas "perdidas" que podem atingi-los. Uma guerra de tráfico, por exemplo, pode interferir na vida dos moradores por causa dos toques de recolher. Vejamos o seguinte relato de Mirela:

“... que nem recentemente eles iam abrir uma outra boca, né, de tráfico e passaram avisando nas casas de que eles... não era pra se preocupar se eles passassem armado porque eles iam, eles iam abrir uma boca. Aí eles falaram, passam avisando e toque de recolher também, que é pra gente ficar dentro de casa, até atrapalha os estudos de algumas pessoas que estudavam à noite e tinham que chegar tarde da escola e tiveram que ficar faltando na escola por causa disso.” (Mirela, 16 anos, solteira, estudante, aluna do curso de reciclagem da UNAS).

A atração do tráfico sobre os adolescentes é preocupante não só pela falta de emprego relatada por Renato, ou pela possibilidade de uma certa ascensão social, relatada por Talita e Paulo, mas também pela dificuldade dos pais de estarem constantemente com os seus filhos, tal como Mirela relatou que a sua mãe fazia, prevenindo-a dos riscos a sua vida. Vejamos José explicando porque é difícil se criar os filhos em Heliópolis:

“A violência é..., o envolvimento, né? O traficante acaba envolvendo os filhos, né? E cê trabalha e não tem condição de tá ali no dia-a-dia com eles. A mãe... a mulher tem que trabalhar, o pai tem que trabalhar, os filhos ficam só e acaba se envolvendo. Inclusive eu fui até vítima do... fui vítima de um .. perdi um filho. Ele acabou se envolvendo e foi assassinado. Ele tinha 16 anos.” (José, 44 anos, casado, vigia, presidente de uma associação de moradores)

Esta fala dos entrevistados parece reiterar as conclusões do estudo de Zaluar sobre Cidade de Deus, que tratam da possível relação entre o distanciamento entre pais (principalmente da mãe) e filhos e abertura de maior possibilidade para que os jovens sejam atraídos pelo tráfico de drogas:

... "a incorporação prematura dos filhos no mercado de trabalho e o afastamento da mãe num momento em que sua presença é crucial, dada sua posição de principal agente de socialização, acabam por deixar os filhos longe de seu alcance e controle. Os grupos de crianças e jovens que permanecem no local de moradia ou enfrentam juntos as dificuldades do biscoite na cidade fortalecem-se, tornando-se infensos à atividade educadora dos adultos. Isto abre caminho para outras influências, como a dos traficantes de tóxicos, o que gera um sistema de reprodução de atitudes negativas diante do trabalho, encaminhando-os para uma via "alternativa" (Zaluar, 1985: p. 96)¹⁸⁷.

Resta dizer que há ainda um terceiro temor que esperava que fosse difundido por todos os moradores - por causa do volume de notícias sobre violência que havia colhido junto à imprensa - mas que foi algo encontrado no discurso de apenas uma entrevistada: um desespero em relação à violência. Vejamos o seguinte relato:

E - E aqui (...) em Heliópolis, a senhora gosta de morar aqui?

“Ah meu filho, se eu pudesse já tinha saído daqui meu nego, eu num gosto daqui não. Aqui é demais... é fora de (?), aqui ninguém tem prazer na vida, tem dia que eu saio nessa área eu olho pra cima e falo: Deus, me tira daqui senhor, prum lugar pra eu ter paz. A gente não tem paz aqui não menino...

E - Por quê?

Ah, bandido. Bandido aqui anda na rua meio-dia, com sol quente. Você tá gravando, você vai falá lá na rádio...

E – Não...não, pode ficar tranqüila, não vai pra rádio não, não vai pra jornal não, pode ficar tranqüila.

Hã! Nois vai sabê, se eles sabê que a gente falô tanto assim, eles vem e mata a gente ou então mata uma pessoa da gente. Na rua meio-dia com as arma na mão, pra lá e pra cá. Tem dia que eles falam assim, todo mundo, às

¹⁸⁷ É importante deixar claro que Zaluar descarta a utilização da tese de desorganização familiar para explicar o crescimento de criminalidade.

dez hora em diante ninguém vai sair na rua. Todo mundo tem que entrá pra casa, quem tá indo pra escola. 'Ninguém vai na escola hoje, que hoje vai tê bang-bang'. Menino num vai ninguém pra escola. E a noite prá dormir? É aquele barulho na rua, aquela caminhação, aquela agitação, aquele barulho, ai meu Deus do céu, a pessoa quando tá de idade fica com a cabeça fraca, que a pessoa vai ficando véia, vai ficando fraco..." (Cida, 81 anos, analfabeta, viúva, pensionista)

Não se pode dizer que as informações sejam irreais, mas como vários entrevistados disseram, a situação estava bem mais tranqüila do que quando os conflitos entre os traficantes estavam sendo noticiados pela imprensa.

O relato desta entrevistada, no qual o medo de se morar na favela é marcante, parece indicar que ela esteja sofrendo o que Cardia define comoa um síndrome pós-traumática:

"Reconhece-se que nas áreas de violência crônica - onde as pessoas são submetidas a verdadeiras guerras entre bandos de traficantes, ou entre a polícia e os traficantes, onde as famílias chegam a ter de ficar trancadas por dias dentro das casas até que o conflito cesse - parte da população apresenta sintomas dessa síndrome pós-traumática. Quando a violência é crônica, esses efeitos são ampliados e de difícil tratamento, pois o conflito nunca acaba: a paz não se efetiva e as pessoas não têm chance de se recuperar". (Cardia, 1998: p. 142).

É possível que, no caso desta entrevistada, mesmo com o final da guerra entre as quadrilhas de tráfico de drogas, não houve a recuperação da tranqüilidade, ao se saber que há ainda ações de traficantes na favela.

II.5 - Conclusão

A história de Heliópolis - formada pelas ocupações ilegais, organização dos moradores, políticas públicas habitacionais incapazes de suprir a demanda e pela limitada intervenção dos órgãos públicos de diversos setores (saúde, educação, segurança, saneamento básico), e a força utilizada pelas quadrilhas de tráfico de drogas - permite sugerir a existência de uma relação entre a fraca atuação do Estado, no sentido de garantir os direitos básicos dos seus cidadãos, e a consolidação do crime organizado.

Como se pôde ver, em Heliópolis, as quadrilhas de tráfico de drogas utilizaram "barracos" como esconderijos e túneis como rotas de fuga. Alguns comandantes policiais chegaram a dizer que os policiais não podiam patrulhar parte da favela, porque poderiam estar colocando as suas vidas em risco ao transcorrerem vielas estreitas e cercadas por inúmeros barracos. Assim, a disposição das casas acaba favorecendo o domínio pelo tráfico de drogas. Por sua vez, a localização próxima ao centro da cidade e com vias de acesso para a região do

ABC paulista, garantiu às bocas de tráfico de Heliópolis um fácil acesso para seus clientes. Além do que, a região é estratégica por estar próxima a Rodovia Anchieta que liga a cidade de São Paulo a Santos, que possui o maior porto da América Latina.

O tráfico de drogas tem podido atrair jovens que possivelmente "se revoltam" - nas palavras dos moradores de Cidade de Deus (Zaluar, 1985) - contra os baixos salários, o desemprego, as dificuldades de satisfazer suas necessidades de lazer, conforto, saúde e bem-estar, a falta de mobilidade social, a falta de reconhecimento social e/ou o tratamento, muitas vezes, violento da polícia. Jovens que têm morrido nas guerras entre as quadrilhas e nos confrontos com a polícia.

Apesar da indignação causada a vários moradores - por levarem pessoas ao vício, por atrair jovens e, assim, desestabilizar algumas famílias -, as quadrilhas se mantêm pela disposição de retirar a vida daqueles que queiram denunciá-los à polícia.

Assim, além das diversas outras carências, os moradores de Heliópolis têm uma convivência forçada com esta atividade ilegal que movimenta dinheiro, armas e "soldados". Neste sentido, o que surpreende é a capacidade de desenvolver uma relação com o tráfico que, fora os momentos de guerra entre quadrilhas por mais espaço, o medo da violência é, em parte, contido por uma experiência e razão prática que tornam esta violência previsível e abrem a possibilidade de se agir de maneira a reduzir, a um mínimo razoável, o risco de ser atingido pela força que o tráfico tem condições de levar a efeito. Apesar desse medo ser controlado, esta exposição a repetidos casos de violência parece ter influência no apoio/repúdio a punições físicas e a uma atuação violenta das polícias.

III - Discursos populares sobre polícia e punição

No primeiro capítulo tratamos do crescimento da criminalidade violenta e das percepções de violência e punição na sociedade brasileira. No segundo foram analisadas as correlações entre a tímida presença do Estado em Heliópolis, as ações do tráfico de drogas e as adaptações dos moradores frente a estas dificuldades. Neste último capítulo, será aprofundada a análise sobre as falas dos entrevistados em Heliópolis a respeito de punição e polícia com o objetivo de entender a relação paradoxal que as classes populares estabelecem com a polícia: desconfiança e apoio a ações truculentas.

III.1 - A polícia: crítica sociológica e imagens populares

Nas ciências sociais brasileiras há inúmeros autores preocupados com o exercício arbitrário de poder pela polícia, em especial em relação às classes populares. Desde a transição democrática, vários cientistas sociais perceberam o enorme hiato entre a história da polícia brasileira e o respeito aos valores democráticos de liberdade, isonomia e respeito aos direitos humanos.

Pinheiro e Sader, por exemplo, afirmaram que “a atuação policial no Brasil sempre se exerceu prioritariamente contra as classes populares, contra a maioria dos cidadãos. Nunca prevaleceu nesse país a noção de que a função de polícia é uma delegação feita pelos cidadãos ao Estado para que a proteção, a segurança de todos seja melhor concretizada, sem que os cidadãos recorram à violência individual. Em consequência dessa prática, somadas à vigência de longos períodos formalmente autoritários, a polícia atua sem controles eficazes, constituindo-se com um virtual quarto poder, autônomos e incólumes” (1985: p. 79).

Mesmo com a abertura democrática, a atuação policial não se fez diferente. Na década de 80, segundo Pinheiro, a polícia militar começou a organizar “arrastões” que mais do que conseguir prender criminosos serviu a dois objetivos: (1) demonstrar às classes possuidoras que a polícia estava zelando pela sua paz e tranquilidade e (2) aterrorizar as “classes perigosas” para que não se sentissem tentadas a se encaminhar para o mundo do crime: indivíduos submetidos a torturas, espancamentos e ameaças de morte poderiam vir a alertar os demais membros das classes populares para os riscos da delinquência. Nestas ações, uma espécie de “pedagogia de medo” se transforma em “técnica de policiamento preventivo” (*ibidem*).

Este direcionamento da ação da Polícia Militar recebeu a conotação de “opção preferencial pelos pobres”, em expressão usada no início da década de 80 pelo Promotor João Benedito de Azevedo Marques: “A Polícia Militar está preocupada fundamentalmente com os

crimes praticados pelas classes populares (furto, roubo, homicídios), deixando totalmente de lado o crime organizado e os crimes de ‘colarinho branco’ (peculato, desfalques, operações financeiras ilícitas), que transformam em brincadeira o montante dos crimes comuns contra o patrimônio” (*ibidem*: p. 77).

Outros autores indicaram que esta forma de ação está assentada nas próprias concepções dos agentes policiais a respeito das classes populares. Paixão, estudando a organização policial, percebeu uma autoconcepção dos policiais civis como “lixeiros da sociedade”. “Ser ‘lixeiro da sociedade’ implica a proteção da sociedade contra o resíduo marginal, a ‘escória’ e, praticamente, esta proteção significa a imposição autoritária de valores centrais na ‘periferia social’” (Paixão, 1982: p. 80). Kant de Lima chegou a resultados muito semelhantes. Tratando da cultura policial, o autor sugere que há na polícia a presença de uma visão evolutiva da sociedade em que as classes populares pertencem a um padrão inferior, a violência é linguagem corrente e os códigos jurídicos de punição não se aplicam. “Quando os litigantes são de status social baixo, a violência é assumida pela polícia como parte integrante do cotidiano destas pessoas. Para adequar-se a esses padrões, a polícia aplica um código que julga essas ‘agressões’ de forma distinta, legitimando, ao mesmo tempo, o uso que ela faz, eventualmente, da violência contra esses segmentos da população: ‘Essa é a única linguagem que esse pessoal entende’” (1988: p. 77)¹⁸⁸.

Outros cientistas sociais reuniram e analisaram as avaliações dos próprios membros das classes populares a respeito da polícia. Entre eles Zaluar (1994), Soares (2000) e Caldeira (2000).

Zaluar, se baseando em suas pesquisas no Rio de Janeiro, acredita que a imagem negativa da polícia se articula ao redor de dois pontos: "a imagem da polícia como aquela que persegue os trabalhadores, que os humilha, que pede suas carteiras de trabalho por nenhuma razão, apenas por mera suspeita ou por pura desconfiança, que os espanca se tentam reagir com dignidade, enfim uma criatura e uma criadora de repressão (...) (e) a imagem da polícia como a agência onde se indica a compra da impunidade, que continua na trajetória judicial do processo penal. Isto fica por conta da idéia, bastante generalizada entre os favelados, de que a polícia tem 'conivência' com o crime organizado" (1994: p. 94). Assim, segundo Zaluar, há

¹⁸⁸ Adorno percebeu que estas e outras discriminações também fazem parte do cotidiano dos tribunais brasileiros. Estudando o resultado de processos criminais do Júri em São Paulo (1994) chamou atenção 1) para as dificuldades de negros, nordestinos e trabalhadores desqualificados em produzirem uma defesa eficaz em seus julgamentos por desconhecimento e falta de recursos, e 2) para a preocupação dos juizes, nos julgamentos, em afirmar uma moral que não se coaduna com “comportamentos incivilizados” patentes entre vítimas e agressores das classes populares.

uma inversão da máxima de que o crime não compensa, pois, segundo essas imagens, os bandidos, por meio do suborno, recebem melhor tratamento da polícia que os trabalhadores.

Estas imagens também se mostraram presentes entre os entrevistados de Heliópolis:

"E - Quais que você acha que são os principais problemas da polícia?

Os principais, olha, os policiais, eles mexem muito com a droga. (...). Por eles prender muito traficante, eles mexem muito com droga. E muitos policiais são viciados, (...), 100% dos policiais são viciados e muitas vezes, a corporação, a deles nem sabe, que tem policial drogado. Então muitas vezes, eles fazem as coisas, mas por quê? Porque eles estão drogados. (...)

E - Mas ele chega a se envolver com traficante, às vezes, você acha? ...

.... Que eles se envolvem? Por devido, até mesmo a amizade, sabia? Eles fazem, muito, muitos policiais fazem amizade com os traficantes.(...) Ô. Como tem. É o que mais tem (ri), policial que faz... (...) Que eles fazem amizade. Por exemplo, você me dá tanto, que você está livre." (Sandra, 32 anos, dona de casa)

"E - E o que que a senhora acha de...que é o principal defeito assim...da polícia?

Eu acho muito errado essas polícia que...que é bandido também. (...) esses que róba também, os policial que róba também. Pois eles não tá prá olha a gente, prá cuidá do povo? Como é que eles vai...en...entrá na???? do bandido prá robá também? (...) Prá que que foi sê polícia? Foi sê polícia prá...prá ajudá o povo, não mode eles fazê o que eles está fazendo. (Cida, 81 anos, analfabeta, viúva, pensionista)

"E não que nem fizeram com o meu amigo aí que... agora ele tá foragido, porque a polícia tá atrás dele, os policiais que colocaram cachorro pra morder ele, ele fugiu porque ele tá com medo da polícia agora. Por quê? Porque colocaram os cachorro pra morder nele pra ele entregar o resto dos meninos que tavam com ele. Ele não entregou, e por isso.

E - Ah eu pensei que tinha sido na Febem (...) que o cachorro mordeu ele?

Foi na Febem. (...) Ele saiu, aí o pai dele falou, né, ameaçou de processar esses policiais, aí os policiais falou assim "é o seguinte, a gente tem a chave da onde você mora, a gente sabe onde você mora", que eles roubaram a chave do menino, "e a gente vai lá na sua casa a qualquer hora, a gente pode fazer... a gente pode até te matar se você processar a gente". Aí ele teve que fugir de medo da polícia.

(...)

E - ... cê confia na polícia?

Não, não confio cem por cento. Não dar pra confiar porque... que nem o menino que trabalha na boca falou tem muito policial que vem aí vender arma, vem... vem comprar droga, então não dá pra confiar." (Mirela, 16 anos, solteira, estudante, aluna do curso de reciclagem da UNAS)

A crença na corrupção dos policiais coloca em xeque suas corporações. O cometimento de crimes sob o efeito de drogas, os envolvimento em casos de roubo, a compra de drogas, o recebimento de propinas de traficantes e a intimidação de vítimas de violência policial são capazes de abalar a confiança nestas instituições. Muito embora estas agências possuam corregedorias para apurar os desvios de conduta, esta depuração não tem sido capaz

de reverter o quadro de desconfiança. Além disso, em certos casos, chega-se acreditar na existência de uma corrupção institucionalizada no próprio dia-a-dia do trabalho.

"E - Qual que cê acha que são as principais qualidades da polícia?

Quando elas quer elas consegue, mas vamos fala em caso de morte, chega sempre atrasado. (...) Fala assim, quando é tráfico assim, pra fechar a boca eles vem, eles vem rapidinho.(...) Pra prender assim, que eles tão sabendo que tem um roubo eles vêm. Na hora de morte, eles sempre chega atrasado, nunca tá.

E- (...) cê fala que vem, mas tem hora que eles recebe dinheiro também, como é que é isso?

É, é o lado bom e o lado ruim, né? (...) Aí eles pego aqui, tipo aqui, por exemplo, eu sou o ladrão, eu ofereço dois mil real pra eles me soltar, cê...eles soltou na hora.

E – (...) Se a polícia chega e o cara tem dinheiro a polícia não leva, se o cara não tem dinheiro a polícia leva, cê acha que é assim?

Leva, lógico que leva. Mas também tem o acerto pra vir buscar depois. Tem o acerto, 'que horas cê pode me dá o dinheiro'. Aí, o cara marca o horário com ele e vem aqui buscar o dinheiro. Tem esse acerto também.

E - Mas então nunca a polícia prende? (...)

Ah prende, quando já tá muito em cima mesmo pra...em cima do cara mesmo, não tem como deixar o cara solto. Mas, quando o cara tá assim, ainda a polícia não tá chegando junto vão os cara lá tomar dinheiro dele pra caramba.

E - E por que que quando tá muito em cima ela acaba prendendo?

Tem que prender, né meu? Que tem a polícia tá tudo em cima, tá tudo atrás do cara, isso aí é...faz nome pro cara, os cara prender um traficante.(...) Vem, o civil, o militar, vem toda a polícia atrás do cara. Quando é a pegar traficante aqui eles vêm tudo atrás.(...) Daí prende, daí todo mundo prende. Mas quando tá uma viatura só não tá nem aí, daí solta.". (Renato, 19 anos, solteiro, desempregado)

“(Sobre os policiais) Olha, não sei assim, não digamos fazem direito. Mas muitas vezes aqui, bandidos passam por eles e... fica no nada. Passam e passam como qualquer um de nós trabalhadores, assim.

E - Mas e eles sabem que são bandidos, não?

Olha, não vou dizer assim, 'sabem'. Mas, com certeza deve, devem ter informação, porque aqui todo mundo sabe quem são os bandidos que mexem com tráfico aqui dentro.

E - Mas as pessoas, mas as pessoas falam pros policiais?

Não vou dizer assim, as pessoas, assim. Mas têm alguns que ainda se arriscam em falar. (...) Em chamar a polícia no ... momento que tá acontecendo. (...) Ah, muitas vezes eles matam, roubam e a polícia chega depois que já...”
(Talita, 15 anos, solteira, estudante)

Admite-se que os policiais dão prioridade às situações em que podem obter algum benefício: extorquir algum ladrão ou traficante, ou prender um bandido que ganhou fama. Assim, a busca de prestígio e dinheiro, mais do que o compromisso com a segurança da população e o respeito à lei, são vistos como os objetivos dos policiais.

Além disso, a imagem de uma polícia arbitrária também é forte, como se pode ver abaixo:

“Ah, às vezes eles são muito... “dexo vê”, eles bate demais, não sabe o que faz, chega bateno, não sabe quem é quem não é.

E - Como assim não sabe quem é, quem não é?

É eles já chega tipo batendo com ignorância, né? Conversando com você, cê já responde eles já chega te bateno, tá nem aí. Eles pensa que eles são ...os reis... Ele é a lei, mas eles também não pode ser desse jeito, né? (Renato, 19 anos, solteiro, desempregado)

Segundo o entrevistado, o abuso da autoridade policial é exercido por meio dos seus métodos de abordagens ao se valer de intimidações ilegais e ao agredir indivíduos. Acredita-se que isso ocorra porque os policiais julgam que todo favelado é um criminoso. De um lado, isso parece mostrar que até é aceitável tal comportamento em relação a um bandido, seja por representar alguma ameaça para o policial, seja por merecer ser alvo de uma violência punitiva. Mas, de outro lado, uma pessoa honesta não deveria ser vítima de tal violência. Isto também indica que, para o entrevistado, os policiais se vêem como se estivessem acima da lei.

Este abuso de autoridade é inclusive alvo de explicação pelos dois entrevistados que têm maior envolvimento com as associações de moradores:

"E – Qual que o senhor acha que são os principais defeitos da polícia?

Defeito? Abuso de poder.

E - Por que que a polícia abusa o poder? Por que será?

Eu acho que a maioria é a formação, já vem da época militar, da ditadura, né? Eles deitava e rolava, fazia o que queria. Acho que ele não mudaram ainda a...

E - Mas não mudaram as pessoas?

Mudaram as pessoas mas eu acho que o vício continua o mesmo, quer dizer, os comandante vai passando de um pro outro". (José, 44 anos, casado, vigia, presidente de uma associação de moradores)

"E - Cê já foi agredida pela polícia?

(...) fui nos despejos, nas ocupação da vida, nas manifestações.

E – E o que você achou da atuação da polícia, nesse sentido?

Eu acho duas coisas da polícia, eles vêm com medo da gente, eu sinto isso, eles estão lá com medo, a atitude deles é de medo. Então assim, eles são que nem cachorro raivosos, né, então assim, eles estão lá achando que você que vai matar eles, então eles se defende conforme o que tá na cabeça deles, né. Isso eu acho que é uma postura muito ruim, muito difícil, muito mal educada, muito, sem tudo, entendeu, sem diálogo, sem..., sem nada. Eu acho que não precisava ser assim, ninguém precisa mostrar autoridade desta forma, né. É isso.

(...) É esse jeito, o linguajar deles, o linguajar muitas vezes. Às vezes têm uns que aborda você que, entendeu, (...), já vem com toda a autoridade, “ô cidadão”, aquelas coisas, um negócio bem de, entendeu, um negócio bem pesado mesmo, acho, carregado, (...) porque eu hoje eu acho que a polícia ela serviu muito, mas mesmo no governo militar, né, então ela tava muito a favor dessas coisas, prestando muito a esse trabalho, ela tá na

democracia tem pouco tempo, entendeu. Então eu acho que isso, é, eu acho que ela tá se adaptando. (Fátima, 35 anos, participante da UNAS)

O abuso de autoridade é explicado pela formação dos policiais, dada durante o regime militar, e pelo costume de agirem sem rédeas. Segundo José, os abusos de poder têm se mantendo por meio de uma cultura policial transmitida de um Comandante para outro. Fátima, por sua vez, acredita mais em mudanças. Para ela, aos poucos, a polícia está se adaptando aos ventos democráticos, aprendendo a não ter medo dos cidadãos e a dialogar.

Neste conjunto de imagens destaca-se também a questão da discriminação em relação aos pobres e favelados, a qual é denunciada¹⁸⁹. Vejamos os seguintes relatos:

"E - Cê acha que a polícia trata todo mundo igualmente?

"Olha, muitas vezes assim, acontece de tar as pessoas, passar na rua, ele vem, querer revistar, e às vezes chutam, e bate pra revista.

E - E eles não fazem isso com tudo mundo?

(...) Olha, com quem eles não fazem, assim. Eu acho que pessoas de um nível social diferente do da gente. (...) Não mora na favela.(...) Apesar que acontece com outros tipos de pessoas também, que mora em outros lugares. Mas acho que aqui é com mais freqüência". (Talita, 15 anos, solteira, estudante)

"E - A senhora acha que a polícia trata todo mundo igualmente?

Eles trata diferente. A polícia não trata todo mundo igualmente, não. (...)Uns eles trata, outro...eles num..., eles trata de...destratado...

E - E quem que ela não trata? Como é que deve tratar?

Eu...eles devia de tratá as pessoa...as pessoa pobre, eles devia tratá mais...com mais delicadeza. Eles não trata". (Cida, 81 anos, analfabeta, viúva, pensionista)

(...) É o lugar, né meu? É o lugar, vamo falá assim. É o lugar, Heliópolis, favela. Você vê, favela, eles pensa que todo mundo é ladrão. Tem muita gente honesta aqui". (Renato, 19 anos, solteiro, desempregado)

Para estes entrevistados, à polícia falta civilidade, educação no trato com as pessoas. Segundo eles, em certas abordagens, os policiais agriem os cidadãos e isso ocorre mais freqüentemente com pobres e favelados. Vejamos agora motivos arrolados para explicar por que se trata "os ricos" mais dignamente.

"E - A polícia trata a todos igualmente?

Não, lógico que não, imagina, eu acho que não. (...) Mas, mas, é, é, ..., ela entra na favela. "Ah lá filho da puta, tá sem documento seu porra". É assim o tratamento, com certeza se ela for em qualquer outro local num bairro,

¹⁸⁹ Entre os entrevistados, no entanto, isto não foi unânime: (E - Não sabe se ela trata igual, se ela trata diferente?) "... se trata diferente, não sei" (Angela)

sabendo que aquele menino é filho de não sei de quem, diretor de não sei do quê, não vai tratar desse jeito. Tanto é que na nossa, você sabe disso, no nosso país, hoje que nós chamamos de criança, mas era menor as nossas crianças, era criança o filho do rico, o filho do outro, o nosso era menor, que raio é esse, que diferença que tem isso, né". (Fátima, 35 anos, participante da UNAS)

"E - Cê acha que a polícia trata todos igualmente?

Não. Eu acho que o rico é tratado melhor. (...) Porque tem dinheiro, sei lá, de repente por causa da... da elite.

E - A polícia respeita mais, por que que é?

É. Porque tem dinheiro, porque o rico paga, o rico compra a polícia, acho que é por isso". (Mirela, 16 anos, solteira, estudante, aluna do curso de reciclagem da UNAS)

"E - Cê acha que a polícia trata todos igualmente?

Não. Assim, comparando uma pessoa que mora no Brooklin ou assim em Alphaville, num bairro assim... no Brooklin, o tratamento lá é outro. E se ela vinhé, se a mesma polícia vinhé aqui, o tratamento vai sê diferente.

E - E porque que ela trata diferente?

Porque lá ela sabe que só tem pessoas de alto nível. Então, se ela chegá lá, abordando alguém com ignorância, batendo, ela sabe que aquela pessoa pode recorrer. Que tem alguma pessoa importante na sua família que possa registrar a ocorrência e ele pode se punido. Aqui a gente pode fazê, registra a ocorrência, mas não vai servi de nada porque você num, você é um simples cidadão (grifo meu) . E lá já tem um esquema. Se você já tem um .. Mais capacidademais oportunidade de acusá um policial". (Paulo, 17 anos, estudante, aluno do curso de reciclagem de lixo da UNAS)

Segundo os primeiros relatos, a polícia trata diferente, porque simplesmente aceita que os ricos são mais dignos que os pobres. A riqueza é capaz de criar um status na sociedade, o qual a polícia é a primeira a reconhecer e respeitar.

Nos últimos dois relatos, a ação policial é entendida como sendo determinada pela avaliação das conseqüências positivas e negativas. Mirela afirma que a polícia cede ao suborno que é pago pelos ricos. A discriminação é assim fruto da corrupção policial. Paulo volta para a idéia de uma sociedade de status, que se mantém não pelo reconhecimento espontâneo dos policiais, mas pelo medo que eles possuem de sofrer represálias de uma pessoa "bem relacionada". Assim, a polícia, no momento de agir, sabe que o desrespeito a um "simples cidadão" não lhe garante uma punição, mas que o mesmo não ocorre facilmente se for destrutada uma pessoa de um estrato social mais elevado. Aqui há uma crítica contundente às agências policiais, base de todo o sistema penal brasileiro, segundo a qual a cidadania não é garantida pelos órgãos responsáveis pela aplicação das leis. Dessa forma, em Heliópolis, tal como em outras áreas de periferia das regiões metropolitanas brasileiras, a rua aqui é terreno de uma "cidadania universal e plena" que não se concretiza e direitos são violados. Segundo DaMatta, ao se referir à questão da violência policial "também não é por acidente ou azar que

certas formas de violência que acontecem neste mundo da rua ocorrem sempre contra os destituídos do mundo social: gente sem eira nem beira, ou seja, sem parentescos, amizades, nomes importantes” (DaMatta, 1982: p. 33).

A imagem da polícia é tão negativa que suas ações chegam a ser comparadas às dos traficantes. Soares (2000) extraiu de um morador de Jacarezinho, uma análise de horror que ele considerou comparável a de Primo Levi.

"Em suas palavras, disse que a comunidade é submetida, no cotidiano, a duas formas de opressão: a tirania do tráfico e o despotismo da polícia. Ambos são temidos, causam horror e repugnância, mas o segundo é considerado mais grave, porque não segue nenhuma regra, nenhum código de conduta que permita a elaboração de estratégias de sobrevivência eficientes. O pior poder coator, o poder mais bárbaro, aquele que infunde o terror mais extremo, é o poder imprevisível, sobre cujos procedimentos, reações e intervenções não é possível formular nenhuma antecipação racional". (2000: p. 39).

Estas preocupações com o respeito a um código de conduta e com a possibilidade de usar de usar estratégias cotidianas contra a violência também puderam ser encontradas nas entrevistas em Heliópolis:

"E – Cê tem medo ou cê não tem medo da polícia?

Tenho, tenho medo sim. Eu acho que dá pra ter mais medo da polícia do que dos bandidos aqui, porque pelo menos os bandido quando vão trocar tiro com outra gangue eles avisam e a polícia não, a polícia começa e não quer nem saber se você tá na rua ou não tá. Eu tenho muito medo da polícia".

(Mirela, 16 anos, solteira, estudante, aluna do curso de reciclagem da UNAS)

Como se vê, neste caso, apesar de imporem uma dominação na favela, os traficantes podem acabar permitindo uma certa proteção dos moradores contra os tiroteios que eles provocam. A polícia, no entanto, é acusada, quando entra na favela e troca tiros com criminosos, de pouco se importar com a vida dos cidadãos. Sendo a polícia temida e suas ações perigosas para os moradores, foi perguntado aos moradores de Heliópolis se a polícia poderia deixar de existir. Pelas respostas, esta possibilidade foi refutada.

"E - A senhora acha que a polícia poderia deixar de existir?

Não! Deus me livre. Se não tivesse polícia, assim mesmo do jeito elas, é, como é que nós vivia nesse mundo? Como é...? Que tem um, dois, três que num presta, mas tem um bocado que é bom. Tem uns que é honesto, tem uns que é bom. É. Num é todos que é errado. Tem uns que é bom. (...) Ai...ocê vai me desculpá. Se não ti...sempre eu falo, eu sô ignorante que eu não sei lê, mas se não fosse polícia e urubu, como é que o mundo era

esse...era de sê? (...) Se não tivesse policial pra...pa agir... por nós, que nós não tem força de agir. Como é que nós ia sê em riba da terra"? (Cida, 81 anos, analfabeta, viúva, pensionista)

"E - Cê acha que a polícia poderia deixar de existir?

Não. Por mais que sejam errado, eu acho que se deixar de existir fica pior, né? (...) Porque por mais que eles hã..., assim, os bandidos têm medo deles. Porque muitas vezes quando eles chegam, eles se escondem, como eu falei antes. Tem medo de ser preso, então eu acho que se deixar de existir fica pior". (Talita, 15 anos, solteira, estudante)

Os entrevistados embora afirmem que a polícia tenha inúmeros defeitos, como a corrupção de parte de seus membros, defendem a sua existência porque ela representa um poder contra os bandidos, contra os quais a população não tem força. A polícia, por pior que seja, é a única capaz de restringir a ação desses bandidos, exercendo um certo controle sobre eles e garantido algum alívio à população. Mas não são só os bandidos já conhecidos que justificam a importância da existência da polícia:

(E - Cê acha que a polícia poderia deixar de existir?)

"(...) Tem que existir ... combatê ... precisa. Se a polícia deixá de existi. Aí, senão não haveria nenhuma punição. Não haveria nenhum respeito, assim, em termos... os traficante, os ladrões, sobre a comunidade, sobre a população, mesmo. Se a polícia não existisse era festa. Todo mundo ... todo mundo era ladrão. Todo mundo era ... queria o lado mais fácil da vida". (Paulo, 17 anos, estudante, aluno do curso de reciclagem de lixo da UNAS)

" (...) Mas teria que ter alguém, não sei se seria a polícia, entendeu, pode ser com essa postura, mas a gente precisa que tenha alguém, porque mesmo...(.) Nós ser humano, nós não tamos no patamar de, que não tenha alguém pra nós repreender, sabendo alguém que nós temos que ter medo, entendeu. Eu acho que isso tem que ter, eu acho que isso é próprio do ser humano, mas eu acho que não tinha que ter essa postura, entendeu, que ser..." (Fátima, 35 anos, participante da UNAS)

"Ah, se não existisse isso aqui ia virar uma baderna, né? (...) Tudo, um matando o outro, roubo pra cima e pra baixo. Não, a polícia tem que existir e tem que ter mais ainda. Tem que ter mais". (Renato, 19 anos, solteiro, desempregado)

Todas estas falas revelam a importância da existência de uma autoridade que seja capaz de inspirar medo e impor limites à ação dos indivíduos. Nega-se assim qualquer concessão a idéia de que os indivíduos são capazes de viver em harmonia sem a existência de um poder que fiscalize o respeito às regras sociais e se reconhece autoridades públicas e mediação institucional. A polícia é este instrumento de controle social capaz de manter a

ordem e as regras, impedindo uma vida de total insegurança. Nestas falas, nota-se a existência de um reconhecimento do poder do Estado, materializado nas agências policiais, o qual deve trazer segurança à população¹⁹⁰. Além disso, nestas falas pode-se notar que é feita também uma associação quase direta entre polícia e punição, pois a inexistência da polícia é interpretada como o fim da punição. Esta proximidade talvez possa ser explicada pelo desconhecimento do sistema de segurança e justiça penal que, entre outras coisas, define que o papel da polícia é de prevenção à violência (polícia militar) e investigação dos crimes (polícia civil). Dessa forma, pode-se entender porque a polícia punir não causa estranhamento em boa parte da população.

Enfim, se, por um lado, não se confia na polícia, por outro, não há como abrir mão de sua existência. Sendo assim, que tipo de polícia e punição se defende?

Em texto sobre controle social e consolidação da democracia no Brasil, Paixão (1988) analisou os seguintes dados de *survey* realizado em Recife em 1986:

ATITUDES PUNITIVAS POR NÍVEL DE RENDA

RECIFE: 1986

% de indivíduos que concordam com	Até 3 SM	3-10 SM	Acima de 10
Aumento de policiamento	94,7	88,4	85,9
Construção de mais prisões	86,6	79,6	63,3
Aumento de batidas policiais	85,3	90,1	83,3
Presença das forças armadas	85,1	73,9	62,8
Aumento de penas	81,2	71,7	66,2
Batidas policiais na favela	75,3	82,9	83,1
Pena de morte	75,2	63,5	55,7
Eliminação de bandidos pela polícia	60,1	46,4	44,2
Linchamentos	58,0	44,0	40,3
Espancamentos e outros castigos corporais nos presos	54,8	33,1	23,1

Fonte: Affonso Pereira e Luciano de Oliveira, “A polícia na boca do povo”, Cpoli-FUNDAJ/Ministério da Justiça – Programa Ruas em Paz.

Apesar de ter sido constatado que 78% dos entrevistados não confiam na polícia e que mais de 83% acreditam que ela é corrupta, o apoio às arbitrariedades policiais surpreendeu o pesquisador. Paixão concluiu que:

“Por um lado, surpreende a consistência de atitudes favoráveis à ‘ordem’ como estratégia de controle social em todos os níveis de renda e, por outro, o ímpeto punitivo que domina as atitudes dos grupos de baixa renda. Estes dados sugerem uma representação, diríamos,

¹⁹⁰ Esta fala mostra como, no bairro, a polícia pode passar uma sensação de segurança às pessoas: “Por exemplo, quando a gente, um bairro, a gente. Aqui mesmo, aqui é um lugar assim, um tanto quanto perigoso, quando tem um policial a gente se sente mais seguro. Há mais uma segurança. Há uma segurança. Porque muitas das vezes,

'esquizofrênica' do crime e do controle. Não confiam na polícia, mas pedem mais policiamento; acreditam que ela é corrupta; mas aceitam a tortura e o extermínio de bandidos. Mas há uma clara rejeição de medidas policiais como invasão de residências, prisões por falta de documentos e por vadiagem. Uma interpretação possível reside na incapacidade percebida de distinção, por parte do policial, entre o trabalhador e o bandido. Como trabalhador – portanto, portador de direitos – ele não pode ser vítima da arbitrariedade policial porque não tem documentos, não pode ter sua residência invadida e muito menos, na contingência do desemprego, ser detido. O bandido, ao contrário, não é visto como portador de direitos – logo, não há limites normativos à sua punição". (Paixão, 1988: p. 192).

Em Heliópolis também é possível perceber que este abuso de autoridade pode ser aceito como algo normal dependendo de quem seja a vítima. Vejamos os seguintes trechos que os entrevistados falam sobre a tortura e abuso de autoridade:

"E - A senhora acha que a polícia ela pode batê, pode torturar?

A pessoa trabalhado não, mas bandido pode.

E - E por que que pode?

Porque eles não tem dó de ninguém. Eles não tem dó de ninguém, ninguém pode tê dó deles também.(...) E a gente não pode batê, a polícia pode". (Cida, 81 anos, analfabeta, viúva, pensionista)

"E - Então, é que a polícia às vezes argumenta, por exemplo, que ficaria é mais fácil pra ela trabalha, se ela pudesse batê, né? Dá alguma pressão no cara, pra ele confessar o que le fez, antes de dá a prova. Que que cê acha de fazê isso?

Acho que isso ... não ... os (...), descer na delegacia pro cara confessar, quem era o dono do tráfico, "onde é que tá", então assim, é bom por uma parte que o cara vai confessar e aquela quadrilha vai acabar. Mas... por outra parte o cara apanha bastante, né ? Se você pega um policial, pega um trabalhador, se... e aborda na rua e... começa a bater "Onde é que tem? Onde é que é o ponto de tráfico?" Assim por outros, devia... diferenciar o tratamento, entre o trabalhador e o ladrão.

(...)

É, não com trabalhador, porque assim, o traficante ele apanhando, ele fez alguma coisa errada, então indiretamente ele vai pagar, é, não é o correto dele pagar mas também vai aprender." (Paulo, 17 anos, estudante, aluno do curso de reciclagem de lixo da UNAS).

No primeiro trecho de entrevista vemos que, se a vítima de agressão policial é um bandido, não há abuso de autoridade. A justificativa se dá em torno da idéia de que o bandido, pela suas ações, revela que não possui "dó". Quem não tem "dó" dos outros indivíduos não

você sai assim na rua, você dá de cara com alguém que você nem imagina, mas se tem um policial ali perto. Aí você se sente mais relaxado" (Sandra, 32 anos, dona de casa).

merece ter a sua integridade física preservada, pois rompe com a reciprocidade. No segundo trecho, a argumentação reconhece que a agressão policial não é a maneira correta de se exercer a punição; mas como se limita ao bandido, não há problema moral, porque ele, além de estar pagando por um erro cometido, estará aprendendo a não cometer crimes. Além disso, a tortura policial é reconhecida como garantindo a delação de outros indivíduos envolvidos em um crime, aumentando assim a eficiência policial na repressão à criminalidade. Enfim, é ser trabalhador que dá o direito à integridade física.

Dois pontos chamam especial atenção por estarem em desacordo com a punição prevista no sistema legal brasileiro: o apoio ao uso da agressão física e a identificação do alvo desta possível agressão. A legislação brasileira proíbe qualquer tipo de punição física para todo e qualquer cidadão.

III. 2 - O uso da força física e o "bandido"

Preocupada com este apoio ao uso da agressão física, Caldeira (2000) analisou as representações sociais sobre violência, crime, punição e direitos no Brasil e formulou o conceito de "corpo incircunscrito". A autora sugere que, no Brasil, o corpo é concebido como o local em que o poder deixa suas marcas, em que a autoridade se faz presente através da dor. Dor que nas raízes sociais brasileiras está presente nas torturas como forma de se obter a verdade em processos judiciais e como prática purificadora nas tradições cristãs.

Segundo ela, este "corpo incircunscrito" não possui interdições a sua manipulação e a intervenção dos outros. Neste sentido, o corpo não é protegido pelos direitos individuais. No Brasil, a punição ao corpo não cedeu lugar à disciplina dos corpos, tal como apresentado nas análises foucaultianas sobre o "Vigiar e Punir" na Europa ocidental dos séculos XVIII e XIX. Segundo Caldeira, esta permissividade de manipulação do corpo do outro está presente, não só no apoio à pena de morte e aos julgamentos sumários, mas também na pedagogia do tapa com as crianças, nas torturas, nas brincadeiras de carnaval e nas vinganças privadas.

Por fim, Caldeira argumenta que esta defesa de se infligir dor ao corpo funciona como um meio de garantir uma ordem hierárquica. Nesta ordem, a maioria da população não tem seus direitos respeitados e a punição severa aos criminosos deve marcar sua condição inferior nesta hierarquia.

Em relação à existência de grupos sociais que podem ser considerados merecedores da agressão física ou mesmo de privação da vida, há o estudo de Cardia (1994) sobre "exclusão moral". Segundo ela, esta exclusão dita que quem está fora da comunidade moral, ou se opõe a ela, não evoca injustiça. Assim, quaisquer danos ou maus tratos são justificados ou

merecidos, quando atingem aqueles que estão fora desta comunidade. No contexto de insegurança dos grandes centros urbanos, grupos vistos como constituindo uma ameaça à segurança são excluídos da comunidade moral: principalmente “bandidos” e presos. Para defensores da pena de morte, por exemplo, os criminosos que cometeram um estupro ou homicídio, pelo seu ato, perdem o seu direito à humanidade.

Esta exclusão é ainda mais grave pela visão dos direitos como um recurso escasso na sociedade que ao ser distribuído deve premiar os cidadãos bem comportados e retirar os direitos e recursos dos criminosos e presidiários.

A "exclusão moral" e o apoio às violações dos direitos humanos, segundo a pesquisa realizada por Cardia (1994), são levados a cabo principalmente por indivíduos das classes privilegiadas e das classes populares que se sentem ameaçados pela violência criminal e que não acreditam na existência de punição e de regeneração. Enquanto que o não apoio a estas violações tende a partir de pessoas de alta renda que não se sentem ameaçados e já têm seus direitos garantidos e que, por isso, permitem que tais direitos sejam estendidos a mais pessoas. Em relação aos grupos de baixa renda que não apóiam as violações de direitos humanos, eles acreditam mais na justiça e na existência de punição, acreditam na regeneração dos transgressores e se preocupam com os inocentes que caem nas malhas da justiça, numa palavra, não excluam os transgressores da comunidade moral.

Analisando a situação brasileira, vários autores apontaram fatores que contribuem para que estes padrões de autoritarismo: tal como a "exclusão moral" e punição corporal se mantenham presentes na cultura brasileira. Entre eles estão: a impunidade do sistema penal e a exposição à violência.

A impunidade da justiça criminal é importante por mostrar os limites da sociedade moderna. A pacificação da sociedade, o fim da vingança privada, a repressão pela disciplina e não pela dor, tal como discutidos por Elias, Foucault e vários sociólogos brasileiros, não se efetivam sem que existam formas que satisfaçam às necessidades de segurança e justiça da população. Se a desigualdade social é grande e se a punição à violência, à corrupção, ao desrespeito às leis não é eficiente, as formas tradicionais de punição (pela dor e pela eliminação física) e de resolução de conflitos através da “justiça pelas próprias mãos” aparecem como formas eficazes e justas.

Ao mesmo tempo, se o Estado não consegue pacificar a sociedade, ela fica exposta à violência. Esta exposição à violência, de grande parte da população, foi constatada em pesquisa (já citada acima) realizada pelo Núcleo de Estudos Violência, em 1998, em 10 capitais brasileiras e com 1600 entrevistados. Os resultados revelam proporções elevadas de

vitimização e exposição à violência num período recente (os últimos 12 meses que antecederam a entrevista). Nos bairros de moradia dos entrevistados: 19% deles foram agredidos com palavras de baixo calão, 6% foram ameaçados com um revólver num caso de roubo, 6% sofreram alguma agressão física, 9% foram, ou tiveram algum parente próximo, ameaçado de morte. Na maioria dos casos, o grupo dos entrevistados entre 16 e 24 anos possui médias bem superiores a essas: agredidos verbalmente (29% dos entrevistados), ameaçados com um revólver em um assalto (8%), agredidos fisicamente (12%), foram ou tiveram algum parente ameaçado de morte (16%). Parece que a população desta faixa etária se apresenta como a mais sujeita aos problemas de violência.

Esta pesquisa mostrou ainda que não é só no bairro que há o risco de um indivíduo ser vítima de violência. No exercício do trabalho, nos últimos 12 meses, 12% dos entrevistados que trabalham (986), foram agredidos com palavras de baixo calão, 7% deles foram ameaçados com um revólver, por motivo de roubo, e 5% sentiram necessidade de andar armado. Há pouca variação em termos de idade. Nas escolas, 14%, dos jovens entrevistados, foram agredidos com palavras de baixo calão, 5% sofreram agressão física e 4% sentiram necessidade de andar armado.

As proporções são maiores quando se considera a exposição à violência, nos 12 meses anteriores à realização das entrevistas. Dos 1600 entrevistados, 35% assistiram alguém ser agredido, 22% assistiram a um arrombamento de casa, 21% presenciaram um roubo a mão armada e 13% viram alguém ser morto. Em todos esses casos, os jovens entre 16-24 estão mais expostos que as demais faixas etárias (com efeito, 52% dos entrevistados jovens assistiram alguém ser agredido). Houve alterações entre as cidades, mas não o suficiente para indicar que existam, entre elas, cidades em que seus moradores estão pouco expostos à violência: a cidade que apresentou a menor proporção de entrevistados que presenciou alguém ser agredido foi Belo Horizonte, 28%.

Isto mostra que - apesar das críticas feitas à superexploração pela mídia da questão da violência, por meio de uma ampla cobertura de casos - a violência é vista e ouvida pela população (parte é, inclusive, vítima) nos seus locais de moradia, durante o seu trabalho e até mesmo nas escolas. Segundo Oliveira, a hostilidade popular ao tema dos direitos humanos pode ser mais do que o simples reflexo da campanha difamatória de jornalistas sensacionalistas e estar assentada "em bases materiais que são as próprias condições de vida dessas populações, as quais, pelo lugar desfavorável em que moram, e pela maior vulnerabilidade de suas vidas e parcos bens, estão muito mais sujeitas do que as classes

médias e altas à violência não só da polícia, mas também dos bandidos" (1999: p. 58)¹⁹¹. Assim, a exposição à violência parece contribuir também para a defesa de punições mais rigorosas aos infratores.

Analisando a avaliação dos diferentes tipos de punição pelos entrevistados em Heliópolis é possível contribuir para este debate. Vejamos os seguintes trechos de entrevista:

"E - (A punição) No caso de alguém que vende drogas?

No caso do cara que vende drogas? Acho que esse aí tem que ficar toda a vida preso.

E - Prisão perpétua?

Perpétua, exato. Esse aí não pode ficar na rua não. Esses são os que mais estão na rua.

E - E porque que o senhor acha... Por que pra eles prisão perpétua?

Por que pra eles? Porque ele induz as criança, né, ao crime. Eles começa a contratar a molecada pra trabalhar pra eles, vai viciando daí eles vão pegando outros. Eles formam um exército de adolescente.

E - Aí então tem que ficar isolado de vez, né?

É esse aí tem que ser isolado da sociedade". (José, 44 anos, casado, vigia, presidente de uma associação de moradores)

"E - (...) É, alguém que vende drogas, merece punição? Que tipo de punição?

Merece, uns 30 anos de cadeia, nem sai mais da cadeia.

E - Trinta anos ou prisão perpétua?

Prisão perpétua.

E - É? Mas por que...por que que tem que ser tan... é tanto a mais do que alguém que rouba, que que cê acha?

Mas ele tá matando todo mundo, né, (...)?

E - É?

Tá vendendo droga.

E - Ce acha? Ele é responsável pelas mortes das pessoas que usam drogas.

Lógico, a matança, ele é responsável pelas matança da cidade". (Renato, 19 anos, solteiro, desempregado)

"E - E seria só pra mo...quando mata, que seria a pena de morte ou teria mais algum caso?

"Aqui é assim, se matá um, mas matando um. Pegando aquele bandido que matô e pondo na cadeia elétrica os otro vê e fala assim, 'óia eu num vô matá', como eu já vi ouvi falá pelo rádio. No Afanásio Jazadji, quando ele era repórter no rádio... Ele o Afanásio falando: se tivesse pena de morte você matava? Ele falô: 'ah não, eu num matava não. Porque se eu matasse, na mema da hora eu ia morto tamém'. Ó aí... se tivesse a pena de morte não era bom? Que eles não era do jeito que eles é. Eles falava assim: 'ó, num vai...nós num vai fazê isso porque se nós fô fazê, nós vai morto'". (Cida, 81 anos, analfabeta, viúva, pensionista)

Nos dois primeiros trechos, a prisão perpétua é vista como uma medida necessária a

¹⁹¹ Como o próprio autor admite, no entanto, há contestações a idéia de que a renda seja um fator importante para explicar o apoio às graves violações de direitos humanos. Entre elas a levada a cabo por Cardia. Segundo ela,

ser tomada contra os traficantes. A experiência de vida marcada pelo convívio com quadrilhas de traficantes produz um conhecimento sobre os males que elas trazem para a sociedade - indução de adolescentes ao crime, várias mortes, formação de “exército”, levar pessoas a se tornarem viciadas em drogas. Os traficantes parecem encarnar de tal forma o mal que não se vê nem possibilidade de recuperação¹⁹². Este conhecimento, baseado em sua vivência, justifica medidas mais fortes que as existentes atualmente para proteger as famílias e a sociedade.

Os dois últimos trechos sugerem uma lógica "utilitarista" que traz implícita uma crítica à capacidade de punição do sistema penal. O argumento é que aumentando os prejuízos para a prática delituosa – a perda da vida ou da liberdade para sempre – se pode ter uma redução do contingente de indivíduos que aceitam se submeter a tal risco. A aplicação destas penas traz, então, a redução de crimes, como roubo e homicídio¹⁹³.

Estes efeitos podem ser percebidos também em relação à avaliação da pena de prisão:

"E - Que que a senhora acha de punição?

"(...) É boa a punição, de modo de sabê como é que trata os otro e como é que véve. É bom puni a pessoa....

E - Então é importante pra prendê então?

M.: Prendê...é prendê...(...) e dá castigo. (...) Cê qué vê o meu pensá? Que vê que eu eu falo? Eu falo assim se eu fosse combiná autoridade, esse povo assim eu catava uma mata...que tem tanta mata...e pegava um bocado de policial e falava: leva pra lá pra mata. Põe pra trabaiá. Trabaia de dia e de noite amarrá, pra não escapuli. E põe pra trabaia danadamente, trabaiá o dia interinho assim e quando fô de noite amarrá pra não fugi. (...)

E – (...) Pra que que a senhora mandava fazê isso?

Pra trabaiá pra num fazê o que não presta. Que tando trabaiano num tem cabeça pra fazê o que não presta, num tando trabaiano só pensa o que num presta...

E - E daí ia ficar a vida inteira lá... quanto tempo ficava...?

Até virá gente ...até falá assim: “ó gente eu tenho que sê assim, que vivê do jeito que eu tava eu num posso vivê não, tem que sê assim”... (...) Assim... enche a cadeia lá... tira de mim, tira docê, tira de to...todo mundo, pra tratá daqueles pilantra lá, com licença da palavra, um poco eles tá fazendo rebelião lá dentro, tá matando os adulto lá dentro memo, matando os adulto, otra hora escapole e sai, chega cá fora pra pió do que tava fazendo...ai, pelo amor de Nosso Senhor. Põe esses bandido pra trabaiá, põe esses vagabundo pra trabaiá danadamente e de noite

"não é possível separar o grupo que apóia as graves violações (aos direitos humanos) daquele que rejeita estas violações em termos de faixa de renda e escolaridade" (1994: p. 363).

¹⁹² O seguinte trecho mostra que o tráfico é tão repudiado por abalar a família, uma das instituições sociais mais valorizadas pelos entrevistados: “a pessoa que vende drogas ela destrói uma família, querendo ou não, ela destrói uma família, (...) Meu Deus, é uma vida daquela pessoa jogada fora. Por exemplo, tem crianças de 8 anos, 7 anos, que ela usa drogas, mas por quê? Tem alguém que deu, tem alguém que vendeu, né, quer dizer, a pessoa, ela não está visando a família daquela pessoa" (Sandra, 32 anos, dona de casa).

¹⁹³ Não se pode deixar de notar a referência à Afanázio Jazadji, conhecido repórter policial de São Paulo e deputado estadual, defensor da pena de morte e das arbitrariedades dos policiais no trato com os suspeitos de infração.

põe na... enjaula eles na corrente (...) igual eles fazia com ...com os escravo. Vamo vê se eles não consertava? Consertava...ou consertava ou marcava o dia. Vocês vai trabaiá, que pô na cadeia pra gente tratá. Hã. (...)

E - O que que a senhora pensa sobre sobre a prisão?

Devia tê prisão...sim. (...) Prendê. Prendê e castigá bastante". (Cida, 81 anos, analfabeta, viúva, pensionista)

Há nesta fala uma clara crítica à forma com que se tem conduzido a política penitenciária no país. As revoltas, fugas de presos e violências cometidas por eles nas cadeias são vistas como um desafio à autoridade e à tentativa de impor disciplina moral aos condenados. As fugas também contribuem para o aumento da sensação de insegurança, pois existe a certeza que os fugitivos cometerão novos e piores crimes. Diante desta falência da prisão e da incapacidade de punição, pede-se o endurecimento no tratamento, através de isolamento total da sociedade e de trabalho pesado, visando a uma submissão completa. O objetivo é vencer a rebeldia, o mal que não quer ser domado e que pretende se liberar pela fuga, através do uso da força.

O trabalho forçado aparece como grande solução para a crise do sistema. Primeiro, porque o trabalho, por este argumento, tem um papel pedagógico, criando um novo hábito, dando disciplina aos detentos, impedindo que tenham tempo em pensar em vícios e crimes.

Segundo, porque permitiria que a sociedade não dispendesse recursos com os presos. Um gasto considerado injusto, porque é a sociedade, que trabalha, que está sustentando a estadia de indivíduos que ali estão por terem prejudicado ela mesma, desrespeitando suas regras e ofendendo seus cidadãos. A injustiça é considerada ainda maior devido às dificuldades econômicas em que vive a população pobre¹⁹⁴.

III.3 - Punição disciplinar e recuperação

Até o momento temos discutido como fenômenos como o "corpo incircunscrito", a "exclusão moral", a exposição à violência e a impunidade do sistema penal contribuem para o apoio a penas mais drásticas para a questão da segurança entre as camadas populares.

No entanto, os estudos mostram também que há entre esta camada da população apoio às medidas punitivas, previstas na legislação penal¹⁹⁵. Para a maioria dos entrevistados em

¹⁹⁴ Cardia (1994) constatou também que a falta de direitos tende a fazer os indivíduos a negar direitos aos indivíduos que cometem delitos, tal como neste caso: "Porque ocê sofreu pra comprá...que nem esse radinho aqui, cê sofreu pra comprá ele, cê tirô da boca pra ocê comprá ele. Agora, eu que chego aqui, pego ele, carrego, sem sê meu...? Aí, isso é demais...(Cida, 81 anos, analfabeta, viúva, pensionista).

¹⁹⁵ No Brasil, a prisão é a pena por excelência. Outras penas mais severas estão proibidas. A Constituição Federal no art 5º, inciso XLVII determina que: Não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada; b) de caráter perpétuo; c) de trabalhos forçados; d) de banimentos; e) cruéis.

Heliópolis, a pena por excelência para a maioria de crimes, é a privação de liberdade num estabelecimento prisional.

Vejamos o seguinte trecho:

"E - O que que o senhor pensa sobre prisão?

(...) Eu que acho, entre aspas, eu não sei porque que o fulano tá preso, ciclano, o beltrano, certo, então o que eu acho é que ... cada um tem o seu modo de ... de ser castigado sobre aquela parte, né, se é de ... de coisas banais, então, prisão banais sem maltratar, cuidar direitinho, cumprir a pena dele, soltou em liberdade, foi embora. (...)"
(Guilherme, 74 anos, separado, dono de pequena barraca de comércio)

Há neste trecho a defesa do uso prisão nos termos previstos na lei brasileira. O detento deve cumprir a pena que lhe foi determinada e ao final dela ser posto em liberdade. Enquanto o infrator estiver pagando pelo crime que cometeu ele não deverá ser maltratado¹⁹⁶. A prisão, tal como determina a lei, é também defendida ao se apontar os objetivos desta punição:

"E - Pra que que serve essa punição?

"Ah, pra tentar ajudar a pessoa, né? Ver que ela errou. Mas não tem jeito, elas pioram. A...a cadeia só ensina a ser mais ruim ainda, né.

E - E porque que a cadeia só ensina a ser mais ruim?

Só tem gente ruim lá dentro...só o mal. O mal tá lá dentro. (...) Aprende a ser ruim mais ainda.(...)

E - (...) como é que poderia ser diferente isso?

Eu não sei. Ter uns psicólogo na cadeia, ter uma escola na cadeia pra tentar ajudar, mas o governo não faz nada, só coloca lá pra bater, só... (...) coloca lá...coloca lá eles lá tudo solto. Quando tem uma rebelião, bate nos preso e os preso fica tudo revoltado. Aí o ódio continua lá dentro. É assim lá (...) Educação, um trabalho lá dentro, aí ajudaria eles, né? (...) É, eles tava ocupando a mente, tava trabalhando, vendo que tava ganhando dinheiro suado, não roubado, daí mudaria a cabeça deles, né?

E - (...) que cê pensa de prisão? A prisão de forma geral?

(...) É eles fica solitários lá, né meu? A família tá aqui fora, eles tão lá preso. Tinha tudo de bom aqui, lá eles não tem nada. Vive um monte de cara lá, dormir de pé, dormir sentado. Sofre pra caramba lá dentro. (...)

E - Cê acha que é bom, ter prisão ou não?

É bom. É bom que ajuda um pouco, né? Manter essas pessoas ruins longe dos outros, né?

E - E cê acha que poderia ser melhor a prisão?

Ah, poderia ser uma coisa melhor.(...) Aumentar as delegacias, as cadeia, colocar escolas, lá, trabalhos lá dentro...

E- Por que aumentar?

Ah, pra ter as celas mais, como chama, organizadas, né? As pessoas, aí as pessoas não iam ficar mais, como chama, alteradas lá dentro." (Renato, 19 anos, solteiro, desempregado)

¹⁹⁶ É interessante notar, que o mesmo entrevistado que acima, defendeu o suplício para os casos de estupro, nega agora a legitimidade do suplício para os detentos. Isto parece indicar que na sua concepção de punição há a interdição do corpo, a qual, no entanto, não se aplica para o crime considerado mais grave e ultrajante.

Os objetivos da prisão elencados são a recuperação do detento e a sua exclusão da sociedade por um período. Ao final da pena, o detento deveria estar recuperado. No entanto, tem-se a certeza de que a prisão torna o indivíduo ainda mais capaz para cometer crimes, principalmente, porque se acredita que os egressos estejam marcados pelas violências a que foram submetidos durante a prisão. Mas não é só a violência direta que é denunciada, as condições de internação também são colocadas em cheque: “Vive um monte de cara lá, dormir de pé, dormir sentado. Sofre pra caramba lá dentro”. O suplício e os maus tratos não são entendidos como capazes de dobrar a resistência dos presos a assimilar a honestidade, mas como catalisadores de revolta e ódio contra a sociedade.

Para evitar isso há a defesa de que se tenha a ação de psicólogos, educação e trabalho na prisão. A psicologia talvez, porque o entrevistado acredite que os presos necessitam de acompanhamento psicológico. A educação e o trabalho são entendidos como instrumento pedagógico, capazes de passar o gosto pela vida honesta. Ocupar a mente, não ficando ocioso, e obter dinheiro pelo trabalho, sendo recompensado, acredita-se ser uma forma de ação capaz de “mudar a cabeça” dos detentos e seus hábitos. Esta visão é muito semelhante à sociedade disciplinar em Foucault, a punição não visa o corpo do detento, mas a sua “alma”. É interessante notar que, com uma outra entonação, vários entrevistados defenderam o mesmo: Fátima, Sandra, Talita, José, Guilherme e Mirela.

Em nenhum momento, se considera a melhoria das condições nas prisões como direito dos presos, mas a partir do momento que se acredita na capacidade de se recuperar os detentos e que se procuram as causas da revolta, a humanidade e a reciprocidade são, de certa forma, reconhecidas.

Esta desconstrução da figura do “bandido” como mal a ser exterminado aparece também quando alguns entrevistados refletem sobre as causas da entrada de um indivíduo para o mundo do crime. Quando isso ocorre, a idéia de livre escolha é abandonada para dar abertura a um modelo que percebe o mundo como um espaço de escolhas limitadas ao lado das necessidades de sobrevivência. Vejamos o seguinte trecho:

“Ah! Tô pensando assim... que eles devia de pensá um poco. Falá assim...gente, eles precisa vivê; eles precisa de trabaiá; que se não trabaiá vai robá e se robá vai preso ou vai morto. Por que que eles não dão emprego? Por quê? Por que que tem tanto roubo? Porque eles vai caçá serviço e num acha e quando acha é... é um serviço qué ganhá... é assim, qué pagá aquela misgalha. Eles fica revoltado, fica revoltado. Tem natureza pra robá, os que não tem, passa fome”. (Cida, 81 anos, analfabeta, viúva, pensionista)

"E- No caso de uma pessoa que furta no supermercado, alguma coisa assim, o que que o senhor acha?

Pra comer? (...) Eu acho que aí tem que chegar, chamar atenção dele, né? (...) E por pra trabalho, pra fazer alguma coisa ali pra não... Cê não pode deixar, por exemplo, passar batido que daí o cidadão vai “Pô, não aconteceu nada”, e vai fazer isso outra vez. (...) Ele tem que sentir, né, que não é por aí. Ou então é o seguinte... geralmente se a pessoa faz isso aí é porque tá desempregado, arruma um serviço pra ele.” (José, 44 anos, casado, vigia, presidente de uma associação de moradores)

"Então assim, nessa questão de bandido, eu vejo um pouco por aí, cê entendeu, porque eu conheço muita gente, que era trabalhador, que trabalhava em metalúrgica, na época tinha as Ford da vida, eu falo Ford da vida assim, porque tinha as outras empresas que fornecia as peças, então tinha aonde procurar emprego, entendeu. Então assim, e eles eram, tem até eles que eram prensista, era colocador, que chama, tem até aqueles que é ferramenteiro, né, e que entraram nessa vida, e que era trabalhador, que eu conheci, que era de mar..., que a gente chama, carregador de marmita, né, e que entrou nessa vida. Então assim, eu vejo muito isso por esse lado. Eu acho que ninguém é mau porque quer ser mau não, eu acho que foi, muitas vezes foi levado. Então eu vejo por aí". (Fátima, 35 anos, participante da UNAS)

Com as condições de vida deterioradas - falta de emprego e salários baixos – certos indivíduos (iguais a nós) passarão fome, e aqueles que se tornarem revoltados, que manifestarem determinada “natureza”, roubarão. Novamente, por causa da revolta que foi provocada, a culpa não é toda creditada ao infrator. São “eles”, os governantes e os ricos, que não têm sensibilidade para enfrentar a deterioração das condições de vida e de trabalho consideradas pelos entrevistados como causas para a fome e para os crimes contra a propriedade. A partir desse raciocínio, alguns entrevistados, chegam a pensar em outras formas de punição que não a prisão. Os trechos abaixo indicam algo nesta direção:

“Por exemplo, ela entrasse no mercado, roubasse, tirasse a vida de alguém, ela tem que ser punida, porque se ela não for punida, ela vai voltar a fazer a mesma coisa, vai continuar sempre fazendo a mesma coisa, você entendeu, mas pra isso também tem que ter uma ajuda, (...) tem que ajudar ela na educação, porque muitas vezes falta educação pra pessoa que faz esse tipo de coisa. Então alguém tem que ajudar ela, tem que acompanhar aquela pessoa.(...)

E – ... no caso de alguém que usou uma arma pra roubar, você acha que merece punição, é mais uma conversa, o que você acha?

Eu acho que é mais uma conversa, de repente ela fez aquilo por uma necessidade, né. (...) De repente aquela pessoa está passando por uma necessidade tão grande, que ela se vê aprisionada, que ela acaba pegando uma arma e sai pra roubar. Você entendeu? Então se alguém se chegar e conversar com ela, acho que dá pra mudar sim, dá pra mudar, porque tudo é na base da conversa, né, se você não conversa, se você não tem uma orientação, não acontece nada...(...)

Porque muitas vezes, (...) a família passa por dificuldades, por exemplo, a maioria dos traficantes são casados, têm filhos, então eles quer sempre dar pro filho dele, o que ele nunca teve, então ele começa a vender droga. Começa a vender droga pra mudar uma coisa que ele não está mudando nada, tá querendo ver o filho dele andar

bem, vestir bem, comer bem, mas por ele querer ver o filho dele andar bem, a mulher dele andar bem vestida, ter um bom carro, ele está destruindo milhares de famílias lá". (Sandra, 32 anos, dona de casa)

“Bom, ele...ele pega um carro, uma televisão, é isso? Bom ele deve ser...a lei tá aí, ele deve ser punido, né?

E – E daí que tipo de punição o senhor acha?

Eu acho que se for a primeira vez, (...) uma tarefa pra ele fazer aí...

E - Que tipo de tarefa? Trabalho?

O trabalho, bom, vamos colocar o trabalho com o público, né, pro povo, vamos supor gratuito, alguma casa aí, alguma instituição, colocar ele pra... seis meses pra trabalhar pro pessoal aí...

E – Se for a primeira vez, e se já for mais de uma vez?

A segunda tem que... aí já não tem mais jeito, né? Já tá partindo pra... Ele tem que ficar e cumprir a pena dele... (...) Preso". (José, 44 anos, casado, vigia, presidente de uma associação de moradores)

O fato de se admitir que um indivíduo possa estar com dificuldades em dar melhores condições de vida para si e sua família parece retirar a necessidade de se pagar pelo crime cometido, desde que não tenha sido cometida uma violência, através da retirada da liberdade. O que se pretende é retirar a pessoa do mundo da criminalidade e reinseri-lo na vida social. Orientação, educação e trabalho gratuito são arrolados como métodos que podem permitir a reinserção de infratores. Tais métodos estão incluídos entre as penas alternativas previstas na Lei de Execução Penal.

Como último ponto, é necessário dizer que a punição é entendida de inúmeras formas - extermínio, exclusão, tempo de recuperação, método de reinserção - variando conforme os crimes – estupro, homicídio, tráfico de drogas, roubo e furto. Os crimes que parecem despertar maior ímpeto punitivo são o estupro, o homicídio, o roubo seguido de morte e o tráfico de drogas por serem aqueles que atingem os bens considerados mais preciosos: a vida, a “integridade sexual” da mulher e a família. A propriedade também é defendida e furtos e roubos condenados, mas motivos para extinção de punibilidade chegaram a ser defendidos para estes crimes. Vejamos os trechos abaixo:

E - que tipo de pessoa a senhora acha que deve ser punida? Quando alguém deve ser punido?

“Essas pessoa que faz o errado.

E – (...) Quem que são essas pessoas?

Pessoa que mata, pessoa que róba...mas robá assim, de um pai de fãmia, de um pobre coitado. Mais robá no banco, robá esse povo rico lá, essas...Caixa Econômica, banco...aí...de robá pra lá, eles num tem dó da gente... Eles não tem dó, quem pudé robá lá, roba... Eles tão na boa, todo mundo se dane, eu tô ... eu sô revoltada com esse povo...” (Cida, 81 anos, analfabeta, viúva, pensionista).

E – Então assim alguém cometeu um furto (televisão, ou carro), merece punição?

“Se cometeu um furto? (...) Aí, é que eu tou te falando, aí, eu iria ver a causa desse furto. Eu iria sempre ver, porque que ela furtou. Não a atitude dela do furto, entendeu, eu acho que pra mim taria em jogo, pra mim, se eu fosse juiz, eu iria verificar as causas, eu tinha, eu acho que tipo, aquilo de defesa do acusado. (...)... Por exemplo, se fosse uma pessoa, vamos supor, que eu tivesse carro, que eu não precisasse fazer isso, eu condenaria, né. Se fosse o contrário, eu ia ver se tinha, qual a causa dele tá lá roubando, será que foi porque precisa. Mas, assim de cara eu, eu iria achar que tem, que tinha alguma razão pra ele tá, ele não ia fazer isso, só porque ele gosta de roubar”. (Fátima, 35 anos, participante da UNAS)

No primeiro trecho, há uma fala revoltada contra os “ricos” e os “bancos” no qual é reconhecida a existência de justiça de se tirar parte de seus pertences. Isto porque aos "ricos" falta-lhes caráter, o que é comprovado pelo fato deles não terem "dó da gente" e com isso eles também são, de certa forma, excluídos moralmente. A partir disso, existe uma justificativa de que se lhes retire parte de suas riquezas. No segundo trecho, a necessidade é considerada capaz de pender o martelo da justiça para a absolvição. É esta necessidade que desculpa o dano provocado à propriedade.

Assim, a análise das entrevistas indica que há a defesa de punições que contrariam os direitos individuais previstos em lei, como a pena de morte, prisão perpétua e suplício ao corpo. No entanto, existe uma forte defesa de melhoria no sistema prisional de forma a impedir maus tratos, e as conseqüentes revoltas, e recuperar os detentos para a vida em sociedade. Esta defesa, juntamente com a apresentação de penas alternativas, como o trabalho gratuito para instituições comunitárias, permite verificar que não faz sentido associar diretamente classes populares e apoio a punições violentas.

III.4 - Considerações finais

As análises das falas dos entrevistados de Heliópolis ajudam a notar que não há um paradoxo quanto a apoiar aumento das penas, pena de morte e ação violenta pela polícia, enquanto se desconfia da polícia. Aqueles que o fazem, defendem claramente que a força policial seja utilizada contra os "bandidos" e não contra os cidadãos comuns. Neste sentido, a fonte da desconfiança em relação à polícia surge da sua incapacidade de distinguir infratores e moradores de favela e dos casos de envolvimento de policiais e traficantes.

Além disso, pelos comentários dos entrevistados de Heliópolis pode-se identificar consensos e dissensos. O consenso surge na defesa de uma polícia e sistema punitivo que seja capaz de garantir a segurança da população. Neste sentido, melhorias na capacidade de prevenção ao crime e de punição são apontadas como resposta aos males de corrupção, arbitrariedade, discriminação, ineficiência e falta de policiamento.

O dissenso é formado pela divisão de opiniões a respeito do que são os limites para o trabalho policial e para a punição. De um lado, há aqueles que defendem um trato violento e exemplar para os bandidos, no qual estão previstos a tortura e a pena de morte. De outro lado, há a defesa de uma polícia que respeite a integridade física de todos os indivíduos e de uma punição que vise a recuperação dos infratores para a volta da vida em sociedade.

Os resultados permitem suspeitar que a exposição à violência e a impunidade tendem a fortalecer os padrões culturais de "corpo incircunscrito" e da "exclusão moral" na sociedade brasileira. O que contribui para o apoio popular a punições vingativas: violência policial e às penas de prisão perpétua e pena de morte. Além disso, pode-se levantar a hipótese de que o próprio desconhecimento de como funciona o sistema de justiça, seus princípios e as formas de punição previstas em leis pode influir no fato de a polícia ser vista como detentora legítima do papel de punição.

No entanto, há rupturas. A crença de que a violência física e maus tratos causam "revolta" e não recuperação contribuem para abalar a legitimidade de punições físicas. Além disso, a própria reflexão sobre a "revolta" dos presos já indica uma preocupação com o desrespeito com a dignidade humana e que tende a tornar mais próximo e reconhecer como cidadão este outro que é alvo da "exclusão moral".

IV - Conclusão

A partir de um recorte na literatura das ciências sociais sobre violência urbana foi elaborada esta dissertação. Definindo o conceito de violência, o fenômeno foi delimitado à sociedade moderna, em que há instituições estatais encarregadas de sua contenção. As instituições brasileiras, cuja função é garantir a segurança da população, mediar os conflitos e punir os crimes, têm perdido sua legitimidade junto à população por causa de sua violência, arbitrariedade e ineficiência. A situação de legitimidade do Estado em conter a violência se agrava com o aumento da criminalidade violenta, o crescimento do crime organizado e com a crise das agências dos sistemas de segurança e de justiça penal. Com isso, podem ganhar força as teses que defendem ações mais violentas da polícia e punições mais duras pela justiça e não reconhecem os direitos individuais garantidos aos infratores. Além disso, punição física e vingança podem ser vistos pela população como métodos eficientes de contenção da violência e de prática de justiça.

Analisando a situação vivida pelos moradores de Heliópolis foi possível perceber que a falta de segurança vem ao lado de inúmeras carências enfrentadas por essa população (desemprego, falta de lazer, falta de creches, ilegalidade das moradias) e de uma presença tímida do Estado nas diversas áreas. As associações de moradores e ONGs, embora tenham estado trabalhando pela melhoria das condições de vida na favela, pouco tem podido fazer contra a violência. Violência essa que explodiu com as "guerras entre quadrilhas" nos anos de 1997 e 1999 e que expôs os moradores ao medo constante e ao "toque de recolher". A ação policial em 1999 e 2000 foi capaz de conter uma das quadrilhas e com isso, encerrar a "guerra" entre traficantes. No entanto, outras quadrilhas de traficantes continuaram atuando em Heliópolis. Tendo aprendido a lidar com estas quadrilhas, aceitando sua dominação e suas regras e evitando o contato com os traficantes, os moradores geralmente têm conseguido se proteger da violência física. No entanto, se tendem a aceitar a dominação imposta pelos traficantes, isto não significa que os moradores apoiem este poder. A revolta contra os traficantes se fundamenta no medo que eles inspiram, pelo uso da violência, pela atração que podem exercer sobre os adolescentes e pelos males que causam as famílias de viciados em droga.

O contato com as falas sociais dos entrevistados de Heliópolis permitiu notar que elas tendem a corroborar os conceitos de "corpo incircunscrito" e "exclusão moral", fundamentais para se compreender o apoio às punições físicas e às penas de morte e prisão perpétua. Além disso, a exposição à violência e a sensação de impunidade gerada pelas limitações do sistema penal podem contribuir para o apoio a penas mais drásticas e a ações policiais violentas,

mesmo entre os membros das classes populares, a qual sofre primordialmente com as arbitrariedades dos sistemas de segurança e justiça penal. No entanto, há descontinuidades e rupturas nestas concepções de punição e ação policial voltadas para a violência física e para o não reconhecimento dos direitos individuais. A preocupação com a "revolta" de presos, a condenação da tortura e dos maus tratos como métodos ineficientes de ação policial e punição, e a condenação da pena de morte por razões religiosas ou preocupações quanto à possível aplicação restritiva desta pena aos pobres indicam que, apesar do sentimento de impunidade e da exposição à violência, há resistências ao apoio do uso da violência ilimitada para a manutenção da segurança pública e para a punição dos infratores.

Comparando os resultados da pesquisa com o projeto original é possível notar algumas mudanças de rumo. Inicialmente, os pontos em foco na pesquisa eram as concepções populares sobre polícia, sistema penal e controle social. No entanto, não foi possível avaliar expectativas e críticas a respeito de outras unidades deste sistema (magistratura, juízes, tribunais, código penal) devido ao pouco conhecimento que os entrevistados demonstraram ter a este respeito. Com isso, a análise das instituições do sistema de segurança e penal ficou restrita a discussão a respeito da polícia e das prisões. No entanto, não se pode deixar de mencionar que o próprio desconhecimento do sistema de segurança e justiça, de seus princípios e regras, por boa parte da população, pode ser uma via para se ajudar a explicar o desprezo por uma justiça "processual" e não sumária

Também houve um redirecionamento para a questão da punição, a qual se mostrou mais eficaz para trabalhar com as expectativas dos entrevistados a respeito de sistema penal e controle social.

Em relação às orientações teóricas que fundamentaram o projeto e delimitaram o objeto de pesquisa cabe apresentar às seguintes considerações a respeito das reflexões dos entrevistados sobre violência e segurança:

1) Não há dúvidas que os membros das classes populares possuem reflexões próprias sobre violência e segurança - surgidas a partir de suas experiências de vida e dos seus valores culturais - e autônomas em relação às opiniões propagadas pela mídia, escolas e igrejas. Os entrevistados de Heliópolis revelaram isto de várias formas. Servem de exemplo as considerações feitas a respeito do narcotráfico, surgidas a partir de sua convivência com as quadrilhas de traficantes: a condenação feita ao tráfico de drogas devido às ameaças que representam às famílias dos moradores, pela atração que exercem sobre adolescentes da favela e pelo riscos a que são submetidas suas vidas durante os tiroteios de traficantes com a polícia ou com uma quadrilha rival.

2) Quanto à questão da discriminação dos sistemas de segurança e justiça criminal em relação aos "pobres", os entrevistados revelaram sentir um tratamento desigual. Esta percepção revelou atingir o judiciário e a polícia. Um dos entrevistados (Paulo), por exemplo, declarou ser contrário à pena de morte por acreditar que ela atingiria apenas os pobres. Quanto à polícia, alguns entrevistados perceberam um tratamento desigual não só se comparado ao trato dispensado às classes mais privilegiadas da sociedade, mas também a ação de policiais diante de traficantes. Policiais, aceitando suborno ou preocupados com as conseqüências de uma ação arbitrária contra pessoas de classes mais altas, não reproduziriam o tratamento rude, desrespeitoso e violento dispensado aos moradores pobres de periferia.

3) Apesar de alguns entrevistados revelarem sérias restrições e desconfianças em relação ao trabalho da polícia e da justiça criminal, há o reconhecimento da necessidade de fiscalizar as condutas dos indivíduos na sociedade. A importância dos sistemas de segurança e penal reside na formação de uma força contra os criminosos que afligem a sociedade e para prevenir contra um estado de anomia, em que ninguém respeite as regras. Os entrevistados defendem uma justiça que atue em relação aos diferentes crimes: estupro, roubo, furto, homicídio e tráfico de drogas. Alguns defendem penas mais severas, como a pena de morte e a prisão perpétua, principalmente contra traficantes de drogas e estupradores, em relação aos quais as punições podem ser mais rigorosas. Outros, no entanto, são contrários a estas penas, defendendo apenas o uso de penas privativas de liberdade e também penas alternativas.

4) Por meio das entrevistas não foi possível conhecer profundamente os conflitos existentes entre os moradores, e os usos que eles podem fazer do poder da polícia contra os adversários internos. Um entrevistado (Renato) afirmou que as pessoas, às vezes, chamam a polícia para os casos de pais que agredem seus filhos e as pessoas reunidas na reunião do Conseg que foi acompanhada pediam ações da polícia contra um bar aberto depois da meia-noite do domingo e de jovens que estavam depredando o posto de saúde. No entanto, a tônica geral, pelo receio antes às quadrilhas de traficantes, parece ser de evitar contatos com a polícia em relação a qualquer problema de segurança. Os moradores parecem não denunciar estas quadrilhas à polícia, por terem receio de serem identificados e sofrerem represálias dos traficantes. Afinal, a polícia não lhes inspira confiança de que seja capaz de manter seus nomes sob sigilo e muito menos dar-lhes proteção contra as possíveis vinganças de acusados.

Questões que permanecem ao final desta pesquisa é quanto a se saber o que poderia ocorrer se, respeitando os direitos individuais, a polícia conseguisse dar mais segurança a esta população, a justiça pudesse condenar mais infratores, e as penas de prisão e de prestação de serviço à comunidade pudessem recuperar mais criminosos. Suas concepções sobre polícia e

punição se alterariam? Aqueles que defendem penas como pena de morte, prisão perpétua e punições físicas tenderiam a constituírem cada vez mais um menor número? Os direitos individuais seriam amplamente aceitos pela população? No entanto, estas questões só poderão ser respondidas se no futuro a crise do sistema de segurança e justiça criminal for sanada. Só então pesquisas poderão confirmar tais hipóteses.

V – Bibliografia

- ADORNO, S. (1998). "O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação". In: Pinheiro, P.S. e outros. *São Paulo sem medo. Um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 227-46.
- _____. (1995). "Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo". *Novos Estudos Cebrap* 43: p. 45-63.
- _____. (1994). "Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri". *Revista USP*, nº 21, março-maio: p. 132-51
- _____. (1993a). "Cidadania e administração da Justiça Criminal". In: Diniz, E., Leite Lopes, S. & Prandi, R (orgs). *O Brasil no rastro da crise*. Anuário de Antropologia, Política e Sociologia. São Paulo: ANPOCS/IPEA, HUCITEC, 1994. p. 304-27.
- _____. (1993b). "Criminalidade urbana violenta, um recorte temático". In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*. ANPOCS. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 35: p. 2-24.
- ALVITO, M. (1996). "A honra de Acari". In: VELHO, G e ALVITO, M (orgs), *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1996, p. 10-24.
- ARENDT, H. (1994). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro. Relume Dumará.
- BARRINGTON MOORE JR., (1987). *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense.
- BENDIX, R. (1996). *Construção nacional e cidadania*. São Paulo. Edusp.
- BENEVIDES, M. V. & FISCHER, R. M. (1983). "Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982)" in: PINHEIRO, P. S. (org), *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, p. 227-43.
- BENEVIDES, M. V., (1982). "Linchamentos: violência e 'justiça' popular". In: Maria Célia Paoli et. al. *A Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, p. 93-117.
- BRANT, V. C. (1986). *O trabalhador preso no estado de São Paulo (passado, presente e expectativas)*. São Paulo: Cebrap, manuscrito.
- CALDEIRA, T. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

- _____. (1991). "Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos?'" *Novos Estudos Cebrap*, 30 Jul., p. 162-74.
- _____. (1984). *A política dos outros: o cotidiano dos Moradores da Periferia e o que pensam do poder dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense.
- CAMPOS COELHO, E. (1988). "A criminalidade urbana violenta". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, nº 2, p. 145-183.
- _____, E. (1980). "Sobre sociólogos, pobreza e crime". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 3, p. 377-383.
- CARDIA, N. (1999). *Atitudes, normas culturais e valores em relação à violência*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.
- _____. (1998). "A violência urbana e os jovens". In: Pinheiro, P.S. (org). *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 133-54.
- _____. (1994). *Direitos Humanos: ausência de cidadania e "exclusão moral"*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo/Comissão Justiça e Paz. 88p.
- CEDEC (1996). *Mapa de risco da violência: Cidade de São Paulo*. São Paulo
- CHALHOUB, S. (1986). *Trabalho, Lar e Botequim: O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (1997). *Conflitos no Campo Brasil 97*.
- CPDOC-FGV/ISER (1997). *Lei, Justiça e Cidadania: Direitos, vitimização e cultura política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - Sinopse dos resultados da pesquisa*. Rio de Janeiro.
- CRETILLA JR, J. (1988). *Constituição Brasileira de 1988*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- DAMATTA, R. (1982). "As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social". In: Maria Célia Paoli et. al., *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, p. 11-44.
- DAHRENDORF, R. (1987). *A lei e ordem*. Brasília. Instituto Tancredo Neves.
- DURHAM, E. (1986). "A sociedade vista da periferia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 1 vol. 1, jun.: p. 84-99.

- ELIAS, N (1990). *O processo civilizador*. Vol. 2: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FARIA, J. E., (1988). *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. São Paulo: Edusp.
- FERNANDES, H. R. (1992). "Violência e modos de vida: 'Os Justiceiros'". *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 4 (1-2), p. 43-52.
- FERREIRA, A. B. de H. (1995). *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. São Paulo, Folha de São Paulo. Editora Nova Fronteira.
- FISCHER, R. M., (1985). *O direito da população à segurança: Cidadania e violência urbana*. Petrópolis, Vozes, São Paulo, CEDEC.
- FRANCO, M. S. C. de, (1983). *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª Edição. São Paulo: Kairós.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE (1996). *Anuário estatístico do Estado de São Paulo*.
- GIRARD, R. (1990). *A violência e o sagrado*. São Paulo: Paz e Terra/Editora UNESP.
- GUIA RUAS SÃO PAULO (2002). Quatro Rodas. São Paulo, Editora Abril.
- GUIMARÃES, A. S. (1999) "Classes Sociais". In: MICELI, S. (org). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Vol. 2 – Sociologia. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, p. 13-56.
- HOBBSBAWN, E. J. (1975). *Bandidos*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- HOLSTON, J. (1993). "Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, ano 8, nº 21, fev.: p. 68-89.
- KANT DE LIMA, R., MISSE, M. & MIRANDA, A. P. M. de (2000). "Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia". In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*. ANPOCS. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará., 50: p. 45-123.
- KANT DE LIMA, R. (1990). "Constituição, direitos humanos e processo penal inquisitorial: quem cala, consente?" *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 33(3): p. 471-88.

- _____. (1989). "Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, ano 4, nº 10: p. 65-84.
- LIMA, R. S. de (2000). *Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo*. Dissertação de mestrado sociologia, São Paulo, Departamento de Sociologia, USP, mimeo.
- LOPES, J. R. de L. (2000). "Direitos Humanos e tratamento igualitário: questões de impunidade, dignidade e liberdade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, ano 15, nº 42, fev.: p. 77-100.
- MAGNANI, J. G. C (1998). *Festa no Pedacço: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/UNESP.
- MARTINS, J. de S. (1989). "Linchamentos: a vida por um fio". *Travessia*, maio-agosto, p. 21-27.
- MICHAUD, Y (1989). *A violência*. São Paulo. Editora Ática.
- MINGARDI, G (1998). *O Estado e o crime organizado*. São Paulo. IBCCrim.
- O'DONNELL, G (1986). *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo Vértice.
- OLIVEIRA, L. (1999). "A 'justiça de Cingapura' na 'Casa de Tobias'". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, ano 14, nº 40, julho: p. 53-61.
- PAIXÃO, A. L. (1988). "Crime, controle social e consolidação da democracia. In: O'Donnell, G. e Reis, F. W. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice; Editora Revista dos Tribunais, p. 166-99.
- _____. (1982). "A organização policial numa área metropolitana". *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 25(1): p. 63-85.
- PEZZIN, L. E. (1986). *Criminalidade urbana e crise econômica: o caso de São Paulo*. Tese de mestrado em economia, São Paulo, Faculdade de Economia e Administração, USP.
- PERROT, M (1989). "As crianças da Petite-Roquete". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vo. 9, nº 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989.
- PINHEIRO, P. S. & MESQUITA, P. de (1999). *Primeiro relatório de Direitos Humanos/Direitos Humanos: realizações e desafios*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência.

- PINHEIRO, P. S. (1998). "Polícia e consolidação democrática: o caso brasileiro". In: Pinheiro, P.S. e outros. *São Paulo sem medo. Um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 175-90.
- PINHEIRO, P.S. (1997). "Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias". *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 9(1): p. 43-52, maio.
- _____. (1991a). "Autoritarismo e transição". *Revista USP*. São Paulo, 9, mar./mai.:p. 45-56.
- _____. & outros (1991b). "Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89)". *Revista USP*. São Paulo, 9: 95-112, mar./mar.
- _____. & SADER, E. (1985). "O controle da polícia no processo de transição democrática". *Temas IMESC*. Soc.Dir.Saúde. Saúde, 2(2): p. 77-95.
- _____. (1982). "Polícia e crise política: o caso das Polícias Militares". In: Maria Célia Paoli et. al., *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- SADER, E & PAOLI, M. C. (1986). "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)". In: Ruth Cardoso, *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 39-68.
- SAMPAIO, M. R. A. de (1995). "A violência cotidianizada: a escalada do medo na periferia paulistana". In: MONTEIRO, C. M. G. (org), *Cidade e produção do cotidiano*. Anais do Seminário Interdisciplinar. Recife, p. 41-8.
- _____. (1990). *Heliópolis: o percurso de uma invasão*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Tese de livre docência.
- SANTOS, B. S. (1999). "Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e pós-contratualismo". in: Vários Autores, *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Brasília, NEDIC. Petrópolis: Vozes, p. 83-129.
- _____. (1995). "A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça", in *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez.

- SAPORI, L. F. & WANDERLEY, C. B. (2001). "A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade". In: *A violência no cotidiano*. Cadernos Adenauer, ano II, março, nº 01. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.
- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (1996). *Simpósio sobre o sistema penitenciário*. São Paulo: IMESP.
- SEMPLA - SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO (1998). Departamento de Informações. *Guia de Serviços Públicos da Cidade de São Paulo*.
- SHIRLEY, R. W. (1987). "O que é Antropologia Legal?", In: *Antropologia Jurídica*. São Paulo, Saraiva.
- SKIDMORE, T (1998). *Uma história do Brasil*. Editora Paz e Terra, p. 198-9.
- SOARES, L. E. (2000). *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SOUZA, L. A. F. de (1998). *Poder de polícia, polícia civil e práticas policiais de São Paulo (1889-1930)*, Tese de doutorado em sociologia, São Paulo, Departamento de Sociologia, USP, mimeo.
- STOPPINO, M. (1994). "Violência". in: BOBBIO, MATTEUCI & PASQUINO, *Dicionário de Política*. 6ª edição. Brasília: Editora UnB, p. 1291-8.
- TASCHNER, S. P. (2000). "Favelas em São Paulo - censos, consensos e contra-sensos". In: *XXIV Encontro Anual da Anpocs, GT Cidade e Metropolização*. Petrópolis.
- VELHO, G. (1996). "Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica". In: VELHO, G e ALVITO, M (orgs), *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1996, p. 10-24.
- WEBER, M. (1993). *Ciência e política: duas vocações*. Rio de Janeiro. Cultrix.
- _____. (1982). "Rejeições religiosas do mundo e suas direções". *Ensaio de Sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1967). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- ZALUAR, A. (1999). "Violência e Crime". in: MICELI, S. (org), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Vol. 1 – Antropologia. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, p. 13-107

ZALUAR, A. (1998). "Para não dizer que não falei de samb, os enigmas da violência no Brasil". In: SCHWARTZ, L. (org), *História da vida privada*, vol IV, São Paulo: Companhia das Letras, p. 245-318.

_____. (1994). *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro. Revan, Editora UFRJ.

_____. (1985). *A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

VI - Anexo

Roteiro de entrevistas

O entrevistado

Descrição geral (Sexo, Nome, Idade, Estado civil, Número de filhos, Ocupação, Escolaridade, Religião, Filiação a partido,).

- 1- Eu gostaria de saber quem é você? Qual a sua história? O que você faz da vida?
- 2- Há quanto tempo mora na capital? Onde você mora? Há quanto tempo mora neste local?

Local de moradia

- 3- É bom morar no bairro?
- 4- O que tem de bom?
- 5- O que tem de mau?
- 6- O que é ser um bom morador?
- 7- O que é ser um mau morador?
- 8- O que se pode fazer em relação a um mau morador?
- 9- Qual a maior preocupação dos moradores? Por quê?
- 10- O que se faz para reduzir/acabar com esse problema? O que mais poderia estar sendo feito?
- 11- O que as pessoas fazem que mais gera desavença/discussão no bairro? Que tipo de desavenças você já ouviu falar no bairro? Como termina a questão?
- 12- O que leva a alguém usar de agressão? O que você já viu nesse sentido?
- 13- Se você é agredido ou se sente ameaçado por alguém no bairro? O que você pode fazer?
- 14- Os vizinhos podem interferir em brigas? (De vizinhos, de marido e mulher, de inquilinos e moradores, de policiais e moradores do local, de traficantes, e de policiais e traficantes)?

Cidadania

- 15- Vou lhe apresentar alguns grupos e gostaria de saber se eles merecem o mesmo tratamento? (ricos/pobres, adultos/jovens, empregados/desempregados, brancos/negros, homossexuais/não-homossexuais, bandidos/trabalhadores).
- 16- Eu posso me vingar de alguém que me fez um mal? Dê um exemplo.
- 17- O que você pensa da seguinte frase: “Para os amigos tudo, para os inimigos a lei? Concorda, discorda? Por quê?

18- O que você pensa da seguinte frase: Quem pode manda, obedece quem tem juízo?

Punição

19- Você concorda ou discorda da seguinte frase: É de pequeno que se torce o pepino?

20- Algumas pessoas dizem que certas ações, comportamentos e atos devem ser punidos. O que você se pensa dessa frase? O que é punição pra você? Para que serve a punição?

21- Os pais podem punir os seus filhos?

22- Para você quando alguém deve ser punido? Que tipo de pessoa deve ser punida?

23- Imagine que você tem o dom de condenar ou absolver alguém e diga o que você faria em cada uma dessas situações?

a) Alguém que cometeu um furto (televisão, carro) merece punição: sim, não, ou depende? Que tipo de punição (quanto tempo, qual intensidade)? Haveria algum motivo para desculpar esta pessoa que furtou?

b) Alguém que usou uma arma para roubar merece punição: sim, não ou depende? Que tipo de punição (quanto tempo, qual intensidade)? Haveria algum motivo para desculpar esta pessoa que roubou?

c) Alguém que vende drogas deve merecer punição: sim, não ou depende do caso? Que tipo de punição?

d) Alguém que atropela outra pessoa e a mata merece punição: sim, não ou depende do caso? Que tipo de punição?

e) Alguém que agrediu outra pessoa com uma faca ou à bala merece punição: sim, não ou depende do caso? Se esta pessoa disser que tem um motivo para fazer isso? Qual motivo seria aceitável?

f) Uma mulher que traiu o marido deve ser punida? Que tipo de punição? E se for o marido quem traiu?

g) Alguém que matou outra pessoa merece punição: sim, não ou depende? Que tipo de punição? Se esta pessoa disser que tem um motivo para fazer isso? Algum motivo seria aceitável? Qual?

h) Alguém que estuprou uma mulher merece punição: sim, não ou depende? Qual punição (intensidade, tempo)?

i) Um justiceiro que matou alguém merece punição: sim, não ou depende? Que tipo de punição? Se esta pessoa disser que tem um motivo para fazer isso? Algum motivo seria aceitável? Qual?

j) Pessoas que lincharam alguém merecem punição: sim, não ou depende? Que tipo de punição? Se esta pessoa disser que tem um motivo para fazer isso? Algum motivo seria aceitável? Qual?

l) Pessoas que chacinaram alguém merecem punição: sim, não ou depende? Que tipo de punição? Se esta pessoa disser que tem um motivo para fazer isso? Algum motivo seria aceitável? Qual?

m) Um policial que matou alguém merece punição: sim, não ou depende? Que tipo de punição? Se esta pessoa disser que tem um motivo para fazer isso? Algum motivo seria aceitável? Qual?

24- Quem pode punir outra pessoa? A população, uma pessoa qualquer, a polícia, a justiça?

Polícia

25- Você já foi em uma delegacia de polícia? Como foi? Qual foi sua experiência?

26- Que tipo de contato você já teve com a polícia: já foi policial, tem algum parente ou conhecido que é, já foi abordado pela polícia na rua, já foi socorrido pela polícia, já chamou a polícia, já fez alguma denúncia, já foi agredido, já foi preso, já foi testemunha? Se não, conhece alguém que já? Poderia citar um caso?

27- O que você pensa sobre a polícia?

28- Confia ou não confia na polícia?

29- Tem medo ou não tem medo da polícia?

30- Quais são os principais defeitos da polícia?

31- Quais são as principais qualidades da polícia?

32- A polícia poderia deixar de existir?

33- Já pensou em ser policial? Seria? Por que sim? Por que não?

34- Contra quais atos/ações a polícia deveria atuar?

35- Quem deve ser detido pela polícia?

36- A polícia trata todos igualmente?

37- Se você pudesse reformar a polícia, o que você faria?

38- A polícia pode bater, torturar?

39- Por que a polícia não é melhor?

40- Você pode fazer alguma coisa para ajudar a polícia a melhorar? O que nós podemos fazer para a polícia ser melhor?

Sistema penal

- 41- Você sabia que existe polícia civil e militar? Poderia explicar a diferença?
- 42- Sabe o que é inquérito policial? Você já foi a um Fórum? O que foi fazer? Como foi a experiência? Sabe o que é processo criminal? Já ouviu falar de promotor, sabe pra que serve? Já ouviu falar de advogado, sabe pra que serve? Já ouviu falar de juiz, sabe pra que serve?
- 43- O que você pensa sobre a justiça criminal? Ela poderia deixar de existir?
- 44- Você já ouviu falar em Código Penal? (É onde está escrito, o que é crime e o que não é crime, segundo a lei). Tem alguma coisa que é crime e que você acha que não deveria ser? Tem alguma coisa que não é crime e que você acha que deveria ser?
- 45- Já ouviu falar de Policiamento Comunitário? Já ouviu falar de Guarda civil Metropolitana? Já ouviu falar de Tribunais Especiais Criminais? O quê? Já ouviu falar em penas alternativas? O quê? O que pensa?
- 46- O que pensa sobre prisão? (Para que serve?, ela atende seus objetivos?, como deveria ser?)
- 47- O que pensa sobre pena de morte?

Cidadania

- 48- Para que serve o Estado? O Estado atende aos interesses de quem?
- 49- Quando você ouve alguém falar que “as pessoas têm direitos”, o que lhe vêm na cabeça? O que são direitos para você?
- 50- Você acha que a polícia e a justiça criminal são direitos do cidadão ou são uma imposição do Estado?
- 51- Todas as pessoas devem ter os mesmos direitos? Existem certos grupos que não devem ter alguns direitos?
- 52- Como você faz para se informar?
- 53- Gostaria de acrescentar algo?









